

FRANCISCO MENDES COSTA
NAISY SILVA SOARES

CACAU

RIQUEZA DE POBRES



**CACAU,
RIQUEZA DE POBRES**



Universidade Estadual de Santa Cruz

GOVERNO DO ESTADO DA BAHIA
RUI COSTA - GOVERNADOR

SECRETARIA DE EDUCAÇÃO
OSVALDO BARRETO FILHO - SECRETÁRIO

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE SANTA CRUZ
ADÉLIA MARIA CARVALHO DE MELO PINHEIRO - REITORA
EVANDRO SENA FREIRE - VICE-REITOR

DIRETORA DA EDITUS
RITA VIRGINIA ALVES SANTOS ARGOLLO

Conselho Editorial:

Rita Virginia Alves Santos Argollo – Presidente

André Luiz Rosa Ribeiro

Andrea de Azevedo Morégula

Adriana dos Santos Reis Lemos

Dorival de Freitas

Evandro Sena Freire

Francisco Mendes Costa

Guilhardes de Jesus Junior

José Montival de Alencar Júnior

Lúcia Fernanda Pinheiro Barros

Lurdes Bertol Rocha

Nelson Dinamarco Ludovico

Rita Jaqueline Nogueira Chiapetti

Samuel Leandro Oliveira de Mattos

Sílvia Maria Santos Carvalho

Francisco Mendes Costa
Naisy Silva Soares
(Organizadores)

CACAU, RIQUEZA DE POBRES

Ilhéus - Bahia



Editora da UESC

2016

Copyright ©2016 by Francisco Mendes Costa e Naisy Silva Soares

Direitos desta edição reservados à
EDITUS – EDITORA DA UESC

A reprodução não autorizada desta publicação, por qualquer meio,
seja total ou parcial, constitui violação da Lei nº 9.610/98.

Depósito legal na Biblioteca Nacional,
conforme Lei nº 10.994, de 14 de dezembro de 2004.

PROJETO GRÁFICO E CAPA
Álvaro Coelho

REVISÃO
Genebaldo Pinto Ribeiro
Maria Luiza Nora
Roberto Santos de Carvalho

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

C118 Cacau, riqueza de pobres / Francisco Mendes Costa,
Naisy Silva Soares (Organizadores). – Ilhéus,
BA: Editus, 2016.
286 p. :il.

Inclui referências.
ISBN 978-85-7455-401-3

1. Cacau – Aspectos econômicos. 2. Cacau –
Preços. 3. Cacau – Comércio – Brasil. 4. Cacau –
Brasil – Exportação. I. Costa, Francisco Mendes.
II. Soares, Naisy Silva.

CDD 338.173374

EDITUS – EDITORA DA UESC
Universidade Estadual de Santa Cruz
Rodovia Jorge Amado, km 16 - 45662-900 - Ilhéus, Bahia, Brasil
Tel.: (73) 3680-5028
www.uesc.br/editora
editus@uesc.br

EDITORA FILIADA À



Associação Brasileira
das Editoras Universitárias

Dedicatória

Dedicamos esta obra àqueles que acreditaram na permanência da cacauicultura como atividade agrícola indispensável para a manutenção de mais de 30 mil produtores rurais e o retorno de 200 mil trabalhadores que migraram para outros centros urbanos.

Àqueles, mesmo sabendo ser o cacau uma *commodity* cuja comercialização se concentra nas Bolsas de Mercadorias, tentam modificar o passado de dependência ao mercado internacional, aprendendo a manufaturá-lo para conquistar novos nichos, notadamente o de segmentos mais especializados, com destaque o de chocolates finos.

Àqueles que destacadamente dependeram da cacauicultura e souberam respeitar a simbiose do cultivo com a floresta, mantendo-a preservada para o seu próprio benefício e o do território que a acomoda.

Àqueles que no passado souberam reivindicar soluções para a cacauicultura e, agora, no anonimato, deixam uma herança de resultados que os atuais produtores não souberam praticar, pois são 25 anos de crise da lavoura cacauera, na Bahia, sem o devido amparo de políticas públicas, como a de 1957, com a criação do Plano de Recuperação Econômico Rural da Lavoura Cacauera.

Sobre os organizadores

Francisco Mendes Costa é economista e doutor em Ciências Sociais, Agricultura, Desenvolvimento e Sociedade pela Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro. Desde 1999 é professor da Universidade Estadual de Santa Cruz, onde leciona as disciplinas Desenvolvimento Socioeconômico e Economia Regional. Tem vasta experiência no trabalho com a economia regional, quando integrou o quadro de servidores da Ceplac, onde desempenhou vários papéis, entre os quais Diretor da Escola Média de Agropecuária da Região Cacaueira, Assessor da Superintendência Regional e Diretor Adjunto do Departamento de Administração. Na UESC, além de docente de várias disciplinas, exerceu o cargo de Diretor do Departamento de Ciências Econômicas no período 2008-2010. Integrou a equipe que operacionalizou diversos Planos de Desenvolvimento, entre os quais, o Faz Cidadão e Planos Diretores de Municípios da Região. É autor do livro *Políticas públicas e atores sociais na evolução da cacauicultura baiana*, publicado em 2012 pela Editora Opção.

Naisy Silva Soares é economista e doutora em Ciência Florestal pela Universidade Federal de Viçosa. Desde 2010 é professora da Universidade Estadual de Santa Cruz, onde leciona as disciplinas

Econometria, Economia Internacional e Introdução à Economia. As pesquisas e os textos da professora Naisy cobrem uma ampla variedade de tópicos em Economia Florestal e Economia Agrícola, incluindo mercados, preços, comercialização e competitividade. É coordenadora do projeto de extensão “Centro de Inteligência do Cacau”. Coordenou o projeto de pesquisa “Produto Interno Bruto (PIB) e Saldo Comercial do setor florestal brasileiro, 1994 a 2008” e “Oferta de exportação de papel do Brasil”. É integrante da equipe do projeto “Percepção e adaptação às mudanças climáticas de agricultores da Bacia Hidrográfica do Rio das Contas, Bahia”. É coautora do livro “Exercícios de Economia Florestal: aprenda praticando”. É líder do grupo de pesquisa “Comercialização, mercados e Economia Florestal”, e integrante dos grupos de pesquisa “Economia Aplicada” e “Economia, Política e Administração Florestal e Ambiental”, do CNPq.

Agradecimentos

Agradecer significa reconhecer o apoio, a ajuda e a solidariedade de outros por uma proposta que seja plausível e concreta, capaz de promover mudanças na sociedade, que se transforme ao ritmo das inovações dinamizadoras do mundo moderno. A publicação de uma obra cujo sentido é proporcionar o incentivo para que vários autores tenham a oportunidade de escrever sobre suas ideias e ponto de vistas de forma coletiva merece o perfilhamento de quem inicia a preparação de uma meta exclusivamente recíproca e socializante, tendo como pano de fundo um glossário abrangendo tema tão complexo como a cacauicultura.

Aos autores dos artigos que compõem esta obra, cujo compartilhamento de suas pesquisas e experiências foi fundamental para chegarmos até aqui.

À Universidade Estadual de Santa Cruz (UESC), pelo incentivo e pelo fornecimento de infraestrutura e pessoal para a realização deste trabalho.

Ao Prof. Jaenes Miranda, pela paciência e parceria para revisar tecnicamente os artigos aqui publicados, sendo preponderante para ajustar todos os trabalhos às exigências normativas e científicas.

Ao Prof. Henrique Tomé, pelas análises e considerações, além das suas manifestações de encorajamento para que a ideia seja uma iniciativa permanente na editoração de trabalhos científicos na academia.

Aos pareceristas, pelas percepções e recomendações que contribuíram para melhorar cada capítulo deste livro.

À Editus, pelo acolhimento e atenção.

Sumário

Introdução	13
-------------------------	-----------

ENSAIOS LITERÁRIOS

Capítulo 1

Cacau, riqueza de pobres

Francisco Mendes Costa, Naisy Silva Soares	19
--	----

Capítulo 2

Da fazenda ao chocolate

Francisco Mendes Costa, Valter Alves Nascimento, Raimundo Jorge Z. Costa	47
---	----

Capítulo 3

A formação da burguesia cacaueira

Valter Alves Nascimento, Suely Conceição Braga, Alessandro Fernandes Santana, Raimundo Jorge Zumaeta Costa	75
---	----

ARTIGOS CIENTÍFICOS

Capítulo 4

Competitividade na cadeia produtiva do cacau na Bahia em diferentes sistemas de produção

Naisy Silva Soares, Francisco Mendes Costa, Valter Alves Nascimento	103
--	-----

Capítulo 5

Efeito da taxa de câmbio do Brasil e do dólar sobre os preços do cacau

Naisy Silva Soares, Francisco Mendes Costa, Raquel Monteiro de Lemos	129
---	-----

Capítulo 6

Análise de previsão do preço do cacau através de uma série univariada de tempo: uma abordagem utilizando o método arima

Kaiza Correia da Silva Oliveira, Rosana Queiroz Santos, Daianne Gabrielle
Morais Behrmann, Naisy Silva Soares, Marcelo Inácio Ferreira Ferraz 143

Capítulo 7

Oferta de exportação do cacau do Brasil

Airton Lopes Amorim, Eliane Pinheiro de Sousa,
Daniel Arruda Coronel 171

Capítulo 8

Desempenho exportador do segmento cacau no Brasil

Wesley de Freitas Barbosa, Eliane Pinheiro de Sousa,
Naisy Silva Soares 197

Capítulo 9

A estratégia de diferenciação como perspectiva de mercado para o cacau fino

Almir Martins dos Santos, Givago B. Martins dos Santos,
Pricilla B. M. dos Santos 219

Capítulo 10

Desempenho do comércio brasileiro de cacau no Mercosul, de 1990 a 2011

Marina Alessandra Santos Vasconcelos, Naisy Silva Soares, Elenildes Santana
Pereira, Carlos Eduardo Ribeiro Santos 239

Capítulo 11

Estado e economia: uma análise da Região Cacaueira da Bahia

Pedro Lopes Marinho 271

Introdução

Nos últimos anos, a cacauicultura vem sobrevivendo com a acentuação de crises na atividade, motivada principalmente pelas oscilações de preços no mercado internacional que, estabelecendo cenários sombrios para o segmento produtivo que, pela incapacidade de agregar valores à matéria-prima, deixa o produto a ser manipulado à mercê do interesse do mercado internacional que, a despeito de usufruir, cada vez mais, das regiões produtoras, promove estratégias para manter o produtor cada vez mais vinculado e escravizado às variações nos preços, funcionando como a maré, num sistema de sobe e desce, de acordo com os interesses do setor chocolateiro.

Um bom indicador da caracterização da cadeia do cacau está na correlação de forças de seus atores, onde a predominância do comprador promove a prática de preços detestáveis, sob o ponto de vista da desvalorização da matéria-prima (amêndoas) e do encarecimento do chocolate, que tornou-se um bem de luxo no mercado consumidor, estabelecendo altos lucros ao compará-lo a outros bens originados de *commodities*. O diferencial dos valores entre as pontas da cadeia (produtor x industrial) é exponencial, podendo ser representado por uma pirâmide onde o setor produtivo se concentra na base, como numa pirâmide econômica, sendo que embaixo muitos com pouco, e em cima, poucos com quase tudo.

Um dos principais desafios da cacauicultura é quebrar a inércia que alimenta a vinculação das transações comerciais completamente vinculadas a um pequeno grupo de compradores, sediado nas bolsas de mercadorias americanas. O esfriamento dessas barreiras será possível com o produtor de cacau conseguindo se especializar em novos métodos de produção, próprios dos mercados especializados, que valorizam a matéria-prima, conforme a sua origem e procedência processual, capaz de se diferenciar dos padrões fixados pelo mercado tradicional de amêndoas.

O objetivo dessa obra é debater, com estudiosos e interessados, as limitações da cacauicultura como atividade econômica, impedida de atingir as elevadas taxas de desenvolvimento sustentável das regiões produtoras. Serão discutidos temas relacionados que interferem diretamente na conformação do sistema cacauero, como, por exemplo, a questão da internalização da pobreza nos locais de exploração, a comercialização, a qualificação e a relação matéria-prima e chocolate, os custos de produção, as exportações, as relações de trabalho e a institucionalização do produto.

A discussão se tornou plena e previsível pela constatação dos autores quanto à inflexão do cacau em suas relações intrínsecas, dentro da própria cadeia, não recebendo o tratamento adequado para sobreviver longe das crises que constituem uma enciclopédia de problemas vinculados a sua história. Esses infortúnios fazem o produtor conviver com um estado de angústia que o deixa destacado dentro de uma atividade fantasiosa, em razão da incapacidade de promover melhorias das regiões produtoras.

O texto é composto de 11 (onze) artigos, sendo os três primeiros destacados como Ensaio Literário, os demais como Artigos Científicos concernentes a temas intimamente ligados ao cacau, através dos quais os autores tentaram evidenciar como importantes, por se tratar dos mais problemáticos dentre os que compõem a cacauicultura na sua concepção de atividade agrícola totalmente voltada ao mercado internacional, até porque, mesmo o Brasil se tornando o 4º maior produtor de chocolate e o fato de

a produção de matéria-prima não suprir o mercado, a indústria chocolateira nacional desconsidera a lei da oferta e da procura, ditando os preços conforme os interesses do oligopsônio instalado no mercado comprador nacional.

O aviltamento dos preços da amêndoa é o causador da eterna fonte de escassez de recursos para aprimorar a produção de uma matéria-prima mais qualificada, pois está comprovado em estudos e apresentado no artigo *Da fazenda ao chocolate*, dos Professores Francisco Mendes Costa, Valter Alves Nascimento e Raimundo Jorge Z. Costa, que o produtor ainda mantém a atividade, pelo seu grau de apego ao cultivo.

Espera-se, com esta coletânea, fornecer subsídios para a formulação de políticas públicas que visem a estimular a cadeia produtiva do cacau no Brasil, bem como a contribuir para o planejamento da produção e comercialização desta *commodity*.

Espera-se, ainda, que os leitores encontrem aqui resultados e ideias que venham a contribuir para um melhor conhecimento da atividade cacaujeira e que estimulem novos estudos e pesquisas que ampliem e aprofundem o assunto, isso para cumprir o preceito aristotélico de que toda a arte e todo engenho são pensados com o propósito de fazer o bem e contribuir para a melhoria e o avanço da sociedade.

Francisco Mendes Costa
Naisy Silva Soares
(Organizadores)

ENSAIOS LITERÁRIOS

Capítulo 1

Cacau, riqueza de pobres

Francisco Mendes Costa¹

Naisy Silva Soares²

1 Introdução

O cacau foi um produto que durante 100 anos permaneceu absoluto como o mais deificado resultado da agricultura nordestina. O Brasil foi o país que impulsionou a produção econômica da esterculiácea no século XVIII, dinamizando-a no século XIX e alcançando o seu ápice no início do século XX, quando liderou a produção mundial, sendo depois substituído pelos países da costa oeste da África.

A cacauicultura assumiu a alavanca do desenvolvimento da Bahia, quando o sul do estado se destacou como o lugar mais adaptado para a evolução do cultivo, já que tentativas para outros cultivos não prosperaram, como a cana-de-açúcar e o café. Também as pastagens não encontraram ambiente apropriado para se erguerem, tornando-se capazes de promover a redenção de uma área que não representava o habitat de outras explorações agrícolas (MENDES COSTA, 2012).

O cacaueiro encontrou, na Mata Atlântica, predominante no litoral sul baiano, as condições para florescer, vez que suas características biológicas eram adaptadas ao ambiente de floresta, como o do sul da Bahia. Assim, neste lugar, o cacau encontrou o meio ideal para proliferar e edificar a riqueza de que a Bahia tanto

1 Economista, doutor em Ciências Sociais, Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade. Professor adjunto do Departamento de Ciências Econômicas da Universidade Estadual de Santa Cruz. *E-mail:* <frameco2014@gmail.com>.

2 Economista, doutora em Ciência Florestal. Professora adjunta do Departamento de Ciências Econômicas da Universidade Estadual de Santa Cruz. *E-mail:* <naisysilva@yahoo.com.br>.

necessitava para crescer e sustentar-se como unidade política e administrativa, pois as demais tentativas não obtiveram o mesmo sucesso. A Bahia estava se encaminhando para a condição de território sem perspectiva econômica e incapaz de se manter como província independente.

No final do século XIX, a cacauicultura passou a ser considerada como uma importante atividade econômica, comandada exclusivamente por fins lucrativos, quando o capital comercial começa a preponderar como incentivador da sua evolução no território sul baiano. O cultivo se tornou responsável pela formação de uma Região pujante e dinâmica por mais de 150 anos, todavia esse dinamismo esteve atrelado não somente a períodos de ascensão, mas também de crises. Nesse espaço temporal, as dificuldades estiveram ligadas aos preços e à falta de tecnologia de produção, considerados o “calcanhar de Aquiles” do cacau. A Região conseguia conviver com as crises, pois elas não foram impeditivas para a expansão da lavoura.

O cacau foi a riqueza que sustentou a máquina governamental e o crescimento do Estado por mais de um século, até que a vassoura-de-bruxa veio a desligar o elo existente entre o cultivo e a força patrocinadora do desenvolvimento estadual. Uma doença veio a quase dizimar esta cultura no início dos anos 1990, promovendo uma *débâcle* econômica e social, cuja trajetória se estende por 25 anos, desestrutura a relação de produção baseada numa lavoura que parecia ser eterna. O produtor imaginava que o cacau estava imune ao contágio. No Brasil, foi o monocultivo de vida mais longa dominando numa mesma área geográfica.

As crises da cacauicultura sempre convergem para a questão dos preços e das tecnologias utilizadas na lavoura, relevando a importância dos fatores ligados à estrutura social, a sua formação histórica e cultural. A formação do capital social esteve sempre imbricada a sua estrutura econômica, pois prevaleceram o sentimento de enriquecimento e a concentração dos fatores de produção. A estrutura vista da perspectiva do capital social,

representado por um conjunto de recursos enraizados em redes sociais, de usufruto de atores (individuais ou coletivos) e resultante de relacionamentos, conexões e laços, não foram atendidos (GRANOVETTER, 1985).

Nesse raciocínio, não é de se estranhar a leniência da própria sociedade regional em acomodar-se, mesmo estando a cacauicultura cada vez mais atingida pela agudeza da crise que se mostra impenetrável e sem solução. A classe produtora esteve desprovida dos preceitos informacionais da sua própria genealogia, onde o social deixou de ser valorizado como método e análise das relações e do comportamento do produtor, mesmo usufruindo de uma riqueza que, por si só, já indicava esgotamento por depender do equilíbrio da natureza e do próprio mercado em que se insere.

Pelo contexto, é de se indagar a rapidez do empobrecimento de uma sociedade cuja economia era a mais forte e tradicional, e por mais de 100 anos foi base e sustentação de toda uma população estadual. Além do mais, em três décadas (1960 a 1990), o crescimento da economia acompanhava a expansão da cacauicultura por força das novas tecnologias orientadas pela Ceplac, mas, em compensação, a poupança regional não cresceu na mesma proporção, aliás, o crescimento da riqueza gerada nesse período indica ter sido desviada da Região, com gastos supérfluos ou aplicados em outras atividades fora dela.

Outro raciocínio para servir como reflexão nesse espaço temporal foi a formação de um território composto de 90 municípios e 2 milhões de habitantes, que vislumbravam desenvolvimento pela robustez do cultivo do cacau, e que de repente empobreceu. As aglomerações produtivas do cacau perderam dinamismo, deixando para trás a sua tradição como unidades capazes de reunir verdadeiros batalhões de trabalhadores envolvidos na labuta para promover um produto, cuja existência representava a própria sobrevivência de toda a comunidade sul baiana.

Dessa forma, surgem questionamentos, do tipo: como uma

região rica e de melhor assistência técnica nacional se arrefece e em pouco tempo chega ao fundo do poço econômico? Questões deste tipo despertam a atenção deste estudo e tentam explicar também os limites ao desenvolvimento da agricultura regional. Com a temática aqui abordada, espera-se ajudar a esclarecer essas questões.

O estudo tem por objetivo central analisar como a força da lavoura foi essencial para a evolução do sul da Bahia, representando a redenção de uma Região e a sustentação financeira do orçamento estadual por mais de 100 anos, e porque, após a festa do centenário em pleno vigor, veio a falecer. Discute também a mais grave crise de sua existência, além do papel dos atores sociais na condução da cacauicultura regional.

A tese central desta análise é compreender as razões pelas quais o cacau é produzido somente em regiões subdesenvolvidas, e mesmo com potencial econômico, não consegue tirar essas regiões do empobrecimento, e por que seus produtores são dependentes da estrutura internacional de compra do produto, que o torna uma *commodity* comercializada por um oligopsônio, com total controle da circulação do mesmo. Tal caracterização dessa estrutura é fator impeditivo para tornar as regiões produtoras mais autônomas, principalmente pela flexibilidade dos preços, tendo em vista o controle pelo cartel de compra.

Acredita-se que a submissão do produtor de cacau ao sistema está relacionada ao baixo nível de conhecimento e à falta de empreendedorismo, que o faz desconhecer alternativas de mercado que valorizam novos tipos de produto, notadamente os chamados mercados especiais, que demandam produtos diferenciados, transformando a sua condição de *commodity*. Outra variável influenciadora está relacionada ao valor do capital social na constituição dos fatos predominantes da conformação do desenvolvimento da cacauicultura. Pode-se referenciar a sua ligação com os aspectos associativos pouco praticados na esfera das relações da sociedade regional, as cooperativas, os sindicatos e as associações, que tiveram vida curta em razão da pouca formação coletiva de

sua população. O fato de a economia regional ser originada da força de aventureiros, tendo no cacau uma forma fácil de enriquecimento, a avareza, o egoísmo e o isolamento foram comportamentos decisivos na formação da economia regional. Por consequência, aspectos sociológicos, como as redes sociais e o corporativismo de classe, não fluíram a partir do produtor e, por extensão, deixaram de ser praticados pela comunidade envolvida na cadeia do produto. Há de se entender que essa estrutura transmitiu um perfil de comportamento individualista à sociedade regional.

O fato de o cacau liderar a formação da riqueza do território sul baiano submeteu a economia da Região a crises, já que o produto sempre esteve submetido a conflitos, notadamente, e principalmente, os relacionados entre a oferta e a procura, deixando a primeira dependente dos interesses da classe industrial, que tornou a classe produtora obediente e acomodada ao processo de comercialização do produto. A subordinação consentida do produtor de cacau aos ditames dos compradores revela, em parte, a raiz do problema, que é a total apatia quanto à busca de soluções, o isolamento e a pouca prática de resolver as questões da lavoura de forma coletiva. O absenteísmo do produtor em relação ao seu próprio negócio é outro comportamento; ele costumava não se envolver diretamente com os problemas ligados ao agronegócio de que faz parte. A minimização da influência dos valores sociais e culturais como forma de manutenção prolongada da própria riqueza foi determinante para aprofundar a crise e a pobreza no sul baiano.

Pelo exposto, é fácil sintetizar claramente o pensamento de Geertz, (1997, p. 14), adaptado ao *modus operandis* da comunidade cacaueira, quando ressalta: “o homem é um animal amarrado a teias de significados tecidos por ele mesmo”. Quer dizer, a evolução da sociedade acontece em razão das amarras circundadas ao seu povo. Assim, pode-se entender que a economia sul baiana estagnou como resultado de um processo construído em todo o percurso da sua existência, prevalecendo a acumulação e o individualismo.

A cultura se produz

através da interação social dos indivíduos que elaboram seus modos de pensar e sentir. Constroem seus valores, manejam suas identidades e diferenças e estabelecem suas rotinas (BOTELHO, 2003, p. 2).

É possível ver a cultura

como parte da socialização das classes e dos grupos na formação das concepções políticas e no modo como a sociedade adota em diferentes linhas de desenvolvimento (CANCLINI, 1987, p. 25).

A atividade cultural exerce um importante papel na formação social e política dos indivíduos, e nesta seção ela será discutida com base na história da Região Cacaueira da Bahia.

2 A formação da economia cacaueira. Aspectos antropológicos do sul da Bahia

A exploração do cacau trouxe para a Região de Ilhéus, no sul da Bahia, o desenvolvimento, e com este os mais diversos tipos humanos que ali aportavam atraídos pelas histórias de terras férteis e dinheiro em abundância. Para todos que chegavam, Ilhéus era a primeira ou a última esperança.

A consolidação do desbravamento, nas palavras de Adonias Filho (1976), foi “conduzido a fogo, pólvora e machado”. Foi a fase, hoje lendária, dos desbravadores, que tiveram de se valer da força de trabalho assalariada e de toda sorte de aventureiros dispostos a se colocar firmes na tarefa de cabruçar, expulsar indígenas, enfrentar feras e epidemias para plantar cacau e fundar povoados.

Dentre as pessoas vindas de longe, iludidas por essa febre, Amado descreve figuras dos mais variados perfis, desde pequenos

lavradores que sonhavam com roças de cacau só suas, a aventureiros e trapaceiros que se viam ganhando muito dinheiro à custa da ignorância dos velhos coronéis milionários. Os advogados eram bem-vindos em Ilhéus, onde faziam fortunas. Os grandes latifundiários, quando queriam se apossar de um roçado vizinho, para gananciosamente aumentar seu patrimônio, solicitavam de um advogado um "caxixe", documento falso de propriedade, que expulsava o pequeno lavrador de sua área de exploração (AMADO, 2000).

Assim, de um dia para o outro, o genuíno plantador de cacau se via forçado a deixar sua lavoura, conquistada, na maioria das vezes, com muito sacrifício. Se, no entanto, opunha resistência, era morto pelos jagunços do coronel, em "tocaia".

O patriarcalismo, o clientelismo e a violência na Região do Cacau, no começo do século XX, onde imperavam a lei do mais forte e a demonstração do poder, foram a dinâmica que envolveu a formação da economia cacaueira, havendo predomínio da injustiça social e da exploração do trabalhador. A formação da zona cacaueira da Bahia é centrada nas disputas entre proprietários rurais pelas terras ainda devolutas do sul do Estado e na exploração do trabalho.

As contradições que caracterizam a formação social, as injustiças que perpassam as divisões de classes, a política mandonista, a ocupação da terra dividida em feudos ocupados por coronéis despóticos, o jogo do prestígio político, a esperteza da "máquina mercante" são denunciados por Jorge Amado em sua obra *São Jorge dos Ilhéus*.

De acordo com Amado, existe a questão comercial da exportação e do exportador, intermediário que não se contenta com os lucros e quer ser dono da terra para melhor controlar o mercado e consolidar o poderio. As sutilezas da abominável máquina mercante transformam a Região de Ilhéus e arruína seus moradores. O intermediário local, o exportador, empresta dinheiro a juros altos, exigindo a terra em garantia, à espera da baixa do cacau para se apropriar dos bens dos fazendeiros endividados. A operação de barganha continua sendo lesiva ao produtor da mercancia

tropical, assim como o foi no tempo da Colônia. O espaço de tais conflitos é o município de Ilhéus, pela sua força comercial e sua pujança econômica (AMADO, 2000).

A febre do cacau, a sede de dinheiro, que gera poder, as ruas compridas onde as prostitutas, nas janelas, entoam as cantigas de oferecimento de sua mercadoria, os fornos de secagem de cacau como maquetes do inferno, tudo, enfim, em função de uma máquina mercante que os leva de roldão, numa enxurrada de sangue e lágrimas. Uns e outros atirados no vendaval do capitalismo em que sempre vence o mais esperto (AMADO, 2000).

Para o autor, não havia consciência das classes exploradas – seja ela de fazendeiros ou de peões, fazendeiros engolindo os pequenos lavradores e sendo engolidos pelos exportadores – ambas sem uma visão mais ampla de sua condição e de seu futuro (AMADO, 2000).

A sintomática popularização do valor material do produto constituiu durante a sua história a conotação do cacau como um bem precioso, que a natureza provê, bastando ter as condições logísticas para efetivá-lo. É como Jorge Amado pontificava: *à sombra do cacau o produtor tudo podia*. O Bataclan era o local de lazer preferido pelos coronéis do cacau, que se contentavam com as raparigas oferecidas por Maria Machadão, que importava mulheres, inclusive europeias e argentinas, para consumo sexual dos fazendeiros do cacau, que, além de mulheres, consumiam preferencialmente produtos importados ou vindos de outras regiões. Tais preferências não se comparam aos gastos empreendidos por aqueles cujas relações sociais eram concretizadas fora da Região, cujas referências eram os estilistas que estavam na mídia, dominando a moda do momento (AMADO, 2000).

A inexistência de escolas públicas ou privadas de qualidade na Região promovia a transferência dos jovens da Região para Salvador e para o Rio de Janeiro, locais onde a educação oferecida era reconhecidamente de boa qualidade. Para o fazendeiro era mais cômodo enviar o filho para as capitais, que reivindicar do governo a implantação de escolas no local onde vivia com os familiares.

Em todas as culturas, o processo pelo qual o interesse particular suplanta a lei geral faz-se acompanhar de crises mais ou menos graves e prolongadas, que podem afetar profundamente a estrutura da sociedade. Essas crises constituem um dos temas fundamentais da história social. Holanda (2006), quando vaticinou esse pensamento, quis ilustrar as mudanças da sociedade promovidas pelas novas formas de trabalho e a sua influência nas relações familiares como determinantes das transformações da sociedade. A comunidade cacauueira é um exemplo vivo de como o status de um povo foi duramente penalizado pela convivência com as crises, que se evidenciaram endógenas do próprio cultivo, perpetuando os *modus* sociais no transcorrer da sua história.

3 O cacau e o ambiente adequado

O cacau, pelas suas características biológicas, adapta-se às condições de clima e solo, onde prevaleça o equilíbrio ambiental, notadamente regiões dominadas por florestas tropicais. Por isso, os países que detêm essas condições foram favorecidos com o florescimento do cultivo. Destacam-se, na América do Sul, o Brasil e o Equador como os maiores e melhores produtores, enquanto na África se estendeu por vários países (Camarões, Costa do Marfim, Gana, Nigéria), sobressaindo e ostentando a grande produção mundial. São regiões onde o subdesenvolvimento multiplica a pobreza e a concentração da riqueza; apesar do cultivo ser explorado em pequenas propriedades, estas são maculadas e afogadas pelo tipo de relação a que estão submetidas. Pode-se dizer que a ecologia dessas regiões é indulgente, pois ela permite que o cacau floresça sossegadamente e em simbiose com a natureza prevalecente, facilitando que a pequena família se aventure a plantar, estabelecendo assim um território tornado culturalmente o lugar do cacau, cuja característica mais significativa é a de deixar a Região dependente de seu cultivo.

No Brasil, três regiões se tornaram produtoras de cacau:

o sul da Bahia, local aquinhoado por importante faixa da Mata Atlântica, que sobreviveu, por esse período, graças ao cultivo, que a protegeu. No norte do Espírito Santo, também possuidor das mesmas características do sul da Bahia, floresceu vasta área de plantio e foi base para o crescimento do norte daquele Estado. A Região Amazônica, que por sua natural condição de área densamente florestada, local de onde o cacau surgiu espontaneamente e causa para multiplicação em outras partes do Brasil e do mundo, ofereceu variedades da espécie que povoaram o mundo. O Estado do Pará é, hoje, o segundo maior produtor nacional, depois da Bahia, o principal e mais tradicional local de plantio.

Verifica-se que essas regiões apresentam semelhanças de características no *modus* de produção. Na Bahia e no Espírito Santo, principalmente, prevalecem a concentração da terra e da produção em poder do grande e do médio produtores, apesar do maior número de propriedades estar sob controle do pequeno produtor. Enquanto, na Amazônia, a posse da terra e a produção estão mais bem distribuídas, prevalecem o pequeno e o médio produtores. Mediante a aparência do *modus* de produção, essas regiões, no entanto, apresentam diferenças quanto ao tipo de produtor. Na Bahia e no Espírito Santo, o médio e o grande produtores são absenteístas, apenas o pequeno produtor reside na propriedade e a transforma no local de manutenção da sua família totalmente envolvida em produzir outros cultivos para alimentação e formação da renda da prole. Na Amazônia, os produtores, grande e pequeno, na sua maioria, transformam a propriedade em negócio cuja diversificação se caracteriza como iniciativa importante para torná-la fonte de renda permanente, tirando-lhe a pecha de subserviência a um monocultivo e os percalços que sempre apresentam.

O cenário de produção na África apresenta perfil diferenciado, geralmente a produção é processada em mini e pequenas propriedades, prevalecendo a mão de obra familiar. As médias e grandes propriedades utilizam mão de obra assalariada, mas pela sua escassez no mercado dos maiores produtores, Costa do Marfim e

Gana importam mão de obra infantil dos países vizinhos, normalmente mais pobres, e a escraviza nas fazendas de cacau. Pode-se inferir que a maior parte do cacau consumido nos países desenvolvidos é oriundo de produção desumana, portanto, ilegal e imoral para os tempos modernos, pois é produzido por inocentes, que se escravizam pela troca enganosa do salário, enquanto suas famílias, do outro lado da divisa territorial, esperam se afastar da miséria absoluta através do sonho de que os braços dos filhos amainarão a escassez de renda, que grassa em seu país.

4 A comoditização do cacau mundial

No passado, os países produtores representados pela Organização Internacional do Cacau (OIC) jamais conseguiram fazer o Acordo Internacional do Cacau (AIC) ser um fórum funcional. O Brasil era o membro que mais insistia na ampliação do “Estoque Regulador” para dosar a oferta do produto, enfim, melhorar os preços junto aos compradores. A OIC sempre foi um organismo de difícil sustentação dos seus propósitos. A África, como maior produtora, e em razão da influência do “Cartel do Cacau” nos governos dos países produtores daquele continente, nem sempre acordava com as propostas dos continentes de menor produção, deixando o mercado operar conforme os interesses da procura (CEPLAC, 1980).

O maior entrave para organizar o mercado pelos ofertadores é que, sendo o cacau produzido por países pobres, notadamente os da África, com 64% do total, onde se tornou a principal riqueza gerada, notadamente em Gana, Costa do Marfim, Camarões, Nigéria, entre outros, os governos desses países assumiram a comercialização do produto, retirando completamente qualquer possibilidade dos produtores influenciarem no mercado. Alia-se, ainda, o fato da produção se operacionalizar por pequenos produtores, onde a agricultura familiar está dependente dos métodos oficiais do governo, que a subjuga.

No caso brasileiro, apesar da produção se realizar de forma democrática, 80% da produção é operado na média e grande propriedades. Para o governo, o cacau é um produto-problema, pois sempre dependeu do apoio governamental para retirá-lo das crises. Essas crises sempre estiveram atreladas aos preços e ao câmbio. Na trajetória da cacauicultura brasileira, o produtor compensava os preços com o aumento da área de plantio. A produtividade da cacauicultura foi outra variável emblemática; a Bahia, detentora das áreas mais apropriadas, confiou demais na força da natureza e mesmo com a tecnologia sugerida pela Ceplac, os níveis de produtividade da cacauicultura baiana estiveram estacionados na média de 40@/ha.

A indústria chocolateira constitui um dos oligopsônios mais organizados do mercado de *commodities*, corporizado num cartel poderoso, cuja dinâmica controla o mercado mundial, oferecendo preços aviltados, promovendo a dependência do produtor às Bolsas de Mercadorias, que sofrem influências dos compradores. Não parece fácil mudar a tradição dos métodos de produzir e de vender o cacau. Para os produtores, a intervenção do Estado é indispensável para mudar a condição do cacau na sua concepção mercadológica, estabelecer o preço mínimo. O produtor, tendo um preço garantido que cubra os seus custos, imagina que tudo vai melhorar. Esse é o sentimento na classe produtora nem sempre alcançável.

Descomoditizar o cacau não é encaixá-lo na lista de Preços Mínimos do governo; há que definir algumas estratégias, como instituir *Indicações Geográficas* para tornar o produto do lugar diferenciado, conseguindo, assim, o reconhecimento do mercado especializado. Por exemplo, o sul da Bahia poderia produzir cacau fino, cacau orgânico, cacau florestado, enfim, modalidades de produtos voltados para nichos de mercado que valorizam especialidades capazes de atender aos consumidores de desejos específicos, notadamente os de segmentos mais apurados.

A produção especializada faz o contraponto com a tradição regional, onde sempre se antecipou a venda, pois o produtor não tinha liquidez para manter as atividades da fazenda durante todo

o seu processo. É assim que o produtor regional tem conseguido sobreviver, “vende o almoço para comprar o jantar”. Desta forma, alterar metodologicamente as técnicas de produção para transformar o seu produto em um bem diferenciado depende de novos investimentos na fazenda. Além do mais, a Indicação Geográfica deve ser constituída num ambiente de solidariedade, alianças, organização, quando o espírito associativo passa a se constituir num aliado importante para que uma Região se ajuste às definições técnicas de uma especialidade. Será que no caso do cacau baiano essas condições serão estabelecidas convenientemente? São desafios.

Para descomoditizar uma matéria-prima, cuja oferta está atrelada às leis de mercado, é necessário cumprir alguns requisitos: (i) entender o mercado, (ii) organizar a demanda, (iii) definir qualidades e procedimentos da produção, (iv) encontrar os canais de vendas adequados, (v) definir estratégias para cada mercado.

Nessa meta, a Bahia pode aproveitar o momento para desenhar um plano estratégico para o cacau baiano. Necessita fazer um trabalho de marketing para que o estado tenha presença constante no mercado consumidor, como faz a Colômbia, que estabeleceu a marca do melhor café, portanto, o mais caro. No Brasil, os produtores de café têm conseguido melhorar a colocação do produto em mercados especializados. O sul de Minas tem introduzido Indicação Geográfica para alguns tipos de café; há exemplos de produtores conseguindo elevados preços, portanto, bem maiores que os do mercado doméstico. A diferença de preço compensa categoricamente a perda de produtividade da lavoura, que deixa de usar insumos químicos na sua produção.

A produção de bens especiais, como os citados para o cacau, não pode ser feita com base na aplicação de insumos (defensivos, fertilizantes químicos, etc), por exigência do próprio mercado. Portanto, levar em consideração o aumento de produtividade em processos produtivos monitorados pelos compradores é uma missão desesperadora para quem se propõe a atender eficazmente a esse tipo de mercado, pois aumentar a produção é uma premissa

para compensar os desafios de quem entra numa nova metodologia de produção para aliar qualidade com ganhos compensatórios.

A alternativa de manter os atuais métodos de produção, buscar novas tecnologias (da engenharia genética aos insumos menos impactantes ao ambiente ecológico da Região) para o aumento da produtividade parece mais exequível ao tipo de produtor que tem a Região. O aumento da produtividade compensaria a inflexão dos preços. Produzir cacau nessas circunstâncias se tornará bom negócio, pois o mercado indica que haverá queda dos estoques reguladores nos próximos 10 anos.

A outra forma de descomoditizar o cacau seria a sua industrialização na própria Região, mas historicamente ela foi refém da falta de empreendedorismo para instalar um polo regional de chocolates. Deixou criar o centro industrial de manufatura do cacau em Ilhéus para exportar subprodutos, método que nunca melhorou os preços internamente; o cacau continuou sendo negociado com base na cotação dos preços da Bolsa de New York. Toda a agregação com a industrialização fora acumulada pelos industriais, que não transferem nenhuma vantagem para o sacrificado produtor.

5 A riqueza e os índices sociais dos principais países produtores

A economia e os indicadores sociais dos países produtores de cacau, que têm no produto a principal fonte de renda da nação, apresentam semelhanças nos índices medidores da economia e da distribuição entre a população dessas unidades. A TABELA 1 apresenta os dados relacionados ao desenvolvimento desses países. Os países da África, em especial, por serem os maiores produtores mundiais, demonstram claramente que por ser a economia dessas nações dependente do cacau é insuficiente para retirar a sua população da pobreza, comprovando uma afinada relação do cultivo com as condições de desigualdade em que o povo dessas localidades é impulsionado a viver.

TABELA 1 – Índices econômicos e sociais dos países produtores de cacau

País/ Continente	Índice de Pobreza	Ano	PIB US\$ bilhões	PIB per capita US\$	IDH	Índice de Gini	Alfabet %
Camarões – África	48	2010	40	2.088	0,460	44,6	67,9
Nigéria – África	70	2010	216	2.422	0,423	43,7	61,0
Costa do Marfim – África	42	2010	33	1.716	0,397	44,6	48,7
Gana – África	29	2010	31	426	0,54	39,4	57,9
Equador – América do Sul	29	2010	118	8.000	0,724	49,3	91
Brasil – América do Sul	21	2010	2.070	19.016	0,715	54,3	89

Fonte: Index Mundi-2013.

Nota: Adaptação dos autores.

Na TABELA 1, verifica-se a diferença da pobreza absoluta dos países da África, comparativamente aos da América do Sul. Essa assimetria acontece pela dependência dos países africanos a um único produto, como é o caso de Camarões, Costa do Marfim e Gana, que têm no cacau a sua mais forte e principal base da economia. A riqueza produzida pelo cacau não consegue aliviar essas nações de um dos mais excludentes sistemas de vida do mundo, onde 70% da população estão vivendo na pobreza absoluta, correspondendo a um perfil onde a riqueza está centralizada no Estado, que domina a comercialização do cacau.

Camarões e Costa do Marfim, onde o cacau é o exclusivo produto da economia, apresentam elevados índices de pobreza (48 e 42%), respectivamente, caracterizando que quase metade da população está fora da economia gerada. Os dados apresentam ainda particularidades quanto aos indicadores sociais desses países, que em termos de comparação os colocam nos piores *rankings* do planeta. Assim, observa-se que, em relação aos aspec-

tos sociais, apesar de péssimos, Camarões ainda os apresentam melhores que o seu vizinho Costa do Marfim, que sendo o maior produtor mundial se destaca entre eles como o de índices mais deformados, conforme demonstra a Tabela 1, onde em todos os itens estudados a Costa do Marfim é o que se destaca como o mais pobre em termos de indicadores sociais.

Gana, apesar de ter no cacau também a sua principal riqueza, apresenta os dados sociais mais confortáveis na questão pobreza, pois perante os demais, conforme a TABELA 1, o número da população vivendo na mais cruel das desgraças está em 29%. É possível que a maioria da população ainda esteja vivendo no campo, onde as condições de sobrevivência são menos drásticas que as do meio urbano. O índice de alfabetização do país, em torno de 58%, demonstra que a população rural não tem ainda fácil acesso ao sistema escolar do país. Outro item que indica o nível de pobreza e de concentração da riqueza no país é o da renda per capita, da ordem de US\$ 426, considerada uma das mais baixas do mundo. O cacau é a principal atividade econômica para mais de 700.000 famílias ganenses, representando cerca de 6,30 milhões de pessoas (que representam cerca de 30% da população total) dependendo do cacau para sua vida. Numa avaliação sistêmica, Gana está classificada em rankings de extrema dificuldade econômica e social, o que demonstra ser o cacau uma riqueza que internaliza a pobreza de quem depende exclusivamente dele (INDEX-MUNDI, 2010).

Na América do Sul, o Brasil e o Equador, os maiores produtores, não se deixaram dominar por apenas um cultivo como base da economia. O primeiro possui uma economia diversificada e se destaca como líder do continente. O segundo, assim como a Nigéria, na África, tem o petróleo e o cacau como os seus principais carros-chefes da economia. No entanto, os dados sociais do Equador apresentam-se equidistantes dos apresentados pela Nigéria, que se destaca com um dos mais graves índices de pobreza (70%); o Equador aparece com 29%, menos da metade do seu congênere.

Quanto aos dados sociais, os dois países sul americanos,

apesar de estarem ainda ranqueados em situação de emergência, ao se comparar com os países africanos, ainda estão em posição relativamente favorável ao se distanciar velozmente daquelas nações, pois todos os índices listados na TABELA 1 são favoráveis aos países da América do Sul. Em termos da avaliação do Banco Mundial e dos organismos da ONU, a comparação desses dados figura o Brasil como país desenvolvido frente aos países da África, enquanto o Equador se destaca por apresentar indicadores mais confortáveis que o “continente negro”. Apesar de o país ainda apresentar uma alta taxa de pobreza, 29%, igualando-se, por exemplo, à de Gana, na África, os indicadores sociais são plenamente favoráveis, pois o seu povo tem alto nível escolar (91%), cultura milenar, a sua população é de origem indígena, que demonstra alta carga de cultura religiosa e social, o que a coloca em condição de sobrevivência fora da pobreza absoluta, pois foi adaptada e aprendeu a estabelecer a sustentabilidade da economia de montanhas e de clima equatorial (BANCO MUNDIAL, 2001).

No caso específico da produção de cacau no Brasil, os principais estados produtores apresentam características que também se diferenciam da África, não dependem exclusivamente do cacau; a economia diversificada lhes proporciona capacidade para estabelecer indicadores mais próximos aos do Brasil. A TABELA 2 vai realçar o comparativo dessas unidades federativas com o perfil apresentado pelos países africanos, que têm no cacau a sua principal base econômica.

TABELA 2 – Índices econômicos e sociais do Brasil e dos principais estados produtores de cacau

(Continua)

País/ Estado	Índice Pobreza	Ano	PIB US\$ Bilhões	PIB per capita US\$	IDH	Índice de Gini	Alfabet %
Brasil	21,0	2010	2.070,0	19.016	0,715	54,3	89,0
Bahia	38,5	2010	137,1	9.365	0,767	53,4	83,4
E. Santo	12,6	2010	82,1	23.776	0,821	48,7	92,0
Pará	36,7	2010	49,5	7.707	0,782	50,7	86,2

País/ Estado	Índice Pobreza	Ano	PIB US\$ Bilhões	PIB per capita US\$	IDH	Índice de Gini	Alfabet %
Rondônia	26,9	2010	15,0	10.320	0,756	46,5	91,6
Litoral Sul da Bahia	34,6	2010	17,4	8.700	0,625	52,5	85,1

Fonte: BACEN, 2010; IBGE, 2010.

Nota: Adaptação dos autores.

A TABELA 2 apresenta comparativamente os indicadores dos quatro principais produtores de cacau do Brasil. Analisados entre si, conotam valores proporcionais à economia de cada. Assim, é de se observar que os índices de pobreza, excetuando o Espírito Santo, nos demais estados apresentam valores muito acima da média brasileira, em que a Bahia, o principal produtor nacional de cacau, ostenta um dos piores índices do país (38,5%), superior, inclusive, a países como Gana e Equador (29%). Há de se levar em consideração a extensão territorial do Estado, em que mais da metade está localizada em regiões desprotegidas, onde a seca limita a atividade agrícola. Em relação a outros indicadores, a Bahia aparece como o Estado com pior perfil social, possui a menor taxa de alfabetização, a maior taxa de Gini, representando maior concentração de riqueza, descompensando mais de um terço da sua população, castigada e obrigada a viver na pobreza absoluta. Os indicadores da região produtora de cacau da Bahia corroboram os dados apresentados pelo Estado, vez que, nessa área, a taxa de urbanização alcançou nível superior à capacidade física e de serviços das cidades, que receberam compulsoriamente a população rural evadida do campo, após a crise do cacau.

Em razão das cidades do sul da Bahia terem sido invadidas pelos trabalhadores do cacau fugidos do campo em busca de trabalho, as prefeituras não conseguiram se planejar para alocá-los em locais adequados de moradia e mesmo de ocupações. As cidades do cacau se tornaram entornos de convivência de novos

modus sociais, pessoas sem qualificação para enfrentar atividades urbanas passaram a sobreviver da informalidade e a se envolver com o crime urbano (drogas, furtos, mendicância, entre outros). As condições sociais a que essa população foi submetida involuntariamente foi consequência do trauma econômico provocado na região produtora baiana, em razão da incidência da vassoura-de-bruxa, que abateu a lavoura cacaueteira. Isso denota a dependência dessa Região umbilicalmente ligada ao cacau, criador do comportamento de comodismo do produtor que teve somente neste cultivo a sua fonte de renda.

O Espírito Santo não foi incomodado pela incidência da vassoura-de-bruxa em seus cacauais, pois a crise do cacau se localizou no norte do Estado, onde outras atividades econômicas eram exploradas, notadamente o café conillon, que veio a se tornar a mais importante atividade agrícola do Estado. Nessas condições, a crise da cacauicultura no norte capixaba pouco impactou na economia estadual, conforme demonstra a TABELA 2, onde o Estado apresenta indicadores invejáveis em relação aos demais produtores de cacau no Brasil. Fica evidenciado que a unidade capixaba atingiu índices de Estado desenvolvido, à semelhança de seus pares da Região Sudeste.

O Pará, segundo maior produtor nacional de cacau, pela sua majestosa territorialidade, condições ambientais (a maior parte de suas terras é coberta pela Floresta Amazônica), tem características diferenciadas dos demais estados produtores. Mesmo assim, conseguiu se tornar grande produtor graças à política de distribuição de terra, aportando interessante contingente de pequenos agricultores que tinham no cacau a esperança do êxito, tomando como referência o exemplo do sul da Bahia, onde o cultivo fora plantado debaixo da floresta. A exploração do cacau está distribuída em várias regiões do Estado, não se constituindo, portanto, monocultura, pois pelas condições oferecidas pela floresta amazônica, o produtor tem alternativas de outros cultivos, melhorando a sua capacidade de sobreviver da agricultura e da floresta.

Apesar de o Estado apresentar indicadores semelhantes aos da Bahia, deve-se levar em conta que os índices de pobreza se caracterizam pela concentração de habitantes nas grandes cidades do Estado, por efeito da urbanização que assola a humanidade. Mesmo com baixos indicadores, o Pará, comparativamente aos países da África, apresenta qualidade de vida superior, indicando que o Estado não é dependente da cacauicultura como principal atividade econômica.

Rondônia, também na Amazônia, é potencialmente grande produtor de cacau, a sua colonização fora incentivada para torná-lo o maior produtor de cacau da Região. No entanto, os colonos oriundos do sul do país souberam diversificar as suas propriedades com outros cultivos, que os tornaram libertos da subserviência da monocultura cacauieira. O Estado, mesmo estando numa região emblemática, conseguiu alcançar indicadores melhores que os da Bahia e do Pará, estados tradicionais da constelação brasileira.

O litoral sul da Bahia compreende 3 microrregiões (Valença, Ilhéus-Itabuna e Porto Seguro) abrangendo 70 municípios. É a região produtora e de influência do cacau na Bahia; apesar das características climáticas, cada uma desenvolveu aptidões, de acordo com a evolução da cacauicultura. No seu percurso econômico e social, foi atraindo atividades diferenciadas até como alternativa ao próprio cacau. O fato é que apenas a microrregião Ilhéus-Itabuna continua tendo o cacau como a principal atividade rural e base da economia agrícola da área. Os indicadores sociais da mesorregião, conforme demonstra a TABELA 2, caracterizam-na como região pobre, tendo em vista os dados econômicos e sociais. Assim, o índice de pobreza está próximo ao do Estado da Bahia e superior ao de Gana, na África.

A riqueza da Região medida pelo PIB, de US\$ 17,4 bilhões, é maior que o de Rondônia, porém a renda per capita é inferior a daquele Estado. Esses índices indicam que a Região Cacauieira baiana está com valores sociais abaixo das outras regiões produtoras de cacau do país.

Outro indicador que determina a pobreza das regiões e dos produtores de cacau está relacionado ao preço recebido pelos caucultores, conforme TABELA 3, demonstrando que o produtor está submetido a subpreços, conforme o tratamento dado pelas políticas agrícolas dos países envolvidos.

TABELA 3 – Percentual dos preços recebidos pelos produtores como margem dos preços exportados FOB. Média do período em U\$ 1,00

Ano/País	Brasil	Equador	Camarões	Costa doMar- fim	Gana	Nigéria
1981-1985	72,8	75,1	55,4	55,1	113,8	120,9
1986-1990	68,6	71,5	70,9	59,9	37,3	96,1
1991-1995	78,9	80,8	85,7	65,6	48,2	101,2
1996-2000	82,0	84,5	62,1	50,5	101,2	89,0

Fonte: ICCO, 2000.
Nota: Adaptação dos autores.

De acordo com a TABELA 3, os preços recebidos pelos produtores estão relacionados aos preços de exportação desses países, demonstrando a sangria a que o produto é submetido, levando em conta que os exportadores, através dos seus agentes compradores, praticam deságios elevados. Por outro lado, nos países em que não há liberdade no mercado, como é o caso de Camarões, Costa do Marfim e Gana, os governos controlam os preços internamente e estabelecem preços mínimos ao produto, retiram parte da receita que, na prática, seria do produtor. Dessa forma, verifica-se que nos países de mercado aberto (liberdade de mercado), como Brasil, Equador e Nigéria, os preços do cacau pagos ao produtor são mais altos, não obstante, há ainda o controle dos preços, realizado nas bolsas de mercadorias dos países compradores, que os submetem a desvalorizações constantes, tornando o produtor incapaz de planejar seus custos, tendo em vista a prática de *dumping* operacionalizado pelo oligopsonio instalado no mercado.

A cadeia produtiva do cacau se estrutura como numa pirâmide populacional, onde a base acumula um maior número de pessoas pobres, que são os produtores e trabalhadores do cultivo. Mesmo reunindo o maior contingente da cadeia, são os que menos acumulam renda, uma vez que grande parte da riqueza formada nela acontece no ápice da cadeia, onde estão as indústrias, que agregam valores fantasiosos ao chocolate produzido. Portanto, apesar da grande concentração de propriedades e de pessoas alocadas na base da pirâmide, esse contingente se constitui como massa de manobra, por obter entre 10 e 15% da renda gerada na cadeia do cacau.

A razão do aprofundamento da pobreza nas regiões produtoras de cacau está alicerçada no gap entre os preços da amêndoa e os do chocolate, pois é ainda uma *commodity* em que o ofertador se deixou dominar pelo comprador ao permitir que os preços sejam decididos pelo corretores das bolsas de mercadorias dos países importadores, ao invés da natural precificação orientada pelas leis do mercado livre, onde a oferta determina a sua própria demanda.

Ressalta-se a liquidez que os compradores instituíram através de redes de comercialização nas mais longínquas áreas de produção, constituindo, assim, a melhor malha de compradores de um produto agrícola no continente, promovendo o sistema de adiantamentos (venda antecipada), estabelecendo um sistema de dependência do produtor na cadeia. A qualquer momento que o produtor necessitar de liquidez, o comprador está apto a atendê-lo em sua plenitude, criando, dessa forma, uma relação financeira umbilical entre ambos, aumentando, em contrapartida, a dependência e o comodismo do produtor em sair desse esquema de negociação estabelecido pelo sistema de comercialização do cacau, denotando plena submissão da parte rural da cadeia à ponta mais forte, que é a industrial.

Pelo visto, denota-se a existência do subjugo do produtor ao sistema de comercialização internacional, onde a dependência pelas decisões tomadas alhures o torna mero participante da cadeia ou simples fornecedor da matéria-prima, alguém que desconhece

quem compra resultado do seu labor, que é a base para confecção do bem mais desejado pelo consumidor, o chocolate, que rende a parte mais significativa de toda a cadeia. Fica implícito, portanto, a não existência de sinergias na linha vertical da cadeia do cacau. Tanto o industrial como o corretor das bolsas estão sempre a depenar o produtor, deixando-o cada vez mais sujeito às flutuações determinadas pelos interesses do aumento da lucratividade do chocolateiro.

Dessa forma, não há preocupação em melhorar a condição do produtor nem de incrementar o desenvolvimento das regiões produtoras, pois o objetivo do desenvolvimento relaciona-se à avaliação das liberdades reais desfrutadas pelas pessoas, às capacidades individuais, e dependem, crucialmente, entre outras coisas, das disposições econômicas, sociais e políticas do meio em que esse grupamento se insere, seja ele um município ou uma microrregião. O tamanho não importa, o que mudam são as multimotivações e os interesses que se entrelaçam (SEN, 1999).

6 Conclusões

O fato de o cacau ser explorado em regiões tropicais, portanto áreas onde prevalece o subdesenvolvimento, é fonte para a produção de espécies normalmente de consumo externo. O sul da Bahia e os países da África, colonizados pelos europeus, incentivaram, nesses locais, a exploração de espécies que o velho continente não tinha propensão a fazê-lo. Além do mais, as transformações oriundas da força civilizatória que se processava nos principais países europeus por consequência da Revolução Industrial demandavam matérias-primas para municiar a industrialização do continente, que as suas colônias tinham em abundância. Há de se evidenciar a predisposição dessas colônias em se tornarem celeiros de produtos agrícolas pelas potencialidades de clima e ambiente tão propícios à produção de alimentos.

O cacau foi considerado exótico pelas suas qualidades organolépticas que os incas e os maias já santificavam e que os espanhóis passaram a utilizar como alimento de seus desbravadores e colonizadores na América Central, introduzindo-o na Europa, vindo a se constituir um bem precioso pelas suas qualidades energéticas e medicinais, para cuja utilização a industrialização soube atrair o interesse da população, por ser um produto altamente diferenciado, o chocolate. O aumento da demanda instrumentalizou os governos e investidores dos principais países europeus a incentivar a introdução de cacauais nas suas colônias, notadamente na América do Sul, inicialmente no Brasil, pelo Império Português. Com o sucesso da iniciativa, o governo espanhol tomou a mesma decisão, introduzindo no Equador, Peru, Colômbia, Venezuela, suas colônias com clima adequado, pois a espécie é de origem americana, já adaptada na América Central.

Da mesma forma, a França e a Inglaterra repetiram o feito, levando sementes para introduzir a espécie na África, onde estavam as suas principais colônias, lugares em que o cacau obteve uma rápida evolução, sendo plantado justamente onde as condições climáticas eram semelhantes às da América do Sul. As colônias africanas foram induzidas a manter o cultivo como fundamental para a organização da economia, por conseguinte, a sobrevivência desses locais como futuros países, que por certo iriam obter sua independência. O cultivo do cacau se expandiu no continente africano, cujos países produtores passaram a depender da atividade como sustentação da economia desses locais, não permitindo que outras atividades agrícolas tivessem a mesma importância, deixando o cacau dominar como se um vício, onde quem passa a cultivá-lo dificilmente se livra dele, mesmo sendo uma atividade econômica sujeita à dominação de quem compra.

A estrutura formada em torno do cacau parece uma teia de aranha, se transforma num ópio, quem o cultiva e o consome passa a ser sufocado pelos seus fios. Depois de envolvido, é absorvido plenamente, desejando se libertar, mas estar enrolado nos

fios doces do fruto de ouro cria uma dependência abundante ao sistema no qual se enrolou. Existem dificuldades para se libertar do vício do cacau, mesmo consciente da manipulação exercida pelos compradores, que especulam os contratos efetivados nas bolsas de mercadorias americanas e europeias, que ditam preços para manter o produto num sistema de crises, limitam a formação de reservas ou poupanças, dificultam os investimentos do próprio agricultor para melhorar a produtividade ou alcançar progressos mais significativos na melhoria da produção e no desenvolvimento das regiões produtoras, que formalmente se transformam em áreas subjugadas por essa estrutura administrada pelas grandes chocolateiras mundiais.

Dessa forma, e pelo desempenho econômico das regiões produtoras, verifica-se que o cacau acentua a internalização da pobreza da mesma forma que a sua longevidade; quanto mais é explorado, sinaliza capacidade de retorno, porém pouco lucrativo. A sua espontaneidade como espécie vegetal florestada capaz de se adaptar aos solos pobres, desde que compensados com clima favorável, oferece a pseudocapacidade de corresponder a todos os intentos de cultivá-la indefinidamente. É assim que o cacau se preserva como o cultivo capaz de se manter em regiões tropicais, onde as alternativas de simbiose com o meio ambiente oferecem mais resistência. No entanto, apresenta dificuldades de se aliar ao uso de tecnologias de mecanização, que poderiam auxiliar na redução de custos melhorando o retorno por área cultivada. É um cultivo dependente de mão de obra intensiva e encarecedora dos custos de produção, notadamente com a evasão da população rural, atraída pela ilusória esperança de melhoria das condições de vida nas cidades.

Dentre os fenômenos determinantes da pobreza das regiões produtoras exclusivamente de cacau, vários fatores podem ser enumerados. Nesta oportunidade, vão ser citados alguns, considerados na pesquisa como os mais proeminentes:

1. Pouco afeito à utilização de modernas tecnologias de cultivo;
2. Baixo nível escolar e cultural do produtor;
3. Dependente do apoio de políticas públicas de proteção;
4. O ofertador não interfere na precificação do produto, como fazem os produtores de petróleo. (Desobedecem à lei da oferta e procura);
5. Produto de racionalidade não capitalista (A produtividade e os preços são compensados pelo aumento da área de produção);
6. Baixa capacidade de investimento e de incentivo para descomoditizar o produto;
7. Baixa capacidade de socialização e cooperação do produtor (O isolamento é uma prática da classe).

Por fim, considerar que a cacauicultura nasceu e se expandiu em regiões pobres, incapaz de impactar para a transformação dessas áreas em territórios mais desenvolvidos. É um cultivo que torna o seu explorador escravo da estrutura criada para e pelo cacau no mundo. E o que é pior, estabelece um interregno na capacidade do produtor, imobilizando-o no sentido de buscar melhorias, mesmo consciente das dificuldades em manter-se na atividade. Em última análise, pode-se definir a cacauicultura como o ópio, cujo mal é o de manter a situação econômica e social de quem a explora sempre em desequilíbrio.

Referências

ADONIAS FILHO. **Sul da Bahia**: chão do cacau. Uma civilização regional. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 1976.

AMADO, J. **Terras do Sem Fim**. Rio de Janeiro: Record, 2000.

_____. **São Jorge dos Ilhéus**. Rio de Janeiro: Record, 2000.

BOTELHO, I. Os equipamentos culturais na cidade de São Paulo: um desafio para a gestão pública. **Espaço & Debates**, São Paulo, v. 23, n. 43-44, p. 141-151, jan.-dez. 2003.

_____. Dimensões da cultura e políticas públicas.: **Perspectiva**, São Paulo, v.15, n. 2, p.73-83, abr.-jun 2001.

BANCO MUNDIAL. **As desigualdades na África e na América do Sul**. Banco Internacional de Reconstrução e Desenvolvimento / Banco Mundial 1818 H Street, N.W., Washington, D.C. 20433, EUA, 2001.

CANCLINI, N. G. **Políticas culturales en América Latina**. México, D.F.: Editora Grijalbo, 1987.

COMISSÃO EXECUTIVA DO PLANO DA LAVOURA CACAUEIRA (Ceplac). **Cacau Informe Econômico**. Brasília, DF: Ceplac, 1980. v. 3.

GEERTZ, C. **Interpretação das culturas**. Petrópolis: Vozes, 1997.

GRANOVETTER, M. Economic action and social structure: the problem of embeddedness. **American Journal of Sociology**, Chicago, v. 91, no. 3, p. 481-510, 1985.

HOLANDA, S. B. de. **Raízes do Brasil**. São Paulo: Cia. das Letras, 2006.

IICO. Percentage of prices received by producers as margin exported FOB prices Disponível em: <http://www.icco.org/agreement/agree93english.pdf>

INDEX-MUNDI. **Commodity Price Index Monthly Price – Index Number**. Disponível em: <http://www.indexmundi.com/commodities>.

BACEN. **Entendendo os principais indicadores sociais e econômicos do Brasil**. Disponível em www.ipece.ce.gov.br.

COSTA, F. M. **Políticas públicas e atores sociais na evolução da cacauicultura baiana**. Vila Velha: Opção Editora, 2012.

SEN, A. **Development as Freedom**. New York: Alfred A. Knopf, 1999.

Capítulo 2

Da fazenda ao chocolate

Francisco Mendes Costa¹

Valter Alves Nascimento²

Raimundo Jorge Z. Costa³

1 Introdução

Desde o início da sua produção no Brasil, o cacau passa por crises, sempre sustentadas pela variável que compõe o principal problema do cultivo, os preços. O cacau, por ser a matéria-prima de um bem de consumo segmentado, tido como um bem de luxo, portanto substituível sob o ponto de vista de uma dieta alimentar diária, é agora desvendado pela ciência médica como necessário para o equilíbrio do corpo humano.

A sua degustação vem comprovando o seu efeito positivo frente às doenças que mais molestam o ser humano na atualidade (cardíacas, stress, câncer, entre outras). As qualidades dos flavonóides contidos no cacau são tão decantadas e difundidas pela Medicina, que a indústria chocolateira as utiliza como *marketing* para encantar o consumidor mundial, colocando o chocolate como um alimento indispensável à dieta humana.

A maior parte do consumidor de chocolate não faz ideia da origem e da complexidade que envolve a cadeia do produto. Um fato é concreto: a matéria-prima cacau é própria de países

-
- 1 Economista, doutor em Ciências Sociais, Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade, professor adjunto do Departamento de Ciências Econômicas da UESC. *E-mail:* <frameco2014@gmail.com>.
 - 2 Economista, doutor em Ciências Sociais, Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade, professor adjunto do Departamento de Ciências Econômicas da UESC. *E-mail:* <valves@uesc.br>.
 - 3 Engenheiro Químico, doutor em Ciências Sociais, Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade, professor adjunto do Departamento de Ciências Econômicas da UESC. *E-mail:* <zumacosta@gmail.com>.

subdesenvolvidos ou em desenvolvimento, portanto, submissos aos mecanismos estabelecidos pelos seus principais compradores, os países desenvolvidos, que formaram uma aliança (cartel) para determinar os preços da amêndoa ou dos subprodutos manufaturados. Outra característica do cacau é que, até então, a sua planta ainda não foi adaptada ao uso de máquinas ou equipamentos na sua condução, portanto é dependente do trabalho manual em todas as etapas do processo produtivo.

Pelo perfil de produção de cacau no mundo, comparativamente, o Brasil possui vantagens competitivas com relação aos outros produtores. O parque cacaueteiro brasileiro é complexo e diverso, produz uma grande variedade de cacau com produtores mais esclarecidos que os africanos, maiores produtores mundiais. Em contrapartida, possuem menor visão empresarial que a de outros países sul-americanos, pois os produtores do Equador e da Colômbia conseguem demonstrar e tirar proveito do *marketing* dos seus produtos nos *cocoa shops*, o que torna o cacau desses dois países mais competitivo no mercado especializado. O cacau brasileiro não conseguiu ainda se inserir nesse segmento com o mesmo desempenho dos seus vizinhos produtores.

Desde 2010, o mercado brasileiro já se posiciona como o 4º maior produtor mundial de chocolate. Significa uma produção de 600 mil toneladas, equivalendo à utilização de 300 mil toneladas de cacau, das quais 180 mil toneladas são produzidas no país. Esse perfil do mercado interno do cacau brasileiro, juntamente com a crise da produção baiana em razão da vassoura-de-bruxa, tem dificultado ao produtor baiano disponibilizar o cacau de qualidade superior para o mercado interno. O cacau baiano é classificado como "*bulk*", ou "cacau não aromático": corresponde ao cacau padrão, comercializado normalmente, cuja cotação é definida na Bolsa de Nova Iorque ou de Londres. Representa 95% do mercado. O critério de análise de qualidade é definido por três parâmetros físicos: *teor de umidade*, *peso médio do grão*, *prova de corte* (ABICAB, 2012).

A indústria chocolateira brasileira não valorizou nem incentivou a qualificação do cacau nacional, pois depende muito do cacau africano para completar a sua necessidade de matéria-prima. Importar cacau em amêndoas aumenta os custos da indústria nacional. Para compensar internamente pratica ágio (complemento de preços) para limitar a exportação de amêndoa para o mercado externo. Com isso, o estímulo à produção de cacau de qualidade vai sendo postergado, o produtor de cacau ainda não obteve consciência nem vantagens do preço marginal com a agregação de práticas culturais que melhorem o tipo de cacau demandado pela indústria especializada de chocolate, principalmente a europeia, onde existem nichos de produção de chocolate especial que valorizam o cacau de qualidade com preço diferenciado, denominando-o de cacau fino ou fino de aroma (*flavour*), distinguido por apresentar aromas e sabores especiais. Nos testes de qualidade levam-se em consideração todos os critérios utilizados na análise do cacau *bulk*, contudo é dada uma ênfase especial aos parâmetros organolépticos.

Internacionalmente a cadeia de produção do chocolate vem sendo reestruturada, como uma resposta à queda no preço mundial do cacau como *commodity*. Existem arranjos de mudanças no posicionamento dos principais elos desta cadeia, e tanto produtores como industriais se esforçam para estabelecer novos segmentos de consumo, criando nova demanda baseada em atributos de qualidade do consumidor inovado. Assim, começa-se a difundir a produção de cacau fino, orgânico, florestado, valorizando o mercado justo e compatível com o meio ambiente, além de outros atributos em relação à saúde, como os aspectos funcionais do chocolate como alimento originado do sistema de produção limpa.

Na Bahia, cuja tradição foi a de produzir o cacau *commodity*, já existem associações de produtores de cacau qualificado, individualmente, alguns já produzem chocolates e subprodutos, participam de feiras e eventos relacionados ao produto, buscando inserir-se no mercado especializado. Iniciativas ainda tímidas representam uma pequena parcela dos produtores do sul do estado, maiores

produtores nacionais, com destaque para alguns grandes produtores, que já produzem 95% de cacau fino em suas propriedades, cujo produto é exportado diretamente para *chocolateurs* europeus com sobrepreço compensador. Salienta-se que, mediante a problemática conjuntural, o produtor baiano, na sua maioria, não dispõe de recursos humanos, materiais e financeiros para promover transformações importantes na produção voltada para o cacau especial.

Na atualidade, o uso do chocolate vem sendo propagado, não obstante ser ainda um alimento de acesso limitado, pois o seu preço é obstáculo para que o alimento participe plenamente da dieta das famílias brasileiras. O fato de ter características distintas, cujo sabor sofisticado o paladar de quem o saboreia, torna o produto amplamente apreciado, sem distinção de idade, pois da criança ao adulto todos gostam de consumi-lo.

No afã de ampliar a universalização do produto, a indústria incentiva o consumo através da criação de eventos e calendários com o objetivo de aproximá-lo de um maior contingente populacional. Assim, algumas datas do ano são motivadoras do uso do chocolate como algo mais glamuroso. A Páscoa, no Brasil, é um desses eventos, representada pela democratização assumida do chocolate em formato de ovo, popularmente conhecido como ovo de Páscoa, que representa 60% do consumo nacional de chocolate (ABICAB, 2010). Nessa condição, o chocolate é consumido por todas as classes sociais do País, mesmo com o elevado preço ainda cobrado. Nesta ocasião se torna um bem elástico, todos têm o desejo de consumi-lo, e o fazem, independente dos preços fixados pela oferta.

Assim, ao analisar a produção de cacau, que passa por transformações, prediz-se um novo cenário na sua cadeia mundial. Este artigo pretende traçar uma trajetória da conjuntura cacauífera, a partir da sua origem, a fazenda, até a venda final do chocolate. Para tanto, o estudo objetiva comparar os preços da matéria-prima aos preços do chocolate no mercado consumidor, utilizando comparativos e cálculos econométricos para consolidar a descrição analítica a partir da fazenda e percorrendo completamente a

cadeia do produto; enfim, discutir e analisar a “sangria” verificada no cacau como *commodity*.

O estudo pretende ainda focalizar a leitura e as ações dos movimentos de produtores locais que captam a nova cultura no consumo do chocolate/cacau e o reintroduzem como uma mercadoria composta de valores. Qual é o alcance destes movimentos engajados nas redes transnacionais do novo consumidor mundial e qual a importância da sua ação na construção de uma nova identidade do produtor local? Como isso se reflete na reestruturação da cadeia de produção do cacau local, e na demanda de uma legitimação institucional para a construção social da nova qualidade do cacau?

A metodologia compreende uma ampla revisão da literatura sobre a evolução do consumo de cacau, a reestruturação da cadeia e as conquistas da nova governança da cadeia nos níveis global e local.

2 Métodos e custos de produção

O cacau na Bahia, introduzido no século XIX, teve uma trajetória diferenciada de outras monoculturas brasileiras, pois não dependeu de tecnologias de plantio e beneficiamento. O fato de ser o território sul baiano beneficiado por condições ecológicas para plantios de cultivos tropicais, fez com que o cacau encontrasse o ambiente ideal para se expandir. Diziam os pioneiros que o cacau era um milagre dos deuses, pois fazia florescer uma árvore dadivosa, capaz de tornar o seu plantador rico, bastando ter terra para multiplicá-la.

A cacauicultura nasceu, portanto, sob a égide da aventura. Ao plantador bastava embrenhar-se mata adentro e com o bico do facão enterrar as sementes milagrosas. Assim, o cultivo foi implantado sem orientação técnica, pois a natureza se responsabilizava por desenvolvê-lo. Desta forma, o que marcou fundamentalmente a expansão do cacau no sul da Bahia foram as condições

edafo-climáticas que, por mais de 100 anos, fizeram florescer uma das melhores atividades agrícolas do norte-nordeste brasileiro.

Apesar da falta de qualificação técnica, o produtor tinha a contrapartida do meio ambiente dadivoso para tirar do cacauzeiro o seu sustento e enriquecimento, até que problemas ligados ao mercado e ao próprio sistema produtivo começaram a dar sinais de enfraquecimento: a produção decaía juntamente com os preços. O produtor, para compensar-se, aumentava a área de plantio. Assim, a cacauicultura teve a sua expansão ditada por circunstâncias compensatórias, e a quantidade de áreas plantadas afastava a busca por qualidade do plantio, notadamente a produtividade das plantas, que era relevada.

Dessa forma, o acervo de cacauais na Bahia se constituiu de materiais trazidos de várias origens, porém plantados entre si. Tal mistura dificultava distinguir o bom do ruim, razão da baixa produtividade, mesmo contando com a ajuda da natureza, que reparava, em parte, as falhas humanas na condução da lavoura. Os 600 mil hectares de cacauais existentes na Bahia são constituídos de diversos tipos de linhagens que, cruzados entre si, não estabeleceram uma variedade com sabor diferenciado, nem resistência à incidência de pragas e doenças, sendo duas das causas da baixa classificação do cacau brasileiro no mercado especializado de chocolate.

Os cruzamentos genéticos, realizados pela clonagem de cacauzeiros, ainda não permitiram que se aprimorasse um clone cujas propriedades pudessem dotá-lo de características inerentes ao aroma diferenciado, que o elevassem à condição de cacau apreciado pelos chocalatras mais exigentes, bem como de características imunológicas que permitissem total resistência a doenças, notadamente a vassoura-de-bruxa.

A espera da evolução das pesquisas para criar variedades que as distinguem como especiais para o mercado diferenciado faz o produtor baiano continuar a conviver com a sua velha linhagem de cacauzeiros, que resistiu ao tempo e continua a produzir, mesmo com a capacidade da planta esgotada pelo tempo.

Estudos e pesquisas da Ceplac, voltados para a operacionalização das práticas culturais da cacauicultura, traçam a sistematização do “fazer” o cacau sob a ótica do produtor. Segundo Santos (2010), no caso da produção de cacau na Bahia, são recomendadas, de uma forma geral, doze práticas agrícolas (tecnologias), que podem ser agrupadas em duas classes:

- a) Tecnologia tradicional intensiva em mão de obra – Compreendendo as práticas culturais: roçagem manual, desbrota, poda, remoção de vassoura-de-bruxa e colheita.
- b) Tecnologia “moderna” - Envolve, além da mão de obra, material (insumos) e transporte, as seguintes técnicas: roçagem química (com uso de herbicida), combate às pragas, controle de doenças, calagem, adubação mineral (NPK), adubação nitrogenada, raleamento de sombra.

Estas doze alternativas permitem uma série de combinações entre elas, combinações que constituirão os diversos sistemas de produção. Abaixo estão relacionados, como exemplos, alguns sistemas de produção utilizados pelos produtores de cacau da Bahia:

SP= Sistema de Produção

SP1 = Colheita, poda, roçagem, desbrota e remoção de vassoura-de-bruxa (só mão de obra)

SP2 = SP1 + controle podridão parda + controle de vassoura-de-bruxa nos frutos + calcáreo + inseticida + fertilizantes.

Dentre as atividades de produção do cacau listadas acima, o sistema mais utilizado pelos cacauicultores da Bahia é o SP1. O segundo é o preferido pelos produtores mais capitalizados, enquanto o SP1 é a opção mais comum para a pequena propriedade, em razão de não envolver grande inversão de capital representado pela aquisição de insumos, cujos preços somam quantias acima da capacidade financeira do cacauicultor. Assim,

em vista da conjuntura que a lavoura experimenta e de acordo a capacidade econômica de cada propriedade, normalmente o produtor aplica aquele mais condizente com o seu perfil, sendo que alguns fazem um mix, adequando o SP1 com agregação de alguns insumos, por exemplo, a capina química com herbicida e a adubação foliar.

A parceria passou a prevalecer como a principal relação de trabalho na propriedade cacaujeira, cuja alternativa apresentou-se como sendo o formato mais adequado para a manutenção da propriedade agrícola como unidade produtiva e da fixação do trabalhador no meio rural e na propriedade, já que, sob os auspícios do contrato de trabalho segundo a Consolidação das Leis Trabalhistas, as fazendas de cacau se tornaram inviabilizadas para cumpri-lo, em razão da perda da capacidade econômica de autossustentação. Assim, o pagamento da força de trabalho foi permutado pela metade da produção.

Com essa forma atual de produção aplicada pela maioria das fazendas, o trabalhador assume o mesmo risco, sendo premiado com a aplicação de sua força de trabalho, tanto em intensidade, quanto em qualidade nas etapas recomendadas, visando alcançar quantidades de produtos que remunerem o seu esforço acima do pró-labore de um salário mínimo normalmente recebido pelo operário no campo. Nesse caso, tanto o trabalhador quanto o produtor serão remunerados pela capacidade do trabalho empregado. Deve-se levar em conta que, além do fator trabalho, o fator climático tem influência fundamental no aumento da produção. Assim, quando o clima é favorável, com chuvas bem distribuídas e as práticas são realizadas dentro dos prazos e das recomendações técnicas, a expectativa é que o período será de boa produção.

Dentre as alternativas preferidas pelos produtores de cacau, vamos considerar os dois sistemas mais utilizados pela maioria, o SP1 mais herbicida e adubação foliar, e o SP2, que é o sistema mais integrado entre práticas culturais rotineiras e insumos agrícolas. Para raciocínio dos cálculos de custos, levar-se-á em conta o tipo de trabalho e a média de produção obtida pela aplicação dos dois sistemas:

- a) Sistema SP1+herbicida+adubação foliar+trabalho em parceria= Produtividade média de 20@/hectare, conforme explicitações da TABELA 1.

TABELA 1 – Custo operacional estimado SP1 com a utilização do parceiro trabalhador

Atividade	Total
Mão de obra (aplicação herbicida, poda/remoção de vassouras, adubação foliar, desbrota, colheita/beneficiamento, outras)	1.114,46#
Insumos (herbicida, adubo foliar)	122,00##
Outras despesas (administração, amortização de instalações e equipamentos, energia)	160,00*
Total	1.396,46**
Receita (20@ ao preço de R\$ 70,00)	1.400,00***

Fonte: Difusão Agropecuária, Ilhéus, v. 3, n. 1, p. 17-18 jan.-ago. 2011. (Ceplac/Cenex).

Notas: Cálculos dos autores.

Mão de obra = despesas apenas do parceiro trabalhador

Insumos, despesas divididas entre os dois parceiros (R\$ 61,00 para cada)

* Considerar como despesa apenas do parceiro proprietário.

** Considerar R\$ 1.175,46 referentes à mão de obra e aos insumos do parceiro trabalhador.

***Considerar R\$ 221,00 referentes aos insumos e a outras despesas do parceiro proprietário.

** Considerar R\$ 700,00 de faturamento para os parceiros (trabalhador e parceiro).

ANÁLISE:

1. Área com 700 cacauzeiros/ha.
2. Produtividade média de 20@/ha.
3. Aplicação do pacote técnico relacionado no item 1 agregado à aplicação de herbicida e adubo foliar.
4. Preço médio do cacau R\$ 70,00/@.

RESULTADOS APRESENTADOS:

- a) Relação benefício/custo: 19,94, ou seja, 0,06 positivo. $RBC > 1$
- b) Ponto de nivelamento em $19,94@/ha = 0,06$, o que equivale a $00,6@$ a menos do que gasto, resultando num superávit de R\$4,20/ha.

- c) Considerando uma propriedade com 20ha de cacauzeiros, o faturamento do parceiro agricultor será de R\$14.000,00/ano, e um custo de R\$4.420,00, o equivalente a um superávit de R\$ 9.580,00/ha, equivalendo a um rendimento de R\$ 798,33/mensal. O parceiro trabalhador terá o mesmo faturamento de R\$14.000,00, e um custo de R\$23.509,20, representando um prejuízo de R\$9.509,20.

Uma breve consideração sobre o modelo aplicado mostra que ele é ineficaz, sob o ponto de vista econômico-financeiro. Os parceiros haverão de esforçar-se para melhorar o rendimento dos tratos culturais, possivelmente com a qualificação do parceiro trabalhador para, mesmo sem aplicar tecnologia mais avançada, adequar o referido sistema com melhor eficiência, porque, no passado, esse pacote de práticas redundava em produtividade mais elevada, chegando a 40@/ha.

Alinha-se como uma causa da fraca eficiência do sistema a utilização da mão de obra do parceiro trabalhador não se efetivar nos períodos recomendados, sendo muito comum o atraso do início das práticas culturais, como, por exemplo, a poda e remoção da vassoura-de-bruxa começando depois que os brotos atacados já estejam amadurecidos, ocasionando o desequilíbrio metabólico da planta, alterando em consequência a sua produção. Assim, as atividades da fazenda atrasam as práticas no seu calendário agrícola, provocando perdas importantes na produção final da propriedade.

Pelo que demonstrou o SP1 em análise, por ele produzir acima do seu ponto de nivelamento, obteve uma produção capaz de cobrir os seus custos e proporcionar pouca lucratividade aos parceiros. Em termos individuais e comparativamente, ressalta-se que o faturamento do parceiro proprietário, da ordem de R\$9.580,00/ano, equivale a uma remuneração mensal de R\$798,33 enquanto o parceiro trabalhador obtém um prejuízo de R\$9.509,20/ano, que equivale a um salário mensal negativo de R\$792,43, tornando a parceria completamente inviável, tendo em vista que se um dos parceiros não obtiver superávit, vai abandonar o contrato, tornan-

do, portanto, a atividade cacauieira, sob o ponto de vista econômico, não recomendada.

Assim, pode-se aferir que ao manter-se o cacau em patamares de preço abaixo dos custos de produção, como se verifica no exemplo acima, há de se considerar a atividade como contraindicada, levando-se em conta os rendimentos proporcionados aos dois parceiros (proprietário e trabalhador), que na praxe econômica redunda em negócio deficitário, almejando a busca de alternativas em outras atividades produtivas *in loco* para compensar o desequilíbrio advindo da cacauicultura.

Considerando os resultados econômico-financeiros, verifica-se que o modelo acima, se comparado ao modelo com trabalhador contratado, indica que ambos se mostram ineficazes, já que o custo com mão de obra supera a receita, não valendo a pena produzir cacau com os preços praticados pelo mercado comprador.

d) Sistema SP2 + trabalho contratado (CLT) = Produtividade média de 50@/hectare, conforme a TABELA 2 demonstrará

TABELA 2 – Custo operacional estimado com utilização de mão de obra assalariada

Despesas	Valor R\$
Mão de obra (aplicação de herbicida, poda e remoção de vassoura, aplicação de inseticida, adubação, aplicação de fungicida, colheita e beneficiamento, desbrota, remoção de vassoura, calagem/gesso, adequação de sombreamento)	2.249,40
Insumos (herbicida, inseticida, fertilizantes, fungicida, calcário, combustível)	1.050,15
Serviços outros (transporte, assistência técnica, amortização das instalações e equipamentos, energia, administração)	643,17
Total	3.942,72
Receita	Total
Venda de 50@ de cacau a R\$ 70,00	3.500,00

Fonte: Difusão Agropecuária, Ilhéus, v. 3, n. 1, p.17-18 jan.-ago 2011. (Ceplac/Cepec).
 Nota: Cálculos dos autores.

ANÁLISE:

1. Área com 700 cacaueiros/ha
2. Produtividade média de 50@/ha
3. Aplicação do pacote técnico relacionado no item 2. (Atenção: este é recomendado pela Ceplac, mas pode ser modificado, alterando também os resultados).
4. Preço médio considerado R\$70,00/@.

RESULTADOS APRESENTADOS:

- a) Relação benefício/custo: 0,88, ou seja, 0,12 negativo. $RBC < 1$
- b) Ponto de nivelamento em 56,3@/ha: o que equivale a 6,3@ a menos do que o produzido, resultando num prejuízo de R\$441,00/ha.

OUTROS DADOS:

jor=jornada de 8 horas. h/d=homem/dia.

No valor da jornada de trabalho já estão inclusos 30% de encargos sociais.

Pelo que demonstrou o SP2 em análise, ele só se torna recomendável se cada hectare de cacau produzir acima do seu ponto de nivelamento, ou seja, se obtiver uma produção que seja capaz de cobrir os seus custos. No exemplo acima, verifica-se que para alcançar o seu equilíbrio, o sistema terá de aumentar a sua capacidade em mais de 12,6% para se justificar como modelo de prática adequada à cacauicultura. Verifica-se que este ponto de nivelamento não irá permitir lucro, pois é como se o proprietário estivesse produzindo apenas para manter a atividade em operação. No jargão comercial, essa situação representa negócio com retorno negativo, demonstrando ser inviável por apresentar prejuízo.

Os cálculos acima refletem a relação produção x preço, ou seja, ao manter-se a produtividade das propriedades cacauceiras ao nível de 50@/ha para o SP2 ao preço de mercado de R\$70,00, o produtor estará pagando para manter a atividade. Quer dizer, nestas condições, a cacauicultura com a aplicação de tecnologia, o negócio está fadado ao fracasso. Neste caso, o preço que anularia os custos seria de R\$80,00, mas para cobrir os custos e deixar lucro que permita alavancar a atividade, o ideal seria o preço de R\$ 100,00.

Manter um negócio sem lucro demonstra ser uma irracionalidade capitalista. Nesse sentido, Chayanov (1974) argumenta que o fato de a cada queda nos preços dos produtos suceder o aumento da produção demonstra uma racionalidade não capitalista, do contrário a razão capitalista seria, imediatamente, a de reduzir a produção quando os preços caem.

No exemplo acima, o produtor, para livrar-se do prejuízo, tem de utilizar-se de todas as ferramentas disponíveis para melhorar a produtividade das roças de cacau, pois para cobrir os custos de produção no sistema demonstrado, tem de produzir acima dos níveis conseguidos em valores que ultrapassem a 42,85% no SP2. Uma situação se apresenta: melhorar a produtividade para um mínimo de 71@/ha, para que seja proporcionado um lucro de 25,0%, se igualando a parâmetros de outros negócios do mercado.

Pela discussão acima, e tendo em vista a impossibilidade de o produtor investir capital na aplicação de insumos para elevar a produtividade a níveis favoráveis na atual situação em que se encontra, a atividade fazenda de cacau denota um negócio em via de sucumbência. O cacauicultor se tornou um refém. Como consolo, fica a esperança de que os preços oscilem positivamente e se equilibrem em R\$100,00/@. Com este valor e sem considerar a inflação dos insumos e a retirada do proprietário, a remuneração do capital investido e do capital de giro, a depreciação e o custo de oportunidade, o negócio proporcionará 30% de lucro, sendo valores que, reservados para a finalidade, podem servir como futuro

investimento na própria atividade agrícola, pois ela é merecedora de novos aportes para a sua consolidação.

Está comprovado, por observação, que as tecnologias utilizadas na cacauicultura só respondem eficazmente se as condições climáticas forem compatíveis com suas necessidades, principalmente a pluviosidade. A média histórica de chuvas é de 2000 ml, enquanto no momento atual essa média vem caindo, se tornando irregular e mal distribuída. Nas regiões que possuem água abundante e que permitem a irrigação, a produtividade dos cacauais tem alcançado até 180@/hectare, comprovando que água é o fator de viabilização do cultivo, do que a Microrregião Ilhéus/Itabuna, a maior produtora baiana, dispõe em quantidade insuficiente. Mesmo assim, para obter produtividade elevada com aplicação de tecnologia intensiva, há de ser ressaltada uma análise de custo pormenorizada para comprovar que o ponto de nivelamento cobre os custos desse sistema de produção.

A alternativa seria a substituição total dos cacauzeiros velhos por clones comprovadamente produtivos, resistentes à vassoura-de-bruxa e adaptados às atuais condições de clima da Região, como, por exemplo, variedades que suportem grandes estiagens sem perder a capacidade produtiva.

3 O mercado de cacau

A produção mundial de cacau, de acordo com o Instituto Akatu *apud* Guest (2011), gira em torno de 3,6 milhões de toneladas, enquanto o consumo crescente de chocolate está previsto para 5 milhões de toneladas até o ano 2020. Representa um avanço no consumo na ordem de 140% em 10 anos, prevendo um aumento de chocolate da ordem de 25% para o referido período. De uma forma ou de outra, a produção de cacau tem previsão de queda para o período. Tal situação indica panorama incompatível entre a oferta do cacau e o consumo do chocolate mundial.

Ainda conforme a análise de Akatu, pelo fato da produção de cacau estar baseada em regiões pobres (África, Ásia e América do Sul), a instabilidade está sempre presente, de um lado representada por problemas climáticos e pela incidência de pragas e doenças, por outro, por agravamento de problemas políticos e sociais, que são fatores que influenciam na quantidade e na qualidade da produção. A evidência da análise fica comprovada com a situação da produção baiana, reduzida a 1/3 da produção histórica após a incidência da vassoura-de-bruxa, enquanto na Costa do Marfim, maior produtor mundial, conflitos políticos desorganizaram a produção promovendo sérios prejuízos ao produtor nacional.

O Brasil, País antes exclusivamente produtor, passa a liderar também o consumo de chocolate, detendo a quarta posição mundial em 2010 ao produzir 600 mil toneladas/ano. De acordo a Abicab (Associação da Indústria de Chocolate, Cacau, Amendoim, Balas e Derivados), também se verifica no País o crescimento de consumo de balas e confeitos de chocolate, totalizando 500 mil toneladas/ano. Ainda conforme a Abicab, o Brasil é o segundo no ranking mundial dos produtores de ovos de chocolate e o terceiro maior produtor de balas e confeitos do mundo, superado apenas pelos Estados Unidos e pela Alemanha.

O consumo mundial de chocolate vem crescendo acima do seu crescimento econômico, demonstrando a sinergia existente entre o produto e o consumidor. De acordo com a TABELA 3, os maiores consumidores são os países desenvolvidos, aparecendo o Brasil como o 7º maior em consumo per capita, retirando a percepção da não combinação entre chocolate e clima quente, pois o que determina o uso do cacau industrializado é a capacidade de renda do consumidor, conforme demonstra a mencionada tabela.

TABELA 3 – Consumo de chocolate no mundo em 2010

País	Consumo anual per capita
Suíça	12 quilos
Alemanha	10 quilos
Inglaterra	9 quilos
França	7 quilos
Estados Unidos	5 quilos
Japão	2 quilos
Brasil	1,8 quilo

Fonte: Abicab, 2012.

O cenário mundial e o brasileiro demonstram o crescimento do consumo de chocolates e derivados sem a contrapartida da produção de cacau. Mesmo assim, o cartel instalado nas bolsas de mercadorias internacionais não dá margem ao produtor da matéria-prima para fazer estoque para promover a elevação dos seus preços, tirando proveito da escassez do produto. Como concentrador dos procedimentos de compras, impõe os valores a serem pagos aos fornecedores, o que quer dizer que a flutuação dos preços se processa exclusivamente controlada pelo oligopsônio instalado no mercado mundial.

A expectativa é de que, com a desorganização da produção nessas regiões instáveis, a oferta se torne cada vez mais aviltada, razão para o mercado se transformar, prevalecendo assim a regra básica da lei da oferta e da procura, quando pouca oferta sugere preços altos. Entretanto, o perfil da produção mundial, da qual 90% são originados dos pequenos proprietários, que se identificaram como incapazes de organizar o sistema de comercialização pela sua dispersão espacial, bem como o baixo nível escolar servem como limitadores para a composição de organizações associativas e cooperativas. Assim, o perfil desse produtor estabeleceu, no mercado, a figura da presa fácil para o sistema oligopolizado de compras, que cada vez mais cresce como o grande predador da produção.

Dessa forma, o produtor de cacau se tornou um instrumento de controle da indústria chocolateira que, independente da possível escassez da matéria-prima, não se sensibiliza para promover alterações significativas nos preços internacionais. Enquanto isso, o produtor baiano vem mergulhando em déficits para manter a produção e a propriedade como alternativa de preservação do patrimônio.

4 O chocolate

Os manuais médicos consideram o chocolate como possuidor de propriedades antioxidantes, através dos flavonoides, em particular a epicatequina. Pode promover a saúde cardiovascular como resultado direto do efeito antioxidante sobre os mecanismos antitrombóticos. Os flavonoides do cacau também têm a capacidade de reduzir o LDL e elevar o HDL. Quanto ao valor nutricional, o chocolate é um alimento de elevado teor calórico, especialmente por seus elevados teores de gordura. Além disso, é rico em alguns minerais, tais como manganês, potássio e magnésio, e algumas vitaminas, como as vitaminas do complexo B, por exemplo, além de traços de ferro e cobre. Também apresenta, em sua composição, o ácido graxo insaturado ou ácido oleico. O fato do conteúdo da gordura do chocolate ser essencialmente de origem vegetal significa que é pobre em colesterol, uma vez que o chocolate ao leite contém apenas cerca de 3,5% de gordura láctica (REDAÇÃO DE M DE MULHER, 2012).

Para análise do mercado de “chocolate e outras preparações alimentícias recheadas”, utilizou-se a classificação adaptada da Nomenclatura Comum do Mercosul (NCM), conforme informações constantes na Tarifa Externa Comum (TEC)⁴.

4 Tarifa Externa Comum – TecWin 2010 é a versão eletrônica da TEC, que contempla o tratamento tarifário e administrativo aplicado às importações brasileiras. A Tarifa Externa Comum (TEC) foi implantada no Brasil pelo Decreto 1343/94. É atualizada diariamente via internet e está disponível em www.aduaneiras.com.br.

- 2. 1. O código da NCM sob n.º 1806.31.10 classifica o chocolate recheado em tabletes, barras e paus. Compreende, também, os produtos de confeitaria que contêm cacau em qualquer proporção, tais como: nogado de chocolate, cacau em pó adicionado de açúcar ou de outros edulcorantes, chocolates em pó adicionados de leite em pó e produtos pastosos à base de cacau ou de chocolate e de leite concentrado e, de um modo geral, todas as preparações alimentícias que contêm cacau. A adição de vitaminas ao chocolate não modifica a sua classificação nesta posição.
- 2.2 O código da NCM sob n.º 1806.31.20 classifica outras preparações alimentícias de chocolate, em tabletes, barras ou paus. O termo "recheado", de acordo com a TEC (2010), abrange os tabletes, barras ou paus constituídos por uma parte central de composição variável (creme, açúcar caramelizado, coco desidratado, pasta de frutas, licor, marzipã, nozes, avelãs, nogado, caramelo, ou uma combinação desses produtos), revestida de chocolate. Todavia, tabletes, barras ou paus inteiramente de chocolate, mesmo contendo, por exemplo, cereais ou frutas (inteiras ou em pedaços) misturados ao chocolate, não são considerados como "recheados".

5 Preços do chocolate

Os manuais de microeconomia, ao tratarem de determinação de preço com oferta fixa, aludem a um mercado competitivo, facilmente definido somente como um mercado perfeito. Mas um mercado pode ser competitivo de um lado apenas: um milhão de compradores podem lidar somente com um vendedor (monopólio), ou um milhão de vendedores podem lidar somente com um comprador (monopsônio) (STIGLER, 1977).

Assim é o perfil do mercado mundial de cacau e chocolate. O cacau como *commodity* é vendido nas bolsas de mercadorias

com preços controlados pelos compradores. A comercialização do chocolate, no entanto, tem comportamento inverso: o ofertador é quem controla os preços. Dessa forma, o mercado de cacau e de chocolate passa a ser controlado pelo mesmo cartel. Os compradores de cacau são os vendedores de chocolate, o que torna o agente duplamente manipulador dessa intrincada teia mercadológica que envolve o cacau como matéria-prima, independente da condição do consumidor.

Os preços de chocolate praticados, tanto no mercado brasileiro como no mercado mundial, variam de acordo com o segmento da indústria chocolateira. Para facilitar o entendimento do funcionamento deste mercado, focalizaremos dois tipos de segmento, o popular e o de luxo. O chocolate popular, vendido nos supermercados e bombonieres, tem em sua composição de 25 a 30% de cacau na constituição do produto, acrescido de açúcar, castanhas e amendoins. São tabletes e bombons cujos preços se situam em torno de R\$ 80,00/kg. Já o chocolate de luxo, cuja base varia entre 60 e 70% de massa de cacau, acrescido de açúcar e misturas, é apresentado em embalagens especiais, vendido em lojas especializadas ao preço médio de R\$300,00/kg.

O mercado de chocolate apresenta preços diversos, o que quer dizer que entre o produto mais popular e o de luxo os preços flutuam numa variação de 375%, de acordo com o tipo e a marca. Isso demonstra quanto é possível, à indústria, manipular o desejo do consumidor por chocolates, conforme a renda dos segmentos visados e as comemorações de eventos anuais, como a Páscoa, Natal, *Réveillon*, Dia dos Namorados, Dia das Mães etc. Essas comemorações representam o maior volume de vendas do produto. No Brasil, a data mais representativa para a indústria é a Páscoa, quando acontece a maior busca por chocolate em forma de ovo, representando 60% do consumo nacional.

Pelos números apurados verifica-se que o faturamento da indústria chocolateira no Brasil foi de R\$14,4 bilhões, e seu domínio está em mãos de duas empresas, a Nestlé, com 44,1%, e a

Kraft, com 32,5%, totalizando 76,6% do mercado nacional, determinando o duopólio do chocolate no País, favorecendo que os referidos conglomerados imponham preços ao mercado (Euromonitor International, 2012). Os dois grupos são de capital externo, cujos procedimentos são oriundos de fora, ou seja, a deliberação de preços dos chocolates produzidos no Brasil acompanham os preços deliberados para a Europa e os Estados Unidos, cujas rendas per capita são diametralmente superiores à brasileira, o que quer dizer que as chocolateiras estabelecem semelhanças nas margens de lucros, tanto aqui como alhures.

Em termos comparativos, pode-se traçar uma relação entre o faturamento das chocolateiras e o dos produtores de cacau, conforme TABELA 4.

TABELA 4 – Faturamento das chocolateiras e dos produtores de cacau no Brasil

Produto	Quantidade (Kg)	Preço unitário R\$	Preço total R\$	Número de produtores
Cacau amêndoas	300.000.000	4,00	1.200.000.000,00	30.000
Chocolate	300.000.000	48,00	14.400.000.000,00	20

Fonte: (Euromonitor International, 2012).
Nota: Cálculos dos autores.

A TABELA 4 apresenta dados que salientam que a produção de cacau foi processada por 30 mil fazendeiros, o que demonstra a democratização da produção e que a maioria das fazendas pode ser considerada como pequena propriedade. O que quer dizer que são muitos produzindo para poucos. Já a produção de chocolate no Brasil é controlada por poucas empresas, pois mais de 3/4 do total ofertado no País são realizados por apenas duas chocolateiras, conforme descrito anteriormente, estabelecendo uma dicotomia em termos de distribuição da riqueza gerada, ficando 10% para 30.000 produtores e 90% para 20 chocolateiros, e apenas 2

deles controlam 76,6% desse total. Em outras palavras, 30 mil cacauicultores trabalham para enriquecer dois grupos, um situado na Suíça (Nestlé) e outro nos EUA (Kraft).

6 Considerações finais

Pelo cenário descrito, pode-se afirmar que a cacauicultura é uma atividade agrícola pouco lucrativa ao se considerar que o custo oportunidade deixa o cultivo pouco competitivo em relação a outros cultivos de exportação produzidos no Brasil. Além de se diferenciar das demais, a utilização de tecnologias mecânicas na cacauicultura é limitada, em razão das características do cultivar. A topografia da área e as características da planta a tornam dependente exclusivamente da utilização de mão de obra intensiva para realizar as práticas culturais. Esse método de produção absorve 70% dos custos de produção, tornando-a uma atividade cara e refém do trabalho manual, cuja oferta escasseou no meio rural após a evasão da população do campo para a cidade com a crise da vassoura-de-bruxa.

Sendo uma atividade custosa e complexa, é ainda influenciada decisivamente pelo cartel de compradores instalados nas Bolsas de Mercadorias, o que a torna refém do fator comercialização, aliás, condição imposta a todas as *commodities* agrícolas, mas com maior repercussão no cacau, que possui um pequeno número de cooperativas de comercialização e de representação de organizações e associações para defenderem o produto, tanto em nível de mercado, quanto nos níveis político e institucional.

Em termos tecnológicos, a cacauicultura necessita conviver em ambiente ecologicamente favorável, como clima quente e úmido, onde haja predominância de chuvas, que pode ser substituída por irrigação, e a Região tradicionalmente produtora não dispõe dos recursos hídricos adequadamente abundantes para favorecer essa alternativa de cultivo. Os métodos de produção atualmente

em uso na cacauicultura, onde predominam cacaueiros velhos e solos exauridos, vêm demonstrando ineficácia por não corresponderem financeiramente aos esforços de mantê-los como ideal para manutenção do cultivo como alternativa econômica, que sempre predominou na Região.

A relação do cacau como matéria-prima ao seu sucedâneo chocolate é de indigência. Ao se considerar a variável faturamento, verifica-se a “sangria” aplicada pelos chocolateiros ao cacauicultor, numa proporção 1-12, pois enquanto o produtor recebe 1 parte, o industrial recebe 11, significando uma diferença de 1.200% entre o preço da amêndoa do cacau e o preço do chocolate. Representa grande concentração da riqueza gerada pelo cacau em poder do chocolateiro, estabelecendo um *gap* entre as pontas da cadeia, onde a matéria-prima (amêndoa) obtém pouca representação em valor na formação da renda absoluta proporcionada pela *commodity* no negócio chocolate.

Há de se entender porque a matéria-prima cacau, pelo aviltamento dos preços, fica limitada a estabelecer condições para o produtor poder alavancar as unidades produtoras, visando elevar a produção e a produtividade como ferramentas capazes de compensar o esforço para manter uma atividade geradora de milhares de empregos no meio rural, que se esvazia pela perda dessa capacidade de contratar mão de obra para a atividade.

Para Kautsky, o camponês deixa de ser o senhor da sua exploração agrícola: ela se torna um anexo da exploração industrial pelas necessidades segundo as quais deve se regular. O camponês torna-se um operário parcial da fábrica e cai ainda sob a dependência técnica da exploração industrial que lhe fornece forragem e adubo. Paralelamente a esta dependência técnica, produz-se ainda uma dependência puramente econômica do camponês em relação à cooperativa (KAUTSKY, 1986).

Numa referência ao pensamento de Marx, o chocolateiro se apropria dos esforços do produtor de cacau caracterizando um tipo de mais-valia de preços ao obrigá-lo a se submeter ao mais

impiedoso tratamento entre os atores da cadeia produtiva do cacau. Além do mais, não se verifica investimentos da parte do chocolateiro no auxílio a programas de assistência técnica e creditícia para o produtor de cacau, nem mesmo no patrocínio aos órgãos de pesquisas da Região, notadamente Ceplac e UESC, que necessitam do incentivo das empresas manufaturadoras do cacau para alargarem suas ações em busca de tecnologias mais apropriadas para a manutenção da cacauicultura como atividade econômica sustentada, como sempre fora no passado.

Prevendo a inserção do capitalismo na agricultura e sua produção sendo regida pela dinâmica industrial, a grande exploração agrícola é a que melhor satisfaz as necessidades da grande indústria agrícola. “Essa, muitas vezes, quando não tem uma grande exploração deste gênero à sua disposição, cria-a” (KAUTSKY, 1986, p. 124). Desse modo, cria-se uma integração indústria-agricultura, na qual o camponês acaba sendo envolvido pelo sistema capitalista, e deixa de ser camponês tornando-se um agricultor voltado para a produção do mercado e ficando dependente de atributo que antes não tinha, e deixa de ser o ator principal da produção, pois a tecnificação o suprime em grande parte.

De acordo com Kautsky (1986), quanto mais o capitalismo se desenvolve na agricultura, mais aumenta a diferença qualitativa entre a técnica da grande e da pequena exploração. O autor faz previsões sobre a pequena propriedade, condenada a desaparecer diante da superioridade da grande fazenda capitalista. Dessa forma, a transformação na agricultura terá necessariamente como resultado o agravamento do estado de crise em que se encontram os pequenos agricultores, o aumento da sua dependência em relação à indústria, a diminuição da segurança da sua existência.

Assim será a cacauicultura ao se manter o atual perfil de produção no sul da Bahia. Em razão da inexistência de apoio, tanto do poder público, quanto do chocolateiro, o cenário do cultivo do cacau na Região será de total abandono, podendo chegar a sua extinção como atividade econômica rural, cujas consequências

serão irremediáveis para o equilíbrio econômico, social e ambiental do território litorâneo sul baiano.

Na contramão da realidade do produtor de cacau, a União Europeia (UE), através do seu Parlamento, criou resolução legislativa sobre a celebração do Acordo Internacional sobre o Cacau, em 2010, visando reforçar a cooperação internacional na economia mundial do cacau e melhorar a transparência do mercado. O novo pacto tem objetivos claros, visando a uma economia sustentável do cacau, reconhecendo a importância da viabilidade econômica e da responsabilidade social e ambiental em todas as fases da cadeia de valor. Reconhece a necessidade de assegurar preços justos para o cacau e rendimentos equitativos, bem como promover a qualidade do cacau e desenvolver os procedimentos de segurança alimentar.

Mais de 90% da produção mundial de cacau é cultivada por 5,5 milhões de pequenos agricultores, sendo que mais de 14 milhões de trabalhadores rurais dependem diretamente da sua produção. As técnicas agrícolas obsoletas e o trabalho infantil são generalizações no cultivo do cacau. A Europa tem uma grande parte de responsabilidade em relação ao aumento da sustentabilidade no setor do cacau, tendo em conta que é o maior importador e consumidor de cacau em nível mundial, bem como sede dos maiores transformadores e fabricantes de chocolate.

Resta agora, às lideranças da cacauicultura mundial, reivindicar junto à UE melhor tratamento por parte dos industriais quanto ao estabelecimento de preços justos da amêndoa do cacau, considerando os custos de produção em cada país produtor, pois pela lucratividade deixada pelo chocolate, o industrial da atividade pode melhorar razoavelmente os preços internacionais do cacau, estimulando o seu produtor a melhorar os níveis de produtividade para permitir a continuidade do cultivo como atividade sustentável.

Referências

A HISTÓRIA do chocolate. Porto Alegre, 2012. Disponível em: <<http://www.ufrgs.br/alimentus/disciplinas/tecnologia-de-alimentos-especiais/chocolates/arquivos-chocolate/historico-do-chocolate>>.

A ORIGEM do ovo de Páscoa. [S.l.]: Brasil Escola, [21--?]. Disponível em: <<http://www.brasilecola.com/pascoa/pascoa-epoca-chocolate.htm>>.

ABICAB (ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DA INDÚSTRIA DE CHOCOLATE, CACAU, BALAS E DERIVADOS). **Cacau e chocolate**. A história. Do cacau ao chocolate. São Paulo, 2012. Disponível em: <http://www.abicab.org.br/associado-chocolate-e-cacau/historia/>.

BATISTA, A. P. S. A. **Chocolate**: sua história e principais características. 2008. Trabalho de Conclusão de Curso (Especialização em Gastro-nomia e Saúde)– Universidade de Brasília, Brasília, DF, 2008. Disponível em: http://bdm.unb.br/bitstream/10483/338/1/2008_AnaPaulaSabagAmaralBatista.pdf>.

BRITISH BROADCASTING CORPORATION (BBC Brasil). **Ciência & Saúde**. Chocolate amargo reduz risco de ataques cardíacos. [S.l.], 2010. Disponível em: http://www.bbc.co.uk/portuguese/ciencia/2010/08/100817_chocolate_coracao_dg.shtml.

CASAGRANDE, M. **Doce investimento**. Conheça o mercado de chocolates no Brasil e veja o que ele reserva para os empresários. [São Paulo?]: Editora Escola, [21--]. Disponível em: <<http://carreiraenegocios.uol.com.br/gestao-motivacao/25/artigo189033-1.asp>>.

CHAYANOV, A. **La organización de la unidad económica campesina**. Buenos Aires, DF: Nueva Visión, 1974.

CHOCOLATE tem mais antioxidantes do que sucos de fruta. São Paulo, 2011. (Equilíbrio e Saúde). Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/equilibrioesaude/2011/02/871961-chocolate-tem-mais-antioxidantes-do-que-sucos-de-fruta.shtml?mobile>>.

COADY, C. A história do chocolate. In: _____. **O guia do chocolate**. [S.l.]: Ed. Livros e Livros, 1998.

_____. O fabrico do chocolate. In: _____. **O guia do chocolate**. [S.l.]: Ed. Livros e Livros, 1998.

_____. Estilos de chocolate. In: _____. **O guia do chocolate**. [S.l.]: Ed. Livros e Livros, 1998.

COHEN, K. O. et al. Temperagem ou pré-cristalização do chocolate. **Brazilian Journal of Food Technology**, Campinas, n. 158, p. 1, 2004. Disponível em: <<http://bj.ital.sp.gov.br/artigos/brazilianjournal/free/c04158.pdf>>.

COMISSÃO EXECUTIVA DO PLANO DA LAVOURA CACAUEIRA (CEPLAC). Centro de Extensão da Ceplac (Cenex). Revista Difusão Agropecuária, Ilhéus, v. 3, nº.1, p.17-18, jan.-ago. 2011.

COMO é feito o chocolate? São Paulo: MUNDO ESTRANHO, 2012. Disponível em: <<http://mundoestranho.abril.com.br/materia/como-e-feito-o-chocolate>>.

CONHEÇA as verdades e mentiras sobre o chocolate. [S.l.]: Saúde em Movimento, [21--]. Disponível em: <http://www.saudeemmovimento.com.br/reportagem/noticia_print.asp?cod_noticia=1775>.

EUROMONITOR INTERNATIONAL. Chocolate Confectionery in Brazil. Disponível em: www.euromonitor.com

FUNKE, K. **Breve História do Chocolate**. Rio de Janeiro: Editora Globo, 2012. Disponível em: <http://revistagalileu.globo.com/Revista/Common/0,EMI130808-17770,00-BREVE+HISTORIA+DO+CHOCOLATE.html>>.

GORZONI, P.; LIMA, J. R. **A delícia sagrada**. Como o chocolate é feito? Rio de Janeiro: Editora Globo, 2007. (Sem dúvida). Disponível em: <<http://revistagalileu.globo.com/Galileu/0,6993,ECT883986-1716,00.html>>.

INSTITUTO AKATU. **O chocolate vai acabar?** [S.l., [21--]]. Disponível em: <<http://www.mercadoetico.com.br/arquivo/56371/>>.

KAUTSKY, K. **A questão agrária**. São Paulo: Nova Cultural, 1986.

LAMOUNIER, M. **Os benefícios do chocolate**. [São Paulo]: A Nutricionista.com, [21--]. Disponível em: <<http://www.anutricionista.com/os-beneficios-do-chocolate.html>>.

LIMA, M.; CUNHA, L. **Com Cadbury, Kraft completa portfólio e fatura mais de R\$ 1 bi no Brasil**. São Paulo: Valor Econômico, 2010. Disponível em: <<http://www.valor.com.br/arquivo/804399/com-cadbury-kraft-completa-portfolio-e-fatura-mais-r-1-bilhao-no-brasil>>.

MCNEIL, C. **Chocolate in Mesoamerica**. A cultural history of cacao. [S.l.]: University Press of Florida, 2009.

PÁSCOA: época de chocolate. [S.l.]: Brasil Escola, [21--?]. Disponível em: <<http://www.brasilecola.com/pascoa/pascoa-epoca-chocolate.htm>>.

PORRO, A. Cacau e chocolate: dos hieróglifos maias à cozinha ocidental. **Anais do Museu Paulista**, São Paulo, v. 5. p. 279-281, jan.-dez. 1997.

QUEIROZ, N. **Dia dos namorados: data para flores, chocolate e o viagra**. São Paulo: Veja, 2011. Disponível em: <<http://veja.abril.com.br/noticia/saude/dia-dos-namorados-nos-eua-data-para-flores-chocolate-e-viagra/>>.

REDAÇÃO DE M DE MULHER. Chocolate é bom para a saúde. São Paulo: Revista Saúde é Vital, 2012. Disponível em: <<http://mdemulher.abril.com.br/saude/saude/chocolate-e-bom-para-a-saude>>.

RICHTER, M.; Lannes, S. C. S. Ingredientes usados na indústria de chocolates. **Revista Brasileira de Ciências Farmacêuticas**, São Paulo, v. 43, n. 3, p. 357-369, jul.-set. 2007. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rbcf/v43n3/a05v43n3.pdf>>. Acesso em: 12 jul. 2012.

SANTOS, M. **Zona cacauífera da Bahia**. Introdução ao estudo geográfico. São Paulo: Cia Editora Nacional, 1957.

SANTOS, V. O. dos. **Entre cultivar a fé e colher o cacau**: memória, cotidiano e religião (1950-1990). 2009. Dissertação (Mestrado em Linguagem e Sociedade) – Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia, 2009.

SANTOS, A. M. **Relações econômicas na produção de cacau**. Ilhéus: Ceplac, 2010.

STIGLER, G. J. **Análise microeconômica**. A Teoria dos Preços. São Paulo: Atlas, 1977.

TAVARES, J. da S. **O comércio do cacau**, particularmente no Estado da Bahia, 1915. Salvador: UFBA, [2005].

TAVARES, L. H. D. **O problema da involução industrial da Bahia**. Salvador: UFBA, 1996.

VEJA como o chocolate pode ajudar sua saúde. São Paulo: R7, 2011. Disponível em: <<http://noticias.r7.com/saude/noticias/veja-como-o-chocolate-pode-ajudar-sua-saude-20110423.html>>.

Capítulo 3

A formação da burguesia cacaueira

Valter Alves Nascimento¹

Suely Conceição Braga²

Alessandro Fernandes Santana³

Raimundo Jorge Zumaeta Costa⁴

1 Introdução

1.1 O coronelismo e a dominação política e econômica na região sul da Bahia – período: 1889-1930

O surgimento do coronelismo na Bahia aconteceu no início do século XX, quando o governo estadual conseguiu a liberação da venda de patentes para que a renda fosse destinada à reforma da tradicional Faculdade de Medicina de Salvador (RIBEIRO, 2001). Teriam os médicos originários da aristocracia baiana, formados pela faculdade recuperada com a venda de patentes, compromisso com a qualidade dos serviços a serem prestados à sociedade, ou apenas com o dinheiro e os seus correligionários? A citada faculdade teria prestado, à época, algum tipo de serviço à saúde dos trabalhadores, ou seus descendentes teriam tido alguma chance, mesmo que ínfima, de

1 Economista, doutor em Ciências Sociais, Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade, professor adjunto do Departamento de Ciências Econômicas da UESC. *E-mail:* <valves@uesc.br>.

2 Administradora de Empresa, especialista em Economia de Empresas, produtora rural. *E-mail:* <suelyb@fazendafortalezatur.com>.

3 Economista, doutor em Ciências Sociais, Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade, professor adjunto do Departamento de Ciências Econômicas da UESC. *E-mail:* <afsantana74@hotmail.com>.

4 Engenheiro Químico, doutor em Ciências Sociais, Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade, professor adjunto do Departamento de Ciências Econômicas da UESC. *E-mail:* <zumacosta@gmail.com>.

ingressar na referida escola? E o compromisso com a saúde dos trabalhadores, será que existia? Será que os trabalhadores ou seus filhos tinham alguma chance de entrar naquela faculdade na época citada?

A nova burguesia do cacau, surgida na Velha República, assim como a burguesia rural brasileira expandem a sua aparência e visibilidade diante da sociedade, surgindo, destarte, um fenômeno chamado de coronelismo, que, no conceito de Pang (1979), passa a ser um exercício de poder monopolizante de um coronel, cuja licitude e aceitação se estribam em seu *status* de senhor absoluto. O fenômeno do coronelismo, no sul da Bahia, baseado no prestígio pessoal e no familiar, instituiu uma rede de poderes oriunda do micro para o macro, quando o coronel, por vezes, conseguia alcançar cargos em níveis estadual ou nacional.

Com a implementação da República Velha, Ilhéus e a região se vangloriam, pois uma nova ordem de tranquilidade e de esperança foi instalada. Através dela, foi apresentado um *flash* de liberdade; agora os cacaucultores tinham a convicção de proteção, pois a monarquia que patrocinou a opressão tinha chegado ao fim, o mandonismo e o abandono deixariam de fazer parte da vida dos abjurados cacaucultores do sul da Bahia (MENDES COSTA, 2012). Porém a exploração continuou, com outra roupagem.

Começa outra fase de luta pela terra no sul da Bahia. Os pequenos cacaucultores e os trabalhadores rurais esperavam paz e tranquilidade para trabalhar, não obstante o mandonismo colonial ter sido substituído pelo coronelismo. A partir daí, os coronéis, em níveis local e regional, com suporte dos governos estaduais, passaram a ditar as novas regras nos seus municípios e a fazer todos os tipos de falcatruas em benefício próprio e dos seus correligionários. Iniciam-se, assim, as relações clientelistas como meio do Estado e das elites políticas em particular atenderem às demandas específicas de setores ou grupos sociais – os coronéis e seus apadrinhados – integrando-os no sistema político e cooptando-os, agregando aí a troca de benefícios públicos por votos e apoio político (ROMANO, 2009).

O coronel tornou-se sinônimo de chefe político; essas pessoas optavam por serem chamadas de coronéis ao invés de “senhores”, uma qualificação mais mundana. “Senhô coroné” e “Senhô doutô” eram usados para realçar o respeito por um superior (PANG, 1979). No sul da Bahia, o coronel era um título que superava todos os demais, pois era quem detinha o poder econômico e político na região e, como tal, tinha o reconhecimento da sociedade local, estadual e até federal (AMADO, 2000).

Na região do cacau, segundo Falcón (1995), existiam muitos coronéis que, no entendimento de Braga (2004), de certa forma mantiveram o equilíbrio de forças, isto porque não existia consenso entre a maioria deles, embora a certeza da impunidade, o poder econômico e a força política ensejassem ações de violência, invasões de terra etc. Sobre o coronel Basílio, por exemplo, pesa a acusação “costumeira de prática de invasão de fazendas alheias”. Os processos judiciais, segundo Braga (2004), mostram que atitudes como essas eram corriqueiras na região cacaueira baiana. Foi o coronel Pessoa, segundo Falcón (1995), quem consolidou o mandonismo local, reunindo, de forma *sui generis*, os três elementos vitais ao controle do poder: a força econômica, o prestígio político e a violência.

Adonias Filho (2007) acredita que não podem existir dúvidas quanto ao comportamento social do coronel do cacau e, principalmente, quanto à conformação definida para as suas cidades. Para o autor, somente a partir da presença do coronel, após o desbravamento das matas, as vilas se “desenvolveram” e as cidades “evoluíram”. Realmente isso aconteceu, mas dentro do enfoque comentado por Barbosa Lima Sobrinho, tal desenvolvimento deu-se dentro de uma ótica elitista.

No entendimento de Amado (2008), o coronel do cacau era um homem truculento, sagaz e violento, que tinha a sua disposição capangas e jagunços dispostos a matar. A briga era ferrenha entre os seus pares, principalmente em relação à disputa pela aquisição da terra. A riqueza do coronel estava relacionada com o desbrava-

mento das matas, a aquisição ilegal de fazendas e com as “trampas”⁵ e os “caxixes”⁶ de toda ordem. A propriedade da terra e o poder político e econômico eram considerados instrumentos essenciais para o fortalecimento do coronel. De acordo com Ribeiro (2005), pela prática do caxixe muitas heranças e grandes cacauicultores se formaram, à custa de sangue e lágrimas de pessoas exploradas.

Em Amado (2008, p. 19-20), um coronel exclama: “ou a gente se cuida, faz um plano, arma uma trampa ou se estrepa”⁷. Outro coronel afirma: “Todo lugar serve para uma trampa, basta uma árvore bem situada e um cabra bom na mira”.

Ilhéus foi elevada à categoria de cidade, São Jorge dos Ilhéus, em 4 de junho de 1881. O arraial de Tabocas foi emancipado e elevado à categoria de cidade, Itabuna, em 28 de julho de 1910. Outras vilas e municípios do sul da Bahia alcançaram o seu “desenvolvimento” com a administração do coronel (ADONIAS FILHO, 2007). Na opinião do autor, o coronel tinha nas fazendas de cacau a sua segunda morada, tendo em vista as condições do campo oferecidas a ele e a seus familiares. Sua primeira morada era a da cidade, justificando também que a cidade precisava mais da sua presença do que o campo. A casa grande da fazenda passa a ser um abrigo ocasional dos seus familiares. Afirmativa esta defendida também por Rehem (2010). O fato de o coronel do cacau poder decidir entre residir na fazenda, na vila ou na cidade, que podem ter sido fundadas por ele próprio, já sugere a posse abundante das plantações de cacau e da produção colhida.

Em relação aos barões do café no sul do país, Davatz (1980) afirma que havia exploração do trabalhador, dos colonos europeus e parceiros agrícolas na Colônia de Ibicaba, situada no município

5 Trampa, na visão dos coronéis do cacau significa: armar uma emboscada, uma tocaia (AMADO, 2000).

6 O caxixe é um macaquinho que rói o cacau por dentro; você passa na roça, o cacau está bom, você derruba, não tem nada. Então o caxixe é um negócio que tem todo aspecto legal, mas não é (GUERREIRO DE FREITAS, 2001).

7 Estrepa no entendimento dos coronéis do cacau, significa: se destrói, se aniquila, se extingue (AMADO, 2000).

de Limeira, e em outras colônias espalhadas pelo Estado de São Paulo, e que as falcatruas realizadas pelos proprietários de terra eram de toda ordem, na distribuição das áreas de café por família, na morada, no barracão, no vale, na divisão da produção, no peso do produto, no pagamento aos parceiros-colonos, dentre outras. A acumulação de excedentes por parte dos patrões era elevada. Grande semelhança existe entre as ações definidas pelos barões do café, os coronéis do nordeste e os coronéis do cacau.

Moreira (1999) argumenta que nos complexos rurais cafeeiros e açucareiros, respectivamente, paulistano e nordestino, localizam-se os núcleos do coronelismo dessas regiões e a relação de parceria colocada em prática pelos grandes plantadores de cana e de café nos meados do século XIX. Os parceiros-colonos eram explorados através da redução dos custos de produção, da flexibilização das opções de investimentos e de elemento básico de retenção de mão de obra. As referidas relações de trabalho implementadas por parte dos coronéis nas citadas atividades econômicas, no período de 1888 a 1960, constituem-se em elevação da mais-valia e, conseqüentemente, do excedente econômico.

No que se refere à força de trabalho, Adonias Filho (2007) comenta que, além dos trabalhadores contratados, os cacauicultores da Bahia tinham também escravos, mas não no mesmo patamar dos produtores dos estados do Pará e do Amazonas, dos plantadores de cana do Nordeste e dos produtores de café de São Paulo. Tanto que a abolição dos escravos, em 1888, que provocou impacto imediato em toda a infraestrutura econômica brasileira, não alterou a evolução da cacauicultura baiana. Na opinião de Adonias Filho (2007), tal fato não inviabilizou que o Brasil se tornasse um dos primeiros produtores de cacau do mundo, em 1895. A partir dessa ótica sobre a escravatura, o autor confirma a posição de Mahoney (2007): a cacauicultura baiana também utilizou a força de trabalho escrava.

O afastamento brusco da mão de obra escrava da cacauicultura do Pará e do Amazonas surge como a causa mais importante

para o distanciamento dessa cultura como atividade de base nesses estados (ADONIAS FILHO, 2007).

No que se refere aos coronéis do sul da Bahia, Falcón (1995) entende que a estrutura sobre a qual se praticou o sistema coronelista foi a propriedade fundiária. Essa teve similitudes com o mandonismo local, que prevaleceu no período do Império em todo Brasil, mas o que assegura o poder econômico não é apenas a propriedade da terra ou a sua posse, é necessário também que haja a exploração efetiva da terra e a organização da produção, o que exige a disponibilidade de determinada quantia de recursos financeiros.

O reconhecimento do prestígio do coronel do cacau, determinadas vezes, ocorria independentemente da aquisição do título concreto concedido pela Guarda Nacional aos fazendeiros ricos da região – ou comprado por algum membro da elite econômica local, como já mencionado. Ilhéus tinha mais títulos de coronel do que qualquer outro município baiano (FALCÓN, 1995).

A terra e o dinheiro encontravam-se na base do verdadeiro desejo que movia as relações humanas na região do cacau: a luta pela liberdade.

[...] uma demonstração de que se conseguiu a liberdade perdida, quando a força de trabalho fora vendida ao coronel. Conquistando-se terra e dinheiro, era possível trazer a mulher. Isso indica que a liberdade só podia ser conseguida mediante o poder econômico. Todo indivíduo que não fosse proprietário de terra deveria se submeter a um coronel a quem cedia o suor nas plantações de cacau e o dedo nos gatilhos das repetições. Ressalta-se que, no tempo em que a escravidão era institucionalizada, um escravo podia conquistar a própria liberdade mediante pagamento em dinheiro (CARDOSO, 2006, p. 177-178).

Confirma-se, destarte, que terra e dinheiro são simplesmente aparências do objeto do desejo, e não o objeto em si. Portanto, os coronéis do cacau não admitiam que o acesso à posse da terra fosse

possível a todos – a Lei de Terra de 1850 define os parâmetros para aquisição desse bem da natureza. Tal mudança permitiria a transformação das condições de produção. Ao mesmo tempo em que lutavam pela posse da terra, precisavam explorá-la, realizando as operações relativas ao plantio, aos tratos culturais, à colheita e ao beneficiamento. A exploração dessa atividade econômica era realizada por trabalhadores reduzidos a mera força de trabalho, despojados da sua condição humana e tornados objetos (CARDOSO, 2006).

Quanto ao universo regional do cacau, no período relativo à República Velha, um fazendeiro abastado – coronel –, segundo Falcón (1995), era aquele que possuía acima de 200 mil pés de cacau, glebas de terras acima de 250 ha, colhendo, anualmente, mais de 5.000 arrobas⁸ de cacau seco. Para obter uma patente de coronel, era necessário possuir bens equivalentes a, aproximadamente, 1\$000.000 (um milhão de contos de réis), o que possibilitava empregar em torno de 50 a 100 trabalhadores. A renda produzida pelo coronel deveria ser suficiente para demonstrar o seu *status* social e evidenciar publicamente o seu poder de riqueza (MELO, 1927). A mais-valia obtida pelos coronéis, tanto relativa⁹ quanto absoluta, era elevada, e a remuneração dos trabalhadores naquele período era absorvida pelas compras realizadas no barracão¹⁰ do

.....
8 Uma arroba de cacau seco equivale a 14,69 quilos; porém é aproximado para 15 quilos nas transações comerciais cacaueiras.

9 Marx defende o seu ponto de vista em relação à mais-valia absoluta e relativa, afirmando que na mais-valia absoluta, aumenta-se o período de trabalho, eleva-se a produtividade do trabalhador, mas não eleva o seu salário. O capital apropria-se do trabalho excedente. A produção da mais-valia relativa revoluciona totalmente os processos técnicos de trabalho e as suas combinações sociais (MARX, 2003).

10 Como forma de garantir a permanência do trabalhador e, ao mesmo tempo, acentuar a renda do fazendeiro, estes dispunham, em suas fazendas, de “despensas”, geralmente conhecidas como barracão, onde os empregados se endividavam para adquirir os alimentos necessários à sua subsistência e de sua família. Enquanto não saldasse esse débito, mantinham-se presos ao trabalho oferecido e mal remunerado, ou seja, tornavam duradouro o seu vínculo com a fazenda. Tais “estabelecimentos” eram famosos por oferecer produtos de péssima qualidade e a preços acima dos cobrados no mercado regional, que já eram muito altos, pois devido ao alto preço das amêndoas de cacau, os fazendeiros da região não tinham a disposição de produzir gêneros alimentícios, preferindo importá-los. Com os altos preços dos produtos e os baixos salários pagos e que não tinham nenhuma uniformidade, era praticamente inevitável o endividamento dos trabalhadores que passavam a depender da despesa, deixando de receber seus salários. Ou

fazendeiro. Quando o trabalhador tinha saldo positivo no término do “contrato”, muitas vezes era capturado pelos jagunços dos coronéis, chegando até mesmo a perder a vida (AMADO, 2000). Guerreiro de Freitas (2001) afirma que, muitas vezes, não girava dinheiro nas transações com o cacau, ou seja, na combinação efetuada entre o cacaucultor e as agências compradoras do produto. A transação era realizada através de troca direta, cacau por produto alimentício, vestimentas, instrumentos de trabalho, dentre outros itens. O pagamento ao trabalhador era feito através das compras no barracão do cacaucultor. Entende-se que tais compras tinham dois objetivos: elevar os lucros do cacaucultor, através das vendas por preços exorbitantes, e manter o trabalhador atrelado à fazenda, explorando-o cada vez mais, elevando assim o excedente econômico para o coronel. Para Guerreiro de Freitas (2001), na cacaucultura sempre existiram os maus e os bons patrões, e os trabalhadores que enriqueceram transformando-se nos novos ricos foram piores patrões do que aqueles que já nasceram ricos. Afirma o autor: aqui tinha um que dizia assim: que nada, a gente não tira a camisa toda, para ele não se constipar, mas até as mangas pode tirar. Na opinião de Guerreiro de Freitas (2001), muitos coronéis eram gananciosos, praticavam a usura e mandavam assassinar trabalhadores, contratistas que lhes prestavam serviços, ao invés de remunerá-los dignamente.

O Misael [coronel] sempre emprestou dinheiro, era agiota, tinha os agentes de agiotagem que trabalhavam para ele. Contam [...] que uma vez um cidadão chegou para ele e pediu 12 contos de réis emprestados, ele aí ‘pois não, pois não’, [...], ‘para que dia você quer o dinheiro?’ ‘pra semana eu venho buscar’. Aí o Misael pega o dinheiro, enrola num papel, bota no cofre, o sujeito não veio buscar, seis meses depois ele voltou, ‘coronel eu não preciso

seja, a despesa acabava reduzindo o valor do custo da mão de obra e garantindo a presença dos trabalhadores nas fazendas.

mais de 12 não, agora eu quero é 18’, ele disse, ‘é, mas você deve um jurozinho aqui’. ‘Por que? Eu não vim buscar’, ‘não veio, mas ele estava aqui guardado lhe esperando’ (GUERREIRO DE FREITAS, 2001, p. 99-100).

Coronel Misael Tavares, o rei do cacau na Bahia, era um dos homens mais ricos de Ilhéus, tinha um banco próprio, do qual ele mesmo era o gerente. Além disso, tomava dinheiro emprestado à Cooperativa Instituto de Cacau da Bahia (ICB), a juros módicos, e repassava-o aos pequenos cacaucultores a juros elevados. Quando esses cacaucultores deixavam de amortizar o financiamento por qualquer motivo, a sua fazenda era levada a leilão, contra a vontade do cacaucultor, e muitas vezes esta era arrematada pelo aludido coronel. Na realidade, era um esquema para “rico ficar mais rico”.

A ambição pela cacaucultura, segundo Amado (2008), seduziu muitos retirantes em busca de um futuro promissor no sul da Bahia. Gerou fortunas, como a dos coronéis Horácio da Silveira, Teodoro das Baraúnas, Badaró, Adami de Sá, Misael Tavares, dentre outros que entraram numa luta pela posse de terras, a exemplo da guerra realizada em Sequeiro Grande, situado no futuro município de Itajuípe – antigo Pirangi –, entre Horácio da Silveira e a família dos Badaró. Em meio a essa luta, num crescente desenrolar de crimes e falcatruas, viveram, com seus aliados e jagunços, os dramas, os problemas e as soluções que acometem um povo. No meio dessa luta, segundo Mendes Costa (2012), chegavam retirantes de outras regiões distantes, como da Chapada Diamantina, e de Sergipe à procura de oportunidade de tornar comerciantes, adquirir empregos ou terras, sempre iludidos pela febre do cacau. Vinham também muitos jagunços e, muitas vezes, por falta de outra opção, os próprios aspirantes a trabalhadores acabavam por se transformar em jagunços (AMADO, 1978).

Antes e em outros lugares a exploração do homem pelo homem ocorria nos canaviais do Nordeste, nos cafezais

de São Paulo até culminar nos cacauais da Bahia. A forma de exploração permaneceu a mesma, alterando apenas o seu conteúdo subjacente (CARDOSO, 2006, p. 155).

Os traços encontrados na exploração da força de trabalho no meio rural brasileiro, no que se refere à exploração das atividades econômicas, ditas *commodities*, são marcantes, desde a exploração através dos barracões, da morada obrigatória nas fazendas, dos contratos, do pagamento via vales e boros, do trabalho gratuito, da exploração do trabalho de crianças e de mulheres, da divisão da produção entre os parceiros, da prisão e multa dos trabalhadores que abandonassem o trabalho, da matança de trabalhadores e outros.

Para Cardoso (2006), os cacauais, nessa região, foram considerados paisagens de paixões, traições, assassinatos e da omissão e corrupção do Estado, bem como da solidificação de formas de relações humanas estribadas num sistema de produção atrasado e de opressão do homem pelo homem, na tradução moderna do antigo escravismo.

Tais histórias, passadas de pai para filho, segundo Amado (1978), refletem a influência do fortalecimento do coronel, bastante comum no nordeste brasileiro. Na cacauicultura baiana, as mencionadas histórias também eram passadas de pai para filho. Sobre o coronel Horácio da Silveira afirmavam que:

Tinha debaixo da sua cama, o diabo preso numa garrafa. Como o prendera era uma história longa, que envolvia a venda da alma do coronel [...]. O diabo, feito servo obediente, atendia a todos os desejos de Horácio, aumentava-lhe a fortuna, ajudava-o contra os seus inimigos (AMADO, 1978, p. 51).

Os crimes do coronel estavam, destarte, explicados. Os coronéis, no entendimento de Amado (1978), ganhavam prestígio com essas histórias, que contribuíam para transformá-los em heróis e mitos que deveriam ser temidos e não afrontados.

Posição de um coronel, segundo Amado (1978, p. 62):

Meu filho não vai precisar viver entranhado nas brenhas como a gente. Vou meter ele na política, vai ser deputado ou governador. Pra isso é que faço dinheiro. Seria mais um para fazer parte da aristocracia rural baiana e compor a estrutura dos coronéis a serviço do fortalecimento dos mesmos.

Dessa forma funcionavam a política, o prestígio, o poder de mando e a liderança local ou regional do coronel. Por outro lado, o mencionado coronel era submisso ao governo estadual. Se esse não aceitasse as determinações daquele, ficaria sem apoio político, econômico e financeiro, ou seja, teria dificuldades de governar. Elias (2006) comenta que o governo comandado por líderes de partidos e a adoção de ideologias criadas para persuadir a população na qual se almeja a melhoria das suas condições de vida e a melhoria do bem-estar são garantias de articulada transformação no equilíbrio de poder entre governantes e governados. Os coronéis faziam com muita maestria essa jogada, visando ganhar prestígio perante a população e atender os questionamentos aos adversários.

Na visão de Cardoso (2006), a exploração do homem evolui ou degenera para a escravidão. Segundo Amado (1978), insere-se no conceito de alugados, referindo-se a homens presos nos latifúndios. Logo, entre a condição econômica e o controle das fazendas de cacau, encontra-se a política partidária, de grande influência na luta pela propriedade da terra. Desta forma, dinheiro e poder estão sempre juntos. Aqueles que ocupam o poder não o fazem gratuitamente. Os trabalhadores plantam, tratam, colhem, beneficiam, mas não usufruem do produto do seu trabalho. Estão aí presentes a mais-valia e a exploração do trabalhador.

É importante salientar que a estagnação social, política e econômica, bem como a crueldade que ocorria nas fazendas de cacau, nos períodos do Brasil Colônia, no Império e na República

Velha, onde as relações de trabalho, pela presença clara dos escravistas e pela animalização do homem, são fatores da realidade que bradam por solução via transformações enraizadas dos modos de relações de trabalho vigentes.

Para Amado (1978) e Ribeiro (2001), as nomeações de cargos em nível municipal, como juízes de direito, juízes de paz e comissários de polícia, tinham indicação dos líderes locais. Existiam dois partidos políticos nessa região. No caso do município de Ilhéus, tais partidos estavam divididos entre os proprietários de terras. O partido Liberal era liderado pelos clãs de Amaral e Bastos, além dos coronéis Ramiro Castro e Antônio Pessoa. Este último era o seu líder maior. Em seguida, nos anos iniciais da República, essa agremiação política recebeu a adesão de tradicionais membros do partido conservador, os clãs das famílias Berbert e Pinto (RIBEIRO, 2001). Para o autor, os conservadores eram comandados pelas famílias Sá Bittencourt e Câmara, de influência avultada na política brasileira, que tinha como base ampla de sustentação o casamento e o compadrio¹¹.

O casamento teve fundamental importância durante esse período, induzindo os chefes políticos a selecionar cuidadosamente as alianças, para reforçar os vínculos de parentesco consanguíneo, com o intuito de resguardar a propriedade da terra, ou para majorar o poder, atrelando-a a outra família de prestígio político-financeiro-econômico. O casamento entre parentes e os clãs familiares se inter-relacionavam, formando um poderoso sistema de dominação político e econômico (RIBEIRO, 2001).

A morada e o compadrio são relacionados (LEAL, 1975), (FALCÓN, 1995) e (MOREIRA, 1999) como elementos de proteção dos coronéis. Para Garcia Júnior (2002), a grande plantação foi

11 Nas relações de compadrio, as pessoas eram consideradas inferiores e dependentes; submetiam-se ao senhor da terra pela proteção e persuasão. Se por acaso houvesse resistência de alguma parcela dos apadrinhados, estes eram expulsos da fazenda, perseguidos e assassinados impunemente. Muitas vezes juntamente com toda a sua família para servir de exemplo aos outros afilhados (AMADO, 2000).

a principal matriz da sociabilidade no mundo do latifúndio brasileiro, durante metade do século XX, e o grande comando vem das “casas grandes”, inclusive as casas de morada conferidas aos familiares dos trabalhadores residentes (MOREIRA, 1999). No entendimento de Garcia Júnior (2002), é no cerne dos latifúndios que se desenvolvem as relações familiares, onde as famílias nascem, procriam, se casam e muitas vezes onde se enterram as pessoas que feneceem. No entendimento de Bastide (1931), as práticas religiosas realizadas nas fazendas dos coronéis possibilitavam “organizar” os trabalhadores ou ainda a forma como praticavam a religião, visando, destarte, ampliar o prestígio e a proteção dos coronéis. Davatz (1980) demonstra a rigidez como eram tratados os colonos europeus, que trabalhavam na cafeicultura paulista, no momento em que eram praticados os seus atos religiosos. Nesse caso, os colonos europeus tinham mais senso de grupo, de coletividade e de união. Portanto, os latifundiários do café mantinham vigilância redobrada em relação a todos os seus atos, naquele período.

Na sua área de influência, segundo Ribeiro (2001), o coronel do cacau assumia algumas atividades, como o arbitramento em questões de terras entre vizinhos menores, funções policiais e de crédito. O coronel era “obrigado” a ter a sua disposição jagunços e capangas, seus ou de seus correligionários, muitas vezes contratados em outros locais. O jagunço da era do banditismo reaparece agora como bandido isolado, como arma de aluguel a serviço de fazendeiros e políticos, nas disputas pelo poder e nas disputas pela terra, no Paraná, na Amazônia, no Nordeste, no Centro-Oeste. O caso mais documentado é o do Sindicato do Crime no Nordeste, naquele tempo, com a função de eliminar camponeses em várias regiões (MARTINS, 1983). O autor nomina esses homens de criminosos de profissão. No nosso entender, eram pessoas trabalhadoras que serviam de proteção aos coronéis, inclusive praticando ações criminosas a mando dos mesmos. No conceito de Martins (1983), eram os próprios camponeses endividados recrutados pelos coronéis como matadores.

A maioria das fazendas dos coronéis de cacau, na visão de Euclides Neto¹² (2007), não admitia família de trabalhadores com muitos filhos. Os meninos viviam escondidos nos matos, com medo do administrador. Quando a família era numerosa, os pais e os filhos passavam fome (EUCLIDES NETO, 2007). As crianças comiam terra. O pai sequer tinha dinheiro para comprar a sua ferramenta de trabalho, o facão e, por causa disso, o administrador lhe reduzia a remuneração semanal. O que ele recebia por semana mal dava para comprar farinha e tripa. Os meninos que conseguiam puxar um burro manso eram aproveitados na condução do cacau ou para descaroçar. Ganhavam um valor ínfimo, mas servia. A desnutrição e a falta de higiene causavam doenças nas crianças, podendo levá-las à morte. A família afirmava que era menos um para sofrer, menos uma boca para alimentar. Por outro lado, o fazendeiro e sua família moravam em Salvador e usufruíam de todas as benesses oriundas da cacauicultura (EUCLIDES NETO, 2007). Tal afirmativa confirma o preconizado por Marx (2003), de que o trabalhador considerado produtor, é o que menos desfruta dos bens oriundos do seu trabalho. Portanto, confirma-se a exploração da mão de obra das crianças, do trabalhador e a elevação do excedente econômico por parte do cacauicultor.

Amado (2008) se refere ao trabalho escravo no sul da Bahia, quando afirma: aqui é o mercado de escravos. Para Cardoso (2006), o autor não coloca a frase no passado, pois para ele o mercado escravocrata existe no presente. A história aparece como continuidade, as coisas mudam de nome, mas não muda o

12 Advogado. Cacauicultor. Foi prefeito de Ipiaú, Bahia. Escreveu os livros: Berimbau, Porque o homem não veio do macaco, Vida morta, Os magros, O patrão, Os genros, Um prefeito, A revolução e os jumentos, O menino traquino, A enxada, Trilhas da reforma agrária, dentre outros. Foi Secretário de Reforma Agrária da Bahia, a primeira do Brasil, no governo Waldir Pires. Para ele, a terra é um bem essencial. Quando prefeito, o seu primeiro ato foi adquirir uma fazenda e dividi-la com os desempregados, cheios de filhos, famintos, sem emprego: a sucata social. Ape-lidaram-na de Fazenda do Povo, em 1963. Por esse ato, em 1964, foi sabatinado durante 8 horas por 4 majores da ditadura militar e no final um deles se levantou e disse: recolha o homem, é comunista perigoso.

conteúdo das relações entre os homens e as mulheres, que permanece imutável. Para Cardoso (2006), é devido à falta de transformação nas estruturas da sociedade que o homem continua a ser explorado nas fazendas de cacau e o dinheiro tem mais valor que a dignidade e a vida.

O revisionismo introduzido nos debates sobre o federalismo brasileiro no período define o coronelismo como resultado da superposição de formas desenvolvidas do regime representativo a uma estrutura econômico-social inadequada. Para atender a esse objetivo, a campanha se revestiu de um apelo popular, segundo Salvatori (2013), prometendo tirar urgentemente a República de uma minoria, para dividi-la com toda a população. Ainda de acordo com Salvatori, nesse sentido, Nilo Peçanha, governador da Bahia, declarava que o mundo não podia ser mais o domínio egoístico dos ricos, e só se teria paz de verdade, e uma paz de justiça, quando nas propriedades e em todas as consciências, sobretudo, fossem tão legítimos os direitos do trabalho como os do capital, dizendo sempre não ser mais possível a nenhum governo brasileiro deixar de respeitar, dentro da ordem, a liberdade, a liberdade operária e o pensamento operário. Discurso democrático que prega a igualdade do capital e do trabalho. Será que na prática tal conceito prosperou ou prospera? Ou é pura ficção? Ou apenas discurso politiquês? Será que a liberdade operária e o pensamento operário defendidos por Nilo Peçanha são respeitados pelos cacaucultores no sul da Bahia? Será que um dia os direitos da força de trabalho serão iguais aos direitos do capital?

Já a partir da República Velha a rentabilidade da cacaucultura baiana era elevada e representativa. Portanto, a cacaucultura constituía-se num estímulo ao surgimento de novas plantações que continuaram se ampliando até atingir quase todas as terras propícias a essa cultura. Segundo a Ceplac (1979), a produção se elevou significativamente, chegando a um aumento de 888%, entre 1900 e 1930, passando de 772 toneladas para 6.858 toneladas em 1929. Portanto, segundo a Ceplac (1976), o cacau passou a liderar as exportações baianas,

pondo em evidência o Estado da Bahia no que se refere à produção mundial de cacau nesse período, assumindo o segundo lugar em nível internacional, perdendo somente para Gana, na África.

A exportação agrária representa a configuração da inclusão da economia brasileira na economia internacional a partir da época colonial e da imperial. A República Velha é o período de apogeu e extrusão desta forma de inserção. Cada período foi caracterizado por uma atividade agrícola que dinamizava a contabilidade nacional: ciclos do açúcar, do ouro, do café para o Brasil e do cacau para a Bahia. A exportação agrária como atividade econômica, na visão de Mendes Costa (2012), constitui vulnerabilidade das economias pelo elevado peso das economias externas, destacando a dependência de variáveis exógenas fora do controle das autoridades brasileiras, como oferta e procura externas, preços, comercialização internacionalizada, etc.

Devido às circunstâncias mundiais, o comércio do cacau esteve sempre predisposto aos movimentos ascendentes e descendentes a partir da vinculação de preços fixados e da variação da quantidade exportada, segundo critérios distantes do controle dos cacaucultores, e próximos dos exportadores. Tais critérios comprometeram não só o comércio do cacau, mas o de toda a região sul da Bahia.

O cacau, como produto de exclusivo consumo dos países centrais à época, ficou dependente da capacidade de demanda exógena, inclusive no que se refere à fixação dos preços. Assim, desde o início do século XX até a década de 1940, as oscilações das exportações de cacau sofrem sucessivas variações, as quais determinam, respectivamente, a elevação e a retração da ampliação das áreas de plantio, conforme elementos da problemática da própria lavoura: os fatores de produção-capital, recursos naturais, recursos humanos e capacidade empresarial, além da tecnologia, e principalmente, do comportamento das Bolsas de Valores dos EUA e da Europa. A elevação da demanda do cacau em nível internacional provoca o aumento dos preços desse produto e a redução provoca a sua diminuição.

Para Guerreiro de Freitas (1979), no final do século XIX se observa mais claro o início de um fato, de certa forma, característico na região estudada, e incide na convergência de interesses entre parte dos grandes cacaucultores e os compradores de cacau. Entende-se, no caso em estudo, que não se generalizam incompatibilidades entre o capital comercial e o agrário. Esses capitais, em conflito constante na grande maioria das situações, acontecem em virtude de aspecto assumido pelo enredamento econômico-social proveniente do processo histórico regional, dando lugar a um grupo misto, composto de cacaucultores e comerciantes com interesses originariamente caracterizados, mas com capacidade, a partir de determinado momento, de desempenhar funções comuns, formando uma só classe dominante.

O crédito destinado à cacaucultura passa a surgir com a concretização das agências do capital comercial, favorecida pelo governo português, constituindo-se como uma ampla política de crédito rural (GUERREIRO DE FREITAS, 2001).

A participação de partes do capital agrário nas casas de exportação, que exerciam a função de crédito e financiadora da safra de cacau, passou a ocorrer com maior constância à medida que ia aumentando a acumulação do capital em mãos dos coronéis e à medida que estes passavam a residir nas cidades. Tal processo provocou o surgimento de uma única classe dominante, a burguesia cacaueira, formada, como já comentado, pelas classes produtora e comercial (GUERREIRO DE FREITAS, 1979).

O desenvolvimento da lavoura cacaueira em bases capitalistas se deu, em primeiro lugar, via incentivo creditício. Esse, segundo Mendes Costa (2012), era composto pelos recursos oriundos da acumulação precedente de outras fontes, poupados pela burguesia comercial e pelo capital internacional existente no Brasil nesse período. Filiais das casas comerciais dos agentes compradores de cacau, dos agentes financeiros, representantes de bancos estrangeiros e nacionais, escritórios de companhias de navegação e representantes diplomáticos foram distribuídos pelo sul da Bahia visando dar apoio à atividade cacaueira (GUERREIRO DE FREITAS, 1979).

Guerreiro de Freitas e Paraíso (2001) afirmam que, em 1905, foi instalado, em Ilhéus, o Banco de Crédito Hipotecário e Agrícola, com atuação limitada, e em 1917 foi criada a primeira agência do Banco do Brasil de Ilhéus, e em 1924, a de Itabuna. Em 1925, o Banco Econômico passou a atuar nessa região. Apesar disso, as complexas exigências, principalmente as referentes à documentação de posse da terra, dificilmente apresentada, não alteraram muito a situação no que tange às dificuldades dos pequenos produtores na obtenção de crédito. Para o autor, esses continuaram a utilizar o crédito especulativo, que cobrava taxas de juros exorbitantes que, em muitos casos, não conseguiam ser amortizadas, conferindo ao crédito papel essencial na concentração da propriedade. Para tornar transparente essa cizânia, enquanto os juros cobrados pelos bancos giravam em torno de 8%, o crédito usurário chegava a 48% ao ano.

Um exemplo marcante dessa prática foi o detentor de uma das maiores fortunas da região, Manuel Misael Tavares da Silva, que era o maior tomador de empréstimos do Banco de Crédito Hipotecário e, ao mesmo tempo, era o maior prestador particular da cidade. Em 1914, possuía cerca de dezoito fazendas e empregava em torno de quatrocentos trabalhadores. Em 1930, possuía, além de um banco, milhares de ações, inúmeros imóveis urbanos e nada menos que setenta e sete fazendas, afirma Lins (2007). A hipoteca e a nota promissória, na opinião de Santos (1977), eram os principais títulos de crédito negociados nas operações financeiras nessa região. A jurisprudência favorecia a cobrança desses títulos de crédito, na medida em que garantia o pagamento pela execução judicial. O exequente faz o pedido e o “réu” é citado a pagar, caso contrário, procedem-se a penhora dos bens, a avaliação e a venda dos mesmos em praça, a fim de que o usurário receba o que “lhe é devido”. O pagamento das custas judiciais era feito pelo devedor. Dessa forma, fica demonstrado que, via atividade financeira, os grandes cacauicultores também exploravam os pequenos, e dessa maneira aumentavam o seu patrimônio.

Na opinião de Lins (2007), percebe-se que o mesmo capital passou a atuar nas diversas áreas, na produção, comercialização e financiamento, ou seja, houve uma mobilidade no capital empregado na região. Cacaucultores tornaram-se comerciantes e financiadores, e comerciantes financiadores transformaram-se em fazendeiros, e ambos, ao mesmo tempo, passaram, através da mais-valia, a acumular excedentes econômicos. Nos respectivos casos, o processo de expropriação dos pequenos produtores foi o elemento essencial.

Cabe destacar, conforme afirmam Guerreiro de Freitas; Paraíso (2001), que alguns dos maiores empreendimentos que assim atuavam eram formados a partir de capital estrangeiro, a exemplo de Steveson & Cia e Wildberger & Cia, que acabavam por remeter parte significativa do capital excedente para seus países de origem. Para se ter uma ideia do processo de acumulação dessas empresas, quando se organizou a firma Sociedade Anônima Companhia Agrícola Cacaueira da Bahia, cujos sócios eram as empresas comerciais Wildberger & Cia. e Rapold Manz & Cia., tendo como objetivo a compra de propriedades agrícolas, os dois principais acionistas já apresentavam, entre seus bens imóveis, 118 fazendas, todas situadas na região cacaueira, sendo 9 em Ilhéus, 78 em Belmonte, 28 em Canavieiras, 2 em Una e uma em Itabuna. Elas totalizavam uma superfície de aproximadamente 14.643 ha, com 2.774.876 pés de cacau plantados (GUERREIRO DE FREITAS; PARAISO, 2001).

2 A formação da burguesia cacaueira

A formação da burguesia cacaueira foi resultado de um processo de conflitos que não terminou com a consolidação da sua hegemonia. Como afirmado anteriormente, o controle de determinadas estruturas do Estado garantia a manutenção e a ampliação do acesso à terra e a certos privilégios, e a posse da intendência

municipal garantia o poder de indicar quem iria ocupar os cargos públicos locais. Isso levou a uma luta constante entre facções da burguesia local, travestidas de grupos que, em determinados momentos, assumiam feições familiares e se aglutinavam em torno dos partidos políticos. Eram conservadores e liberais durante o Império, e constitucionalistas e federalistas na República Velha (1889-1930) – esses denominados em Ilhéus, de “*adamistas*” e “*pessoístas*”, em função dos seus líderes, os coronéis da Guarda Nacional Domingos Adami de Sá e Antônio Pessoa da Costa e Silva.

No entendimento de Lins (2007), a família Sá ocupou o poder municipal ilheense de maneira quase ininterrupta durante o século XIX e na primeira década do século XX. Latifundiários e escravocratas, a família tinha articulações comerciais e políticas nas esferas estadual e nacional. Para Ribeiro (2001), o coronel Antônio Pessoa da Costa e Silva era rábula e foi promotor público municipal, tornou-se um dos mais importantes políticos baianos da época, foi deputado provincial, intendente municipal e senador estadual e assumiu, no fim do Império, a postura liberal e abolicionista. Desde esse período, foram construídos os discursos que permaneceriam vivos após o fim do Império e durante a República Velha e que influenciaram a história e a identidade regionais.

A constituição da burguesia cacauieira teve por base a grande propriedade fundiária, composta, conforme comentado anteriormente, de um lado, pela *trampa* e pelo *caxixe*, e de outro, pelo crédito hipotecário. Conforme Mendes Costa (2012), a região até então era considerada território de impetuosos, tinha a visão do enriquecimento, mesmo a do trabalhador migrado de outras regiões, de dentro e de fora do Estado, aportado pela fama de riqueza que o cacau trazia. O grande proprietário expandia suas terras pela violência e pelo terror. O comerciante financiava o cacauicultor e esse dava em garantia as suas terras. Na realidade, o comerciante tinha interesse em se tornar também proprietário de terras, através do instrumento legal da execução das hipotecas. Tal método era usado para promover a acumulação das terras em mãos do capital financeiro e do capital agrário tradicional.

A burguesia cacaueira captou os meios de produção e apropriou-se do excedente de capital originado no processo produtivo. Os capitalistas constituíram os fundamentos criadores da mais-valia¹³, excedente ou riqueza, que sobreviveu através da venda da força de trabalho para terceiros, os capitalistas (POULANTZAS, 1985). Lucro, juros e renda expressavam as formas de manifestação da mais-valia, confirmando assim a visão de Marx (2003), a exploração do trabalho humano apossada, também na região sul da Bahia, pelo empresariado agrário, comercial e financeiro.

O ritmo crescente e expansionista da atividade econômica cacaueira provocava transformações e implantava um novo espaço econômico na região sul da Bahia, levando à expansão da lavoura cacaueira, o que intensificou seu crescimento e seu “desenvolvimento” econômico. A referida expansão econômica, segundo Mendes Costa (2012), passou a gerar investimentos em infraestrutura, tais como a inversão de capital para casas comerciais e ou exportadoras, estabelecimentos bancários e também no setor de transportes rodoviários, ferroviários e hidroviários. A região se organizava como um modelo econômico agrário-exportador, constituindo-se numa extensão complementar das economias centrais. A cacaucultura, ao incorporar crescentes faixas de terra do sul da Bahia, tornou-as produtivas e se integrou no circuito da economia agroexportadora do Estado (FALCÓN, 1995).

Para o estudo da posição hierárquica do grande cacaucultor, considera-se o caráter essencialmente comercial, que tornava o próprio

.....

13 Mais-valia, na visão marxista, é a forma específica que assume a exploração do trabalho sob o capitalismo. A mais-valia defendida por Marx difere significativamente da de seus antecessores, particularmente de David Ricardo, pois este vê a mais-valia como resultado de trocas injustas do trabalho pelo salário entre trabalhadores e capitalistas: os trabalhadores seriam forçados a vender o seu trabalho abaixo do seu valor; o excedente surgiria na troca. Porém a distinção descoberta por Marx entre trabalho e força de trabalho permitiu mostrar como, sem uma troca injusta, a força de trabalho pode ser vendida pelo seu valor e a mais-valia surgir na produção. Desta forma, Marx demonstrou que a exploração do capitalismo, assim como todos os modos de produção que o antecederam, tem lugar no processo de produção, que o estabelecimento de razões de troca justas não representa o fim da exploração; que as posições de explorador e explorado são posições de classe, definidas pelo acesso aos meios de produção (e não por rendas individuais que resultam de negociações individuais de contratos de troca). BOTOMORE, Tom. **Dicionário do pensamento marxista**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2001.

plantador interessado na comercialização do produto e, de certa forma, conduzindo o desenvolvimento agrícola com interesses especificamente comerciais e lucrativos (AGUIAR, 1960). A integração entre o capital agrário, o capital comercial e o financeiro passou a ser de fundamental importância para o fortalecimento da burguesia cacaueira.

Falcón (1995) afirma que o sul da Bahia é a mais importante região econômica da agricultura baiana e os coronéis concentraram as suas atividades no município de Ilhéus, considerado o maior produtor de cacau desta região, e sob o fluxo do “progresso e da civilização” – como costumava referir-se o mais influente político regional, o intendente deste município, Antônio Pessoa, que consolidou o mandonismo local.

Referências

ADONIAS FILHO. **Sul da Bahia**: chão de cacau – uma civilização regional. 3. ed. Rio de Janeiro: Bertand Brasil, 2007.

AGUIAR, D. V. **A província da Bahia**. Salvador: Imprensa Oficial, 1960.

AMADO, J. **Cacau**. Rio de Janeiro: Record, 2000.

_____. **Terra do sem fim**. 39. ed. Rio de Janeiro: Record, 1978.

ANDRADE, M. P. **Ilhéus**: passado e presente. 2. ed. Ilhéus: Editus, 2003.

BRAGA, A. F. **As demandas jurídicas e as relações coronelistas na crise financeira de 1929 em Ilhéus**. 2004. Trabalho de Conclusão de Curso (Especialização em Economia de Empresas Universidade Estadual de Santa Cruz, Ilhéus, 2004.

BASTIDE, R. Lesarméniens de Valence. **Revue Internationale de Sociologie**, Paris, v. 39, n. 1-2, p. 17-42, 1931.

CARDOSO, J. B. **Literatura do cacau**: ficção, ideologia e realidade. Adonias Filho, Euclides Neto, James Amado e Jorge Amado. Ilhéus: Editus. 2006.

COMISSÃO EXECUTIVA DO PLANO DA LAVOURA CACAUEIRA (Ceplac). **Diagnóstico Socioeconômico da Região Cacaueira**. Ilhéus: Ceplac, 1976. v. 8.

DAVATZ, T. **Memórias de um colono no Brasil – 1850**. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: Ed. da Universidade de São Paulo, 1980.

ELIAS, N. **Escritos & ensaios**: 1. Estado, processo, opinião pública. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2006.

EUCLIDES NETO. **Os magros**. 3. ed. São Paulo: Littera, 2007.

_____. **Trilhas da Reforma Agrária**. 2. ed. São Paulo: Littera, 1999.

FALCÓN, G. **Os coronéis do cacau**. Salvador: Ianamá: Centro Editorial e Didático da UFBA, 1995.

GÁRCIA JÚNIOR, A. A Sociologia Rural no Brasil: entre escravos do passado e parceiros do futuro. **Estudos, Sociedade e Agricultura**, Rio de Janeiro, n. 19, p. 40-71, out. 2002.

GUERREIRO DE FREITAS, A. F.; MACEDO, J. R. de (coord.). **Sá Barreto**. Ilhéus: Editus, 2001. (Série Preservação da memória regional: testemunhos da história regional).

GUERREIRO DE FREITAS, A. F.; PARAISO, M^a H. B. **Caminhos ao encontro do mundo**: a capitania, os frutos de ouro e a Princesa do Sul – Ilhéus, 1534-1940. Ilhéus: Editus, 2001.

GUERREIRO DE FREITAS, A. F. **Os donos dos frutos de ouro**. 1979. Dissertação (Mestrado em História Social)– Universidade Federal da Bahia, Salvador, 1979.

LEAL, V. N. **Coronelismo, enxada e voto**. São Paulo: Alfa-Ômega, 1975.

LINS, M. da S. **Os vermelhos nas terras do cacau**: a presença comunista no sul da Bahia – 1935 e 1936. 2007. Dissertação de Mestrado em História Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2007.

MAHONEY, M. A. Um passado para justificar o presente: memória coletiva, representação histórica e dominação política na região cacaueira da Bahia. **Cadernos de Ciências Humanas – Especiarias**, Ilhéus, v. 10, n. 18, p. 737-793. jan.-jul. 2007.

MARTINS, J. de S. **Os camponeses e a política no Brasil e seu lugar no processo político**: as lutas sociais no campo. 2. ed. Petrópolis: Vozes, 1983.

MARX, K. **O capital**. Crítica da economia política. 19. ed. Civilização Brasileira: Rio de Janeiro, 2003. l. 1, v. 2.

MELLO, J. S. B. de. **Ilhéus**: maior centro cacaueiro do Brasil. Rio de Janeiro: Industrial F. de Piro & Cia, 1927.

MENDES COSTA, F. **Políticas públicas e atores sociais na evolução da cacauicultura baiana**. Vila Velha, Editora Opções, 2012.

MOREIRA, R. J. Uma visão do papel da agricultura familiar no Brasil. **Novos Cadernos NAEA**, Belém, v. 12, n. 2, p. 57-58, dez. 2009.

_____. **Agricultura familiar: processos sociais e competitividade**. Rio de Janeiro, Maud, 1999.

PANG, E-S. **Coronelismo e oligarquias, 1889-1943: a Bahia na Primeira República Brasileira**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1979.

POULANTZAS, N. **O Estado, o poder, o socialismo**. 2. ed. v.19. Rio de Janeiro: Graal, 1985.

RIBEIRO, A. L. R. **Família poder e mito: o município de S. Jorge de Ilhéus (1880–1912)**. Ilhéus: Editus, 2001.

RIBEIRO, S. **Rincões dos frutos de ouro**. Contos regionais da Bahia. 2. ed. rev. e ampl. Ilhéus: Editus, 2005.

ROMANO, J. O. **Política nas políticas: um olhar sobre a agricultura brasileira**. Rio de Janeiro: Mauad X, 2009.

SALVATORI, Rubem. A formação e a campanha da reação republicana. Disponível em: <http://artigonal.blogspot.com.br>. Em: 05 de janeiro de 2014.

SANTOS, M. A. **Primeiras linhas do Direito Processual Civil**: adaptadas ao novo Código de Processo Civil. 5. ed. São Paulo: Saraiva, 1977. v. 1.

ARTIGOS CIENTÍFICOS

Capítulo 4

Competitividade na cadeia produtiva do cacau na Bahia em diferentes sistemas de produção

Naisy Silva Soares¹
Francisco Mendes Costa²
Valter Alves Nascimento³

1 Introdução

A cadeia de produção do cacau é importante para o Brasil em virtude da sua capacidade de edificar economias regionais, tendo no produto a sua principal exploração agrícola, como é o caso do sul da Bahia, do norte do Espírito Santo e das regiões produtoras do Pará e Rondônia, estados maiores produtores no país.

O cacau tem três fatores importantes que caracterizam a sua força em cadeia: primeiro, a capacidade empregadora no meio rural, sendo o cultivo o responsável por absorver o maior número de trabalhadores por área; segundo, na sua concepção de bem voltado para exportação se constitui como importante elo de entrada de capital externo pela quantidade de amêndoas e subprodutos manufaturados vendidos para o mercado externo, sendo interessante componente da balança de pagamentos do país; terceiro, a

1 Economista, doutora em Ciência Florestal. Professora adjunta do Departamento de Ciências Econômicas da Universidade Estadual de Santa Cruz. *E-mail:* <naisysilva@yahoo.com.br>.

2 Economista, doutor em Ciências Sociais, Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade. Professor adjunto do Departamento de Ciências Econômicas da Universidade Estadual de Santa Cruz. *E-mail:* <frameco2014@gmail.com>.

3 Economista, doutor em Ciências Sociais, Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade, professor adjunto do Departamento de Ciências Econômicas da UESC. *E-mail:* <valves@uesc.br>.

indústria de chocolate, além da capacidade geradora de renda, é grande empregadora de mão de obra urbana, bem como importante contribuidora de impostos ao fisco nacional.

Em relação às potencialidades do mercado de cacau, além dos estimulantes indicadores de rendimento apresentados tanto no setor agrícola quanto no segmento industrial, observa-se que a cadeia do produto tem posição de destaque no mercado brasileiro e mundial de chocolate e sucedâneos, enquanto a produção de amêndoa enfrenta dificuldades emblemáticas pela sua posição de *commodity*, cujos preços são controlados pelos compradores nas bolsas de mercadorias dos países importadores, não dando oportunidade para que o setor produtivo obtenha margem de sobra capaz de tornar o cultivo mais competitivo, tornando a economia das regiões produtoras ligadas às crises, em razão da variação do mercado de amêndoas, quase instável. Esse desempenho da cadeia pode estar associado a problemas de eficiência e eficácia que necessitam ser analisados conjuntamente. Não há registro de estudos realizados no Brasil com essa abordagem envolvendo a cadeia de produção de cacau.

O cacau é uma *commodity* cujo uso só se torna presente após a sua transformação em matéria-prima manufaturada utilizada pelos diversos segmentos industriais, que a transformam em grande número de usos correntes e potenciais, classificados segundo o tipo de finalidade, destacando grandes categorias: alimentos, cosméticos e farmacêuticos. Os impactos destas utilizações tornam o produto competitivo em confronto com as várias cadeias agroindustriais do agronegócio nacional.

Neste sentido, pretende-se apresentar uma proposta metodológica, cujo objetivo visa diagnosticar a competitividade da cadeia de produção de cacau, enfatizando-se os aspectos relacionados com o comportamento da eficiência e eficácia da mesma.

De acordo com a ABICAB (2012), as mudanças nos hábitos alimentares associadas ao aumento de renda per capita brasileira vêm resultando em aumento do consumo de chocolate no Brasil,

tornando-o o 4º maior mercado de chocolates, balas e derivados do mundo, atrás apenas de países com as melhores rendas per capita, como Alemanha, EUA e Japão.

Há de se confrontar a dicotomia nas posições dos dois principais produtos da cadeia, a amêndoa e o chocolate. O primeiro, apesar da oferta inferior à demanda no mercado nacional, sofre da instabilidade de preços, que o torna vulnerável, sob vários aspectos, aparecendo os sistemas de produção como os mais prejudicados, em razão dos seus custos extrapolarem a receita auferida por área cultivada que os tornam impraticáveis na sua plenitude, deixando o cultivo desprotegido das práticas culturais mais recomendadas.

Essas perspectivas são amparadas por indicadores desfavoráveis, tais como: i) a baixa produtividade do cacau, notadamente nos estados da Bahia e do Espírito Santo, onde a produtividade média alcança 15,0 @/ha, havendo propriedades de empresas e grandes produtores, isoladamente, com produtividade acima de 80@/ha indicando maior capacidade financeira de inversão em tecnologias de produção; ii) baixa capacidade dos pequenos e médios produtores aderirem ao sistema de produção de cacau especial, incapazes de introduzir uma indicação geográfica nas regiões produtoras; iii) os países produtores da África apresentam produtividade média de 40,0 @ /ha, o que os diferencia do Brasil em termos de menor custo na aplicação do sistema de produção, portanto, mais competitivos.

A análise desse cenário se efetivará com base num indicador de competitividade da cadeia de produção de cacau, cujos sistemas de produção serão apresentados a seguir.

Conforme já indicado no Capítulo 2, de doze alternativas de modelo de produção, são aplicadas, preferencialmente, duas delas na lavoura cacauzeira, sendo: a) Tecnologia tradicional e b) Tecnologia “moderna”. São tecnologias que permitem combinações entre si, constituindo os diversos sistemas de produção. A seguir, são apresentados os sistemas de produção utilizados pelos produtores de cacau da Bahia:

SP= Sistema de produção

a) Tecnologia tradicional

SP1 = Colheita, poda, roçagem, desbrota e remoção de vassoura-de-bruxa. (Só mão de obra)

b) Tecnologia “moderna”

SP2 = SP1 + manejo orgânico (tecnologia orgânica)

SP3 = SP1 + fertilizantes (NPK única dosagem)

SP4 = SP1 + fertilizantes (2 dosagens, ureia e NPK)

SP5 = SP1 + controle de podridão parda

SP6 = SP1 + controle de vassoura-de-bruxa nos frutos

SP7 = SP1 + controle da podridão parda + controle de vassoura-de-bruxa nos frutos + calcário + inseticida + fertilizantes.

Para apresentação da análise que será efetuada neste capítulo, serão selecionados os dois modelos de produção, pelas suas características antagônicas, o SP1 e o SP7; o primeiro é a forma mais simples por não utilizar insumos agrícolas, portanto, a tradicional, a mais barata; o segundo, pela complexidade de sua aplicação, por envolver a aplicação de um pacote tecnológico, representado pelos insumos envolvidos no impacto químico que modifica a estrutura da planta e interfere no meio ambiente e nos custos de sua utilização.

A diferenciação dos dois sistemas pode ser aferida pelo perfil dos seus seguidores; enquanto o primeiro é densamente utilizado pelo pequeno produtor, sem liquidez e sem crédito bancário, representa a maioria das propriedades produtoras de cacau, o segundo é preferido por um pequeno número de produtores, representado pelos grandes cacaucultores, naturalmente, mais capitalizados, que permitem desembolsar grandes quantias para aquisição dos insumos, cuja resposta oferece resultados de produção mais rápidos.

2 Metodologia

O método utilizado para mensurar a competitividade foi o da Quase-renda, proposto por Hertford e Garcia (1999). Segundo os

autores, este método é o mais adequado para mensurar a competitividade de um sistema, que é o retorno advindo dos insumos fixos no curto prazo, sendo a diferença entre a receita bruta e os custos variáveis totais de determinada empresa. A Quase-renda assemelha-se ao conceito de produtividade marginal, que está relacionado ao longo prazo, em que todos os fatores envolvidos no processo de produção são variáveis. Há de se considerar que o período de tempo para análise em alguns destes fatores pode permanecer fixo, o que o caracteriza como de curto prazo.

A Quase-renda pode ser calculada, conforme equação 1.

$$QR_t = RT_t - CVT_t \quad (1)$$

Em que

QR= quase renda no ano t

RT = receita total no ano t

CVT= custo variável total no ano t

A receita total é expressa pela equação 2.

$$RT_t = P_t \cdot Q_t$$

Em que

P= preço recebido pelo produtor no ano t

Q= quantidade produzida no ano t

Substituindo 2 em 1, tem-se (equação 3):

$$QR_t = P_t \cdot Q_t - CVT_t \quad (3)$$

O custo variável pode ser expresso como uma proporção da receita total no ano t. Aplicando-se à equação 3, tem-se a equação 4:

$$QR_t = P_t \cdot Q_t \cdot (1 - S_t) \quad (4)$$

Em que

S_t = proporção da receita total no ano t

Para captar as variações de tamanho e no rendimento das formas integrantes do sistema e seu impacto, a equação 4 é representada da seguinte forma, equação 5:

$$QR_t = P_t \cdot R_t \cdot (1 - S_t) \cdot T_t \quad (5)$$

Em que

R_t = rendimento médio no ano t expresso na unidade relevante (@ de cacau por hectare, por exemplo);

T_t = tamanho médio das firmas que participam dos segmentos agrícolas e industriais do sistema (área cultivada, por exemplo);

A equação (5) deflacionada e transformada em um índice é expressa como a equação 6:

$$QR_t^* = \frac{P_t \cdot R_t \cdot (1 - S_t) \cdot T_t}{W_t} \quad (6)$$

ou

$$QR_t^* = \frac{QR_t}{W_t}$$

Em que

W_t = fator de deflação no ano t .

Hertford & Garcia (1999) consideraram como fator de deflação “o salário anual médio multiplicado pela taxa de emprego no setor urbano industrial no ano t ”, de forma que w_t seja um custo de oportunidade dos produtores.

O valor de QR_t^* pode ser interpretado do seguinte modo:

$QR_t^* < 1$: mostra que as firmas integrantes do sistema não estão recebendo retorno algum pela utilização de seu capital fixo de produção no ano t , de forma que a atividade não se revela sustentável a longo prazo, caso esta condição se perpetue;

$QR_t^* = 1$: mostra que o retorno recebido da utilização do capital fixo no ano t é igual ao fator de deflação escolhido, sendo melhor que a situação anterior, e caso a condição se perpetue, também não revela que a atividade seja sustentável no longo prazo; e

$QR_t^* > 1$: mostra que o retorno pela utilização do capital fixo no ano t é maior que o custo de oportunidade, sendo a cadeia mais competitiva.

Ressalta-se que o resultado de QR_t^* só pode ser considerado para o ano t , sendo uma limitação do modelo considerado para análise.

Trabalhos futuros porém podem ser desenvolvidos no sentido de comparar os resultados e verificar se houve melhora no indicador.

Após o cálculo da Quase-renda, realizou-se uma análise de sensibilidade. Mais precisamente, a Quase-renda foi estimada novamente considerando-se a redução do preço do cacau no sentido de verificar o preço que torna a cultura não competitiva.

3 Considerações sobre a metodologia proposta e o referencial teórico

3.1 Estrutura metodológica

A metodologia utilizada parte do princípio de que a cadeia produtiva do cacau apresenta, cada vez mais, interdependência entre os diferentes setores que a compõem (visão sistêmica). Neste sentido, os sistemas de produção não podem mais ser abordados de maneira indissociada dos outros agentes responsáveis pelas atividades da cadeia. Citando Farina et al. (1997, p. 145), evidencia-se que

a competitividade do cacau não se limita à eficiência produtiva em nível de sistema de produção, ela depende de toda a cadeia produtiva e de sua organização.

Portanto, a presente proposta considera a cadeia de produção da *commodity* cacau como objeto do estudo, pelas peculiaridades que ela apresenta, especialmente levando em consideração o gap de preços entre a matéria-prima (amêndoa) e o produto final, (o chocolate), cujo diferencial varia entre 500 a 1500%.

Definir a cadeia de produção do cacau como “a soma de todas as operações de produção e de comercialização necessárias para passar de um fruto a sua principal matéria-prima, a amêndoa”, será o enfoque utilizado nesta proposta porque privilegia o produto inicial (matéria-prima), uma vez que o objetivo é estudar a cadeia de produção a partir dela, desde que a amêndoa seja o principal produto. Nessa situação, de acordo com Batalha (1997, p. 39), seria mais conveniente utilizar a definição apresentada por Farina e Zylbersztajn (1992 p. 191), que caracteriza a cadeia produtiva como um “recorte do sistema agroindustrial mais amplo, privilegiando as relações entre agropecuária, indústria de transformação e distribuição, em torno de um produto principal (frango, trigo, leite, tomate, laranja etc.)”, podendo ser incluso o cacau.

A discussão de uma cadeia produtiva se completará com a inclusão do tema competitividade. Atualmente, a competitividade internacional da agricultura se dá através das condições naturais (solo, clima), das diferenças na produtividade do trabalho, da intervenção dos estados (políticas públicas de apoio, cotas e tarifas de importação), da proximidade do mercado consumidor, da compatibilidade entre os lucros da atividade agrícola e em outros setores da economia e do nível de importância do custo de aquisição de terras (NUNES, 2007).

A internalização da cadeia oferece também análises para situá-la frente ao mercado agrícola mundial e a sua importância no cenário econômico do País. As exportações, como estímulo ao aumento da produção agrícola brasileira, sempre desempenharam um papel importante na geração de riquezas no Brasil. No período mais recente, as fracas políticas da agricultura no processo de estabilização dos preços e como fonte para obtenção de divisas (via exportações) causaram uma série de problemas para o setor, especialmente para a agricultura familiar. Entre os principais problemas pode-se citar: a elevação forçada das escalas de produção, a elevação dos custos acima das receitas, a redução dos preços recebidos, a compressão da renda agrícola, a concentração dos agentes compradores da produção agropecuária e a queda da renda da população consumidora (NUNES, 2007).

A agricultura sustentável só é viável com a obtenção de elevados níveis de produtividade. Voltar a níveis primitivos de produtividade não será a solução. Portanto, torna-se necessário desenvolver e empregar mais tecnologia, e não menos, para se chegar a uma agricultura realmente sustentável. A diferença reside no fato de que novas soluções tecnológicas devem ser desenvolvidas, descartando restrições mais severas, em vez de exigir que a pesquisa visualize apenas o aumento da produtividade, como no passado remoto, ou a eficiência econômica de curto prazo, como no passado recente. Os novos sistemas de produção devem ser viáveis, tanto em termos agronômicos como em termos sociais, econômicos e ecológicos.

Devem também ser viáveis, simultaneamente, no curto e no longo prazo, buscando sustentabilidade e crescimento da produção como metas compatíveis (FLORES; NASCIMENTO, 1992).

O cacau, desde os seus primórdios no Brasil, participa intensamente do cenário do comércio mundial, tanto na oferta do produto como *commodity* (amêndoas), como também de subprodutos manufaturados (líquor, massa, manteiga, torta, outros). O produto conseguiu internamente forte participação nas transações econômicas da agroindústria nacional ao se tornar o 4º maior consumidor de chocolate do mundo em 2010, promovendo a inserção de chocolateiras americanas e europeias que aportaram no País em busca do controle do mercado nacional, já que dominam o mercado internacional. Duas multinacionais (Nestlé e Kraft) lideram o oligopólio do mercado com 75% da produção de chocolates brasileiros, exercendo grande manipulação na inserção do mercado nacional no internacional. Tornaram necessária a conexão dos agentes ligados a este setor em um novo paradigma, até porque a produção se realiza em caráter difuso, vários países em diversos continentes, sendo imperiosa a integração entre todos os elos da cadeia produtiva, desde os produtores, fornecedores de matéria-prima, até a indústria responsável pela produção e distribuição dos produtos finais.

Esta integração é recorrente nos mais diversos cultivos, dando origem aos sistemas agroindustriais, em que os elementos interagem por meio de ligações dinâmicas, trocando informações, estímulos e outros fatores, atuando em conjunto para atingir determinado propósito (BATALHA; SILVA, 2000). Os interesses das duas pontas da cadeia do cacau (fazenda e indústria) não se conectam, tendo em vista a primeira não receber da segunda estímulos necessários para a manutenção de um local mais adaptado a mudanças tecnológicas, onde pudesse ser o próprio criador ou parte do processo elaborador das novas técnicas de produção capazes de permitir o retorno do Brasil ao *ranking* de grande produtor mundial, como foi no passado.

É importante ressaltar a dependência do produto à intervenção governamental, pois desde os idos da formação da lavoura na Bahia, no século XIX, o Estado foi figura constante não somente na introdução, mas sempre quando as crises davam sinais de interrupção da dinâmica que a lavoura vinha ampliando. O governo teve participação fundamental para promulgação de duas políticas que ampararam o cacau e o livrou da derrocada que poderia tê-lo eliminado do sul da Bahia, lugar onde mais prosperava. O Instituto de Cacau da Bahia, criado em 1930, e a Comissão Executiva do Plano da Lavoura Cacaueira (Ceplac), criada em 1957, através de suas ações, construíram a infraestrutura regional e implantaram o melhor sistema de assistência técnica abrangido pelo maior Centro de Pesquisas de cultivo tropical do mundo, localizado em Ilhéus, na Bahia, que estudava as tecnologias de cultivos adaptados ao ambiente do Estado, onde o cacau se prenunciava como o mais importante, mesmo porque era o cultivo que dominava a área de produção agrícola, sobrevivendo, por mais de um século, como a sua principal base de sustentação econômica (MENDES COSTA, 2012).

O estudo em foco não pretende mensurar os fatores controláveis pelo governo, os fatores quase controláveis e os fatores não controláveis diretamente, mesmo porque a sua influência acontece de forma indireta, porém, do ponto de vista metodológico, é necessário que sejam realizados para medir o seu grau de participação no resultado que define a competitividade do bem, via condicionantes de competitividade pré-existentes, reconhecendo, assim, o caráter sistêmico existente na cadeia que, certamente, será motivo de novos estudos.

4 Cálculo do indicador de competitividade

Os dados sobre custo de produção e produtividade do cacau são da Comissão Executiva do Plano da Lavoura Cacaueira (CEPLAC, 2011).

A área cultivada de cacau foi obtida no Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), assim como os dados sobre o rendimento médio do trabalhador no Brasil e a taxa de emprego (INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA, 2013).

Todos os preços considerados na análise são do ano de 2013, e ela foi feita considerando dois sistemas de produção: Sistema SP1+herbicida+adubação foliar+trabalho em parceria com produtividade média de 20@/hectare. Nesse caso, considerou-se custo operacional estimado SP1 com utilização do parceiro trabalhador (TABELA 1), e custo operacional estimado SP1 com utilização do trabalhador assalariado (TABELA 2); e Sistema SP7 + trabalho contratado (CLT) com produtividade média de 50@/hectare (TABELA 3).

TABELA 1 – Sistema SP1+herbicida+adubação foliar+trabalho em parceria = Produtividade média de 20@/hectare

a.1) Sistema III: Custo operacional estimado SP1 com utilização do parceiro trabalhador

(Continua)

Discriminação	Quantidade	Unidade	Frequência das práticas	Valor
Mão de Obra*				
Aplicação de herbicida	3,5	h/d	7	205,35
Poda/ remoção de vassouras (plantas/jor)	58,33	h/d	12	352,00
Adubação foliar (plantas/jor)	175	h/d	4	117,28

Discriminação	Quantidade	Unidade	Frequência das práticas	Valor
Colheita/beneficiamento (jor/@)	0,6	h/d	12	351,86
Desbrota (plantas/jor)	700	h/d	2	58,65
Adequação de sombreamento(plantas/jor)	0,5	h/d	1	29,32
Subtotal*				*1.114,46
*Este item é da responsabilidade do parceiro trabalhador + 50% dos insumos				
Administração (5%) sobre a produção				70,00
Sub Total 1				70,00
Insumos				
Herbicida	Litro	10,00	2	20,00
Adubo foliar	Litro	102,00	1	102,00
Subtotal 2				122,00**
Subtotal 2.1 (50% p/ parceiro-proprietário)				61,00
Despesas acessórias				
Amortização Instalações/Equipamentos (5% sobre a produção)				70,00
Energia (Conta de luz= R\$ 150,00/mensal para uma fazenda de 20 ha de cacauzeiros)				90,00

(Continuação)

(Conclusão)

Discriminação	Quantidade	Unidade	Frequência das práticas	Valor
Subtotal 3				160,00
Custo operacional	2+3+4+5			281,00
Receita bruta	20@.75,00			1.500,00*
*Refere-se a 50% da receita				

Fonte: Ceplac (2011).

Notas: Adaptação dos autores. Os preços dos insumos e do cacau se referem a 2013.

*Deixou-se de considerar salário para a mão de obra, por tratar-se de parceiro que recebe 50% da produção realizada.

** Referente a 50%, já que a outra metade fica por conta do parceiro trabalhador.

Sistema II: Custo operacional estimado SP1 com utilização do trabalhador assalariado

TABELA 2 – Sistema SP1+herbicida+adubação foliar+trabalho em parceria= Produtividade média de 20@/hectare

(Continua)

Discriminação	Quantidade	Unidade	Salário	Quantidade	Número de práticas	Valor
Mão de Obra*						
Aplicação de herbicida	3,5	h/d	27,00	3,5	2	205,35
Poda/ remoção de vassouras (plantas/jor)	58,33	h/d	27,00	12	1	352,00
Adubação foliar(plantas/jor)	175	h/d	27,00	4	1	117,28
Colheita/beneficiamento jor/@	0,6	h/d	27,00	12	1	351,86
Desbrota (plantas/jor)	700	h/d	27,00	2	1	58,65
Adequação do sombreamento (plantas/jor)	0,5	h/d	27,00	1	1	29,32
Subtotal						1.114,46

(Conclusão)

Discriminação	Quantidade	Unidade	Salário	Quantidade	Número de práticas	Valor
Administração (10%)						111,46
Subtotal 1						1.225,92
Insumos						
Herbicida	Litro	10,00		2		20,00
Adubo foliar	Litro	102,00		1		102,00
Subtotal 2						122,00
Despesas acessórias						
Amortização Instalações/ equipamentos						70,00
Energia, outros						7,00
Subtotal 3						77,00
Custo operacional	1+2+3					1.424,92
Receita bruta	20@.75,00					1.500,00

Fonte: Ceplac (2011).

Notas: Adaptação dos autores. Os preços dos insumos, do cacau e da mão de obra se referem a 2013.

*Neste caso, a mão de obra é remunerada, deixando de existir o contrato de parceria, que o Quadro I mostrou.

SP7 Custo operacional estimado com utilização de mão de obra assalariada

TABELA 3 – Sistema III: Sistema SP7 + trabalho contratado (CLT) = Produtividade média de 50@/hectare

(Continua)

Discriminação mão de obra	Quantidade	Unidade	Salário	Quantidade	Nº de práticas	Valor
Aplicação de herbicida	3,5	h/d	27,00	3,50	2	206,00
Poda e remoção de vassoura (plantas/jor)	58,33	h/d	27,00	12,00	1	353,00

Discriminação mão de obra	Quantidade	Unidade	Salário	Quantidade	Nº de práticas	Valor
Aplicação de inseticida (jor/aplicação)	0,25	h/d	27,00	0,30	2	17,70
Adubação (plantas/jor)	175	h/d	27,00	4,00	1	117,00
Aplicação de fungicida (plantas/jor/aplicação)	400	h/d	27,00	1,80	3	158,80
Colheita e beneficiamento (jor/@)	0,6	h/d	27,00	30,00	1	882,00
Desbrota (plantas/jor)	700	h/d	27,00	1,00	2	59,00
Remoção de vassoura (plantas/jor)	100	h/d	27,00	7,00	2	412,00
Calagem/Gesso (jor/ha)	1	h/d	27,00	1,00	1	29,00
Adequação de sombreamento (jor/ha)	0,5	h/d	27,00	0,50	1	14,70
Subtotal 1						2.249,40
Insumos			PREÇO			
Herbicida		Litro	10,00	1,50	2	30,00
Inseticida líquido		Litro	42,00	1,00	2	84,00
Fertilizante NPK	Saco 50 kg	Saco 50 kg	65,00	5,6	1	364,00
Gasolina/ aplicação de fungicida		Litro	2,76	8,75	3	72,45
Gasolina/aplicação de inseticida		Litro	2,76	1,25	2	6,90

(Continuação)

Discriminação mão de obra	Quantidade	Unidade	Salário	Quantidade	Nº de práticas	Valor
Óleo 2 tempos/ aplicação de fungicida		Litro	15,00	0,44	3	19,80
Óleo 2 tempos/ aplicação de inseticida		Kg	15,00	0,10	2	3,00
Fungicida cúprico (Kocide WDG)		Kg	28,00	4,00	3	336,00
Calcário/gesso		Saco 50 kg	6,70	20,00	1	134,00
Subtotal 2						1.050,15
3 Serviços/ Outros						
Transporte			5% do item 2			70,45
Assistência técnica			1% de 1+2+3			40,72
Amortização das instalações e equipamentos = (5%) da produção						175,00
Energia e outros/ha						7,00
Administração (10%) da produção						350,00
Custo item 3						643,17
Custo total previsto	1+2+3					3.942,52
Receita bruta	50@75,00					3.750,00

Fonte: Ceplac (2011).

Nota: Adaptação dos autores. Os preços dos insumos e da mão de obra se referem a 2013.

5 Resultados

Os resultados obtidos para os sistemas de produção de cacau analisados são apresentados a seguir.

Custo operacional estimado SP1 com utilização do parceiro trabalhador

TABELA 4 – Sistema I: Sistema SP1+herbicida+adubação foliar+trabalho em parceria = Produtividade média de 20@/hectare

Descrição	Quantidade
Preço do cacau (R\$)	75,00
Área plantada (ha)	682.482
Produtividade (@/ha)	20
Custo variável total do plantio (R\$)	1.236,46
Custo fixo total do plantio (R\$)	230
Custo total do plantio (R\$)	1.466,46
Cálculo da Quase-renda	
Quantidade produzida (produtividade/área plantada)	13649640
Receita total (R\$)	1.500,00
Custo variável como proporção da receita-índice	2,64
Quase-renda	3.953,1
Deflação da Quase-renda	
Rendimento médio do trabalhador Brasil-dez. 2013-R\$ (1)	1849,5
Taxa de emprego-Brasil (2)	94,4
Deflator do Quase-renda (w)-(1)*(2)	1745,928
Quase-renda deflacionada-indicador de competitividade	2,26

Fonte: Resultados da pesquisa.

Custo operacional estimado SP1 com utilização do trabalhador assalariado.

TABELA 5 – Sistema II: Sistema SP1+herbicida+adubação foliar+trabalho em parceria = Produtividade média de 20@/hectare

Descrição	Quantidade
Preço do cacau (R\$)	75,00
Área plantada (ha)	682.482
Produtividade (@/ha)	20
Custo variável total do plantio (R\$)	1.236,46
Custo fixo total do plantio (R\$)	188,46
Custo total do plantio (R\$)	1.424,92
Cálculo da Quase-renda	
Quantidade produzida (produtividade/área plantada)	13649640
Receita total (R\$)	1.500,00
Custo variável como proporção da receita-índice	2,64
Quase-renda	3.953,1
Deflação da Quase-renda	
Rendimento médio do trabalhador Brasil-dez. 2013-R\$ (1)	1849,5
Taxa de emprego-Brasil (2)	94,4
Deflator do Quase-renda (w)-(1)*(2)	1745,928
Quase-renda deflacionada-indicador de competitividade	2,26

Fonte: Resultados da pesquisa

SP7 Custo operacional estimado com utilização de mão de obra assalariada

TABELA 6 – Sistema III: Sistema SP7 + trabalho contratado (CLT) = Produtividade média de 50@/hectare

(Continua)

Descrição	Quantidade
Preço do cacau (R\$)	75,00
Área plantada (ha)	682.482
Produtividade (@/ha)	50
Custo variável total do plantio (R\$)	3.299,55
Custo fixo total do plantio (R\$)	643,17
Custo total do plantio (R\$)	3.942,72

Descrição	Quantidade
Cálculo da Quase-renda	
Quantidade produzida (produtividade/área plantada)	34124100
Receita total (\$)	3.750,00
Custo variável como proporção da receita-índice	4,50
Quase-renda	16891,9
Deflação da Quase-renda	
Rendimento médio do trabalhador Brasil-dez. 2013-R\$ (1)	1849,5
Taxa de emprego-Brasil (2)	94,4
Deflator do Quase-renda (w)-(1)*(2)	1745,928
Quase-renda deflacionada-indicador de competitividade	9,68

Fonte: Resultados da pesquisa.

Com relação ao sistema SP1+herbicida+adubação foliar+-trabalho em parceria = Produtividade média de 20@/hectare, a única diferença entre aquele que considera o custo operacional estimado SP1 com utilização do parceiro trabalhador e aquele que considera o custo operacional estimado SP1 com utilização do parceiro assalariado é no que diz respeito ao custo fixo total do plantio. No primeiro, o custo fixo total foi de R\$230,00; no segundo foi de R\$188,46. Porém, esta diferença não alterou o valor da Quase-renda para estes sistemas (TABELAS 4 e 5).

Por outro lado, no sistema SP7 + trabalho contratado (CLT) = Produtividade média de 50@/hectare (SP7 Custo operacional estimado com utilização de mão de obra assalariada), foram observados valores maiores para a produtividade; custo variável total do plantio, custo fixo total do plantio e custo total do plantio; quantidade produzida; receita total; e custo variável como proporção da receita, índice que diferenciou o valor da Quase-renda deflacionado dos outros sistemas analisados (TABELA 6).

Na presente análise, o valor assumido pela Quase-renda foi maior do que 1 para o ano em estudo. Sendo assim, constata-se que, neste ano, os sistemas produtivos do cacau no sul da Bahia se mostraram competitivos, já que os produtores integrantes do

sistema estão recebendo retorno pela utilização de seu capital fixo de produção no ano de 2013, de forma que a atividade se revela sustentável em longo prazo, caso esta condição se mantenha.

A análise de sensibilidade mostrou que o sistema III suporta maior redução no preço do cacau que os sistemas I e II. Em outras palavras, o sistema I suporta uma redução de até 56% nos preços do cacau para se tornar não competitivo, assim como o sistema II. Já o sistema III suporta uma redução de até 89% no preço do cacau para se tornar não competitivo (TABELA 7).

TABELA 7 – Análise de sensibilidade dos sistemas de produção em relação à redução dos preços do cacau

Variação no preço (em %)	Quase-renda Sistema I	Quase-renda Sistema II	Quase-renda Sistema III
10	2,04	2,04	8,71
20	1,81	1,81	7,74
30	1,58	1,58	6,77
56	1,00	1,00	4,26
60	-	-	3,87
80	-	-	1,94
89	-	-	1,00

Fonte: Dados da pesquisa.

Mesmo tendo se mostrado competitivo para o ano de 2012, a produção de cacau no sul da Bahia carece de melhorias para se manter competitiva.

Dentre os pontos que prejudicam a competitividade da produção de cacau, citam-se:

- a) Preços de cacau em baixa;
- b) Diferença do preço da amêndoa e do chocolate (de 500 até 1500%);
- c) Cultivo susceptível a doenças e pragas, que reduzem a sua capacidade de produção;
- d) Dificuldade de absorver mecanização;

- e) Dependente de mão de obra intensiva;
- f) Manutenção da tradicional caracterização como matéria-prima da indústria chocolateira (*commodity*);
- g) Inexistência de cooperativas de comercialização, centrais de insumos e um projeto de proteção ao produtor;
- h) Interesse do produtor em se adaptar ao sistema associativo, como sindicatos, redes sociais e clubes classistas;
- i) Cultivo com pouca representação política nos níveis federal e estaduais, que limitam a promulgação de ações governamentais para o produto;
- j) Incapacidade empreendedora da classe produtora;
- k) Fragilidade da Ceplac em promover novas pesquisas;
- l) Falta de um consórcio de pesquisa para promover novas tecnologias;
- m) Dificuldade de promover a descomoditização do produto;
- n) Desafios de qualidade, produtividade e meio ambiente;
- o) Jovens produtores e trabalhadores deixando a agricultura;
- p) Soluções técnicas não são suficientes.

Os pontos que favorecem a cultura são:

- a) Capacidade de se adaptar ao ambiente;
- b) Longevidade da planta;
- c) Mercado efetivo e elástico;
- d) Liquidez imediata;
- e) Crescimento projetado de consumo;
- f) Dinâmica dos mercados globais se deslocando para o sul.

6 Considerações finais

A metodologia apresentada tem como propósito analisar a competitividade sob o ponto de vista da produção da matéria-prima (amêndoa), e não foram considerados os demais elos da cadeia, uma vez que a preocupação do estudo é distingui-la, tendo em vista tratar-se de um produto cujo preço pouco repercute na formação final do principal bem, o chocolate. Sob o ponto de vista sistêmico, ele é o principal componente da cadeia, pois é a partir dele que ela se inicia e constitui um complexo sistema que se estende da fazenda ao consumidor final. Ao entender a importância de cada elo da cadeia, a tentativa de estudar a competitividade pelo ângulo da produção se constitui numa opção alternativa de instrumental para se estabelecer o perfil da cadeia sob a sua inteireza. A partir deste estudo, espera-se contribuir com novas ações ou políticas que poderão ser adotadas para amparar a lavoura cacauífera do tratamento predatório a que é submetida pela indústria do cacau.

O Brasil possui vantagens comparativas em relação aos outros produtores de cacau do mundo, em razão das melhores condições estruturais que o sul da Bahia e outras regiões produtoras do País possuem. O parque cacauífera brasileiro é complexo e diverso, produz uma grande variedade de cacau, com produtores mais esclarecidos que os africanos, maiores produtores mundiais. Na contramão, possuem menor visão empresarial que os sul-americanos, pois os produtores do Equador e da Colômbia conseguem demonstrar e tirar proveito do *marketing* dos seus produtos nos *cocoa shops*, o que torna o cacau desses dois países mais competitivo no mercado especializado. O cacau brasileiro não conseguiu ainda se inserir nesse segmento com o mesmo desempenho dos seus vizinhos produtores.

A indústria chocolateira brasileira não valorizou nem incentivou a qualificação do cacau nacional e depende muito do cacau africano para completar a sua necessidade de matéria-prima. Importar cacau em amêndoas aumenta os custos da indústria nacional. Para

compensar o preço pago ao produtor, internamente, pratica ágio (complemento de preços) para limitar a exportação de amêndoa para o mercado externo. Com isso, o estímulo à produção de cacau de qualidade vai sendo postergado. O produtor de cacau ainda não obteve vantagens do preço marginal com a agregação de práticas culturais que melhorem o tipo de cacau demandado pela indústria especializada de chocolate, principalmente a europeia, onde nichos de produção de chocolate especial valorizam o cacau de qualidade com preço diferenciado, denominado de cacau fino ou fino de aroma (*flavour*), distinguido por apresentar aromas e sabores especiais. Nos testes de qualidade levam-se em consideração todos os critérios utilizados na análise do cacau *bulk*, contudo é dada uma ênfase especial aos parâmetros organolépticos.

Internacionalmente, a cadeia de produção do chocolate vem sendo reestruturada, como uma resposta face à queda no preço mundial do cacau como *commodity*. Existem arranjos de mudanças no posicionamento dos principais elos desta cadeia; tanto produtores como industriais se esforçam para estabelecer novos segmentos de consumo, criando nova demanda, baseada em atributos de qualidade do consumidor inovado. Assim, começa-se a difundir a produção de cacau fino, orgânico, florestado, valorizando o mercado justo e compatível com o meio ambiente, além de outros atributos em relação à saúde, valorizando os aspectos funcionais do chocolate como alimento originado do sistema de produção limpa.

Referências

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DA INDÚSTRIA DE CHOCOLATE, CACAU, BALAS E DERIVADOS (ABICAB). **Cacau e chocolate**. A história. Disponível em: <<http://www.abicab.org.br/>>. Acesso em 12 jul. 2012.

BATALHA, M. O. Gerenciamento de sistemas agroindustriais: definições e correntes metodológicas. In: _____. **Gestão agroindustrial**. 2.ed. São Paulo: Atlas, 2001. v.1.

DIFUSÃO Agropecuária, Ilhéus, v. 3, n. 1, jan.-ago. 2011.

EXAME, Revista. **Produção Mundial de Cacau**. exame.abril.com.br.

_____. O mercado mundial de chocolates em 2010. exame.abril.com.br.

FARINA, E. M. M. Q., AZEVEDO, P. F.; SALES, M. S. M. **Competitividade**: mercado, estado e organizações. São Paulo: Singular, 1997.

FARINA, E. M. M. Q.; ZYLBERSTAJN, D. Organização das cadeias agroindustriais de alimentos. In: ENCONTRO NACIONAL DE ECONOMIA, 20., 1992, Campos do Jordão. **Anais...** São Paulo: ANPEC, 1992. p.189-208.

FLORES, M. X., NASCIMENTO, J. C. **Desenvolvimento sustentável e competitividade da agricultura brasileira**. Brasília, DF: Embrapa-SEA, 1992. (Embrapa-SEA, Documentos,10.).

MENDES COSTA, F. **Políticas públicas e atores sociais na evolução da cacauicultura baiana**. Vila Velha: Opção Editora, 2012.

NUNES, S. P. O desenvolvimento da agricultura brasileira e mundial e a ideia de desenvolvimento rural. **DESER Boletim Eletrônico**, [S.l.], n. 157, p. 5-17, mar. 2007.

HERTFORD, R.; GARCIA, J. A. **Competitividad de la agricultura en las Américas**. Cali: CIAT, 1999. (Série CIAT Economia e Impacto, 1.).

SANTOS, A. M. **Relações econômicas na produção de cacau**. Ilhéus: Ceplac, 2010.

Efeito da taxa de câmbio do Brasil e do dólar sobre os preços do cacau

Naisy Silva Soares¹
Francisco Mendes Costa²
Raquel Monteiro de Lemos³

1 Introdução

O Brasil já foi o primeiro produtor mundial de cacau, porém a concorrência com países africanos (Gana e Costa do Marfim) e do Sudeste Asiático (Indonésia), a partir da década de 1970, bem como as secas de 1992 e 1995 e o baixo investimento em tecnologia, aliados à doença vassoura-de-bruxa, fizeram o Brasil ocupar o quinto lugar nas exportações, em 2012 (FOOD AND AGRICULTURAL ORGANIZATION OF THE UNITED NATIONS, 2013).

O Brasil exporta cacau em amêndoas desde o século XIX. Da década de 1970 a 1990, chegou a exportar 400 mil toneladas, promovendo a entrada de até US\$ 2 bilhões ao ano. Em 2012, o País exportou 53,5 mil toneladas, o equivalente à entrada de US\$250,3 milhões (MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO, INDÚSTRIA E COMÉRCIO, 2013).

O decréscimo das exportações e o aumento das importações deveram-se, principalmente, ao declínio da cultura em nível nacional, bem como ao fato de os cacauicultores sofrerem as

-
- 1 Economista, doutora em Ciência Florestal, professora do Departamento de Ciências Econômicas da UESC. *E-mail*: <naisysilva@yahoo.com.br>.
- 2 Economista, doutor em Ciências Sociais, Agricultura, Desenvolvimento e Sociedade, professor do Departamento de Ciências Econômicas da UESC. *E-mail*: <frameco 2014@gmail.com>.
- 3 Graduada em Ciências Econômicas na UESC. *E-mail*: <raquel.economia23@gmail.com>.

consequências de sua própria desorganização e da falta de adoção de medidas referentes às inovações comerciais e tecnológicas. Outro fator que afetou a cacauicultura brasileira foi o crescimento da produção na África Ocidental e no Sudeste Asiático (REIS; CAMPOS, 1998).

Com relação aos preços do cacau, até a criação do Programa de Integração Nacional PIN (1970), foram constantes as oscilações do preço do cacau no mercado regional. Alden (1974) aponta uma fase de euforia entre 1750 e 1815, devido a uma queda considerável na produção venezuelana que, até aquela ocasião, era o primeiro produtor do Continente. A Guerra do Grão Pará com a Guiana Francesa, entre os anos de 1805 e 1840, bem como o conflito político conhecido como Cabanagem (1835) fazem, mais uma vez, os preços “despencarem”.

Os produtores de cacau, nos diversos países, vivem diferentes situações quanto aos preços mundiais de cacau: Brasil e Malásia adotam sistema de livre comércio, enquanto Gana e Costa do Marfim têm esquemas de proteção e defesa interna de preço. Os preços pagos em países que adotam alguma forma estatal de controle são inferiores aos preços praticados pelo regime de livre comércio (MENEZES; CARMO NETO, 1993).

Sousa (1991) diz que vários são os fatores determinantes na formação dos preços recebidos pelo produtor: qualidade das amêndoas, normas de classificação, processo de comercialização e os preços internacionais. A qualidade tem declinado em face da prática adotada pelos produtores com base no estabelecimento de um preço uniforme, tanto para “bons” como para “maus” produtos; o processo de comercialização é ineficaz, e com isso o grande beneficiário é o comprador que, na prática, tem como referência para fixação de preços as cotações internacionais (Bolsa de New York). Contudo, considerando-se que o preço internacional do cacau em moeda nacional é obtido pela definição do preço internacional em dólares com a taxa de câmbio real adotada pelo Brasil (R\$/US\$), qualquer variação isolada, ou em conjunto, nesses fatores, pode afetar os preços domésticos.

A lucratividade das fazendas de cacau sempre esteve relacionada aos preços do mercado internacional, mesmo porque o mercado interno não apresentava perfil consumidor do produto. A decisão das propriedades cacaueiras de se conectarem ao mercado exportador não era uma ação proveniente da percepção de risco, mas da possibilidade de lucros. De acordo com Simpson e Kujawa (1974), se os riscos associados com a exportação compensarem, se houver uma maior possibilidade de lucros, uma decisão positiva em relação à exportação será tomada.

A adoção de política de desvalorização da moeda nacional pelas autoridades monetárias incentiva as empresas a participar do mercado externo, pois as moedas estrangeiras utilizadas nas transações comerciais motivam o exportador a obter ganhos diferenciados, aumentando a sua capacidade de ampliar e diversificar a produção internamente.

Deduz-se que a taxa de câmbio adotada no Brasil, assim como os preços internacionais têm grande importância na formação dos preços internos do cacau, visto a dependência desses aos preços praticados nos Estados Unidos.

Este trabalho pretende contribuir para o entendimento da seguinte questão: As oscilações da taxa de câmbio real afetam a lucratividade das fazendas de cacau no Brasil? Os efeitos do preço internacional sobre o preço da *commodity*, no País, impactam na formação dos preços no mercado interno?

Estudos nesse sentido são importantes, pois podem contribuir para o planejamento da produção, comercialização, previsão e formulação de políticas para o desenvolvimento da cacauicultura no País.

2 Material e método

2.1 Fonte de dados

Foram utilizados dados de séries temporais anuais, do período de 1990 a 2010.

Os preços do cacau no mercado internacional referem-se aos preços do cacau na Bolsa de Nova Iorque, pois existe precedência (causalidade) entre os preços do Brasil e os dessa Bolsa, com predominância de relações unidirecionais desse mercado para o Brasil que aparece como centro de convergência das informações e importante estipuladora de preço, indicando, portanto, uma relação predominante unidirecional, sendo que os preços rumam da Bolsa norte-americana para as demais regiões brasileiras (SOUSA, 1991).

Os preços do cacau na bolsa de Nova Iorque, em US\$ por tonelada, foram obtidos na Comissão Executiva do Plano da Lavoura Cacaueira (Ceplac, 2013).

A taxa de câmbio nominal do Brasil (R\$/US\$) é do Banco Central do Brasil (BACEN) e foi obtida junto ao Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada - IPEA (IPEA, 2009).

O índice de preço por atacado (IPA) do Brasil foi obtido em Conjuntura Econômica, da Fundação Getúlio Vargas, e no Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. Porém, os dados do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada são do Bureau of Labor Statistics of the EUA (IPEA, 2009).

Ressalta-se que não se trabalhou com um período maior porque alguns dados não estavam disponíveis, e por entendermos que os dados utilizados permitem atingir os objetivos do presente trabalho.

2.2 Método *shift-share* (ou diferencial-estrutural)

O estudo pioneiro desse instrumental foi proposto por Curtis (1972) e usado para analisar as mudanças no emprego e na renda de economias rurais no Alabama, entre 1960 e 1969. Tais alterações foram decompostas nos efeitos crescimento nacional, composição das atividades econômicas e diferenciação regional das atividades econômicas.

Esse método tem sido largamente adotado nos estudos econômicos para explicar as alterações na composição da produção agrícola por meio da decomposição dos efeitos: (i) o da área cultivada

que, por sua vez, é decomposto em efeitos escala e substituição; (ii) rendimento por hectare; (iii) localização geográfica; e (iv) estrutura de cultivo. Estudos como os de Patrick (1975), Igreja et al. (1983), Yokoyama (1988), Moreira (1996), Curi (1997), Shikida e Alves (2001), Souza e Lima (2002), Almeida (2003) e Felipe e Maximiano (2008) adotaram esse modelo para avaliar as fontes de crescimento da produção mediante a decomposição dos efeitos supracitados.

Patrick (1975) analisou as fontes de crescimento de 23 produtos agrícolas brasileiros no período de 1948 a 1969. Essa análise também foi realizada por Souza e Lima (2002) para 19 culturas, durante o período de 1975 a 1995, buscando identificar as mudanças na composição agrícola brasileira.

Em termos estaduais, Igreja et al. (1983) quantificaram as fontes de crescimento do setor agrícola paulista para o período entre 1966 e 1977. A análise das fontes de crescimento da produção agrícola no Estado de São Paulo também foi objeto do estudo de Felipe e Maximiano (2008) para o período entre 1990 e 2005.

Seguindo o mesmo procedimento, o trabalho de Yokoyama (1988) analisou a evolução do setor agrícola do Estado de Goiás para o período de 1975-1984; Moreira (1996) mensurou as fontes de crescimento do setor agrícola para o Estado do Rio Grande do Norte durante o período compreendido entre 1981 a 1992; Curi (1997) aplicou esse modelo para o Estado de Minas Gerais; Shikida e Alves (2001) para o Estado do Paraná, de 1981 a 1998, e Almeida (2003) se preocupou em verificar as fontes de crescimento da cultura do arroz no Estado de Mato Grosso, de 1980 a 1985.

O modelo *shift-share* também pode ser empregado para explicar os efeitos da variação cambial sobre os preços dos produtos agrícolas por meio da decomposição do efeito total de variação do preço, expresso em termos nacionais, mediante o efeito dólar, proveniente de mudanças no preço internacional, e o efeito câmbio, resultante de alterações na taxa de câmbio, estudados nos trabalhos de Silva e Carvalho (1995), Reis e Campos (1998) e Soares *et al* (2010).

Tendo em vista que trabalhos desta natureza têm sido pouco

explorados, que não foram encontrados na literatura estudos que apliquem esse modelo contemplando o cacau, e dada a sua importância, buscou-se decompor a variação do preço internacional do cacau em moeda nacional nos dois efeitos supracitados, conforme Silva e Carvalho (1995), Reis e Campos (1998) e Soares *et al* (2010).

Os estudos de Silva e Carvalho (1995), Reis e Campos (1998) e Soares *et al.* (2010) consideraram que o preço de um bem comercializado no mercado externo, em moeda nacional, é obtido a partir do preço em dólares e da taxa de câmbio nominal adotada pelo Brasil. Todavia, Silva e Carvalho (1995) determinaram esses efeitos considerando uma análise *cross section*; Reis e Campos (1998) considerando um horizonte temporal, Soares *et al* (2010).

Para esses autores, o preço de um bem comercializado no mercado externo, em moeda nacional, é obtido a partir do preço em dólar e da taxa de câmbio nominal adotada pelo Brasil. De acordo com Krugman e Obstfeld (2005), a taxa de câmbio nominal refere-se ao preço relativo de duas moedas. Essa taxa diferencia-se da taxa de câmbio real, que consiste no preço relativo de duas cestas de produto. Matematicamente, a taxa de câmbio real pode ser expressa pela equação 1:

$$E = e \frac{P^*}{P} \quad (1)$$

em que E representa a taxa de câmbio real e corresponde à taxa de câmbio nominal; P* consiste no índice de preços do mercado nacional, correspondente ao IPA do Brasil; e P diz respeito ao índice de preços do mercado externo, correspondente ao IPA dos Estados Unidos.

Com base nesse princípio, verifica-se que a variação do preço do papel e da celulose, expresso em termos reais, para um período t , é dada pela equação (2):

$$PR_t = PD_t \cdot E_t \quad (2)$$

em que: PR_t = preço do papel e da celulose, em reais; PD_t = preço do papel e da celulose, em dólares; e E_t = taxa de câmbio real do Brasil (R\$/US\$).

Similarmente, para obtenção da variação do preço do papel e da celulose no período inicial 0 (PR_0), basta considerar seu preço em dólar, neste período inicial (PD_0), e a taxa de câmbio real do Brasil, referente a esse período inicial (E_0).

A equação (3) representa a variação no preço do papel e da celulose, em reais, quando apenas o preço em dólares se altera.

$$PR_t^{PD} = PD_t \cdot E_0 \quad (3)$$

Em contrapartida, quando a taxa de câmbio se modifica, *ceteris paribus*, obtém-se a equação (4):

$$PR_t^E = PD_0 \cdot E_t \quad (4)$$

Para determinar a variação no preço do papel e da celulose, em reais, entre o período inicial 0 e o período t , utiliza-se a equação (5):

$$PR_t - PR_0 = (PR_t^{PD} - PR_0) + (PR_t - PR_t^{PD}) \quad (5)$$

O componente $PR_t - PR_0$ indica a variação total do preço do papel e da celulose, expressa em termos reais, e decompõe-se no efeito preço internacional, em dólares e efeito câmbio, representados, respectivamente, pelo primeiro e segundo termo do lado direito da equação (5).

Conforme Silva e Carvalho (1995), o efeito preço isola as variações no preço de um produto agrícola, expresso em reais, resultante de variações de seu preço no mercado externo, expresso em dólares, e o efeito câmbio segue o mesmo procedimento que a taxa de câmbio.

Esses efeitos podem ser expressos individualmente na forma de taxas de crescimento. Após manipulações matemáticas da equação (5), obtém-se que a taxa média mensal de variação do

preço do papel e da celulose, em reais, em termos percentuais, é expressa pela equação (6):

$$r = \left[\left(\frac{PR_t}{PR_0} \right) - 1 \right] \cdot 100 \quad (6)$$

A equação (6) corresponde ao efeito total, que é decomposto, respectivamente, em efeito preço internacional em dólares e efeito câmbio, conforme equação (7):

$$r = \frac{(PR_t^{PD} - PR_0)}{(PR_t - PR_0)} \cdot r + \frac{(PR_t - PR_t^{PD})}{(PR_t - PR_0)} \cdot r \quad (7)$$

Supõe-se que o período inicial “0” seja o mesmo que o período t_{-1} na determinação da taxa mensal entre dois períodos.

Para complementar a análise, foi calculado o coeficiente de variação (CV) para os preços da celulose e do papel em moeda nacional, bem como da taxa de câmbio, com o intuito de analisar a instabilidade dos preços no período. O coeficiente de variação pode ser obtido pela equação (8).

$$CV_x = \left(\frac{\sigma_x}{MED_x} \right) \cdot 100 \quad (8)$$

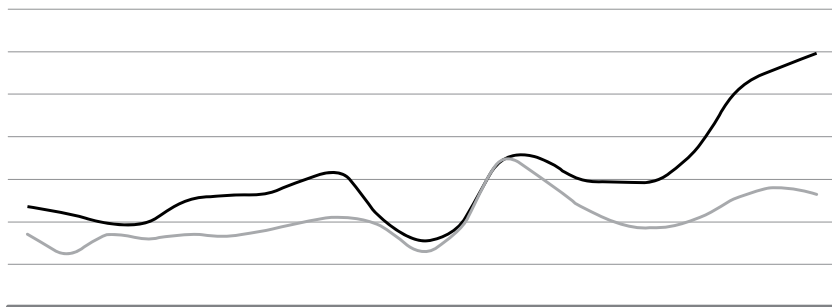
em que: CV_x = coeficiente de variação da variável x; σ_x = desvio-padrão da variável x; MED_x = média da variável x.

3 Resultados

Antes de se iniciar a análise dos efeitos do dólar e do câmbio sobre os preços do cacau no Brasil, torna-se relevante analisar o comportamento dos preços dessa *commodity* durante o período

em estudo, bem como da taxa de câmbio, o que foi feito a partir da FIGURA abaixo.

FIGURA 1 – Preços nominais anuais do cacau e taxa de câmbio real média do Brasil, 1990 a 2010



Fonte: Banco Central do Brasil citado por IPEADATA (2009); Ceplac (2013).

Legenda: — Preço em NY (US\$/t) — Preço em R\$ — TC real

Verifica-se que, a partir de 2003, a taxa de câmbio foi reduzida e os preços do cacau, tanto em moeda nacional quanto nas internacionais, apresentaram-se crescentes a partir desse período. De 1998 a 2001, os preços do cacau foram reduzidos consideravelmente.

O coeficiente de variação (CV) mostrou que os preços do cacau, em moeda nacional, apresentaram instabilidade ($CV=90,23\%$). Essa variação decorreu, em maior proporção, em razão do efeito dólar e, em menor proporção, do efeito câmbio, pois o preço em dólar apresentou maior variação ($CV=131,05\%$) que a taxa de câmbio ($CV=73,78\%$). Para Silva e Carvalho (1995), a variação real do câmbio tanto pode elevar como reduzir a variabilidade dos preços, em moeda nacional. Aumentará a variabilidade se, predominantemente, nos períodos em que a moeda estiver valorizada, os preços em dólares estiverem em queda, e vice-versa. Se acontecer o inverso, a variação será menor, quando calculada sobre o preço em moeda nacional.

Como pode ser observado na TABELA seguinte, além das variações ocorridas no preço em dólar, a taxa de câmbio também justifica a variação ocorrida no preço em moeda nacional.

TABELA 1 – Decomposição da taxa mensal de crescimento do preço do cacau em moeda nacional, 1990 a 2010

Ano	Efeito total	Efeito dólar	Efeito câmbio
1990	-	-	-
1991	-25,430	-6,659	-18,771
1992	34,709	-9,845	44,555
1993	-5,159	0,605	-5,764
1994	6,192	25,952	-19,760
1995	-1,813	4,773	-6,587
1996	6,818	1,215	5,603
1997	11,639	12,603	-0,964
1998	5,439	3,997	1,442
1999	-10,385	-33,760	23,376
2000	-30,817	-23,404	-7,412
Ano	Efeito total	Efeito dólar	Efeito câmbio
2001	44,298	25,126	19,172
2002	80,151	73,058	7,094
2003	-11,042	2,216	-13,258
2004	-21,558	-14,147	-7,410
2005	-17,137	-2,060	-15,077
2006	-5,396	1,967	-7,363
2007	11,291	25,283	-13,991
2008	22,735	34,944	-12,210
2009	9,813	10,350	-0,537
2010	-5,528	6,098	-11,626

Fonte: Dados da pesquisa.

Nota-se que ocorreram variações nos preços internacionais do cacau em moeda nacional quando se calculou as taxas anuais de crescimento (efeito total). A maior variação no preço do cacau ocorreu em 2002, quando a taxa anual de crescimento chegou a 80,15%, em relação a 2001. Esse aumento do preço em moeda nacional teve como principal contribuição o dólar (efeito dólar), que variou cerca de 73%, acompanhado de uma variação de 7,4% no câmbio (efeito câmbio). Após esse período, houve uma queda na

taxa anual de crescimento do preço do cacau em moeda nacional.

A menor variação na taxa de crescimento dos preços do cacau ocorreu em 1995, chegando a -1,81%. Essa taxa é composta pela soma dos efeitos dólar de 4,77% e câmbio de -6,58%.

Observou-se, neste estudo, o predomínio do efeito dólar, ou seja, do preço internacional, com o efeito câmbio relativamente menor na decomposição dos preços do cacau em moeda nacional. Contudo, o efeito câmbio teve grande relevância em alguns períodos, como em 1992, 2003 e 2005.

Segundo Silva e Carvalho (1995), as variações reais na taxa de câmbio têm impacto expressivo sobre a competitividade externa do produto exportado. No caso específico do cacau, variações reais no câmbio podem somar-se aos efeitos dos incentivos às exportações e à produção de outros países, trazendo implicações sobre a competitividade externa do cacau brasileiro (SIQUEIRA, 2002; GARCIA, 2002). Naturalmente, a competitividade não depende somente de preços, mas este é um componente importante.

4 Conclusões

Diante dos resultados obtidos, pode-se concluir que o comportamento do preço do cacau em moeda nacional não foi semelhante ao dos preços em dólar no período analisado. Tal fato mostra que os preços em dólar tiveram maior influência sobre os preços em real do que as taxas de câmbio adotadas no período estudado.

Referências

ALDEN, D. **O significado da produção de cacau na Região Amazônica no fim do período colonial**: um ensaio de História Comparada. Belém: UFPA: NAEA, 1975.

ALMEIDA, P. N. A. **Fontes de crescimento e sistema produtivo da orizicultura no Mato Grosso**. 2003. Dissertação (Mestrado em Ciências)– Universidade de São Paulo, Piracicaba, 2003.

BEZERRA, M. B. P. **Para além da competitividade – subsídios para refletir os pequenos negócios em Itabuna-Bahia/2003**. 2003. Dissertação (Mestrado em Administração)– Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2003. Disponível em: <<https://repositorio.ufba.br/ri/bitstream/ri/9516/1/DISSERTA%C3%87AO%20NOVISSIMA.pdf>>. Acesso em: 10 maio 2013.

CUENCA, M. A. G.; NAZÁRIO C. C. **Importância econômica e evolução da cultura do cacau no Brasil e na Região dos Tabuleiros Costeiros da Bahia entre 1990 e 2002**. Aracaju: Embrapa Tabuleiros Costeiros, 2004. (Documentos / Embrapa Tabuleiros Costeiros, 72).

CURI, W. F. **Eficiência e fontes de crescimento da agricultura mineira na dinâmica de ajustamentos da economia brasileira**. 1997. Tese (Doutorado em Economia Rural)– Universidade Federal de Viçosa, Viçosa, 1997.

CURTIS, W. C. Shift-share analysis as a technique in rural development research. **American Journal of Agricultural Economics**, Oxford, UK, v. 54, no. 2, p.267-270, May 1972.

FOOD AND AGRICULTURAL ORGANIZATION OF THE UNITED NATIONS - FAO. Disponível em: <http://www.fao.org/index_en.htm>. Acesso em: 10/04/2013.

IGREJA, A. C. M.; CARMO, M. S.; GALVÃO, C. A.; PELLEGRINI, R. M. P. Análise quantitativa do desempenho da agricultura paulista, 1966-1977. **Agricultura em São Paulo**, São Paulo, v. 30, n.1/2, p. 117-157, 1983. Semestral.

INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA – IPEA. **IPE-ADATA**. (2009). Disponível em: <http://www.ipeadata.gov.br>. Acesso em: 20/03/2009.

KRUGMAN, P. R.; OBSTFELD, M. **Economia Internacional: teoria e política**. São Paulo: Pearson Addison Wesley, 2005.

MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO, INDÚSTRIA E COMÉRCIO. (2013). **Sistema aliceweb**. Disponível em: <<http://www.mdic.gov.br/sitio/>>. Acesso em: 10/05/2013.

MOREIRA, C. G. **Fontes de crescimento das principais culturas do Rio Grande do Norte 1981-1992**. 1996. Dissertação (Mestrado em Ciências)– Universidade de São Paulo, Piracicaba, 1996.

PATRICK, G. F. Fontes de crescimento da agricultura brasileira: o setor de culturas. In: CONTADOR, C. R. **Tecnologia e desenvolvimento agrícola**. Rio de Janeiro: IPEA: INPES, 1975. (Série Monográfica, 17).

REIS, S. M.; CAMPOS, R. T. Efeitos da taxa de câmbio sobre os preços do cacau. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE ECONOMIA E SOCIOLOGIA RURAL, 36., 1998, Poços de Caldas. **Anais...** Poços de Caldas: SOBER, 1998. v. 2. p. 89-100.

SHIKIDA, P. F. A.; ALVES, L. R. A. Panorama estrutural, dinâmica de crescimento e estratégias tecnológicas da agroindústria canavieira paranaense. **Nova Economia**, Belo Horizonte, v. 11, n. 2, p. 123-149, dez. 2001.

SILVA, C. R. L. da; CARVALHO, M. A. de. Taxa de câmbio e preços de *commodities* agrícolas. **Informações Econômicas**, São Paulo, v. 25, n. 5, p. 23-35, maio 1995.

SIQUEIRA, J. P. **Proposta para a melhoria da comercialização de produtos florestais**. Brasília, DF: Ministério do Meio Ambiente, 2002.

SIMPSON, C. L.; KUJAWA, D. The export decision process: an empirical inquiry. **Journal of International Business Studies**, London, v. 5, no.1, p. 107-117, 1994.

SOARES, N. S.; SOUSA, E. P. de; SILVA, M. L. da. Effects of the exchange rate on International prices of pulp and paper in Brazilian currency. **Cerne**, Lavras, v. 16, n. 2, p. 137-144, abr.-jun. 2010.

SOUZA, P. M. de; LIMA, J. E. de. Mudanças na composição da produção agrícola no Brasil, 1975-95. **Revista Econômica do Nordeste**, Fortaleza, v. 33, n. 3, p. 632-659, 2002.

THE INTERNATIONAL COCOA ORGANIZATION (ICCO). **Statistic**. Londres, 2013. Disponível em: <<http://www.icco.org/>>. Acesso em: 10 maio 2013.

YOKOYAMA, L. P. **O crescimento da produção e a modernização das lavouras em Goiás no período 1975-1984**. 1988. Dissertação (Mestrado em Ciências)– Universidade de São Paulo, Piracicaba, 1988.

Capítulo 6

Análise de previsão do preço do cacau através de uma série univariada de tempo: uma abordagem utilizando o método arima

Kaiza Correia da Silva Oliveira¹

Rosana Queiroz Santos²

Daianne Gabrielle Morais Behrmann³

Naisy Silva Soares⁴

Marcelo Inácio Ferreira Ferraz⁵

1 Introdução

O cacau é originário das regiões tropicais da América Central, mas foi introduzido no Brasil, inicialmente, na Amazônia, a partir do século XVII, sendo posteriormente introduzido no sul da Bahia, no século XVIII, onde se adaptou perfeitamente ao clima e ao solo, ganhando importância econômica ao se tornar um produto agrícola racionalmente explorado, constituindo-se num dos pilares fundamentais para o desenvolvimento regional (CUENCA; NAZÁRIO, 2004).

.....
1 Economista, Mestra em Economia Regional e Políticas Públicas pela UESC, bolsista da Fapesb. *E-mail:* <kaizacorreia@hotmail.com>.

2 Economista, Mestra em Economia Regional e Políticas Públicas pela UESC. *E-mail:* <rqs13@gmail.com>.

3 Economista, Mestra em Economia Regional e Políticas Públicas pela UESC, bolsista da Fapesb. *E-mail:* <daianne_behrmann@yahoo.com.br>.

4 Economista, Doutora em Ciência Florestal, professora do Departamento de Ciências Econômicas da UESC. *E-mail:* <naisysilva@yahoo.com.br>.

5 Economista, Doutor em Estatística e Experimentação Agropecuária, professor do Departamento de Ciências Exatas e Tecnológicas da UESC. *E-mail:* <mferraz@uesc.br>.

Ocupando um lugar de destaque na pauta de exportação dos produtos agropecuários brasileiros desde então, o cacau configurou-se, durante anos, como a segunda cultura agrícola de maior relevância para a balança comercial brasileira, e a primeira cultura agrícola de maior relevância para a balança comercial baiana, fato que refletia a posição do Brasil como o maior produtor mundial no período entre 1896 e 1930. Todavia, a crise de 1929 e as dificuldades de exportação decorrentes do ambiente econômico internacional instável, abaladas pela crise e pelo início da Segunda Guerra Mundial, culminaram em uma séria crise no setor, onde se verificou uma diminuição da produtividade brasileira até meados da década de 1960, quando essa retomou seu crescimento, mas com valores bem mais baixos do que antes da crise, devido à interferência do Governo Federal no setor com a criação da Comissão Executiva do Plano da Lavoura Cacaueira (WILLUMSEN; DUTT, 1991).

Desde então, o Brasil vem perdendo posição no mercado internacional de cacau e, em 2013, ocupou o 5º lugar, com uma produção de cerca de 248.000 toneladas (FAO, 2011 apud MENDES, 2013). A Bahia continua sendo o principal produtor brasileiro de cacau, com cerca de 60% da produção total do País, mas sua produção vem atravessando um período recente de recuperação econômica após um prolongado período de crise iniciado na década de 80 até meados da década de 90 do século XX, originária de uma conjuntura externa desfavorável: redução dos preços internacionais devido a um aumento da produção mundial e aos estoques nos países produtores; e de uma conjuntura interna hostil, decorrente da devastação das áreas plantadas, por causa da doença conhecida como “vassoura-de-bruxa” (INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA, 2011).

Segundo a FAO (2011), a Costa do Marfim tem a maior produção de cacau do mundo, cerca de 1,35 milhão de toneladas, a maior área colhida, 2,5 milhões de hectares, a segunda maior produtividade (541 kg/ha) e o menor preço médio pago à produção

(US\$ 558/t). Usando o mesmo indicador, o Brasil (US\$ 1,774/t), a Nigéria (US\$ 1,678/t) e a República dos Camarões (US\$ 1,618/t) lideram os maiores preços médios, denotando que o cacau não possui uma estrutura de comercialização bem comportada, sendo considerada uma das *commodities* agrícolas de maior dificuldade de negociação no mercado, onde a especulação predomina. Sem falar na assimetria de informações advindas dos principais produtores. Nesse contexto, a análise e a previsão de preços dessa *commodity* podem contribuir com os agentes do setor no planejamento da produção, comercialização e formulação de políticas públicas para o desenvolvimento da cacauicultura brasileira.

Em síntese, a projeção do preço do cacau no Brasil, tendo por base os preços da Bolsa de NY, apresenta-se como uma importante ferramenta de apoio à tomada de decisões futuras, por reduzir as incertezas associadas à produção agrícola. Para tanto, os resultados devem apresentar elevado nível de confiabilidade estatística do modelo, sendo empregados métodos de eficiência comprovada. Nesse sentido, o presente trabalho objetivou elaborar um modelo econométrico de séries temporais para estimar a previsão do comportamento dos preços internacionais do cacau a partir dos preços observados em Nova York, utilizando, para isso, a metodologia de Box e Jenkins em observações mensais, cobrindo o período de janeiro de 2003 a julho de 2012.

2 Breve histórico e panorama geral

O cacau é um produto nobre e tradicional da agricultura brasileira e, desde o século XVIII, configura-se como um dos produtos mais importantes para a balança comercial brasileira, principalmente para a região sul da Bahia, caracterizada como a maior produtora nacional. Originário de regiões de florestas pluviais da América Tropical, onde até hoje é encontrado em estado silvestre, desde o Peru até o México, o cacau, classificado

como *Thebroma Esterculiáceas*, se expandiu para todo o mundo, sendo explorado principalmente na África, Sudeste Asiático e países da América do Sul.

Atualmente, o maior produtor mundial de cacau é a Costa do Marfim, com uma produção de quase 1,3 milhões de toneladas por ano (t/a) em 2011, seguido pela Indonésia, com uma produção de 712.200 t/a, e Gana com 400.000 t/a. O Brasil ocupa a 6ª posição, com uma produção de 248 toneladas/ano, que corresponde a cerca de 18% da produção da Costa do Marfim (TABELA 1).

TABELA 1 – Principais países produtores mundiais de cacau em 2011

Ranking	País	Produção (t/a)	Produção (t/a) (%)
1	Costa do Marfim	1.350.320	32,8
2	Indonésia	712.200	17,3
3	Gana	700.000	17,0
4	Nigéria	400.000	9,7
5	Camarões	272.000	6,6
6	Brasil	248.524	6,0
7	Equador	224.163	5,4
8	Togo	100.000	2,4
9	Peru	56.500	1,4
10	República Dominicana	54.279	1,3
Total		4.117.986	100

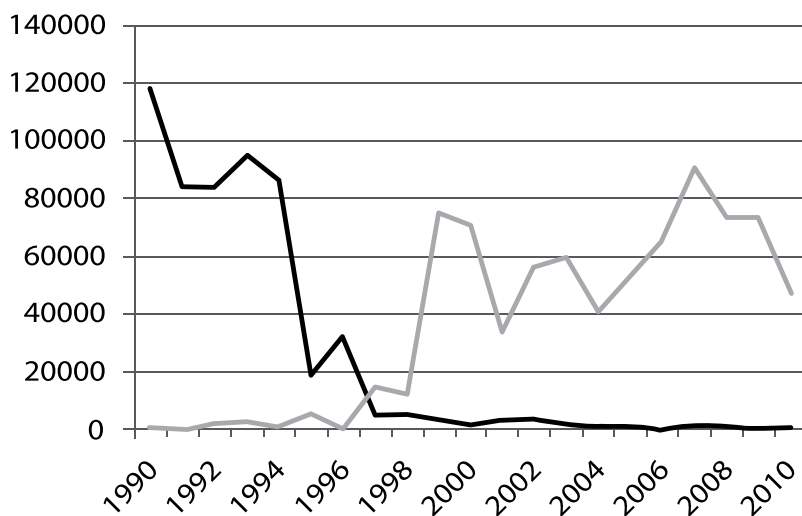
Fonte: FAO (2011).

O Brasil, entre 1990 e 2003, perdeu posição no *ranking* mundial de maiores produtores de cacau, saindo do nono para o décimo sétimo lugar, passando de 256,3 toneladas em 1990, para apenas 170,7 toneladas em 2003, ocupando, em 2011, a 6ª posição no *ranking* dos maiores produtores mundiais (FAO, 2004 apud CUENCA; NAZÁRIO, 2004). Quando se analisa o *ranking* da área mundial colhida, percebe-se que o Brasil permaneceu na sétima posição entre 1990 e 2003 (FAO, 2004 apud CUENCA; NAZÁRIO, 2004).

A cultura do cacau tem predominância no Brasil nos estados da Bahia, Pará e Rondônia, que são os principais produtores nacionais. Este produto se adaptou perfeitamente ao clima e aos solos destas localidades, promovendo o crescimento econômico, especialmente da Região onde Ilhéus fica situada, no sul da Bahia, principal centro produtor e exportador de cacau até o início da crise no final dos anos 1980 e início dos anos 1990.

O comportamento do comércio exterior brasileiro referente ao cacau em amêndoa é apresentado na FIGURA 1. Nela são apresentadas quantidades anuais de exportação e importação entre os anos de 1990 a 2010. O Brasil participa no comércio internacional exportando cacau em amêndoas desde 1961, porém a partir de 1992, passou a ser também importador, consumindo, em 2010, mais de 47 mil toneladas do produto provenientes do mercado internacional (FOOD AND AGRICULTURE ORGANIZATION OF THE UNITED NATIONS, 2011).

FIGURA 1 – Exportações e importações de cacau no Brasil - 1990 a 2010



Fonte: FAO (2011).

Legenda: — Qtde expor — Qtde import

Percebe-se uma redução da quantidade importada a partir de 2007, seguindo a mesma tendência da exportação, que desde o início da década de 1990 foi apresentando declínio.

O decréscimo das exportações e o aumento das importações foi decorrente, principalmente, do decréscimo da produção de cacau em nível nacional, aliado ao surgimento de doenças, como a “vassoura-de-bruxa”, que assolaram a Região Cacaueira compreendida entre os municípios de Ilhéus, Itabuna e circunvizinhos. Essa doença espalhou-se por toda a Região Sul da Bahia, fazendo cair a produção consideravelmente após este período. Apesar de ter havido uma recuperação da lavoura, a produção não conseguiu alcançar os mesmos níveis percebidos nas décadas de apogeu.

Para Cuenca e Nazário (2004), além desses fatores, os produtores de cacau arcam com as consequências da falta de organização, em cooperativas, por exemplo, e da não adoção de inovações comerciais e tecnológicas, vendendo seu produto, com baixo valor agregado, aos atacadistas exportadores, ou a alguma das quatro indústrias multinacionais que atuam no mercado brasileiro.

Esses entraves impedem a agregação de valor ao produto antes que este seja repassado aos compradores, fazendo com que os produtores estejam subordinados aos preços impostos pelos comerciantes, configurando um oligopsônio em que as grandes empresas multinacionais atuantes no mercado brasileiro possuem forte influência na determinação dos preços do cacau, estando os seus ganhos relacionados à elasticidade da oferta.

O crescimento da produção na África Ocidental e no Sudeste Asiático, motivado pelos bons preços alcançados na década de 1970, quando a tonelada no mercado internacional chegou aos US\$ 4 mil, se configurou em outro fator relevante que afetou a cultura do cacau no Brasil (CUENCA; NAZÁRIO, 2004).

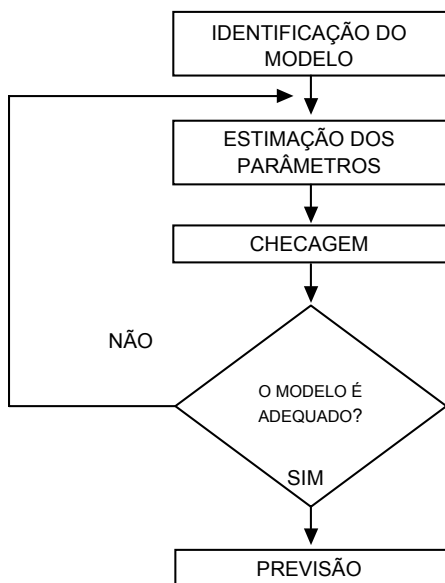
O aumento da oferta internacional fez declinar os preços, chegando aos US\$ 1.350 em 2004. Mesmo apresentando esses movimentos, o cacau é uma cultura muito importante na formação de receita por hectare na contribuição do valor gerado pela totalidade das culturas permanentes.

3 Metodologia

3.1 Método de Box e Jenkins

O termo Box-Jenkins justifica-se em razão da contribuição dada por George E. P. Box e Gwilym M. Jenkins aos estudos de séries temporais, permitindo-lhes um tratamento analítico de inferência estatística nas previsões de valores futuros das variáveis dinâmicas (FISHER, 1982). Especificamente, conforme demonstra o esquema do FLUXOGRAMA 1, o método Box-Jenkins consiste em quatro etapas distintas: i) identificação do modelo (obtenção de p , d , q) e FAC e FACP); ii) estimação dos parâmetros; iii) checagem de diagnóstico, ou seja, avaliação do modelo por meio de testes estatísticos; e iv) previsão (GUJARATI, 2000).

FLUXOGRAMA 1 – Etapas da metodologia de Box e Jenkins



Fonte: Elaborado pelos autores.

A primeira etapa, caracterizada como de identificação, visa, conforme salienta Fisher (1982), possibilitar uma ideia adequada da estrutura do modelo. É a fase mais crítica da metodologia Box-Jenkins, sendo possível que vários pesquisadores identifiquem modelos diferentes, para a mesma série temporal, ao utilizar critérios distintos de escolha (FAC, FACP, Akaike, Hannan, Schwartz etc.).

Especificamente, os modelos são classificados da seguinte forma: autorregressivo (AR), média móvel (MA), autorregressivo e de média móvel (ARMA), autorregressivo integrado e de média móvel (ARIMA), bem como os modelos sazonais, objetivando, dessa forma, encontrar os valores de p, q e d.

No modelo autorregressivo (AR), o Y_t , caracterizado pela série temporal, é descrito apenas pelos seus valores realizados e termos aleatórios. Dessa forma, a partir do que explana Fisher (1982), o modelo autorregressivo (AR (p)) consiste na média ponderada das “p”, primeiras observações próximas, passadas da variável, acrescidas de uma “distúrbância” aleatória do período presente, representado da seguinte forma:

$$Y_t = \phi_1 Y_{t-1} + \phi_2 Y_{t-2} \dots + \phi_p Y_{t-p} + \epsilon_t \quad (1)$$

Rocha (2003) afirma que, no caso da média móvel (MA), o Y_t é resultado da combinação linear dos termos aleatórios em t e em períodos antecedentes, sendo o modelo MA(q) definido através da seguinte equação:

$$Y_t = \epsilon_t - \theta_1 \epsilon_{t-1} - \theta_2 \epsilon_{t-2} \dots - \theta_p \epsilon_{t-p} \quad (2)$$

No modelo autorregressivo e de média móvel (ARMA), Rocha (2003, p. 70) considera que a série temporal, representada por Y_t , “é função de seus valores históricos, e pelos termos aleatórios correntes e passados”. O modelo é descrito pela seguinte equação:

$$Y_t = \phi_1 Y_{t-1} + \dots + \phi_p Y_{t-p} + \epsilon_t - \theta_1 \epsilon_{t-1} - \dots - \theta_p \epsilon_{t-p} \quad (3)$$

As variáveis defasadas de y_t representam a parte autorregressiva do modelo (AR), enquanto as defasagens de ε_t representam a parte de média móvel (MA). O modelo apresentado acima é denominado ARMA(p, q), sendo que “p” representa a ordem de defasagem do termo autorregressivo e “q” a ordem de defasagem do termo de média móvel.

No que diz respeito ao modelo autorregressivo integrado de média móvel (ARIMA), a metodologia de BJ está condicionada à existência de uma série temporal estacionária ou de uma série temporal que seja estacionária a partir de uma ou mais diferenciações, conforme salienta Gujarati (2000). Pokorny (1987, apud Gujarati, 2000, p. 422), e explicita a necessidade de estacionariedade da seguinte forma:

O objetivo de B-J (Box-Jenkins) é identificar e estimar um modelo estatístico que possa ser interpretado como tendo gerado os dados amostrais. Se esse modelo estimado será usado para previsão, devemos supor que as características desse modelo são constantes no tempo, e particularmente no período futuro. Assim, a razão simples de se necessitar de dados estacionários é que qualquer modelo que é inferido a partir desses dados pode ser interpretado como estacionário ou estável, fornecendo assim uma base válida para a previsão.

Nesse sentido, segundo Rocha (2003), denomina-se ordem de integração (I) o número de diferenças necessárias para tornar uma determinada série estacionária. Sendo Y_t estacionária, em razão da diferenciação d vezes com a série derivada deste processo, podendo ser definida como um modelo ARMA(p,q), pode-se afirmar que a série temporal Y_t segue um modelo ARIMA(p, d, q), sendo este definido pela equação:

$$W_t = \phi_1 W_{t-1} + \dots + \phi_p W_{t-p} + \varepsilon_t - \theta_1 \varepsilon_{t-1} - \dots - \theta_p \varepsilon_{t-p} \quad (4)$$

Em que

$$W_t = \Delta^d Y_t$$

No caso dos modelos sazonais, Rocha (2003) os classifica em:

- i) Modelo sazonal autorregressivo (SAR(P)), o qual consiste na sazonalidade do modelo AR(p), representado pela equação:

$$Y_t = -\phi_1 Y_{t-s} + \phi_2 Y_{t-2s} + \dots + \phi_p Y_{t-ps} + \varepsilon_t \quad (5)$$

- ii) Modelo sazonal de média móvel (SMA(Q)), correspondente à sazonalidade do modelo MA (Q), conforme a equação:

$$Y_t = \varepsilon_t - \phi_1 \varepsilon_{t-s} - \phi_2 \varepsilon_{t-2s} - \dots - \phi_Q \varepsilon_{t-Qs} \quad (6)$$

- iii) Modelo sazonal autorregressivo de média móvel (SARMA(P, Q)), que corresponde à versão sazonal do modelo ARMA (p, q), demonstrado pela seguinte equação:

$$Y_t = \phi_1 Y_{t-s} + \phi_2 Y_{t-2s} + \dots + \phi_p Y_{t-ps} + \varepsilon_t - \phi_Q \varepsilon_{t-Qs} \quad (7)$$

- iv) Modelo sazonal autorregressivo integrado de média móvel (SARIMA (P, D, Q)), que diz respeito a séries originais não estacionárias, que, conforme Rocha (2003, p. 74), “após D diferenças sazonais podem ser descritas por um processo estocástico sazonal estacionário SARMA (P, Q)”, sendo este modelo descrito pela seguinte equação:

$$W_t = \phi_1 W_{t-s} + \dots + \phi_p W_{t-ps} + \varepsilon_t - \phi_Q \varepsilon_{t-Qs} - \dots - \phi_p \varepsilon_{t-Qs} \quad (8)$$

- v) Modelo sazonal multiplicativo geral, que ao considerar, em conjunto, as correlações temporais entre observações em períodos de tempo sucessivos, se encontra o modelo sazonal multiplicativo geral ARIMA (p, d, q) x (P, D, Q), combinando, dessa forma, os modelos ARIMA sazonal e não sazonal.

Ainda para a etapa de identificação, segundo Gujarati (2000), é necessário a utilização das ferramentas de função de autocorrelação (FAC), função autocorrelação parcial (FACP) e seus respectivos correlogramas. A FAC calcula a correlação entre Y_t e Y_{t-p} , identificando a ordem q , enquanto a FACP mede a correlação entre Y_t e Y_{t-p} depois de eliminada a influência dos ys intermediários e indica a ordem p , sendo a FAC e FACP representadas pelas respectivas equações:

$$P_k = Y_k / Y_0 \quad (9)$$

em que P_k = coeficiente de autocorrelação na defasagem K ; $\hat{Y}_k$ = covariância na defasagem k ; Y_0 = variância.

$$\hat{Y}_k = \frac{\sum (Y_t - \bar{Y}) (Y_{t+k} - \bar{Y})}{n}$$

$$\hat{Y}_0 = \frac{\sum (Y_t - \bar{Y})^2}{n}$$

$$\hat{P}_k = \frac{\hat{Y}_k}{\hat{Y}_0}$$

em que: $\hat{Y}_k$ = covariância amostral na defasagem K ; $\hat{Y}_0$ = variância amostral; $\hat{P}_k$ = função de autocorrelação amostral.

Procuram-se semelhanças entre as funções de autocorrelação teóricas e amostrais que sejam boas sugestões do processo (modelos AR, MA, ARMA etc.) e que possam melhor explicar a dinâmica da série em estudo. Na verdade, a escolha do modelo envolve uma grande habilidade, ou seja, a estratégia para a construção do modelo é baseada nos próprios dados.

No caso específico deste trabalho, não foi detectada a presença de componentes sazonais e de quebra estrutural nas séries analisadas por meio da observação da função de autocorrelação

(FAC) e da função de autocorrelação parcial (FACP) de cada série. Então, não houve necessidade de realização do teste de raiz unitária sazonal ou com quebra estrutural.

Assim, empregou-se o teste de Dickey-Fuller Aumentado (ADF), que pode ser aplicado nas seguintes formas:

- sem constante e sem tendência:

$$\Delta X_t = \delta X_{t-1} + \sum_{i=1}^m \delta_i \Delta X_{t-i} + u_t \quad (10)$$

- com constante e sem tendência

$$\Delta X_t = \beta_1 + \delta X_{t-1} + \sum_{i=1}^m \delta_i \Delta X_{t-i} + u_t \quad (11)$$

- com constante e com tendência

$$\Delta X_t = \beta_1 + \beta_2 t + \delta X_{t-1} + \sum_{i=1}^m \delta_i \Delta X_{t-i} + u_t \quad (12)$$

A especificação correta do teste ADF é extremamente importante. O fato de não incluir termos determinísticos (intercepto e tendência), quando necessário, ou vice-versa, compromete a confiabilidade do teste, levando à aceitação da hipótese de existência de uma raiz unitária, quando de fato isso não ocorre.

Após a etapa de identificação, tem-se a etapa de estimação, que consiste em estimar os parâmetros dos termos AR e MA; com base nas melhores sugestões de modelos é que se elabora o segundo passo da metodologia de Box-Jenkins.

Nessa etapa, os modelos ajustados são comparados a partir de alguns critérios como: a parcimônia do modelo, ou seja, um modelo mais simples e com um pequeno número de parâmetros, menor soma dos quadrados dos resíduos e menor valor para os critérios de *Akaike Information Criterion* (AIC) e *Schwartz Bayesian Criterion* (SBC) (ROCHA, 2003).

É importante salientar que uma das formas de melhorar o grau de ajustamento desse modelo aos dados da série temporal é incluir defasagens adicionais nos processos AR(p), MA(q), ARMA(p,q) e ARIMA. A inclusão de defasagens adicionais implica em um

aumento do número de “regressores”, o que leva à redução na soma do quadrado dos resíduos estimados.

A próxima etapa é a da avaliação. Esta consiste em verificar se o modelo escolhido é adequado, ou seja, se descreve os dados adequadamente.

A análise dos resíduos de modelos alternativos (candidatos) ajustados é de extrema importância na escolha final do(s) modelo(s) que melhor explica(m) a dinâmica da série temporal em estudo. Se os resíduos são autocorrelacionados, então a dinâmica da série não é completamente explicada pelos coeficientes do modelo ajustado. Deve-se excluir do processo de escolha modelo(s) com esta característica. Uma análise da existência (ou não) da autocorrelação serial de resíduos é feita com base nas funções de autocorrelação e autocorrelação parcial dos resíduos e seus respectivos correlogramas.

Conforme Soares *et al.* (2008), a avaliação também pode ser feita através do teste de χ^2 de Box-Pierce, o qual compara o valor da estatística de teste da distribuição Qui-quadrado com $k - p - q$ graus de liberdade. Sendo assim, para que se tenha uma avaliação adequada da especificação do modelo, faz-se necessário analisar o termo aleatório, o qual deve apresentar características de um ruído branco, ou seja, suas autocorrelações devem se comportar de maneira aleatória e não significativas (ROCHA, 2003).

Aliado a isso, segundo Soares *et al.* (2008), pode-se realizar o teste de Dickey-Fuller Aumentado (ADF) nos resíduos, que consiste em um teste de raiz unitária em séries temporais. Caso a hipótese nula de raiz unitária seja rejeitada, conclui-se que o modelo está corretamente especificado, e vice-versa. No entanto, caso tais características não sejam identificadas, deve-se reiniciar a tentativa de seleção do modelo a partir da etapa de identificação, configurando, dessa forma, a característica interativa da metodologia.

A última etapa da metodologia de Box e Jenkins consiste em realizar previsão. Neste momento, checa-se a confiabilidade da previsão do modelo, estando o sucesso dessa etapa intimamente

relacionado com a qualidade do modelo estimado nas etapas de identificação e estimação. Fisher (1982, p. 101) salienta que “os processos de previsão com modelos de séries de tempo são procedimentos que visam a estender a valores futuros o modelo descrito e ajustado aos valores passados e ao valor presente da variável”.

Através da utilização dos testes de verificação da confiabilidade da previsão do modelo, torna-se possível verificar o grau de ajustamento do mesmo aos dados da série temporal. Para tanto, são os testes explanados por meio do QUADRO abaixo.

QUADRO 1 – Testes de verificação da confiabilidade da previsão do modelo

Testes	Resultados aceitáveis
Raiz do erro de previsão quadrático médio (REPQM)	-
Erro absoluto médio (EAM)	-
Percentual do erro absoluto médio (PEAM)	-
Coeficiente de desigualdade de Theil (CDT)	Próximo de 0
Proporção de tendenciosidade (PT)	Próximo de 0
Proporção de variância (PV)	Próximo de 0
Proporção de covariância (PC)	Próximo de 1

Fonte: Eviews (2004).

3.2 Fonte de dados

Serão utilizados os preços do cacau cotados em Nova York no período de janeiro de 2003 a julho de 2012, sendo, portanto, uma série temporal de periodicidade mensal. Utilizou-se o *software* Eviews.

Os dados utilizados são de origem secundária, provenientes do Anuário Estatístico da Agricultura Brasileira (AGRIANUAL, 2013) e referentes aos preços mensais do cacau (US\$/ tonelada) cotados na Bolsa de Nova York, principal referência para os preços do produto no Brasil, do período que se estende de janeiro de

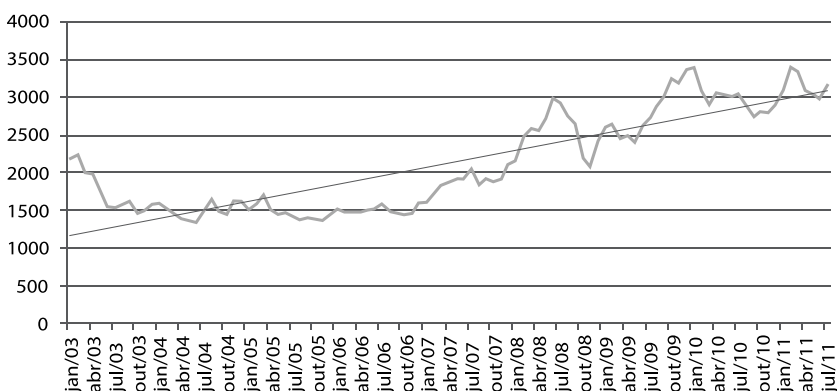
2003 a julho de 2012, totalizando 115 observações. Além disso, é importante salientar que no processo de estimativa do modelo foram desconsiderados os preços dos doze últimos meses – julho de 2011 a julho de 2012 para a realização da previsão de preços.

4 Resultados

4.1 Identificação

De forma a visualizar graficamente se a série apresentaria tendência e ou existência de sazonalidade, optou-se pela plotagem dos valores da série observada. A partir da plotagem desses valores foi possível obter o esboço do gráfico com a série mensal de preços do cacau em Nova York (US\$/tonelada), no período de janeiro de 2003 a julho de 2011 (FIGURA 2).

FIGURA 2 – Preço do cacau em Nova York (US\$/tonelada), no período de janeiro de 2003 a julho de 2011



Fonte: Dados da pesquisa.

Com relação às estatísticas da série, algumas observações podem ser demonstradas. O preço médio da tonelada do cacau

durante o período pesquisado é de US\$2.162,13, chegando a atingir o valor máximo de US\$3.400,00 (fevereiro/2011), e um valor mínimo de US\$1.350,00 (junho/2004). O desvio-padrão desse preço é de US\$79,78 e o coeficiente de variação de Pearson é de aproximadamente 70,58%. Esse índice revela um alto grau de dispersão dos dados, pois é maior que 30%.

Com a análise preliminar do gráfico, pôde-se observar que os preços do cacau em Nova York, no período analisado, vêm demonstrando uma tendência crescente positiva. Esse comportamento leva a crer que, no mercado internacional, este produto e seus derivados estão apresentando preços mais elevados, e com isso, tornando o mercado externo mais atrativo para o produtor brasileiro. Outros fatores que têm contribuído para o aumento do preço do cacau podem estar relacionados ao aumento da demanda e do consumo decorrentes da retomada do crescimento da economia mundial. Se a economia mundial cresceu, a demanda mundial superou a oferta, então o preço mundial aumentou. Assim, a análise gráfica preliminar permitiu inferir a existência de tendência crescente, a inexistência de sazonalidade e não estacionariedade da série de preços do cacau em Nova York.

De forma a confirmar a inexistência de estacionariedade da série analisada, foram realizados testes ADF na série, cujos resultados encontram-se descritos na TABELA 3. Os resultados confirmam que a série de preços em análise não é estacionária em nível, visto que os valores calculados são menores, em módulo, que seus respectivos valores críticos a 1% a 5%, o que confirma que a hipótese nula de raiz unitária não pode ser rejeitada para a série considerada (TABELA 2).

TABELA 2 – Resultados do teste de ADF em nível para as séries mensais de preços do cacau em Nova York, de janeiro de 2003 a julho de 2011

Modelo	Valores críticos		Valores calculados do Teste ADF
	$\tau \alpha = 0,01$	$\tau \alpha = 0,05$	
Com intercepto e tendência	-4.0514	-3.4549	-3.8154
Somente com intercepto	-3.4957	-2.8900	-0.4761
Sem intercepto e sem tendência	-2.5878	-1.9440	0.5198

Fonte: Dados da pesquisa.

Assim, fez-se necessário processar uma transformação de primeira diferença na série de dados. Na série de preços em primeira diferença com intercepto e com tendência, o τ *calculado* é de -8,2547. Como τ *crítico* com significância de 1% é -4,05, a hipótese nula de raiz unitária pode ser rejeitada, encerrando-se o processo, visto que a série de preços é estacionária na primeira diferença. Ou seja, a série mensal de preços de cacau em Nova York, de janeiro de 2003 a julho de 2011, é integrada de ordem um, ou seja, ela é $I(1)$ (TABELA 3).

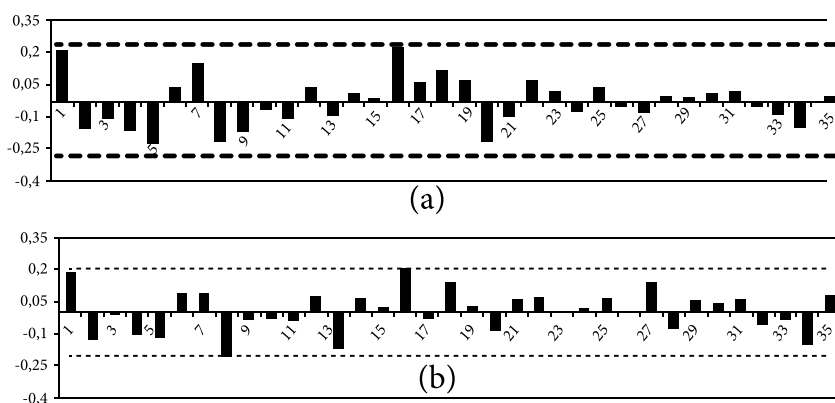
TABELA 3 – Resultados do teste de ADF em primeira diferença para as séries mensais de preços do cacau em Nova York, de janeiro de 2003 a julho de 2011

Modelo	Valores críticos		Valores calculados do Teste ADF
	$\tau \alpha = 0,01$	$\tau \alpha = 0,05$	
Com intercepto e tendência	-4.0514	-3.4549	-8.2547
Somente com intercepto	-3.4963	-2.8903	-8.1447
Sem intercepto e sem tendência	-2.5880	-1.9440	-8.1550

Fonte: Dados da pesquisa.

Na primeira diferença, verificou-se que a FAC não apresentou picos significativos nos *lags* fora do intervalo de confiança. Por outro lado, pela FACP foi constatada, nos valores iniciais, a presença de picos significativos nos *lags* 8 e 16, que ultrapassaram o intervalo de confiança, sugerindo a inclusão do AR(8) e AR(16). Com relação à sazonalidade, esta não foi identificada na FAC e na FACP (FIGURA 3).

FIGURA 3 – FAC (a) e FACP (b) em primeira diferença para a série mensal de preço do cacau em Nova York, de janeiro de 2003 a julho de 2011



Fonte: Dados da pesquisa.

Para a seleção dos modelos, foram considerados a FAC e a FACP, a significância dos coeficientes, o comportamento dos resíduos, o princípio de parcimônia e os critérios de informação de Akaike (AIC) e Schwarz (SCH). Ou seja, o modelo selecionado foi aquele que apresentou menor valor para os critérios AIC e SCH, coeficientes significativos e resíduos com comportamento aleatório do tipo ruído branco como apresentados a seguir.

4.2 Estimação

Os resultados da estimação dos parâmetros do processo ARIMA são apresentados na TABELA 4. Foram estimados vários modelos, entretanto, na TABELA 4 encontram-se apenas os modelos que apresentaram coeficientes significativos.

Para a estimação dos modelos foram utilizados os dados do correlograma de primeira diferença para FAC e FACP. A análise dos picos observados na FAC sugeriu inicialmente que o MA fosse de ordem (0), visto que o correlograma da FAC não apresentou picos significativos fora do intervalo de confiança. Todavia, no momento de estimação dos modelos verificou-se que o MA (0) não adequava o melhor ajuste para o modelo. Na tentativa de adequar melhor o modelo, verificou-se a necessidade de incluir o MA (1), MA(8) e MA(16) na estimação da equação.

Feito isso, e com base nos critérios de Akaike (AIC) e Schwarz (SCH), no princípio de parcimônia, na significância dos coeficientes e no comportamento dos resíduos, escolheu-se o modelo III – ARIMA (1,1,1) para previsão do preço do cacau em Nova York.

Sintetizando, a equação estimada do modelo ARIMA assume a forma apresentada na equação (13).

$$W_t = 0,006300 - 0.178773W_{t-8} + \varepsilon_t + 0.24747\varepsilon_{t-1} \quad (13)$$

TABELA 4 – Modelos estimados para previsão do preço do cacau em NY, de janeiro de 2003 a julho de 2011

(Continua)

Modelo	Variáveis	Coefficiente	Erro-padrão	Teste t	Prob.	AIC	SCH
I ARIMA (1,1,0)***	C	0.006417**	0.005405	1.187308	0.2382	-2.748494	-2.694381
	ϕ_8	-0.158307**	0.099373	-1.593061	0.1146		

Modelo	Variáveis	Coefficiente	Erro-padrão	Teste t	Prob.	AIC	SCH
II ARIMA (2,1,0)***	C	0.009551**	0.005989	1.594733	0.1146	-2.723665	-2.638048
	ϕ_2	-0.170149**	0.108961	-1.561556	0.1222		
	ϕ_{16}	0.064836**	0.103119	0.628755	0.5312		
III ARIMA (1,1,1)	C	0.006300**	0.006532	0.964403	0.3374	-2.761397	-2.680228
	ϕ_2	-0.178773*	0.101748	-1.757021	0.0823		
	θ_1	0.247478*	0.103892	2.382079	0.0193		
IV ARIMA (1,1,1)***	C	0.005962**	0.006516	0.914997	0.3626	-2.745102	-2.663933
	ϕ_1	-0.144028**	0.101096	-1.424658	0.1577		
	θ_{16}	0.227167*	0.105783	2.147483	0.0344		
V ARIMA (1,1,1)***	C	0.010503**	0.008836	1.188650	0.2380	-2.715492	-2.629876
	ϕ_{16}	0.102921**	0.103372	0.995642	0.3223		
	θ_2	0.197851*	0.108201	1.828541	0.0711		
VI ARIMA (1,1,1)***	c	0.007871**	0.007390	1.065071	0.2899	-3.066691	-2.981075
	ϕ_{16}	-0.384265*	0.091114	-4.217390	0.0001		
	θ_{16}	0.890655*	0.028359	31.40656	0.0000		

(Continuação)

Modelo	Variáveis	Coefficiente	Erro-padrão	Teste t	Prob.	AIC	SCH
VII ARIMA (1,1,1)***	c	0.012931*	0.005509	2.347408	0.0211	-2.796899	-2.715730
	ϕ_B	0.638178*	0.093836	6.800972	0.0000		
	θ_B	-0.840266*	0.058620	-14.33402	0.0000		
VIII ARIMA *** (2,1,2)	c	0.007140**	0.007292	0.979150	0.3302	-2.851280	-2.715999
	ϕ_1	-0.471594*	0.087570	-5.385315	0.0000		
	ϕ_B	-0.213030*	0.089215	-2.387835	0.0191		
	θ_1	0.840227*	0.021617	38.86797	0.0000		
	θ_B	0.276036*	0.015999	17.25344	0.0000		
VIII ARIMA (2,1,2)	c	0.008454*	0.006275	1.347372	0.1816		
	ϕ_B	-0.235199*	0.099584	-2.361818	0.0206		
	ϕ_{16}	-0.414728*	0.089554	-4.631063	0.0000	-3.084198	-2.941503
	θ_1	0.085009*	0.051569	1.648428	0.1031		
	θ_{16}	0.855886*	0.038425	22.27437	0.0000		

Fonte: Dados da pesquisa.

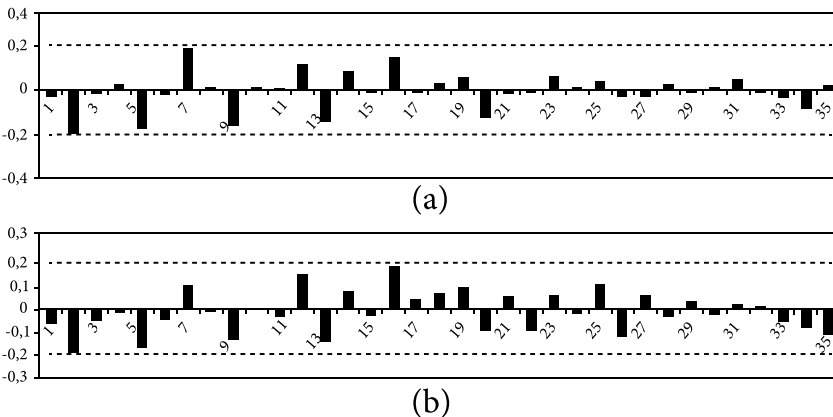
Notas: *Significativo em nível de 1% de probabilidade; **não significativo; ***os resíduos do modelo não apresentaram comportamento tipo ruído branco.

4.3 Avaliação

A FIGURA 4 sugere que, no geral, os resíduos são normalmente distribuídos, o que confirma a inexistência de um padrão de comportamento dos dados. Por meio do gráfico b, da FIGURA 5, pode-se notar a presença de dois possíveis *outliers*. No entanto, analisando o limite de significância do PACF, pode-se afirmar que esses valores estão em cima da linha e que nenhum deles representa a existência de qualquer padrão adicional. Portanto, por meio dessas análises pode-se concluir que o modelo é preciso para essa série temporal, o que confirma sua utilização para realizar previsões, visto que se verificou, no modelo escolhido, que o comportamento médio dos seus resíduos foi satisfatório, obtendo resíduos do tipo ruído branco, conforme FIGURA 4.

Ao analisar o teste ADF para os resíduos (TABELA 5), rejeitamos a hipótese H_0 (o comportamento médio dos seus resíduos foi não satisfatório). Assim, o comportamento dos resíduos foi satisfatório, o que está de acordo com o correlograma (ruído branco). Dessa forma, pode-se afirmar que o modelo apresentou-se satisfatório para as estimações realizadas.

FIGURA 4 – FAC (a) e FACP (b) dos resíduos do modelo III
ARIMA (1,1,1) de previsão do preço do cacau em
Nova York, de janeiro de 2013 a julho de 2011



Fonte: Dados da pesquisa.

TABELA 5 – Teste ADF em nível nos resíduos

Modelo	Estatística	Valor crítico em nível de 1%	Valor calculado do teste de ADF
Com intercepto e tendência	τ_{τ}	-4.052411	-10.91937

Fonte: Dados da pesquisa.

4.4 Previsão

Depois de realizada a escolha do modelo, foi feita a previsão dos preços do cacau em Nova York para as doze observações, no período de agosto de 2011 a julho de 2012.

A TABELA 6 apresenta a respectiva série, com o intervalo de confiança de 95%.

A previsão feita pelo modelo III – ARIMA (1,1,1) superestimou o preço do cacau em Nova York em 2,8%, no período de julho de 2011 a julho de 2012, sendo que o maior desvio foi observado em dezembro de 2011 (TABELA 6).

TABELA 6 – Previsão do preço do cacau/tonelada em Nova York, de agosto de 2011 a julho de 2012

(Continua)

Período	Preço Observado	Preço Previsto	Limite inferior	Limite superior	Desvio padrão	Erro (%)
ago/11	3.052,00	3.174,43	1.244,69	5.104,17	1.929,74	4,01
set/11	2.855,00	3.010,62	1.180,11	4.841,14	1.830,52	5,45
out/11	2.682,00	2.791,01	1.094,46	4.487,55	1.696,55	4,06
nov/11	2.541,00	2.676,33	1.049,00	4.303,66	1.627,33	5,33
dez/11	2.181,00	2.550,07	1.000,19	4.099,95	1.549,88	16,92
jan/12	2.308,00	2.119,58	831,27	3.407,90	1.288,32	-8,16
fev/12	2.367,00	2.366,99	928,34	3.805,64	1.438,65	0,00
mar/12	2.346,00	2.353,94	923,26	3.784,61	1.430,68	0,34
abr/12	2.230,00	2.363,79	927,06	3.800,51	1.436,73	6,00
mai/12	2.267,00	2.231,99	875,02	3.588,95	1.356,97	-1,54
jun/12	2.199,00	2.304,70	902,88	3.706,52	1.401,82	4,81

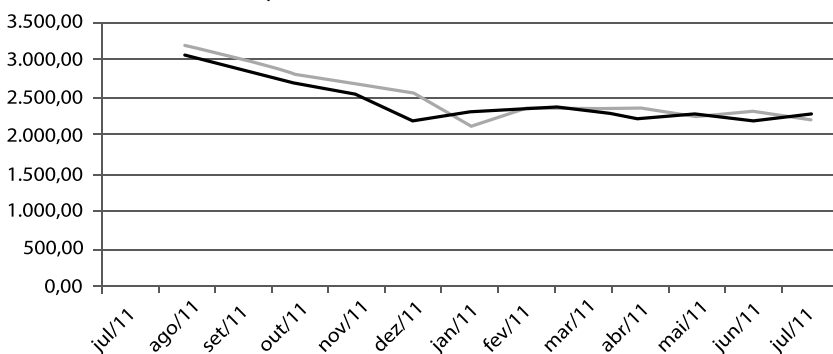
(Conclusão)

Período	Preço Observado	Preço Previsão	Limite inferior	Limite superior	Desvio padrão	Erro (%)
jul/12	2.283,00	2.202,08	863,68	3.540,49	1.338,40	-3,54
MÉDIA	2.442,58	2.512,13	985,00	4.039,26	1.527,13	2,81

Fonte: Dados da pesquisa.

Nesse sentido, verificou-se que o preço observado e o preço previsto do período de agosto de 2011 a julho de 2012 possuem pequenas variações, conforme demonstra a FIGURA 5.

FIGURA 5 – Preço observado e preço previsto do cacau em Nova York (US\$/tonelada), no período de julho de 2011 a julho de 2012



Fonte: Dados da pesquisa.

Legenda: — Observado — Previsão

Para avaliar a capacidade de previsão do modelo estimado, foi elaborada a TABELA 7, onde são observados os componentes de desigualdade de Theil, utilizados para determinar a adequação do modelo. Especificamente, o coeficiente de desigualdade de Theil (CDT) varia entre zero e um, onde quanto mais próximo de zero melhor a aderência do modelo, e os componentes de sua decomposição – proporção de tendenciosidade (PT) e proporção de variância (PV) sejam próximos de zero e a proporção de covariância (PC) seja próxima de um (SOARES et al., 2008).

No estudo, o CDT encontrado sugere um bom ajuste do modelo e, conseqüentemente, das previsões, pois é de aproximadamente 0,02 para a série analisada. No que concerne à PT, PV e PC, como dito anteriormente, o ideal é valor baixo para PT e PV e valor alto para PC, como observado nos resultados obtidos para o preço do cacau em Nova York (TABELA 7). Desse modo, pode-se dizer que os modelos de previsão foram adequados.

TABELA 7 – Avaliação da previsão do preço de exportação do cacau no Brasil, de agosto de 2011 a julho de 2012

Testes	Coefficientes
Raiz do erro de previsão quadrático médio (REPQM)	134,0539
Erro absoluto médio (EAM)	104,3925
Percentual do erro absoluto médio (PEAM)	4,715716
Coefficiente de desigualdade de Theil (CDT)	0,029333
Proporção de tendenciosidade (PT)	0,000008
Proporção de variância (PV)	0,000950
Proporção de covariância (PC)	0,999041

Fonte: Dados da pesquisa.

5 Conclusão

O objetivo principal deste trabalho foi, por meio da abordagem metodológica de Box-Jenkins, usar a modelagem ARIMA para a realização da previsão do preço do cacau em Nova York. O modelo apresentado pela equação (1), sob o ponto de vista teórico, apresenta coeficientes estatisticamente significantes, com indicadores de erro pequenos e com boa explicação da variação dos dados originais. Sob o ponto de vista prático, ele revela um bom processo de previsão, produzindo resultados significativos e próximos aos valores observados.

Com base nos resultados obtidos, verificou-se que o modelo III – ARIMA (1,1,1) foi o mais eficiente, ao apresentar projeções

satisfatórias para previsão dos preços do cacau em Nova York, no período de agosto de 2011 a julho de 2012, pois foram observados resíduos próximos a um ruído branco, erro (%) médio baixo, capacidade de previsão adequada e elevada significância dos coeficientes estimados. O modelo SARIMA não foi identificado, pois não foi constatado efeito de sazonalidade para a série. Ressalta-se que a principal limitação do trabalho foi a inexistência de uma série maior de preços do cacau em Nova York.

Referências

INFORMA ECONOMICS FNP. **Agrianual 2012**. Anuário da Agricultura Brasileira 2012. São Paulo: Prol Editora Gráfica, 2013.

CUENCA, M. A. G.; NAZÁRIO, C. C. **Importância econômica e evolução da cultura do cacau no Brasil e na Região dos Tabuleiros Costeiros da Bahia, entre 1990 e 2002**. Aracaju: Embrapa Tabuleiros Costeiros, 2004. Disponível em: <http://www.cpatc.embrapa.br/publicacoes_2004/doc-72.pdf>. Acesso em: 31 maio 2013

EVIIEWS USER'S GUIDE. Irvine: QMS, 2004. (Versão 5.0).

FOOD AND AGRICULTURE ORGANIZATION OF THE UNITED NATIONS (FAO). 2011. **Ranking da produção de cacau 2011**. [S.l., [21--]]. Disponível em: <<http://faostat.fao.org/site/339/default.aspx>>. Acesso em: 31 maio 2013

FISHER, S. **Séries univariantes de tempo: metodologia de Box e Jenkins**. Porto Alegre: Fundação de Economia e Estatística, 1982.

GUJARATI, D. N. **Econometria Básica**. São Paulo: Makron Books, 2000.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Banco de dados SIDRA**. Agregados. Brasília, DF: Disponível em: <<http://www.sidra.ibge.gov.br>>. Acesso em: 31 mai. 2013.

ROCHA, F. G. **Contribuição de modelos de séries temporais para a previsão da arrecadação de ISS**. Campinas, SP: [s.n.], 2003.

SOARES, N. S.; SILVA, M. L. da; LIMA, J. E. de; CORDEIRO, S. A. Análise de previsões do preço da borracha natural no Brasil. **Scientia Forestalis**, Piracicaba, v. 36, n. 80, p. 285-294, dez. 2008.

WILLUMSEN, M.^a J.; DUTT, A. K. Café, cacau e crescimento econômico no Brasil. **Revista de Economia Política**, São Paulo, ano 11, v. 3, n. 43, p. 49-67, jul.-set. 1991. Disponível em: <http://www.cpatc.embrapa.br/publicacoes_2004/doc-72.pdf>. Acesso em: 31 maio 2013.

Oferta de exportação do cacau do Brasil

Airton Lopes Amorim¹
Eliane Pinheiro de Sousa²
Daniel Arruda Coronel³

1 Introdução

O desempenho das contas externas tem sido uma das principais questões consideradas no âmbito da política econômica brasileira, com destaque para a balança comercial. Apesar do acréscimo das importações resultante da liberalização comercial ter sido o principal foco dessa discussão, as exportações exercem uma relevante contribuição no processo de ajustamento das contas externas, sendo que seus recursos gerados desempenham papel essencial para países em desenvolvimento, sobretudo para os que enfrentam dificuldades de acesso aos mercados financeiros internacionais (BARROS; BACCHI; BURNQUIST, 2002).

Nesse contexto, torna-se importante a realização de estudos que proporcionem subsídios para a compreensão dos fatores determinantes do desempenho das exportações. Segundo Barros, Bacchi e Burnquist (2002), as relações comerciais externas de produtos no Brasil têm se concentrado no setor agropecuário, motivando, portanto, que se conduzam análises destinadas aos mercados desses produtos.

1 Economista, mestre em Economia pela Universidade Federal de Viçosa (UFV)
E-mail: <aimorim2007@gmail.com>.

2 Economista, doutora em Economia Aplicada, Professora do Departamento de Economia da Universidade Regional do Cariri (URCA). *E-mail:* <pinheiroeliane@hotmail.com>.

3 Economista, doutor em Economia Aplicada, professor adjunto do Programa de Pós-Graduação em Administração da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM).
E-mail: <daniel.coronel@uol.com.br>.

Dentre os produtos agrícolas que fazem parte da pauta exportadora brasileira, é relevante destacar o cacau. De acordo com a Superintendência da Zona Franca de Manaus (Suframa) (2003), esse produto nobre e tradicional da agricultura brasileira vem atravessando um processo recente de recuperação, sobretudo no sul da Bahia e em Rondônia, após um prolongado período de crise, desde a segunda metade da década de 1980 até meados da década de 1990. Essa situação desfavorável fez com que o Brasil perdesse a 2ª posição no *ranking* da oferta mundial de cacau, mantida até a década de 1980, para o posto de 5º colocado em 2012, o que pode ser atribuído ao decréscimo dos preços internacionais e à propagação da doença fúngica conhecida como vassoura-de-bruxa, nos cacauais brasileiros, principalmente no sul da Bahia, que consiste na principal região produtora brasileira.

Conforme dados apresentados por Zugaib *et al.* (2006), no Brasil, o cacau é produzido em mais de 40 mil propriedades rurais distribuídas em mais de 150 municípios, havendo cerca de cinco indústrias de processamento de cacau e 57 indústrias de fabricação de chocolate, sendo 19 delas de grande porte, com mais de 500 empregos gerados, e 38 de pequeno porte, com menos de 500 empregos gerados. Destas empresas, quarenta e seis são responsáveis por 90% das vendas externas referentes ao cacau já processado ou industrializado na forma de chocolate. No tocante ao valor das exportações brasileiras de cacau, dados do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior (MDIC) (2013) revelam que elas atingiram o montante de US\$1.976.46 em 2012. Esses indicadores econômicos demonstram que esse produto exerce importante contribuição na geração de emprego, renda e divisas.

Em face dessas considerações sobre o papel desempenhado pelo cacau na economia brasileira e da relevância de se estimar a oferta de exportação de produtos agrícolas, este estudo contribui no sentido de se estimar a oferta de exportação para essa *commodity*. De acordo com Barros, Bacchi e Burnquist (2002), a estimação da equação da oferta de exportação permite verificar *ex ante* os resultados

de políticas de incentivo e/ou alterações nos fatores determinantes, possibilitando análises prospectivas sobre o desempenho do comércio externo. Soares, Silva e Lima (2011) complementam ressaltando que a estimação da equação de oferta de exportação de produtos agrícolas exerce função fundamental na promoção do planejamento da produção, na comercialização, na previsão e na formulação de políticas para o desenvolvimento desse setor.

Estudos dessa natureza, que tratem a estimação da oferta de exportação de produtos agrícolas no Brasil, ainda têm sido pouco explorados na literatura econômica, destacando-se os estudos desenvolvidos por Barros, Bacchi e Burnquist (2002) para os produtos do complexo soja, o café, o açúcar, o algodão e o suco de laranja; Alves e Bacchi (2004) para o açúcar; e Soares, Silva e Lima (2011) para a celulose. Este trabalho utiliza as ferramentas analíticas adotadas nestes trabalhos referenciados, porém aplicadas ao cacau. Portanto, o objetivo deste texto consiste em estimar uma função de oferta de exportação brasileira de cacau, considerando o período de janeiro de 1989 a setembro de 2012.

Além dessa seção introdutória, o texto contém mais cinco seções, sendo que, na segunda, apresenta-se o modelo teórico. O modelo empírico e os procedimentos metodológicos estão descritos na terceira seção. A quarta mostra a fonte dos dados. A apresentação e discussão dos resultados estão contidas na seção seguinte; e, por fim, a última seção está reservada para as conclusões do estudo.

2 Modelo teórico

A função da oferta de exportação de cacau do Brasil, a ser estimada neste trabalho, tem sua fundamentação teórica no modelo de exportação de produtos agrícolas elaborado por Barros, Bacchi e Burnquist (2002). O modelo em questão parte do pressuposto de que a quantidade exportada de um país depende, em grande parte, do excedente do mercado interno. Nesse caso, o mercado

interno de cacau pode ser representado pelas seguintes funções de oferta e demanda genéricas, expressas na forma logarítmica:

$$q^o = q^o(p^d, w), \quad (1)$$

$$q^d = q^d(p^d, y^n, z), \quad (2)$$

em que:

q^o = quantidade de cacau ofertado no mercado interno;
 p^d = preço do cacau no mercado interno (em R\$);
 w = variáveis deslocadoras da oferta (como por exemplo: safra, melhoramento genético, estoque do produto, disponibilidade de crédito aos produtores de cacau no mercado interno, preço do fertilizante etc.);
 q^d = quantidade de cacau demandada no mercado interno;
 y^n = renda interna real; e
 z = variáveis deslocadoras da demanda (como por exemplo: preço dos produtos substitutos, mudanças nas preferências dos consumidores etc.).

Na ausência de comércio com o exterior, o preço de equilíbrio, que vigorará no mercado interno, será igual a p^d , que é dado pela igualdade entre q^o e q^d . Quando existe a possibilidade de se comercializar com outros países, o produto doméstico (cacau) será exportado ao preço p^* (expresso em moeda do país exportador).

Seguindo Barros, Bacchi e Burnquist (2002), assume-se que o preço externo é fixado no mercado internacional e seu valor não sofre influência do volume exportado pelo país em questão, ou seja, tem-se uma demanda externa perfeitamente elástica⁴. Entretanto, como a operação de exportação incorre em custos, admite-se que exista uma margem de exportação que relaciona o preço do cacau no mercado interno com o preço de exportação de cacau, e que cobre esse custo. Considerando-se que a margem de

4 Barros, Bacchi e Burnquist (2002) consideram, também, que a exportação reduz a disponibilidade interna do produto em questão (e eleva o preço doméstico), sem influenciar o padrão de qualidade do produto comercializado internamente, pois não há controle rigoroso de sua qualidade.

exportação está relacionada ao preço interno, ela pode ser representada da seguinte forma:

$$p^x = (1 + \alpha) p^d, \quad (3)$$

onde: α é a elasticidade, relacionando p^x à p^d .

Com base nas funções de oferta e da demanda interna de cacau, a quantidade exportada desse produto será representada por:

$$q^x = q^o - q^d, \quad (4)$$

em que: q^x corresponde à quantidade exportada de cacau, que é resultado do excesso da oferta interna desse produto.

Substituindo-se as equações (1) e (2) em (4), e considerando-se que o preço de exportação (p^x) afeta *diretamente* apenas a função de demanda por cacau, pode-se representar a função de oferta de exportação de cacau genericamente por:

$$q^x = q^o - (p^d, w) - q^d(p^d, p^x, y^n, z) \quad (5)$$

Uma vez que o preço de exportação do cacau, medido em moeda nacional, também pode ser escrito em sua forma logarítmica, como $p^x = p^e + tc$, em que p^e = logaritmo do preço das exportações de cacau medido em moeda estrangeira e tc = logaritmo da taxa de câmbio real, a equação (5) pode ser reescrita da seguinte forma:

$$q^x = q^o - (p^d, w) - q^d(p^d, p^e, tc, y^n, z) \quad (6)$$

A equação (6) mostra que a quantidade exportada de cacau depende do preço interno (p^d), do preço de exportação expresso em moeda estrangeira (p^e), da taxa de câmbio real (tc), da renda interna real (y^n), de um deslocador da demanda (z) e de um deslocador da oferta (w).

O preço interno do cacau tende a refletir o resultado do balanço entre a oferta e a demanda interna e, dessa forma, preços baixos refletem maior disponibilidade do produto e maior possibilidade de exportação. Uma mudança que provoque uma variação positiva no preço interno é um indicativo de que a demanda aumentou em relação à oferta, sinalizando uma queda das exportações; o inverso ocorreria no caso de queda no preço.

O preço de exportação do cacau tende a estimular a exportação do bem, visto que, ao alterar os preços relativos (dado o preço recebido pelos produtores no mercado interno), as variações no preço de exportação sinalizam para os produtores as perspectivas de lucratividade da produção direcionada ao mercado externo. Dessa forma, é proposta uma relação funcional direta entre o preço mundial do cacau e as exportações do mesmo.

As mudanças na taxa real de câmbio atuam de forma direta nas exportações brasileiras de cacau. Uma desvalorização (elevação) da taxa real de câmbio torna o produto nacional mais competitivo em relação ao estrangeiro no mercado mundial. Dessa forma ocorre um estímulo para o aumento das exportações de cacau.

Por fim, a renda interna atua, direta ou indiretamente, sobre a demanda nacional de cacau, ou seja, uma elevação da renda interna expande a procura doméstica por cacau e derivados e, dessa forma, causa um efeito negativo nas exportações desse produto. Logo, é postulada uma relação negativa entre as exportações de cacau e a renda doméstica.

3 Modelo empírico e procedimentos metodológicos

Para estimar a relação estocástica entre quantidade exportada de cacau e as demais variáveis explicativas, assume-se que exista uma relação linear entre essas variáveis, o que leva ao seguinte modelo empírico:

$$q^x = (y_0^l + y_1^l p_1^l + y_2^l w_t) - (y_0^2 + y_1^2 p_t^d + y_2^2 p_t^e + y_3^2 tc_t + y_4^2 y_t^r + y_5^2 z_t) + E_t, \quad (7)$$

em que $\gamma_0^l, \gamma_0^2, \gamma_1^l, \gamma_1^2, \gamma_2^l, \gamma_2^2, \gamma_3^l, \gamma_3^2, \gamma_4^l, \gamma_4^2, \gamma_5^l, \gamma_5^2$ são coeficientes associados às variáveis explicativas do modelo (ou elasticidades parciais, uma vez que o modelo foi estimado com todas as variáveis em logaritmo natural), ε_t é o termo de erro independente e identicamente distribuído, sendo as demais variáveis definidas como apresentado anteriormente.

Assim como Alves e Bacchi (2004), neste trabalho utilizou-se o vetor autorregressivo para estimar a função de exportação de cacau proposta. Essa abordagem parece adequada pelas seguintes razões: (i) ela considera todas as variáveis incluídas no modelo como endógenas, o que é observado em equações de oferta e demanda, onde a quantidade e o preço são determinados simultaneamente via mecanismo de equilíbrio; (ii) apesar de os Modelos de Equações Simultâneas permitirem trabalhar com esse tipo de endogeneidade, eles necessitam de um número grande de restrições para que sejam identificados; e (iii) ela permite analisar os efeitos dinâmicos de alterações nas variáveis incluídas nos modelos, uma vez que são incluídos valores defasados, tanto da variável a ser explicada quanto das variáveis explicativas⁵.

No modelo VAR, devido a Sims (1980), cada uma das variáveis endógenas que compõem o sistema de equações é função dos seus valores e dos valores das demais variáveis defasadas no tempo, mais o termo de erro. Além disso, geralmente essas equações contêm também tendências determinísticas e variáveis exógenas.

Matematicamente, um VAR de ordem p pode ser expresso em sua forma reduzida da seguinte maneira:

$$y_t = \Phi_{1,0} + \sum_{j=1}^{p-1} \Phi_{1,j} y_{t-j} + \varepsilon_t \quad (8)$$

em que: y_t é um vetor de variáveis endógenas (no caso deste trabalho, quantidade exportada de cacau, preço real de exportação de

5 Seja ou não pelas razões citadas, o que se observa é uma crescente utilização da abordagem VAR em estudos relacionados à economia agrícola. Além dos estudos já citados em parágrafos anteriores, pode-se citar ainda: Myers et al. (1990), Barros (1994), Burnquist *et al.* (1994), Barros e Bittencourt (1997) e Bacchi e Burnquist (1999).

cacau, preço real recebido pelo produtor nacional, taxa de câmbio efetiva real e renda real interna); $\Phi_{i,0}$ é um vetor ($k \times 1$) de parâmetros representando o intercepto das equações; $\Phi_{i,j}$ $j = 1, 2, \dots, p-1$ são matrizes ($k \times k$) referentes aos parâmetros autorregressivos; e $\varepsilon_t = (\varepsilon_{1t}, \dots, \varepsilon_{kt})$ é um vetor ($k \times 1$) de perturbações aleatórias com média zero e matriz variância-covariância positiva definida Σ .

Depois de estimado o modelo VAR, pode-se analisar os efeitos de choques e a importância de cada variável para a explicação da variação dos erros das demais, procedimentos conhecidos como função impulso-resposta e decomposição da variância do erro de previsão.

Vale lembrar que uma das condições para se estimar o modelo VAR é que as séries sejam estacionárias. Nesse caso, existem vários testes que podem ser utilizados. Entre os mais empregados está o teste de Dickey e Fuller (1981). O presente estudo também utilizou esse procedimento para verificar a ordem de integração das séries temporais utilizadas. Na sequência, a metodologia de Dickey-Fuller Aumentado (DFA) foi empregada para identificação da presença ou não de raiz unitária.

Caso as variáveis sejam não estacionárias, o passo seguinte consiste em testar a existência de cointegração entre as variáveis, ou seja, a existência de relação de longo prazo entre elas. A metodologia utilizada foi a proposta por Johansen (1988), que busca determinar o *ranking* (número de vetores de cointegração) através de um VAR de ordem p . Testa-se, portanto, a existência de n vetores de cointegração, e são indicados para modelos com mais de duas variáveis explicativas. Mesmo que variáveis individuais não sejam estacionárias, mas exista pelo menos uma combinação linear estacionária entre elas, então se pode afirmar que essas variáveis são cointegradas, ou seja, é possível verificar uma relação de equilíbrio de longo prazo entre elas, que pode ser estimada e analisada⁶.

6 Engle e Granger (1987) mostram que se todas as séries de interesse possuem a mesma ordem de integração $I(d)$ e existir um vetor a , com $a \neq 0$, em que a combinação linear dessas variáveis

O procedimento de Johansen (1988) para verificação de cointegração entre séries de tempo considera que todas as variáveis são endógenas e sua utilização não é limitada pela existência de endogeneidade do regressor (relação causal no sentido da variável dependente para a variável explicativa). Esse procedimento utiliza máxima verossimilhança para estimar os vetores de cointegração, permitindo testar e calcular a presença de vários vetores e não apenas de um.

Seguindo a notação de Harris (1995), a equação (8) pode ser reparametrizada em termos de um modelo Vetorial de Correção de Erro (VEC) esboçado como:

$$\Delta y_t = \Gamma_1 \Delta y_{t-1} + \dots + \Gamma_{k-1} \Delta y_{t-k+1} + \Pi y_{t-k} + \varepsilon_t \quad (9)$$

em que: Δ corresponde à primeira diferença das séries, $\Gamma_i = -(I - A_1 - \dots - A_i)$, ($i = 1, \dots, k-1$) e $\Pi = -(I - A_1 - \dots - A_k)$. Da forma como especificado, o sistema contém informações de curto e de longo prazo até mudanças de y_t , via estimativas de $\hat{\Gamma}_i$ e $\hat{\Pi}$, respectivamente, onde $\Pi = \alpha\beta'$ é a matriz que corresponde ao número de relações e vetores de cointegração, com α representando a velocidade de ajustamento ao desequilíbrio e β a matriz de coeficientes de longo prazo. O número de vetores de cointegração depende do posto ou *rank* (r) da matriz Π ser igual ao número de raízes características estritamente diferentes de zero, que pode ser identificado por meio de dois testes estatísticos: o teste do traço e o teste do máximo autovalor⁷.

A importância do modelo de correção de erro reside no fato de permitir a ligação entre aspectos relacionados à dinâmica de curto prazo com os de longo prazo. Dessa forma, os mecanismos de correção de erro pretendem fornecer um caminho para combinar as vantagens de se modelar tanto em nível quanto nas diferenças.

seja de ordem $d - b$, $Z_t = a' X_t \sim I(d - b)$, $b > 0$, pode-se afirmar que X_t é um vetor de variáveis cointegradas denotadas por $X_t \sim CI(d, b)$.

7 Teste do traço - Hipótese nula: $H_0 : r \leq 0$. Teste do máximo autovalor $H_0 : r = r_0$.

4 Fonte de dados

Os dados referentes às exportações de cacau do Brasil foram coletados para quantidade (em quilogramas) e valor (US\$ FOB), obtidos no sistema ALICEWEB do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior e coletados para a categoria cacau inteiro ou partido, em bruto ou torrado, sendo a quantidade exportada convertida em @ (15 kg).

O preço médio pago pelo quilograma do cacau exportado foi calculado como a razão entre valor (em US\$ FOB) e quantidade importada (em quilogramas). Essa série foi, então, transformada em preço médio US\$/@ (15 kg) e deflacionada pelo Índice de Preços ao Consumidor (IPC) americano, com o valor médio de 2005 servindo como base.

O preço interno do cacau, que corresponde ao preço médio pago ao produtor de cacau, foi coletado do sítio da Comissão Executiva do Plano da Lavoura Cacaueira (Ceplac) e diz respeito ao preço em real por Kg, recebido pelo produtor de Ilhéus/Bahia, escolhido por ser um dos maiores produtores nacionais deste produto. Inicialmente, essa série foi transformada em preço médio R\$ por @ (15 kg) e, posteriormente, deflacionada pelo Índice Geral de Preços – Disponibilidade Interna (IGP-DI), com base em dezembro de 2012.

Com relação à renda interna, utilizou-se como *proxy* o Produto Interno Bruto trimestral, sendo a mesma deflacionada pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC), com base em dezembro de 1993. A taxa de câmbio adotada foi a série da taxa de câmbio efetiva real – INPC – exportações, com a média de 2005 servindo como base⁸. As informações referentes à renda

8 A taxa de câmbio efetiva real é calculada pela média ponderada do índice de paridade do poder de compra dos 16 maiores parceiros comerciais do Brasil. A paridade do poder de compra é definida pelo quociente entre a taxa de câmbio nominal (em R\$/unidade de moeda estrangeira) e a relação entre o Índice de Preço por Atacado (IPA) de cada parceiro e o Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC) do Brasil. As ponderações utilizadas são as participações de cada parceiro no total das exportações brasileiras em 2001.

interna e à taxa de câmbio efetiva real foram coletadas do sítio do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea).

Os dados foram coletados para o período do primeiro trimestre de 1989 ao terceiro trimestre de 2012, que envolve as fases mais críticas das exportações brasileiras de cacau (fase de declínio no volume exportado, 1986 – 1994, e fase de estagnação e prostração das exportações cacaueiras, 1995 – 2000, definidas por Ramalho e Targino (2003)). Uma vez que as fases citadas ainda demandam mais apreciação, justifica-se, assim, a escolha do período de análise⁹.

Por fim, é importante destacar que todas as séries foram transformadas aplicando-se o logaritmo natural. De acordo com Wooldridge (2002), esse procedimento normalmente estreita a amplitude dos valores das variáveis, o que torna as estimativas menos sensíveis a observações díspares (ou extremas) na variável dependente ou nas variáveis independentes. Além disso, outra vantagem da aplicação do logaritmo natural é que os coeficientes estimados representam diretamente as elasticidades parciais.

5 Análise e discussão dos resultados

5.1 Integração

Antes de modelar as séries temporais, é útil determinar as ordens de integração para as variáveis consideradas. Para isso, foi realizado o teste Dickey-Fulher Aumentado (ADF), no qual o número de defasagens necessárias a serem incluídas na autorregressão é estimado de forma a eliminar a autocorrelação dos resíduos, sendo o mesmo determinado pelo critério de Akaike¹⁰. Os testes

.....
9 Neste trabalho, optou-se por não utilizar variáveis deslocadas da demanda e da oferta por não se encontrar séries disponíveis na periodicidade utilizada.

10 Todos os testes e estimativas foram obtidos com a utilização do software estatístico JMulTi, versão 4.

de raiz unitária, apresentados na TABELA 1, foram realizados com as variáveis em nível e em primeira diferença, o que permite testar se elas são integradas de ordem zero, $I(0)$, ou um, $I(1)$.

TABELA 1 – Teste ADF de raiz unitária para as séries mensais – primeiro trimestre de 1989 ao terceiro trimestre de 2012

(Continua)

Variável	Modelo	Defasagens*	Calculado	Quadrodo**
Logexportação	Com constante e <i>dummies</i> sazonais	5	-1,0987	-2,86
Logexportação	Com constante e <i>dummies</i> sazonais	1	-1,1257	2,86
Logpinterno	Com constante e <i>dummies</i> sazonais	1	-1,9035	2,86
Logrenda	Com constante e <i>dummies</i> sazonais	1	-0,5336	2,86
Logcâmbio	Com constante e <i>dummies</i> sazonais	1	-2,3244	2,86
Δ Logexportação	Com constante e <i>dummies</i> sazonais	4	-7,4345	-2,86
Δ Logpexportação	Com constante e <i>dummies</i> sazonais	1	-6,6462	-2,86

Variável	Modelo	Defasagens*	Calculado	Quadrodo**
$\Delta \text{Logpinterno}$	Com constante e <i>dummies</i> sazonais	1	-6,0034	-2,86
$\Delta \text{Logrenda}$	Com constante e <i>dummies</i> sazonais	1	-6,6382	-2,86
$\Delta \text{Logcâmbio}$	Com constante e <i>dummies</i> sazonais	1	-8,905	-2,86

Fonte: Dados da pesquisa.

Notas: Δ - representa a primeira diferença da série temporal; * definido pelo Critério de Informação de Akaike; ** ao nível de 5% de significância.

Como o valor calculado dos testes ADF para cada uma das séries em nível foi menor do que seu valor quadrado, ao nível de 5% de significância, não é possível rejeitar a hipótese nula de raiz unitária nas mesmas, ou seja, todas são não estacionárias. Entretanto, ao repetir o teste para cada uma das séries em primeira diferença, todas se mostraram estacionárias. Logo, empiricamente, todas as séries são integradas de ordem um.

5.2 Cointegração

Uma vez que as séries são não estacionárias de uma mesma ordem, o procedimento seguinte foi testar a hipótese de cointegração entre as mesmas, por meio do procedimento de Johansen (1988), uma vez que a análise de cointegração ajuda a esclarecer a relação de longo prazo entre as variáveis integradas.

Conforme apresentado na TABELA 2, o p-valor do teste do traço de Johansen (1988) permite rejeitar a hipótese nula de que não há vetor de cointegração ($r \leq 0$), contra a hipótese alternativa de que existe um vetor de cointegração ($r = 1$). Entretanto, o p-valor

deste teste não permite rejeitar a hipótese nula de que não há apenas um vetor de cointegração ($r \leq 1$), contra a hipótese alternativa de que existem dois vetores de cointegração ($r = 2$). Logo, existe apenas uma relação de equilíbrio de longo prazo entre as variáveis consideradas¹¹.

TABELA 2 – Resultados dos testes de cointegração de Johansen

Hipótese nula	Hipótese alternativa	Traço	p-valor
$r \leq 0$	$r = 1$	121,00	0,00
$r \leq 1$	$r = 2$	74,12	0,07
$r \leq 2$	$r = 3$	36,95	0,18
$r \leq 3$	$r = 4$	18,65	0,31
$r \leq 4$	$r = 5$	5,11	0,59

Fonte: Dados da pesquisa.

Neste trabalho, postulou-se a relação de longo prazo entre a quantidade exportada de cacau brasileiro e as demais variáveis do modelo, uma vez que o seu objetivo geral foi verificar os determinantes da exportação desse produto. Por isso, o coeficiente de logaritmo das exportações de cacau foi normalizado na unidade.

A TABELA 3 apresenta as estimativas dos coeficientes de ajuste de longo prazo (β), que já se encontram com os sinais trocados.

TABELA 3 – Vetor de cointegração e parâmetros de ajustamento do modelo VEC

	q^x	p^e	p^d	Tc	y^n
β	1,00	2,588***	-1,987***	0,458 ^{ns}	-7,956***
	-	(0,857)	(0,755)	(1,469)	(1,941)

Fonte: Dados da pesquisa.

Notas: Erro-padrão entre parênteses; *** significativo a 1%, ** significativo a 5%, ns não significativo.

.....
11 O teste de cointegração de Johansen (1988) foi realizado com uma defasagem (como indicado pelo critério de Akaike), sendo o modelo ajustado com uma constante, uma tendência determinística e três *dummies* sazonais.

Os resultados confirmam que a quantidade exportada de cacau brasileiro é conduzida, no longo prazo, pelo preço real de exportação do cacau, pelo preço real recebido pelo produtor nacional e pela renda nacional real, uma vez que todos os coeficientes relacionados a essas variáveis foram significativos, ao nível de 1%. A taxa de câmbio efetiva real parece não ser parte do vetor cointegrado, uma vez que o coeficiente de longo prazo relacionado a essa variável não foi estatisticamente diferente de zero.

O coeficiente relacionado ao preço real de exportação apresentou sinal positivo, como esperado pela teoria, sendo o valor do mesmo igual a 2,58, indicando uma relação de longo prazo elástica entre essas duas variáveis. Esse valor indica que, mantidas todas as demais variáveis constantes do modelo, um aumento de 10% no preço real de exportação de cacau deve elevar o valor exportado desse produto em cerca de 26% no longo prazo.

O coeficiente relacionado ao preço real recebido pelo produtor nacional tem sinal negativo e também é significativo ao nível de 1% de significância, tendo valor igual a 1,98. Isso indica que, mantidas todas as demais variáveis constantes do modelo, um aumento de 10% no preço nacional de cacau deve reduzir o valor exportado desse produto em cerca de 20% no longo prazo.

Por fim, o comportamento da renda real interna também se revela importante na determinação do volume das exportações brasileiras de cacau. Os resultados apontam uma elasticidade muito elevada, cerca de 8%. Nesse caso, uma elevação de 10% na renda real interna implica uma redução do valor exportado em cerca de 80% no longo prazo.

5.3 Simulações dos efeitos de médio prazo das mudanças nas variáveis do modelo

Considerando a existência de uma relação de cointegração, estimou-se um modelo VEC, na forma reduzida, com uma defasagem

e o coeficiente de correção do erro¹². Esse modelo pode ser utilizado para verificar a evolução da exportação brasileira de cacau no médio prazo. Ou seja, pode-se utilizá-lo para verificar, por exemplo, se os efeitos iniciais de choques não antecipados nas variáveis determinantes da exportação de cacau podem ser sustentados no médio prazo.

Nesse caso, torna-se necessário identificar os choques estruturais na equação de oferta de exportação de cacau brasileiro. Para isso, em vez de utilizar a habitual decomposição de Choleski, considerou-se, assim como em Alves e Bacchi (2004), que há relação contemporânea apenas do preço de exportação sobre o preço do mercado interno, e que os impactos dessas e das demais variáveis sobre a quantidade exportada ocorrem apenas em períodos posteriores.

Na TABELA 4 é apresentado o coeficiente estimado para a matriz de relações contemporâneas do modelo SVEC. O sinal do coeficiente está de acordo com o esperado e é significativo.

TABELA 4 – Coeficientes estimados da matriz de relações contemporâneas

Relações Contemporâneas		Coeficientes estimados	Desvio padrão	Estatística T
De	Sobre			
Preço de exportação	Preço interno	0,045	0,014	3,234

Fonte: Dados da pesquisa.
 Nota: Estatística t obtida com 2000 replicações bootstrap.

Na TABELA 5, por sua vez, são apresentados os coeficientes estimados para a matriz de relações de longo prazo do modelo SVEC, considerando apenas o volume exportado de cacau. Nesse caso, embora todos os sinais dos coeficientes estejam de acordo

.....

12 O QUADRO 1 do apêndice mostra que o modelo VEC (1) estimado se ajusta razoavelmente bem. De modo geral, o modelo deixa a desejar em termos de normalidade (o p-valor dos testes de normalidade permite rejeitar a hipótese nula de normalidade dos resíduos), mas é relativamente satisfatório em termos de autocorrelação (o p-valor dos testes de autocorrelação não permite rejeitar a hipótese nula de ausência de autocorrelação) e heterocedasticidade condicional (o p-valor do teste ARCH-LM multivariado não permite rejeitar a hipótese nula de ausência de heterocedasticidade autorregressiva condicional).

com o esperado, apenas os coeficientes relacionados ao preço de exportação e à renda interna são significativamente diferentes de zero.

TABELA 5 – Coeficientes estimados da matriz de impacto de longo prazo, com relação ao volume exportado de cacau

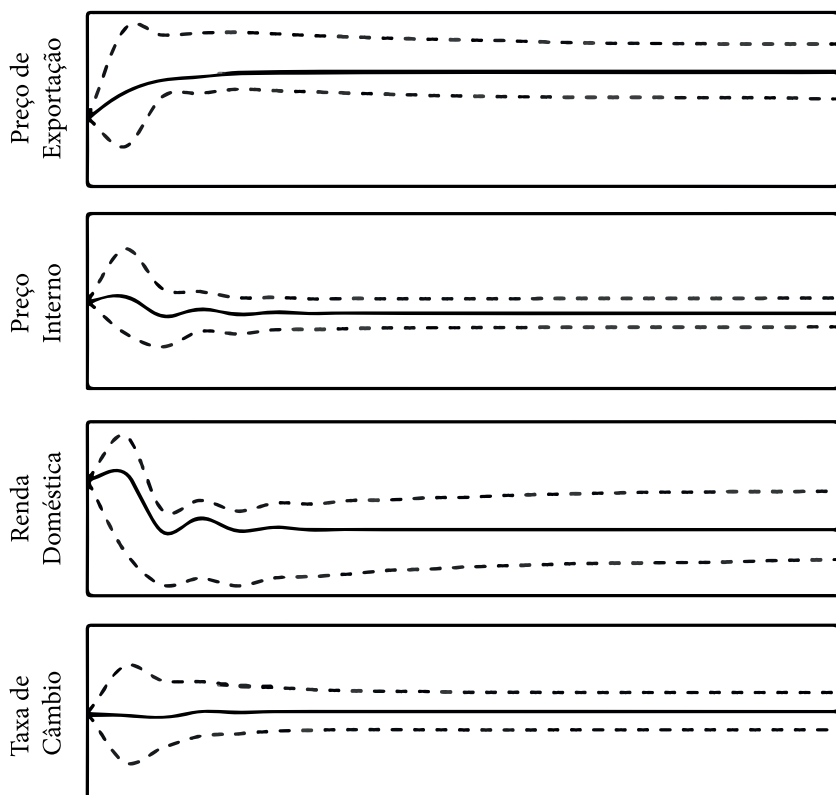
Relações de longo prazo		Coeficientes	Desvio	Estatística
De	Sobre	Estimados	Padrão	<i>t</i>
Preço de exportação	Volume exportado	0,131	0,044	2,964
Preço interno	Volume exportado	-0,053	0,038	-1,403
Taxa de câmbio	Volume exportado	0,011	0,047	0,235
Renda interna	Volume exportado	-0,170	0,070	-2,440

Fonte: Dados da pesquisa.

Nota: Elaboração própria. Estatística obtida com 2000 replicações *bootstrap*.

Tendo identificado os choques estruturais, as funções de impulso-resposta das variáveis determinantes da função oferta de exportação de cacau brasileiro podem ser calculadas. A FIGURA 1, a seguir, apresenta as respostas estimadas da taxa de crescimento da quantidade exportada de cacau a choques positivos (não antecipados) de 1% em cada uma das variáveis específicas no modelo econométrico, considerando as relações contemporâneas.

FIGURA 1 – Função de Impulso-Resposta do logaritmo do volume exportado de cacau brasileiro



Fonte: Dados da pesquisa.

No que diz respeito a um choque não antecipado no preço de exportação do cacau sobre a quantidade importada desse produto, é possível visualizar um aumento significativo até o terceiro trimestre, com posterior estabilização a um nível mais elevado que o choque inicial.

Como se pode observar, um choque positivo não antecipado na taxa de crescimento da renda interna nacional reduz a quantidade exportada desse produto, como esperado. No entanto, essa redução ocorre apenas após o primeiro trimestre, atingindo

seu pico no segundo trimestre, em cerca de 0,198%, e, a partir de então, a importação volta a se estabilizar. Por fim, vale observar que um choque não antecipado no preço interno e na taxa de câmbio real não induz efeitos significativos sobre a quantidade exportada de cacau.

As funções de resposta analisadas demonstraram que, para uma mesma variação, há maior influência da variável preço real de exportação e renda real doméstica sobre a quantidade exportada de cacau. Dessa forma, pode-se inferir que as exportações brasileiras de cacau respondem mais a fatores relacionados ao preço de exportação e à renda interna e que todos os impactos só se mantêm até, aproximadamente, o quarto período após a ocorrência da variação.

5.4 Poder explicativo das variáveis do modelo

O modelo estrutural estimado permite, ainda, avaliar o poder explanatório de cada variável do modelo sobre as demais, por meio da decomposição da variância do erro de previsão. Trata-se de uma forma de dizer que porcentagem da variância do erro de previsão decorre de cada variável endógena ao longo do horizonte de previsão.

Os resultados relativos à decomposição da variância dos erros de previsão para a taxa de crescimento da função de oferta de exportação do cacau brasileiro são apresentados na TABELA 6. A primeira coluna apresenta os períodos que, nesse caso, estão expressos em número de trimestres, enquanto as demais se relacionam ao percentual da variância dos erros de previsão da taxa de crescimento da função de oferta de exportação do cacau brasileiro, que decorre de choques não antecipados sobre essa variável, sobre a taxa de crescimento do preço real de exportação desse produto, sobre a taxa de crescimento do preço real recebido pelo produtor nacional, sobre a taxa de crescimento da taxa de câmbio real e sobre a taxa de crescimento da renda real interna.

TABELA 6 – Decomposição da variância do erro de previsão do volume exportado de cacau brasileiro

Trimestre	Decomposição da variância devido a choque				
	Volume exportado	Preço de exportação	Preço interno	Taxa de câmbio	Renda interna
1	0,90	0,01	0,01	0,00	0,08
5	0,86	0,05	0,01	0,00	0,08
10	0,72	0,10	0,02	0,00	0,16
15	0,64	0,13	0,02	0,00	0,21
20	0,59	0,15	0,02	0,00	0,24

Fonte: Autores.

No primeiro trimestre, após um choque não antecipado sobre a taxa de crescimento da quantidade exportada de cacau, a quase totalidade dos erros de previsão dessa variável é atribuída a si mesma, 90%. Decorridos 20 trimestres após o choque não antecipado, 59% da variância dos erros de previsão dessa variável são atribuídas a ela própria, enquanto 24%, 15%, e 2% dessa variância devem-se à taxa de crescimento da renda real interna, à taxa de crescimento do preço real de exportação e à taxa de crescimento do preço real recebido pelo produtor nacional, respectivamente. Isso indica que, ao longo do tempo, as variáveis preço de exportação e renda interna ganham importância para explicar as variações na quantidade exportada de cacau brasileiro.

A análise da decomposição da variância da série da taxa de crescimento da exportação de cacau brasileiro mostra que, no curto prazo, essa variável é influenciada, principalmente, pelo volume exportado. No longo prazo, embora a própria quantidade exportada seja predominante para explicar essa variância, vale destacar o ganho de importância do preço real de exportação e da renda real interna.

6 Conclusões

Este trabalho estimou uma função-oferta de exportação de cacau do Brasil, para o período de 1989 a 2012, com base nas variáveis que determinam seu fluxo de exportação e, a partir disso, foi possível extrair informações que possibilitam compreender com maior acuidade os determinantes da oferta de cacau exportado pelo país.

As análises indicaram que a quantidade exportada de cacau brasileiro é influenciada, no longo prazo, de maneira positiva, pelo preço real de exportação do cacau e, de maneira negativa, pelo preço real recebido pelo produtor nacional e pela renda real interna.

No que tange à função de impulso-resposta, observou-se que um choque no preço de exportação do cacau sobre a quantidade importada desse produto corrobora para um aumento até o terceiro semestre; um choque positivo não antecipado na taxa de crescimento da renda interna nacional reduz a quantidade exportada desse produto, como esperado, contudo esta redução ocorre apenas após o primeiro trimestre.

Em relação à decomposição da variância do erro de previsão do volume exportado de cacau brasileiro, observou-se que boa parte dos choques não antecipados são explicados pelo próprio volume da quantidade exportada, contudo, no longo prazo, se observa um ganho de importância do preço real de exportação e da renda real interna.

Enfim, com este trabalho, avançou-se no sentido de uma melhor compreensão dos fatores inerentes à oferta de exportação de cacau pelo Brasil, no entanto sugere-se, para futuras pesquisas, questões relacionadas aos custos de produção e logística, estimativas relacionadas aos determinantes das exportações dos principais estados produtores, bem como simulações através de Modelos de Equilíbrio Geral com a finalidade de verificar os ganhos que o país poderá ter com os Acordos Regionais de Comércio (ARC).

Referências

ALICE-WEB. **Dados**. Disponível em: <http://aliceweb.desenvolvimento.gov.br/>. Acesso em 20 jan, 2013.

ALVES, L. R. A.; BACCHI, M. R. P. Oferta de exportação de açúcar do Brasil. **Revista de Economia e Sociologia Rural**, Brasília, DF, v. 42, n. 1, p. 9-33, jan.-mar. 2004.

BACCHI, M. R. P.; BURNQUIST, H. L. Transmissão de preços entre os segmentos produtivos da pecuária de corte brasileira. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE ECONOMIA E SOCIOLOGIA RURAL, 1999, Foz de Iguaçu. **Anais...** Brasília, DF: SOBER, 1999.

BARROS, G. S. C.; BACCHI, M. R. P.; BURNQUIST, H. L. **Estimação de equações de oferta de exportação de produtos agropecuários para o Brasil (1992/2000)**. Brasília, DF: Ipea, 2002. (Texto para Discussão).

BARROS, G. S. C.; BITTENCOURT, M. V. L. Formação de preços sob oligopsônio: o mercado de frango em São Paulo. **Revista Brasileira de Economia**, Rio de Janeiro, v. 51, n. 2, p. 181-199, 1997.

BARROS, G. S. C. Formação de preços no setor de frango de corte no Brasil. **Relatório de Pesquisa**. Escola Superior de Agricultura Luiz de Queiroz/USP. 1994.

BURNQUIST, H. L.; BACCHI, M. R. P.; FIGUEIREDO, N. M. S. de; VIEIRA, W. da C. Liberalização comercial: um fator de desenvolvimento do setor agrícola brasileiro. **Relatório de Pesquisa**. Brasília, DF: Ipea, 1994. (Série Estudos de Política Agrícola, 14.).

COMISSÃO EXECUTIVA DO PLANO DA LAVOURA CACAUEIRA (Ceplac). **Publicações**. Ilhéus, 2013. Disponível em: <<http://www.ceplac.gov.br>>. Acesso em 30 mar. 2013

DICKEY, D. A.; FULLER, W. A Likelihood ratio statistics for autoregressive time series with a unit root. **Econometrica**, Chicago, v. 49, n. 5, p. 1057-1073, 1981. Bimestral.

ENDERS, W. **Applied econometrics time series**. 2. ed. New York: Wiley, 2004.

ENGLE, R. F.; GRANGER, C. W. Co-integration and error-correction: representation, estimation and testing. **Econometrica**, Chicago, v. 55, n. 2, p. 251-276, 1987. Bimestral.

HARRIS, R. I. D. **Using cointegration analysis in econometric modelling**. Hemel Hempstead: Prentice Hall: Havester Wheatsheaf, 1995.

INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA (IPEA). **Banco de dados IPEADATA**. Disponível em: <http://www.ipeadata.gov.br>. Acesso em: 28 abril, 2013.

JOHANSEN, S. Statistical analysis of cointegration vectors. **Journal of Economic Dynamic and Control**, [S.l.], v.12, no. 1-2, p. 231-254, June-Sept.1988.

MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO, INDÚSTRIA E COMÉRCIO EXTERIOR (MDIC). **Aliceweb**. Disponível em: <http://www.desenvolvimento.gov.br/sitio/>. Acesso em: 28 abril, 2013.

MYERS, R. J.; PIGGOTT, R. R.; TOMEK, W. G. Estimating sources of fluctuations in the australian wool market: an application of VAR methods. **Australian Journal of Agricultural Economics**, Hoboken, vol. 34, no. 3, p. 242-262, Dec.1990.

RAMALHO, H. M. B.; MOREIRA, I. T. A evolução das exportações brasileiras de cacau: uma análise do período de 1950 a 2000. In: **1 Workshop 2003. Rede Nordeste**. João Pessoa: 2003.

SIMS, C. Macroeconomics and reality. **Econometrica**, [S.l.], v.48, p. 1-48, 1980.

SOARES, N. S.; SILVA, M. L.; LIMA, J. E. Oferta de exportação da celulose brasileira. **Revista de Política Agrícola**, Brasília, DF, v. 20, n.2, p. 52-65, 2011.

SUFRAMA Superintendência da Zona Franca de Manaus. **Cacau:** potencialidades regionais e estudo de viabilidade econômica. Manaus, 2003. 28p.

WOOLDRIDGE. J. M. **Introductory Econometrics:** A modern approach. 2ª Edição. South-Western; 2002. 900 p.

ZUGAIB, A. C. C.; SANTOS, A. M.; MIDDLEJ, R. R. **Planejamento estratégico para o cacau baseado no estudo de sua cadeia produtiva.** CEPLAC/CEPEC/SESOE. 2006.

Apêndice

QUADRO 1 – Teste dos resíduos do modelo Vetor de Correção de Erros

Teste*	Defasagem	Estatística	P-valor
Autocorrelação			
Portmanteau	8	173,614	0,409
LM	4	147,318	0,052
Heterocedasticidade			
ARCH-LM multivariado	5	1152,903	0,275
Normalidade			
Doornik & Hansen (1994) - teste conjunto	-	305,618	0,000
Lütkepohl (1993) - teste conjunto	-	257,601	0,000

Fonte: Dados da pesquisa.

Nota: *O teste Portmanteau envolve uma sequência de testes onde a hipótese nula é nenhuma correlação serial nos resíduos contra a hipótese alternativa de que existe pelo menos uma autocorrelação nos resíduos. O teste LM considera a hipótese nula de inexistência de autocorrelação serial (de qualquer ordem). O teste ARCH-LM multivariado tem como hipótese nula a ausência de heterocedasticidade autorregressiva condicional. Os testes de normalidade têm como hipótese nula a normalidade dos resíduos. Regra geral de decisão: p-value > 0,05, aceita a hipótese nula.

Desempenho exportador do segmento cacau no Brasil

Wescley de Freitas Barbosa¹

Eliane Pinheiro de Sousa²

Naisy Silva Soares³

1 Introdução

O cacau é originário das regiões de floresta pluviais da América Tropical, onde é explorado até hoje o cacau silvestre, desde o Peru até o México. Para os botânicos, o cacau é procedente das cabeceiras do rio Amazonas, tendo-se expandido em duas direções principais, originando dois grupos importantes: *Criollo* e *Forastero*. O cacauzeiro *Criollo* espalhou-se em direção ao norte, para o rio Orinoco, penetrando na América Central e no sul do México; produz frutos grandes, com superfície enrugada. Esse tipo de cacau foi cultivado pelos índios astecas e maias. O cacauzeiro *Forastero* difundiu-se na bacia amazônica abaixo e em direção às Guianas, sendo considerado como o verdadeiro cacau brasileiro. Caracteriza-se por frutos ovóides, com superfície lisa, imperceptivelmente sulcada ou enrugada. Para se desenvolver melhor, o cacauzeiro necessita de solos profundos e ricos e clima quente e úmido, com temperatura média de cerca de 25°C e precipitação anual entre 1.500 e 2.000 milímetros, sem períodos secos prolongados (CEPLAC, 2013).

1 Mestrando em Economia pelo CAEN/UFC. E-mail: <barbosa.wescley@gmail.com>.

2 Doutora em Economia Aplicada pela UFV e Professora da URCA.

E-mail: <pinheiroeliane@hotmail.com>

3 Doutora em Ciência Florestal pela UFV e Professora da UESC. E-mail: <naisysilva@yahoo.com.br>.

No Brasil, o cacau adaptou-se perfeitamente ao clima e solos do sul da Bahia, trazendo muita prosperidade para a região de Ilhéus e toda a Mesorregião Sul Baiano, constituindo-se num dos pilares fundamentais para o enriquecimento de inúmeras famílias de cacauicultores, contribuindo muito para o desenvolvimento regional (CUENCA; NAZÁRIO, 2004).

A prosperidade resultante da cultura do cacau despertou o interesse da produção por outros países, gerando o aumento da produção mundial, que, por sua vez, ocasionou a instabilidade do mercado internacional e consequente redução nos preços. Essa queda nos preços inviabilizou o uso intensivo de mão de obra e de capital no Brasil, fazendo com que os produtores abandonassem as lavouras, aumentando a incidência de doenças, reduzindo mais a produtividade. Além desses fatores, a situação da cacauicultura foi agravada pela incidência da doença “*vassoura de bruxa*”, que ocasionou um forte impacto socioeconômico negativo para a região (GONZALES et al., 2013).

De acordo com Estival et al. (2010), apesar dos problemas estabelecidos no sistema produtivo, como elevado grau de endividamento dos produtores, dificuldades para o acesso às inovações tecnológicas e agregação de valor à produção e para o controle da “*vassoura de bruxa*”, o cacau ainda apresenta papel relevante na pauta das exportações do agronegócio brasileiro.

Dados do IBGE (2012) mostram que a quantidade produzida e o valor da produção de cacau (em amêndoa) no Brasil foram, respectivamente, 235.389 toneladas e R\$1.229.880 mil em 2010, sendo que 148.254 toneladas e R\$781.302 mil foram provenientes da Bahia. O estado de São Paulo não registrou produção de cacau em 2010. Entretanto, dentre os estados brasileiros, São Paulo se destaca como o segundo maior exportador do segmento cacau, que compreende o fruto, as suas partes e seus derivados, como a pasta e manteiga de cacau, o cacau em pó, o chocolate e as demais preparações alimentícias que contenham o cacau, ou seja, adquire os insumos de outros estados, transforma-os e comercializa com o mercado internacional.

A TABELA 1 apresenta a evolução dos seus valores exportados, com as respectivas taxas de crescimento e participações desses estados no valor gerado pelas exportações brasileiras entre 1997 a 2011.

Os dados indicam que embora tenham ocorrido oscilações no valor de cacau exportado e suas preparações nesses últimos dezesseis anos, percebe-se acréscimos de 98,02% e 51,13%, respectivamente, nos estados da Bahia e de São Paulo entre 1997 e 2012. Em termos comparativos com o Brasil, verifica-se que, dos US\$ 379,1 milhões referentes às exportações brasileiras de cacau e suas preparações, US\$ 242,8 milhões e US\$ 51 milhões, respectivamente, foram provenientes dos estados baiano e paulista, isto é, esses estados foram responsáveis por 77,52% do valor gerado pelas exportações brasileiras desse segmento analisado. Esses indicadores econômicos demonstram que o cacau e suas preparações exercem importante contribuição na geração de emprego, renda e divisas.

Neste contexto, dada a importância desempenhada pela atividade cacauceira no país, torna-se relevante a realização de estudos que busquem avaliar a competitividade desse segmento por meio da mensuração dos indicadores de desempenho. A elaboração desses indicadores assume papel importante na formulação de estratégias competitivas e políticas governamentais com o intuito de expandir a participação de tais produtos no cenário internacional.

TABELA 1 – Exportações brasileiras, baianas e paulistas de cacau e suas preparações no período de 1997 a 2012 (US\$)

(Continua)

Ano	BRASIL		BAHIA		SÃO PAULO		BA/ BR	SP/ BR
	Valor	(%)	Valor	(%)	Valor	(%)	(%)	(%)
1997	185.547.867		122.641.140		33.769.264		66,10	18,20
1998	206.197.588	11,13	145.398.369	18,56	25.421.705	-24,72	70,51	12,33
1999	158.058.391	-23,35	104.751.320	-27,96	21.431.212	-15,70	66,27	13,56
2000	163.211.592	3,26	99.276.104	-5,23	26.708.090	24,62	60,83	16,36
2001	174.178.966	6,72	89.763.064	-9,58	41.287.666	54,59	51,53	23,70

Ano	BRASIL		BAHIA		SÃO PAULO		(Conclusão)	
	Valor	(%)	Valor	(%)	Valor	(%)	BA/ BR (%)	SP/ BR (%)
2003	321.077.477	55,42	213.271.752	58,56	53.180.239	91,88	66,42	16,56
2004	320.043.548	-0,32	194.066.205	-9,01	59.792.943	12,43	60,64	18,68
2005	386.863.155	20,88	224.422.685	15,64	86.170.900	44,12	58,01	22,27
2006	362.396.609	-6,32	209.585.026	-6,61	71.997.166	-16,45	57,83	19,87
2008	400.525.012	9,75	262.214.836	16,72	55.936.247	-12,65	65,47	13,97
2010	418.784.675	18,86	296.244.851	26,50	47.272.767	15,36	70,74	11,29
2011	420.607.605	0,44	284.570.655	-3,94	53.966.136	14,16	67,66	12,83
2012	379.104.824	-9,87	242.850.922	-14,66	51.035.568	-5,43	64,06	13,46

Fonte: SECEX/MDIC (2013).

Nota: Elaborado pelos autores.

Essa questão tem sido largamente empregada na literatura econômica internacional e nacional para diferentes *commodities*. Os estudos realizados por Fertö e Hubbard (2002); Batra e Khan (2005); Lacayo e Morales (2007); e Serin e Civan (2008) são exemplos de aplicações na literatura internacional. No Brasil, pode-se citar, por exemplo, os estudos recentes desenvolvidos por Esperança et al. (2011); Coronel et al. (2011); Barbosa et al. (2011) e Soares et al. (2012). Entretanto, não se encontrou estudos que analisem a competitividade das exportações nacionais de cacau a partir dos indicadores de desempenho. Portanto, este estudo busca contribuir neste sentido. Assim, o objetivo deste trabalho consiste em avaliar o desempenho exportador do cacau e suas preparações nos dois maiores estados brasileiros exportadores, Bahia e São Paulo, durante o período de 1997 a 2012.

Além dessas considerações introdutórias, este artigo apresenta quatro seções, sendo que os fundamentos teóricos estão apresentados na segunda seção. A metodologia faz parte da terceira seção. Em seguida, apresentam-se e discutem-se os resultados e a última seção é destinada às principais conclusões do estudo.

2 Fundamentação teórica

O referencial teórico deste trabalho foi construído tomando como base os fundamentos teóricos do comércio internacional e da competitividade, sendo notório destacar que os pioneiros destas teorias foram os clássicos Adam Smith e David Ricardo, que enfocaram, respectivamente, as teorias das Vantagens Absolutas e das Vantagens Comparativas.

De acordo com Passos e Nogami (2005), um produto possui uma vantagem comparativa quando uma instituição precisa de uma quantidade menor de insumos para produzi-lo, enquanto a vantagem comparativa é utilizada para descrever o custo de oportunidade de duas instituições. Uma instituição que abre mão de produzir vários bens para produzir apenas um bem específico, tem menor custo de oportunidade de produção desse bem específico, logo apresenta vantagem comparativa na sua produção.

Replicando a análise para países, tem-se que um país possui vantagem comparativa na produção de um dado bem se for relativamente mais eficiente na produção desse mesmo produto. Com base nessa teoria, pode-se dizer que todos os países se beneficiam do comércio internacional mesmo que sejam absolutamente menos eficientes na produção de todos os bens. Para isso, basta que se especializem na produção dos bens em que são relativamente mais eficientes, isto é, nos produtos que apresentam vantagens comparativas, adquirindo aqueles nos quais são relativamente menos eficientes (KRUGMAN; OBSTFELD, 2005).

Para Passos e Nogami (2005), a teoria da vantagem comparativa procura mostrar que a especialização da produção incentiva o comércio internacional e favorece o consumidor. Em contrapartida, o enfoque neoclássico da teoria do comércio de Heckscher-Ohlin prioriza as diferenças internacionais nas dotações de fatores como sendo a principal causa das vantagens comparativas. Conforme essa teoria, um país exportará mercadorias que são intensivas no fator relativamente abundante nesse país, e importará bens intensivos no fator escasso.

Segundo Hidalgo (1998), as teorias mais recentes do comércio internacional enfatizam que à medida que se expandem os mercados e tornam-se mais complexos, outros fatores passam a interferir na dinâmica do comércio internacional, tais como: contratos, aumento na exigência da qualidade dos produtos, barreiras comerciais e não tarifárias, economias de escala, concorrência imperfeita, padrões de demanda e diferenciação dos produtos. Desta forma, verifica-se que a competitividade no comércio internacional possui um significado além da vantagem comparativa, ou seja, outros fatores contribuem para a ampliação de seus mercados.

A competitividade consiste na capacidade de uma empresa, estado ou nação construir dinamicamente uma posição competitiva sustentável no tempo para determinados produtos ou grupos de produtos no mercado internacional, não sendo resultante de posições herdadas, mas de condições geradas a partir de estratégias consistentes e sustentáveis no tempo frente à concorrência. Portanto, a análise de competitividade para um dado produto possibilita formular estratégias capazes de manter ou aumentar sua posição competitiva no mercado internacional (GONÇALVES et al., 1995).

3 Metodologia

Os indicadores de desempenho que farão parte deste estudo compreendem o índice de vantagem comparativa revelada de Vollrath (RCAv), contribuição ao saldo comercial (CSC), competitividade revelada (CR) e comércio intraindústria (G-L).

3.1 Índice de vantagem comparativa revelada de Vollrath

O índice de vantagem comparativa revelada tem sido frequentemente empregado nos estudos que pretendam avaliar a competitividade das exportações de um dado setor. Entretanto,

conforme Bender e Li (2002), esse indicador apresenta uma deficiência, já que incorre em uma dupla contagem do setor no total do país e do país no total do mundo. Para remover esse problema, esses autores recomendam o índice de vantagem comparativa revelada de Vollrath ($RCAV_i$), que pode ser expresso pela equação (1):

$$RCAV_i = \frac{\frac{X_{ij}}{\left(\sum_j X_{ij}\right) - X_{ij}}}{\frac{\left(\sum_j X_{ij}\right) - X_{ij}}{\left[\left(\sum_j \sum_i X_{ij}\right) - \left(\sum_j X_{ij}\right)\right] - \left[\left(\sum_i X_{ij}\right) - X_{ij}\right]}} \quad (1)$$

Em que i representa o cacau e suas preparações; j representa os estados da Bahia e de São Paulo; X_{ij} é o valor das exportações baianas e paulistas do segmento cacau; $\sum_j X_{ij}$ é o valor total das exportações baianas e paulistas; $\sum_i X_{ij}$ é o valor total das exportações brasileiras de cacau e suas preparações; e $\sum_i \sum_j X_{ij}$ é o valor total das exportações brasileiras.

Os estados analisados possuem vantagem comparativa revelada de Vollrath na exportação do segmento cacau em relação ao Brasil se o valor do indicador de $RCAV_i$ exceder a unidade e, caso contrário, possuem desvantagem comparativa revelada de Vollrath.

3.2 Índice de contribuição ao saldo comercial

Conforme Lafay (1990), o índice de contribuição ao saldo comercial (CSC) compara o saldo comercial de cada produto considerado com seu saldo comercial teórico, permitindo a identificação da especialização das exportações. Este índice pode ser determinado a partir da expressão (2):

$$ICSC_i^t = \frac{100}{\frac{(X^t + M^t)}{2}} * \left[(X_i^t - M_i^t) - (X^t - M^t) * \frac{(X_i^t + M_i^t)}{(X^t + M^t)} \right] \quad (2)$$

Em que: X_i^t corresponde às exportações de cacau e suas preparações nos estados da Bahia e de São Paulo no período t; M_i^t , importações baianas e paulistas do segmento cacau no período t; X^t , exportação total da Bahia e de São Paulo no período t; M^t , importação total da Bahia e de São Paulo no período t.

A balança comercial verificada no produto i está indicada pelo primeiro termo entre colchetes e a balança comercial teórica para o produto i corresponde ao segundo termo entre colchetes.

O segmento enfocado possui vantagem comparativa revelada quando a CSC for positiva; caso contrário, o segmento apresenta desvantagem comparativa revelada.

3.3 Índice de competitividade revelada

De acordo com Machado et al. (2007), o índice de competitividade revelada (CR) consiste em um indicador abrangente, tendo em vista que considera todo o comércio, ou seja, além dos dados de exportações, incorpora também os das importações.

O índice de CR de um dado segmento i em um estado j pode ser indicado pela expressão (3):

$$CR_{ji} = \ln \left[\frac{X_{ji} / X_{ir}}{X_{jm} / X_{mr}} \middle/ \frac{M_{ji} / M_{ir}}{M_{jm} / M_{mr}} \right] \quad (3)$$

em que i representa o cacau e suas preparações; j refere-se aos estados da Bahia e de São Paulo; X_{ji} , valor de i exportado pelo estado j; X_{ir} , valor das exportações brasileiras de i; X_{jm} , diferença entre o valor total exportado pelo estado j e o valor exportado de i pelo

estado j ; X_{mr} , diferença entre o valor total exportado pelo Brasil e o valor total exportado pelo estado j ; M_{ji} , valor de i importado pelo estado j ; M_{ir} , valor das importações brasileiras de i ; M_{jm} , diferença entre o valor total importado pelo estado j e o valor importado de i pelo estado j ; e M_{mr} , diferença entre o valor total importado pelo Brasil e o valor total importado pelo estado j .

O estado apresenta vantagem competitiva no fluxo comercial do segmento considerado se CR for positivo; caso contrário, o segmento possui desvantagem competitiva.

3.4 Comércio intraindústria

A presença de economias de escala, a diferenciação de produtos e a imperfeição de mercado são variáveis que explicam o comércio intraindústria (KRUGMAN; e OBSTFELD, 2005). Para Hidalgo e Mata (2004), o conhecimento desse tipo de comércio é importante na construção de estratégias de inserção internacional para uma economia, visto que geralmente a expansão do comércio nos processos de integração econômica ocorre através desta forma de comércio.

De posse dessas considerações, buscou-se avaliar o comércio intraindústria do segmento cacau nos estados da Bahia e em São Paulo. Para isso, utilizou-se o índice formulado por Grubel e Lloyd (G-L) (1975), que pretende mensurar o valor da sobreposição entre exportações e importações no comércio total de um segmento i , podendo ser expresso pela equação (4):

$$G - L = \frac{(X_i + M_i) - |X_i - M_i|}{(X_i + M_i)} = 1 - \frac{|X_i - M_i|}{X + M} \quad (4)$$

em que X_i e M_i correspondem ao valor das exportações e importações do segmento i , respectivamente; $(X_i + M_i)$ é o comércio total do segmento i ; $(X_i + M_i) - |X_i - M_i|$ é o comércio intraindústria; $|X_i - M_i|$ é o comércio interindústrias.

Este indicador varia entre 0 e 1, sendo que seguindo a classificação sugerida por Silva e Ilha (2004), o comércio é considerado como intraindústria quando o valor do $G - L = 0$, sendo proveniente dos efeitos das economias de escala e da diferenciação de produtos. Por outro lado, o comércio é dito interindústrias e não há efeitos das economias de escala e da diferenciação de produtos caso $G - L = 0$. Além dessas classificações, diz-se que há uma predominância do comércio intraindústria quando $G - L \leq 0,5$, indicando que os efeitos das economias de escala e da diferenciação de produtos compensam os efeitos associados às diferenças na dotação relativa dos fatores e o comércio apresenta predominância interindustrial se o $G - L > 0,5$. Neste caso, os efeitos das economias de escala e da diferenciação de produtos são compensados pelos efeitos relacionados às diferenças na dotação relativa dos fatores.

3.5 Natureza dos dados

Os dados adotados neste estudo contemplaram os valores das exportações e importações dos estados da Bahia, de São Paulo e do Brasil entre 1997 a 2012 para o cacau e suas preparações. Tais dados foram coletados junto à Secretaria de Comércio Exterior (SECEX), órgão vinculado ao Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior (MDIC), expressos em US\$ *Free on Board* (FOB) do Brasil (MDIC, 2013).

4 Resultados e discussão

Os resultados deste trabalho são apresentados e discutidos nesta seção, sendo que inicialmente aborda-se o perfil da balança comercial do cacau nos dois maiores estados brasileiros, que comercializam este produto com o mercado internacional (Bahia e São Paulo). A parte seguinte foca-se nos indicadores de desempenho exportador do cacau nestes dois estados.

4.1 Balança comercial do cacau nos estados da Bahia e de São Paulo

Com base nos dados descritos na TABELA 2, verifica-se que o cacau, apesar de ter apresentado comportamento oscilatório quanto ao valor das exportações e das importações, foi responsável pela geração de divisas para o estado da Bahia, já que registrou saldo positivo em sua balança comercial durante os últimos anos analisados.

TABELA 2 – Balança comercial baiana de cacau no período de 1997 a 2012 (US\$, FOB)

Ano	Exportação	%	Importação	%	Saldo	%
1997	122.641.140		21.592.135		101.049.005	
1998	145.398.369	18,56	20.020.047	-7,28	125.378.322	24,08
1999	104.751.320	-27,96	86.751.152	333,32	18.000.168	-85,64
2000	99.276.104	-5,23	61.040.597	-29,64	38.235.507	112,42
2001	89.763.064	-9,58	32.308.435	-47,07	57.454.629	50,27
2002	134.504.071	49,84	95.100.226	194,35	39.403.845	-31,42
2003	213.271.752	58,56	101.444.123	6,67	111.827.629	183,80
2004	194.066.205	-9,01	60.938.561	-39,93	133.127.644	19,05
2005	224.422.685	15,64	81.774.712	34,19	142.647.973	7,15
2006	209.585.026	-6,61	91.730.889	12,18	117.854.137	-17,38
2007	224.650.496	7,19	160.822.479	75,32	63.828.017	-45,84
2008	262.214.836	16,72	160.810.881	-0,01	101.403.955	58,87
2009	234.193.224	-10,69	196.449.459	22,16	37.743.765	-62,78
2010	296.244.851	26,50	173.958.663	-11,45	122.286.188	223,99
2011	284.570.655	-3,94	127.573.281	-26,66	156.997.374	28,39
2012	242.850.922	-14,66	207.124.937	62,36	35.725.985	-77,24

Fonte: SECEX/MDIC (2013).

Nota: Elaborado pelos autores.

No tocante ao estado de São Paulo, os dados da TABELA 3 mostram que embora o valor exportado de cacau tenha apresentado acréscimo (51,13%), o valor das importações registrou um

crescimento maior (91,59%), quando se compara o ano de 1997 com o de 2012, resultando em saldo negativo na balança comercial cacauceira para o estado de São Paulo nos dois primeiros anos e nos quatro últimos anos da série considerada.

Esse comportamento paulista evidenciado no início do período enfocado pode ser atribuído aos fatores de entrave verificados na competitividade do cacau brasileiro no mercado externo, como a forte apreciação da taxa real de câmbio efetiva resultante do Plano Real, assim como a intensa manipulação das companhias multinacionais na intermediação e comercialização do cacau, conforme apontado por Ramalho e Targino (2003). Em relação ao déficit da balança comercial deste segmento, observado a partir de 2009, pode ser reflexo da crise financeira internacional ocorrida nesse ano supracitado, visto que essa crise ocasionou redução da renda externa, o que, por sua vez, desestimulou a demanda pelas exportações brasileiras, inclusive as paulistas, de cacau, sobretudo por parte dos Estados Unidos.

TABELA 3 – Balança comercial paulista de cacau no período de 1997 a 2012 (US\$, FOB)

Ano	Exportação	%	Importação	%	Saldo	%
1997	33.769.264		63.036.438		-29.267.174	
1998	25.421.705	-24,72	47.208.264	-25,11	-21.786.559	-25,56
1999	21.431.212	-15,70	17.328.900	-63,29	4.102.312	-118,83
2000	26.708.090	24,62	12.757.344	-26,38	13.950.746	240,07
2001	41.287.666	54,59	14.376.842	12,69	26.910.824	92,90
2002	27.715.902	-32,87	20.243.672	40,81	7.472.230	-72,23
2003	53.180.239	91,88	30.748.127	51,89	22.432.112	200,21
2004	59.792.943	12,43	15.718.165	-48,88	44.074.778	96,48
2005	86.170.900	44,12	21.350.050	35,83	64.820.850	47,07
2006	71.997.166	-16,45	28.619.650	34,05	43.377.516	-33,08
2007	64.038.059	-11,05	36.903.315	28,94	27.134.744	-37,45
2008	55.936.247	-12,65	36.245.828	-1,78	19.690.419	-27,43

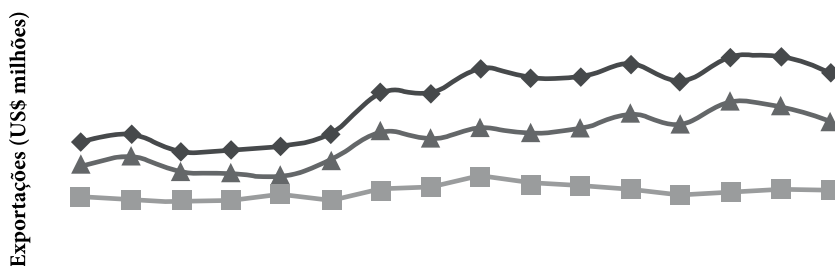
Ano	Exportação	%	Importação	%	Saldo	%
2009	40.976.739	-26,74	54.620.291	50,69	-13.643.552	-169,29
2010	47.272.767	15,36	59.467.205	8,87	-12.194.438	-10,62
2011	53.966.136	14,16	87.943.675	47,89	-33.977.539	178,63
2012	51.035.568	-5,43	120.769.014	37,33	-69.733.446	105,23

Fonte: SECEX/MDIC (2013).

Nota: Elaborado pelos autores.

Conforme descrito, apesar das exportações cacaueiras nos dois maiores estados exportadores terem oscilado durante o período analisado, é perceptível, pela FIGURA 1, que há uma tendência de crescimento ao longo dessa série, sendo que o estado da Bahia absorveu os maiores ganhos de exportação desse segmento.

FIGURA 1 – Evolução das exportações baianas, paulistas e brasileiras de cacau, 1997 a 2012 (em US\$ FOB)



Fonte: SECEX/MDIC (2013).

Legenda: ■ Exportações de CACAU - São Paulo ◆ Exportações de CACAU - Brasil
▲ Exportações de CACAU - Bahia

Nota: Elaborado pelos autores.

4.2 Análise dos indicadores de desempenho exportador do cacau nos estados da Bahia e de São Paulo

Para avaliar o desempenho exportador do cacau e suas preparações nos dois estados (Bahia e São Paulo) que tiveram maior destaque brasileiro em termos de valor exportado, levaram-se em

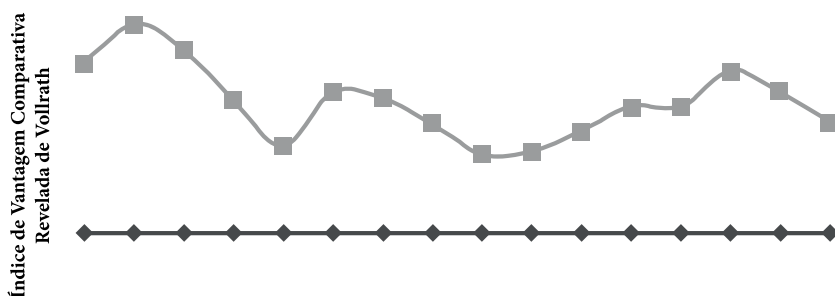
consideração os índices de vantagem comparativa revelada de Vollrath, de contribuição ao saldo comercial, de competitividade revelada e comércio intraindústria.

4.2.1 Índice de vantagem comparativa revelada de Vollrath

A evolução do índice de vantagem comparativa revelada de Vollrath encontra-se ilustrada na FIGURA 2. Conforme se verifica, o estado de São Paulo apresenta desvantagem comparativa revelada de Vollrath para o segmento de cacau durante todo o período analisado, já que obteve valores menores que a unidade, estando próximos a zero.

Em contrapartida, o estado da Bahia possui grande vantagem comparativa revelada de Vollrath, uma vez que os valores desse índice foram muito superiores à unidade em toda a série analisada, sendo que o menor valor registrado foi 26,93 em 2005, enquanto seus valores excederam os 60,00 nos anos de 1998 e 1999. Esses dados indicam que mesmo com o declínio ocorrido no segmento cacau, nota-se que o cacau e suas preparações ainda se configuram como relevantes na pauta das exportações baianas.

FIGURA 2 – Índice de vantagem comparativa revelada de Vollrath, 1997 a 2012



Fonte: MDIC (2013).

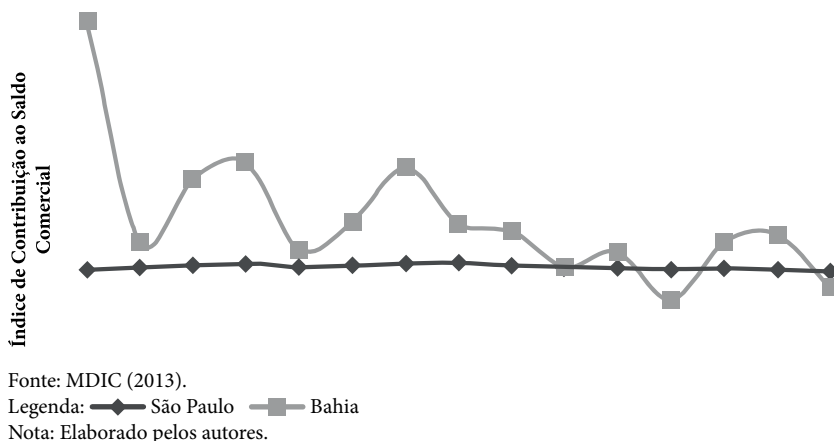
Legenda: —◆— São Paulo —■— Bahia

Nota: Elaborado pelos autores.

4.2.2 Índice de contribuição ao saldo comercial

Apesar do índice de contribuição ao saldo comercial ter registrado valores muito baixos, bem próximos de zero, como se observa pela FIGURA 3, o segmento do cacau tem gerado saldo comercial positivo no estado paulista no período analisado, com exceção dos dois primeiros anos e dos quatro últimos anos da série, conforme mostrado na TABELA 2, em que os valores do índice de CSC foram negativos.

FIGURA 3 – Índice de contribuição ao saldo comercial, 1997 a 2012



Os resultados deste índice para o estado da Bahia confirmam os dados verificados no índice de vantagem comparativa revelada de Vollrath, em que o segmento cacau apresenta vantagem comparativa, contribuindo para seu saldo comercial positivo durante todo o período avaliado, com exceção nos anos de 2009 e 2012, quando registrou valor negativo. Isso pode ser atribuída à crise financeira internacional, como justificado anteriormente. Outro dado que também chama atenção nesta figura é o forte declínio do índice de CSC deste segmento entre 1998 e 1999. Conforme Ramalho e Targino (2003), essa redução das exportações no final do segundo milênio pode ser reflexo de um conjunto de fatores, entre os quais pode-se citar uma doença conhecida como

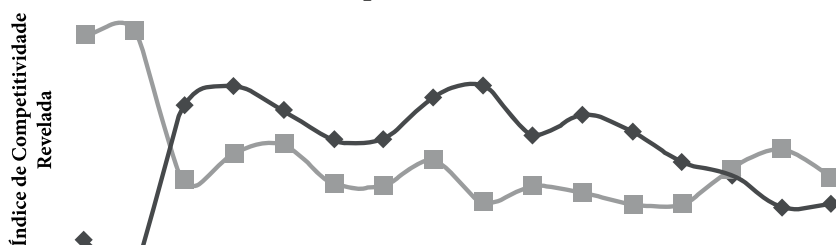
“vassoura-de-bruxa”, que se alastrou sobre as lavouras cacauceiras baianas, a partir de 1995, acarretando uma forte redução da produção. Conforme esses autores, a falta de políticas em favor das exportações em conjunto e a apreciação real da taxa de câmbio efetiva, que reduziu a competitividade desse segmento e a redução da renda externa resultante da crise financeira internacional ocorrida em 1999 também repercutiram nesse comportamento.

4.2.3 Índice de competitividade revelada

Ao se avaliar o desempenho exportador do cacau no estado da Bahia pelo índice de competitividade revelada, percebe-se, por meio da FIGURA 4, que esse segmento apresenta vantagem competitiva para o período antes de 1999. A partir de então, nota-se que o comportamento oscila, com predominância para valores menores que a unidade, o que indica a presença de desvantagem competitiva.

No tocante ao estado de São Paulo, verifica-se que o cacau não apresentou vantagem competitiva nos dois primeiros anos da série e nos quatro últimos anos analisados, corroborando os resultados encontrados neste período para o índice de vantagem comparativa revelada de Vollrath e de contribuição ao saldo comercial, sendo justificado pelas razões já apresentadas.

FIGURA 4 – Índice de competitividade revelada, 1997 a 2012



Fonte: MDIC (2013).

Legenda: —◆— São Paulo —■— Bahia

Nota: Elaborado pelos autores.

4.2.4 Comércio intraindústria

Conforme se verifica pela TABELA 4, a maioria dos valores do índice de comércio intraindústria está acima de 0,50 em ambos os estados brasileiros analisados, sinalizando que há uma predominância do comércio intraindústria em grande parte dos anos considerados.

TABELA 4 – Índice de comércio intraindústria do segmento cacau nos estados analisados, 1997 – 2012

Ano	Bahia	São Paulo
1997	0,30	0,70
1998	0,24	0,70
1999	0,91	0,89
2000	0,76	0,65
2001	0,53	0,52
2002	0,83	0,84
2003	0,64	0,73
2004	0,48	0,42
2005	0,53	0,40
2006	0,61	0,57
2007	0,83	0,73
2008	0,76	0,79
2009	0,91	0,86
2010	0,74	0,89
2011	0,62	0,76
2012	0,92	0,59

Fonte: SECEX/MDIC (2013).

Nota: Elaborado pelos autores.

Tais resultados indicam que os estados da Bahia e de São Paulo, em parcela majoritária do período em análise, produziram bens com características diferenciadas dos seus concorrentes, com ganhos provenientes de economias de escala e da demanda de seus parceiros comerciais. Isso significa dizer que

nesses estados os efeitos das economias de escala e da diferenciação de produtos compensam os efeitos associados às diferenças na dotação relativa dos fatores.

5 Conclusões e sugestões

As exportações do segmento cacauero e suas preparações apresentaram tendência perceptível de crescimento nos últimos anos com elevada oscilação na balança comercial em ambos os estados estudados, sendo que esta se apresentou superavitária para o estado baiano, em todos os anos analisados, enquanto que para o estado de São Paulo demonstrou déficits comerciais tanto no início quanto no término da série temporal estudada, especificamente, nos anos de 1997, 1998, 2009, 2010, 2011 e 2012.

Ao se avaliar a competitividade das exportações do segmento cacau desses estados pela ótica do índice de vantagem comparativa revelada de Vollrath, observou-se que o estado da Bahia apresenta valores elevados para esse índice, indicando que este segmento exerce grande relevância na sua pauta exportadora. Entretanto, esse resultado não se aplicou no estado de São Paulo, demonstrando que o mesmo não possui vantagens comparativas nesse segmento em relação aos seus concorrentes nacionais. Além disso, verifica-se que, conforme o índice de comércio intraindústria, tanto no estado baiano quanto no estado paulista, no período em análise, há predominância dos efeitos das economias de escala e da diferenciação de produtos, o que compensa os efeitos associados às diferenças na dotação relativa dos fatores nestes estados.

No tocante à contribuição deste segmento ao saldo comercial, observa-se a sua importância para o superávit, através do índice de contribuição ao saldo comercial em ambos os estados, com exceção dos anos em que o estado de São Paulo obteve déficits em sua balança comercial, como citado anteriormente, e em 2009 e 2012 para o estado da Bahia. Ademais, percebe-se que há

uma distinção na magnitude deste índice para ambos os estados, com destaque para a Bahia que mesmo apresentando os melhores resultados, em média, obteve uma forte redução neste indicador.

Sem dúvida a perda de competitividade do cacau na Bahia foi influenciada pela incidência da doença “*vassoura de bruxa*”, que atacou as lavouras de cacau, ocasionando um forte impacto socioeconômico negativo para a região. Entretanto, não se pode atribuir a decadência da cacauicultura exclusivamente aos efeitos danosos provenientes dessa doença. Esse declínio foi ocasionado por um conjunto de fatores, como a instabilidade do mercado internacional e a redução nos preços, que desmotivou os produtores a continuarem explorando essa cultura, fazendo com que eles se descuidassem da adoção dos tratos culturais e das práticas de manejo.

Portanto, para se obter maior competitividade na cacauicultura, constata-se a necessidade de medidas estratégicas, como a substituição de árvores por variedades mais produtivas e resistentes à doença e a adoção de novas tecnologias agrícolas eficientes, destinadas ao desenvolvimento sustentável da produção, promovendo a diversificação da produção e a agregação de valor. Essas medidas podem tornar o segmento mais competitivo, garantindo maior inserção da sua produção no mercado externo e melhores saldos comerciais, haja vista que ambos os estados têm apresentado, nos últimos anos, baixo grau de competitividade revelada, com leve recuperação no ano de 2011 para o estado da Bahia, e queda na sua contribuição para o superávit da balança comercial.

Referências

- BARBOSA, W. F.; SOUSA, E. P.; CORONEL, D. A.; AMORIM, A. L. Desempenho exportador do setor de carnes em Santa Catarina. In: ENCONTRO DE ECONOMIA CATARINENSE, 4., 2012, Joinville. **Anais...** Joinville: Apec, 2012. p. 21-37.
- BASTOS, E. **Cacau** – a riqueza agrícola da América. São Paulo: Ed. Ícone, 1987.
- BATRA, A.; KHAN, Z. Revealed comparative advantage: an analysis for India and China. **Working Paper**, New Delhi, no. 168, p. 1-85, Aug. 2005.
- BENDER, S.; LI, K-H. **The changing trade and revealed comparative advantages of Asian and Latin American manufacture exports**. New Haven: Yale University, 2002. Disponível em: <www.econ.yale.edu/growth_pdf/cdp843.pdf>. Acesso em: 19 jan. 2012.
- CORONEL, D. A.; SOUSA, E. P.; AMORIM, A. L. Desempenho exportador do mel natural nos estados brasileiros. **Pesquisa & Debate**, São Paulo, v. 22, n. 2(40), p. 343-360, 2011. Semestral.
- CUENCA, M. A. G.; NAZÁRIO, C. C. **Importância econômica e evolução da cultura do cacau no Brasil e na região dos Tabuleiros Costeiros da Bahia entre 1990 e 2002**. EMBRAPA, Documentos n° 72, 2004.
- ESPERANÇA, A. A.; LÍRIO, V. S.; MENDONÇA, T. G. Análise comparativa do desempenho exportador de flores e plantas ornamentais nos estados de São Paulo e Ceará. **Revista Econômica do Nordeste**, Fortaleza, v. 42, n. 2, p. 259-285, 2011.
- FERTŐ, I.; HUBBARD, L. J. Revealed comparative advantage and competitiveness in Hungarian agri-food sectors. **Discussion Papers**, 2002, 17 p.

GONÇALVES, J. S.; AMARO, A. A.; MAIA, M. L.; SOUZA, S. A. M. Competitividade e complementaridade dos complexos de frutas e hortaliças dos países do Cone Sul: discussão sob a ótica da inserção brasileira. **Agricultura em São Paulo**, São Paulo, v. 42, n. 3, p. 1-52, 1995.

GRUBEL, H.; LLOYD, P. **Intra-Industry trade**: the theory and the measurement of international trade in differentiated products. London: Macmillan, 1975.

HIDALGO, A. B. Especialização e competitividade do Nordeste no mercado internacional. **Revista Econômica do Nordeste**, Fortaleza, v. 29, n. especial, p. 491-515, jul. 1998.

HIDALGO, A. B.; MATA, D. F. P. G. Exportações do Estado de Pernambuco: concentração, mudança na estrutura e perspectivas. **Revista Econômica do Nordeste**, Fortaleza, v. 35, n. 2, p. 264-283, 2004.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Produção agrícola municipal**. Brasília, DF, 2012. Disponível em: <<http://www.sidra.ibge.gov.br>>. Acesso em: 22 maio 2012.

KRUGMAN, P. R.; OBSTFELD, M. **Economia Internacional**. Teoria e Política. São Paulo: MAKRON Books, 2005.

LACAYO, R.; MORALES, C. An analysis of the performance of Chilean agricultural exports (1994-2004). **Interciencia**, Caracas, v. 32, no. 5, p.296-302, mayo 2007.

LAFAY, G. Mesure des avantages comparatifs reveles. **Économie Perspective Intenationale**, [S.l.], v. 41, n.1, p. 12-15, 1990.

MACHADO, T. A.; ILHA, A. S.; RUBIN, L. S. Competitividade da carne bovina brasileira no comércio internacional (1994-2002). **Cadernos PROLAM/USP**, São Paulo, ano 6, v. 1, p. 87-101, 2007.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior (MDIC). **Sistema Aliceweb**. Brasília, DF, 2012. Disponível em: <<http://www.desenvolvimento.gov.br>>. Acesso em: 19 ago. 2012.

PASSOS, C. R. M.; NOGAMI, O. **Princípios de Economia**. 5. ed. rev. São Paulo: Pioneira Thomson Learning, 2005.

RAMALHO, H. M. B.; TARGINO, I. **A evolução das exportações brasileiras de cacau: uma análise do período de 1950 a 2000**. In: WORKSHOP REDENORDESTE, 1., 2003, João Pessoa.

SERIN, V.; CIVAN, A. Revealed comparative advantage and competitiveness: A case study for Turkey towards the EUA. **Journal of Economic and Social Research**, Istanbul, v. 10, no. 2, p. 25-41, 2008. Semestral.

SILVA, M.; ILHA, A. S. Avaliação do padrão de comércio Brasil-Argentina no período 1989-2001: uma ênfase no comércio intra-indústria. **Revista de Integração Latino-Americana**, Santa Maria, v. 1, n. 1, p. 99-122, jan.-jun. 2004.

SOARES, N. S.; SOUSA, E. P.; BARBOSA, W. F. Competitividade do agronegócio cearense no comércio internacional, 2001 a 2010. In: SOUSA, E. P.; SOUZA, F. L. M.; JUSTO, W. R. (org.). **Economia regional**. Fortaleza: Premius, 2012.

A estratégia de diferenciação como perspectiva de mercado para o cacau fino

Almir Martins dos Santos¹
Givago B. Martins dos Santos²
Pricilla B. M. dos Santos³

1 Introdução

O cacau, durante muitos anos, foi a principal fonte de renda da Bahia, Brasil, chegando a ser responsável, na década de 1970, por 86% do que o Estado arrecadava em formas de tributos. Nesse período, os preços altos do cacau coincidiram com safras recordes, o que trouxe lucros elevados ao produtor, promovendo um “boom” de prosperidade em toda a Região produtora (SANTOS, 2009). Este cenário, no entanto, começou a mudar a partir da década de 1990 em consequência de uma crise iniciada com a redução dos preços internacionais do cacau e agravada pelo surgimento da doença conhecida como “vassoura-de-bruxa” (ARAÚJO, 1997) que praticamente inviabilizou a lavoura economicamente.

Para enfrentar esta crise, foi estabelecido um programa de recuperação de produção, bem estruturado tecnologicamente, mas sem proposições com relação às demandas do mercado. É

-
- 1 Engenheiro agrônomo, doutor e pós-doutorado em Ciências da Administração pela Universidade de Montpellier I, França. *E-mail*: <almirmartins2009@gmail.com>.
 - 2 Administrador de empresas, mestre, professor da Faculdade Madre Thaís, em Ilhéus, Bahia. *E-mail*: <givagomartins@hotmail.com>.
 - 3 Psicóloga, doutora, professora da Faculdade Madre Thaís, em Ilhéus, Bahia. *E-mail*: <prifr@hotmail.com>.

justamente neste ponto mercadológico que este trabalho se propõe a oferecer contribuições.

Na busca por estas contribuições, constatou-se que o cacau de qualidade, identificado como tipo fino ou “flavor”, passou a ser importante alternativa de uma maior renda para os produtores (SANTOS, 2009).

Segundo Barel (2009), o valor do prêmio sobre o preço de mercado internacional de cacau fino, atualmente, é determinado pelos próprios fabricantes de chocolates, fundamentado em sua avaliação pessoal e interesse particular por algumas características de um ou outro tipo de cacau fino. Isto significa que não existe um critério internacionalmente reconhecido para se avaliar a qualidade *versus* preço deste tipo de cacau.

Confrontando-se o interesse das indústrias de chocolates por cacau fino, com a informação de que a classificação desse tipo de cacau é definida por elas em função de suas preferências e necessidades, ficou evidente a necessidade de entrevistá-las e nesta direção se coloca como problema de pesquisa as questões relacionadas às características do cacau fino requeridas pelas indústrias de chocolate *gourmet* europeias e os preços que elas pagariam para ter um cacau produzido conforme suas especificações de qualidade. A partir destas características e preço, busca-se identificar parâmetros para se estabelecer uma estratégia de mercado para o cacau fino brasileiro.

Assim, o trabalho estabeleceu como objetivo identificar as potencialidades de mercado e as características qualitativas do cacau fino pelas indústrias de chocolates *gourmet* europeias, bem como identificar parâmetros para estabelecer uma estratégia.

2 Metodologia

2.1 Fundamentação teórica *ressouce based view* (RBV) – Recursos e competência

Como fundamento de análise, este trabalho utilizou a teoria conhecida na literatura especializada como RBV (*Ressouce based view*) – que no Brasil recebeu o nome de Recursos e competências. Sua proposta central preconiza que para uma empresa atingir vantagem competitiva sustentada (SCA – *Sustained competitive advantage*), deve adquirir *e controlar recursos que sejam valiosos, raros, inimitáveis e não substituíveis* (BARNEY, 1991, 2001, 2002).

Recursos de valor: são considerados quando possibilitam que uma empresa conceba ou adote estratégias que melhorem a sua eficiência e efetividade.

Recursos raros: o recurso de valor de uma empresa não poderá ser uma fonte de vantagem competitiva se for possuído por um grande número de competidores, ou potenciais competidores, assim sendo, se o recurso não for raro, não será capaz de gerar uma vantagem competitiva.

A raridade desses recursos provém de razões estruturais (limites físicos, naturais, legais ou temporais), de razões ligadas ao comportamento das firmas (a sua capacidade de desenvolver recursos únicos, de difícil imitação, a partir de insumos diferenciados disponíveis no mercado).

Recursos inimitáveis: um recurso de valor raro somente poderá ser gerador de vantagem competitiva sustentável se as empresas que não o possuem não puderem consegui-lo ou enfrentem uma desvantagem de custo para obtê-lo ou desenvolvê-lo.

Entre os fatores que tornam difícil a imitação dos concorrentes, encontram-se os naturais (geografia, raridade de materiais), os mecanismos legais e institucionais (marcas, patentes,

reservas de mercado, direitos de propriedade), além de fatores econômicos e organizacionais.

Recursos não substituíveis: dizem respeito à dificuldade de substituir os recursos utilizados pelos concorrentes por outros que poderiam ter os mesmos resultados com um rendimento econômico igual ou superior.

2.2 Área de estudo e fonte dos dados

Parte deste estudo foi realizado na França, Bélgica, Suíça e Alemanha, considerados importantes produtores de chocolate e que possuem um número importante de pequenas agroindústrias que utilizam o cacau fino na composição de seus chocolates. Além desses países, também foram realizadas visitas às áreas produtoras de cacau nos estados da Bahia, do Espírito Santo, e na Amazônia Brasileira (Pará, Amazonas e Rondônia).

Os dados utilizados na pesquisa são de origem primária, obtidos através de entrevistas e observação sistemática.

Foram realizadas 75 entrevistas nas pequenas agroindústrias de chocolate fino e seis junto às associações destas indústrias. Na seleção das agroindústrias, considerou-se o tamanho, a qualidade do chocolate produzido e a reputação da empresa no mercado. No Brasil, foram realizadas entrevistas com produtores rurais e pesquisadores de instituições ligadas à cacauicultura.

Para coleta de informações através da técnica de observação sistemática, elaborou-se um roteiro de pontos a serem observados que contemplava aspectos ligados ao produtor e à mão de obra; às plantações e instalações de beneficiamento do cacau; ao meio ambiente (água, solo, topografia, vegetação e clima) que foi obrigatoriamente observado e registrado, além de fotografado e filmado. Sintetizando, através desta técnica de pesquisa, foram coletadas informações sobre o tripé: *o homem, a planta e o meio ambiente*.

2.3 Métodos de análise

Foram analisados neste trabalho: o preço do cacau fino, as características qualitativas do cacau fino demandadas pelas agroindústrias de chocolate, a relação desses atributos de qualidades *versus* preços, a comparação entre preços de cacau comum/cacau fino e potencial de algumas regiões produtoras para o estabelecimento de uma estratégia para a produção do cacau fino com base na teoria RBV, conforme citado na fundamentação teórica, utilizando-se os métodos de análise qualitativa e descritiva.

A escolha de um método de análise de dados conduz sempre o pesquisador a uma reflexão entre os métodos quantitativos e qualitativos. Visando facilitar a decisão do pesquisador, Constandriopoulos (1990) afirma que as pesquisas pressupõem sempre, implícita ou explicitamente, a existência de um modelo teórico que serve para elaborar as questões ou as hipóteses de pesquisa e guia o pesquisador na escolha dos métodos.

O modelo teórico que fundamenta esta pesquisa utiliza quatro parâmetros de difícil quantificação, daí a escolha pelo método qualitativo. Além disso, o pequeno número de variáveis analisadas justifica esta opção.

3 Resultados e discussão

3.1 Preço e mercado

Existem vários mercados para o cacau, todos com preços diferentes, entretanto, as análises de mercado, normalmente, excluem o cacau fino, embora este seja uma realidade praticada pelo mercado mundial de chocolate há muitos anos, que utiliza cacau de uma única origem, normalmente contendo cerca de 70% de massa de cacau em sua composição, caracterizando estes chocolates pelas suas características específicas de aroma e sabor, as

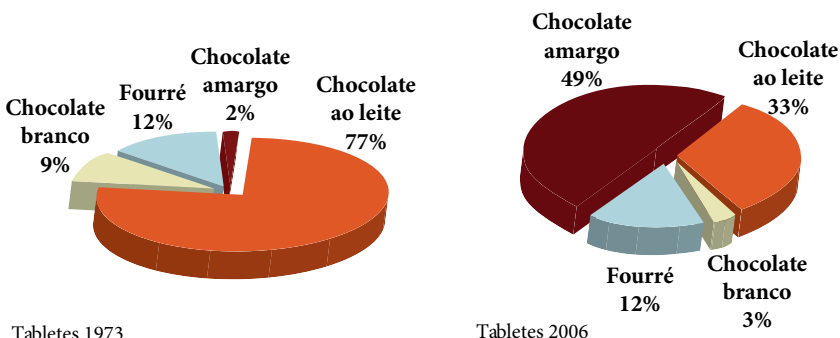
quais são consideradas como qualidades primordiais na decisão da compra da amêndoa e/ou massa de cacau do tipo fino.

A diferença da forma de comercialização do cacau básico (*bulk*) para o cacau fino está no fato de o básico ser cotado em bolsas, enquanto para o fino a transação é realizada com base no exame de uma amostra do lote feito pelo comprador antes da entrega. O fabricante avalia o aroma para determinar se o cacau satisfaz suas necessidades específicas; do contrário, são frequentes as recusas. Esta avaliação determina o preço do cacau fino. Para isso, o cacau fino ou aromático é comercializado com um prêmio sobre o preço corrente, que oscila entre duas a três vezes o valor do cacau básico.

3.2 Tendências de mercado

A análise do mercado europeu de chocolate aponta para uma tendência de crescimento dos chocolates amargos. Para os chocolates amargos com alto teor de cacau, há necessidade de cacau fino ou especial. Observa-se que, em 1973, na França, o chocolate amargo representava apenas 2% do mercado e em 2006 já representava 49% (FIGURA 1).

FIGURA 1 – Tendências do mercado de chocolate



Fonte: Dados de pesquisa.

3.3 A consolidação do mercado de cacau fino

Duas constatações desta pesquisa constituem uma demonstração da consolidação do mercado de cacau fino: a primeira é a presença das maiores indústrias mundiais neste segmento, lançando diretamente seus produtos a base de cacau fino e comprando pequenas indústrias renomadas que utilizam exclusivamente esse tipo de cacau nas suas formulações. A segunda é exemplificada pela ação de pequenas empresas pioneiras e renomadas neste mercado que estão inovando para melhorar sua participação.

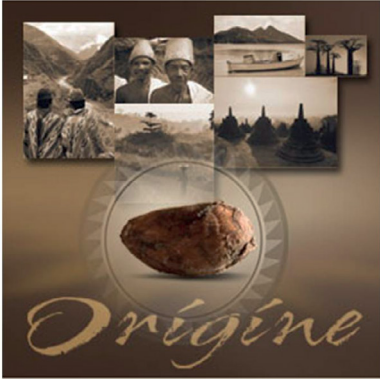
Como exemplo da participação dos líderes mundiais do setor de chocolate, atuando no mercado de cacau fino, cita-se a Barry Callebaut, líder mundial na produção de chocolate industrial (cobertura), que utiliza treze origens de cacau fino diferentes (FIGURA 2).

FIGURA 2 – Origens de cacau fino utilizado pela empresa Barry Callebaut

Descrição	Origem
Sabor suave, com um toque de frutas vermelhas	Ecuador – Amargo
Uma mistura de aromas florais e ervas sutis	São Tomé – Amargo
Frutado com notas sutis de madeira exótica	Madagascar – Amargo
Notas de frutas vermelhas, castanha e especiarias	Gana – Amargo
Notas sutis de ervas e flores	Granada – Amargo
Gosto bem arredondado com muita cremosidade e leite	Arriba – Leite
Sabor de caramelo com um leve toque ácido	Java – Leite
Gosto um pouco amargo com abundância de aromas e sabores frescos e frutados	México – Amargo
Amargo com notas aromáticas de tabaco	Papua – Amargo
Sabor é amargo e frutado ao mesmo tempo	Java – Amargo
Amargor muito suave e agradável, aroma forte, especialmente a avelã e pêra	Peru – Amargo
A doçura, a acidez e o amargor estão em perfeita harmonia	Togo – Amargo
Caráter muito leve, notas de mel e caramelo	Venezuela – Amargo

BARRY CALLEBAUT

Origine chocolate



MADE WITH

THE FINEST COCOA BEANS

NATURAL BOURBON VANILLA

100% PURE COCOA BUTTER

Fonte: Barry Callebaut.

Nota: Modificada pelos autores.

Outro exemplo da presença de grandes grupos econômicos no mercado de cacau fino é o caso da Lindt. Fundada em 1845, lançou, em 2006, os primeiros chocolates “Grand Cru”, utilizando nas suas formulações o percentual de 70% a 99% de cacau de origem, chamado “EXCELLENCE”. Simultaneamente, lançou, nos EUA, com a marca Ghirardelli, produtos com 60% a 72% de cacau fino.

O caso de compra da pequena indústria pelos gigantes do setor pode ser ilustrado através da FIGURA 3, que resume exemplos da consolidação do mercado de cacau fino através da ação de grandes indústrias comprando pequenas indústrias de chocolate fino que já tinham participação consolidada neste mercado. Assim, verifica-se a compra da Ghirardelli pela Lindt; da Joseph Schmidt, da Schaffen Berger e da Dagoba pela Hershey’s; da Suchard e Côte d’Or pela Kraft e a da Caillers, Perugina, pela Nestlé.

FIGURA 3 – Concentração de empresas no mercado Gourmet
COMPRA DE EMPRESAS COM RECONHECIMENTO NO MERCADO GOURMET



Fonte: Dados da pesquisa.

Para exemplificar a consolidação do mercado de cacau fino através de pequenas empresas pioneiras e renomadas, selecionaram-se dois casos, que atuam neste mercado há mais de cem anos e que continuam inovando para melhorar sua participação no mercado.

- BONNAT: Empresa fundada em 1884 lançou os primeiros chocolates “Grand Cru” em 1902, utilizando nas suas formulações o percentual de 75% de cacau de origem da Venezuela e de Madagascar. Em 2004, lançou o conceito de chocolate “vintage” (rastreado), utilizando cacau fino da fazenda “El Rosário”, da Venezuela.
- VALRHONA: Fundada em 1924, em 1985 retornou ao conceito do chocolate “Grand Cru” introduzindo-o no mercado de chocolateiro profissional; em 2000, lançou o produto no mercado de varejo, utilizando amêndoas de cacau fino de regiões geograficamente selecionadas, expandindo este conceito para o mercado consumidor.

3.4 Características do cacau fino requeridas pela Indústria de chocolate

3.4.1 Tipo de Cacau e conceito de cacau fino

Segundo Barel (2009), em função das características físicas, organolépticas (aroma e sabor), o comércio internacional classifica, de uma forma geral, todo o cacau produzido no mundo em três grandes categorias: o cacau “*bulk*”, o cacau fino e os cacaos especiais (orgânico, “fair trade” ou comércio justo “rain forest”, Sanchez).

O “*bulk*”, ou “cacau não aromático”, corresponde ao cacau padrão ou básico, comercializado normalmente, cuja cotação é definida pela Bolsa de Nova Iorque ou de Londres, representando 95% do mercado.

O cacau fino é conhecido também como cacau “flavor”. Distingue-se por apresentar aromas e sabores especiais e nos testes de qualidade levam-se em consideração todos os critérios utilizados

na análise do cacau “bulk”, contudo é dada uma ênfase especial aos parâmetros organolépticos.

Com o objetivo de esclarecer a questão referente às características de cacau fino requeridas pela indústria, foram entrevistadas três instituições representativas da cadeia produtiva do cacau fino e interessadas na sua definição, chegando-se aos seguintes resultados:

- Organização Internacional do Cacau (ICCO): Cacau fino é um cacau proveniente da variedade “Criolo”, Trinitário ou “Nacional do Equador” e produzido em países que cultivam essas variedades.
- Indústrias de chocolate: Cacau fino é o cacau que apresenta aromas originais: sejam notas (aromas) frutais, florais, de madeira, de caramelo, etc., seja por um aroma de cacau pronunciado e delicado.
- Pesquisadores: É um cacau que apresenta um aroma de constituição (presente nas amêndoas frescas) e/ou aroma de fermentação que aparece após a fermentação.

Analisando-se atentamente as três definições, constata-se que são idênticas, pois usam a palavra “aroma” como a palavra chave. Sintetizando-se, *cacau fino pode ser definido como um cacau que possui aromas e sabores especiais.*

3.4.2 Características do cacau fino requeridas pela indústria

As entrevistas com as indústrias revelaram que uma das grandes tendências do mercado internacional de cacau é a produção de “cacau de origem” para a fabricação de chocolate gourmet com alto teor de cacau. Essas indústrias estão também predispostas a pagar um preço mais elevado por este tipo de cacau; entretanto, exigem características próprias, que requerem um

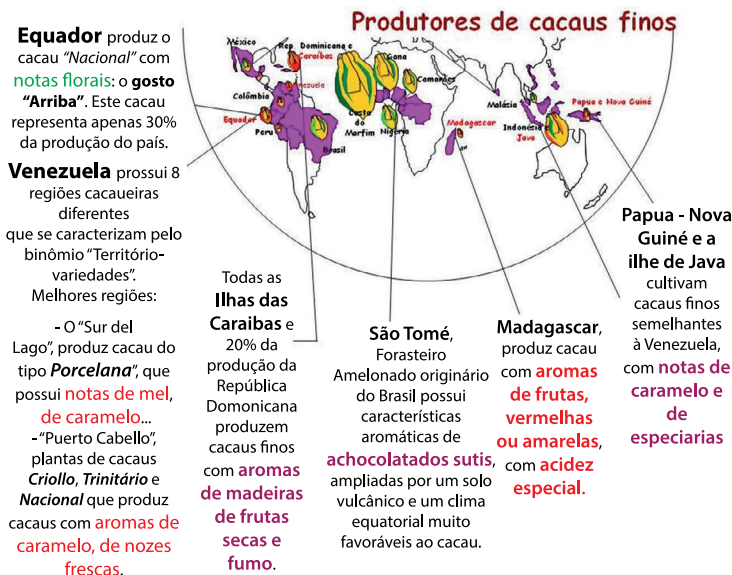
cuidado peculiar em relação à produção, desde o controle rigoroso da seleção de variedades que possuam “aromas de constituição”, obtidos a partir do patrimônio genético da planta que, associados, influenciam decisivamente nas condições de clima e solo, bem como no ponto de maturação do fruto na hora da colheita e nos cuidados pós-colheita, para que possam realçar as notas, os sabores e os aromas originais que caracterizam o cacau fino (cacau de origem, cacau de “*terroir*” ou cacau *gourmet*).

As indústrias de chocolates requerem que todas as exigências acima citadas sejam atendidas, sem perder de vista o respeito ao meio ambiente e a sua biodiversidade. Felizmente o cacau, ao contrário de outros cultivos e em função de suas características fisiológicas, precisa das florestas para sobreviver. Assim, no Brasil, onde há cacau há floresta preservada, consagrando a expressão “conservação produtiva”.

3.4.3 Aroma e sabores mais valorizados no mercado

A Organização Internacional do Cacau (2008) reconhece 17 países como produtores de cacau fino e identificou os aromas e sabores característicos de cada uma destas regiões (FIGURA 4).

FIGURA 4 – Tipos de aromas mais valorizados no mercado



Fonte: Barel (2008).

- O Equador, com sua variedade nacional (somente 30% da produção do País), tem reputação por suas **notas florais**: o famoso aroma “*Arriba*”.
- A Venezuela: das oito principais regiões produtoras de cacau somente duas produzem cacau fino, com o cacau dos tipos Porcelana, cultivar do Criolo, típico somente dessa região venezuelana, caracterizado por **aromas com notas de mel, caramelo e nozes frescas**. Considerado um cacau raro, cujo preço varia de cinco a dez vezes a cotação internacional.
- As Caraíbas: todas as ilhas depois de Trinidad até Cuba produzem cacau com **notas de tabaco, notas amadeiradas e frutas secas**.
- O Arquipélago de São Tomé e Príncipe é o lugar por onde o cacau entrou na África em 1822, partindo do Brasil. Nele encontram-se, ainda hoje, os “Forasteiros Amelonados”, que contêm **aromas sutis de cacau/chocolate**, correspondendo a 35% da produção do Arquipélago.

- Madagascar, na África, possui uma reputação por seu cacau ser de leve acidez e de *notas frutais* (*groseira, framboesa e cereja*).
- Na Ilha de Java, na Indonésia, é plantado o Criolo antigo, muito apreciado por suas *notas de caramelo e de especiarias*, podendo ser negociado a três vezes mais o valor das bolsas.
- Em Papua – Nova Guiné predomina o cacau do tipo Trinitário. Há solos vulcânicos propícios para a produção de cacau fino, com *notas de caramelo e de especiarias* semelhantes aos de Java.

O Brasil, embora ainda não seja reconhecido oficialmente pela ICCO como produtor de cacau fino, ganhou notoriedade e reconhecimento internacional das indústrias renomadas e dos centros de pesquisas internacionais (CIRAD, França) ao ganhar o concurso mundial de cacau de excelência em 2010, organizado pelo Salão do Chocolate de Paris, com o aroma típico de chocolate e cacau e de frutas. As amêndoas ganhadoras do troféu foram produzidas pelo cacaucultor João Tavares, do município de Ilhéus, local onde vários produtores, incentivados pela repercussão, começam a se especializar na produção de cacau com melhores perfis para se adaptarem ao mercado do produto, no Brasil e no exterior.

3.5 Fundamentos de uma estratégia de diferenciação para o cacau fino com aplicação dos princípios do RBV

Nas propriedades visitadas nas diversas regiões produtoras de cacau do Brasil foram identificadas algumas características que estão coerentes com os princípios preconizados pela teoria RBV, a saber:

Raridade – verificou-se, através desta pesquisa, que os produtores orientados pela Ceplac, órgão do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, substituíram, nos estados da Bahia e do Espírito Santo, as plantações velhas e doentes da variedade

forasteiro por novos plantios com características de trinitários, que apresentam frutos com cores e formas diferentes.

Para a descrição desses novos materiais genéticos foi utilizada uma combinação de letras e números que representa a paternidade dos seus novos cacauzeiros: PH 16; PS – 1319; CA – 1.4; CCN – 10; SJ – 02; TSH 1102, obtendo-se mais de 30 variedades com características ainda desconhecidas pelo mercado e com potencialidade para a produção de cacau fino diferenciado. Mesmo apresentando características de trinitários, que são variedades utilizadas para produção de cacau fino em outros países, estas novas variedades brasileiras não existem em outros países produtores, pois são resultado de cruzamentos genéticos de variedades raras existentes na plantação brasileira, ou seja, é um tipo de cacau raro, que, com base na teoria RBV, poderá ser utilizado como um recurso valioso para se estabelecer uma estratégia de diferenciação.

Além destas novas variedades citadas anteriormente, foi observado também, durante a pesquisa de campo, que existem variedades de cacau remanescente dos primórdios da cultura, como o cacau silvestre explorado comercialmente em larga escala na Região Amazônica. Outros exemplos de variedades raras, encontradas em áreas extensas, é o cacau das variedades Pará, Parazinho e Maranhão, existentes na Bahia. O cacau Maranhão já foi submetido ao processo de análise sensorial, apresentando aromas e sabores diferenciados, o que permitiu a comercialização para indústrias de chocolates europeias com preços superiores aos praticados nas bolsas de Nova Iorque e de Londres. O cacau silvestre e as variedades Pará, Parazinho e Maranhão são inéditos no mundo e poderão tornar-se instrumentos de diferenciação do cacau brasileiro.

Difícil imitação e difícil substituição – Um dos resultados obtidos neste trabalho, através da técnica de observação sistematizada, foi a constatação de que os ambientes naturais onde estão instalados alguns plantios de cacau no Brasil são verdadeiramente de difícil imitação e difícil substituição. É o caso, por exemplo, dos plantios de várzeas na Região Amazônica onde são encontradas plantas sil-

vestres exploradas dentro de florestas nativas, à margem de grandes rios que periodicamente inundam as áreas de cacau deixando “húmus”, ou seja, promovem uma fertilização natural (FIGURA 5).

Outra constatação obtida através de entrevistas com os técnicos é a de que essas áreas de várzea, existentes nas margens dos grandes rios da Amazônia (Pará, Amazonas e Acre), são vistas como áreas problemáticas para a produção de cacau, entretanto os trabalhos de Cros (1989), Barel (2005), Afoakwa (2008), Cambrai (2010) concluem que, além da variedade de cacau, um dos fatores que influencia o aroma e o sabor é o meio ambiente (solo, clima, vegetação, topografia). A partir daí, pode-se deduzir que existe uma probabilidade de que o aroma e o sabor do cacau desta Região podem ser diferenciados. Assim, essa condição de várzea, considerada por alguns como problemática, se constitui, na realidade, em um recurso valioso para o estabelecimento de uma estratégia de diferenciação para a produção de cacau fino.

FIGURA 5 – Plantações de cacaueiros em várzea na Amazônia.
Raros, de difícil imitação e difícil substituição



Fonte: Autores.

3.6 Criação de valor e estratégia de diferenciação

A estratégia de diferenciação para o cacau fino brasileiro deve combinar os parâmetros da teoria RBV (recursos valiosos, raros, de difícil imitação e difícil substituição) de forma a agregar valor e obter um posicionamento estratégico e original, suscetível de criar, para os produtores, uma vantagem competitiva no mercado internacional de cacau. O esquema da FIGURA 6 sintetiza a combinação destes parâmetros estratégicos.

FIGURA 6 – Parâmetros para diferenciação do cacau fino brasileiro



Fonte: Autores.

4 Conclusões

O cacau fino não é comercializado como “*commoditie*”, obtendo um preço duas a três vezes superior ao do cacau básico. A valorização das amêndoas guarda uma relação direta com variedades, origens, aromas, sabores.

As principais características requeridas pelas indústrias de chocolate são aromas e sabores, e os aspectos mais valorizados

no mercado são os aromas: florais, mel, caramelo, nozes frescas, notas de tabaco, amadeirados e frutais.

O mercado de cacau fino demonstra uma tendência de expansão com a entrada de grandes indústrias neste segmento. Os indicadores analisados apontam para oportunidades interessantes para os produtores, embora as indústrias de chocolates se tornem cada vez mais rigorosas e exigentes em termos de qualidade e de respeito ao meio ambiente.

A partir dos estudos empíricos e das interligações com a fundamentação científica adotada nesta pesquisa, conclui-se que o cacau fino produzido no Brasil reúne as características essenciais para adotar uma estratégia de diferenciação e se posicionar estrategicamente neste segmento de mercado. Entre os fatores que tornam possíveis essa obtenção de vantagens competitivas estão a raridade das matérias genéticas e dos fatores naturais, de difícil imitação pelos concorrentes.

Referências

AFOAKWA, E. O. et al. Flavor formation e character and cocoa and chocolate: A critical review. **Food Science Nutrition**, York, UK, v. 48, no. 9, p. 840-857, Sept. 2008.

ARAÚJO, A. C. de. **Os preços do cacau e suas implicações sobre a economia cacaueira baiana**. 1997. Dissertação (Mestrado em Ciências Agrárias)– Centro de Ciências Agrárias, Universidade Federal do Ceará, Departamento de Economia Agrária, Fortaleza, 1997.

BAREL, M. **Du cacao au chocolat, l'épopée d'une gourmandise**. Versailles: Éditions Quae, 2009.

BARNEY, J. B. Firm resources and sustained competitive advantage. **Journal of Management**, [S.l.], v. 17, no. 1, p. 99-120, Mar. 1991.

_____. Resource-based theories of competitive advantage: a ten year retrospective on the resource-based view. **Journal of Management**, [S.l.], v. 27, no. 6, p. 643-650, Dec. 2001.

_____. **Gaining and sustaining competitive advantage**. 2. ed. Englewood Cliffs: Prentice Hall, 2002.

CAMBRAI, N. et al. Differentiation of chocolates according to the cocoa's. Geographical origin using chemometrics. **Journal of Agricultural and Food Chemistry**, Washington, DC, v. 58, no. 3, p. 1478–1483, Feb. 10, 2010.

CONSTANDRIOPOULOS, A. P. et al. **Savoir préparer une recherche**. Montréal: Les presses dês l'Université de Montréal, 1990.

CROS, E.; JEANJEAN, N. Formation de l'arôme cacao. In: **PONTILLON, J. Cacao et chocolat: production, utilisation, caractéristiques**. Paris: Tec. & Doc. – Lavoisier, 1989.

ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL DO CACAU (ICCO). 2008. Revisão do anexo “C” do Acordo Internacional do Cacau. Londres, ICCO.12p.

SANTOS, A. M. **La filière cacao-chocolat au Bresil et en France.** (Fondements basiques pour une stratégie du cacao brésilien). Montpellier: Moisa: Supagro, 2009. (Relatório de pós-doutorado).

Capítulo 10

Desempenho do comércio brasileiro de cacau no Mercosul, de 1990 a 2011

Marina Alessandra Santos Vasconcelos¹

Naisy Silva Soares²

Elenildes Santana Pereira³

Carlos Eduardo Ribeiro Santos⁴

1 Introdução

1.1 Considerações iniciais

Muitos autores consideram a globalização um processo revolucionário, decorrente do avanço e desenvolvimento tecnológicos, que tem alterado todos os setores da sociedade.

A globalização caracteriza-se pela ampliação e integração dos sistemas internacionais sociais, financeiros e de produção. Esse processo tem transformado a economia mundial, principalmente pela formação de blocos econômicos que são uma associação entre países de mesma região geográfica que promove relações comerciais vantajosas, ou seja, redução de tarifas, tornando a economia dos países membros independente, reduzindo ou elimi-

.....
1 Graduanda em Ciências Econômicas pela Universidade Estadual de Santa Cruz.
E-mail: <marinaasv@yahoo.com.br>.

2 Economista. Professora doutora do Departamento de Ciências Econômicas da Universidade Estadual de Santa Cruz. *E-mail:* <naisysilva@yahoo.com.br>.

3 Economista. Professora mestra do Departamento de Ciências Econômicas da Universidade Estadual de Santa Cruz. *E-mail:* <elen@uesc.br>.

4 Economista. Professor mestre do Departamento de Ciências Econômicas da Universidade Estadual de Santa Cruz. *E-mail:* <kadubertani@hotmail.com>.

nando alíquotas de importação (GUIMARÃES, 2007; BEZERRA JUNIOR, 2001; SIMÕES; MORINI, 2002).

Os blocos econômicos surgiram com o propósito de permitir uma maior integração econômica entre países membros, sendo que esta integração possui cinco formas de complementação: “zona de preferência tarifária, zona de livre comércio, união aduaneira, mercado comum e união econômica” (SIMÕES; MORINI, 2002, p. 142).

A zona de preferência tarifária caracteriza-se como zona de livre comércio, com a exclusão das barreiras tarifárias e não tarifárias no grupo; estados podem manter compromisso com países ou com outros blocos externos sem nenhuma restrição.

Na união aduaneira, os países membros adotam a mesma tarifa denominada como Tarifa Externa Comum (TEC), que funciona como um imposto sobre a importação de produtos vindos de fora do bloco, mantendo-se as regras da Zona de Livre Comércio, sendo extintas as restrições alfandegárias. Maia (2004, p. 181) afirma que

o MERCOSUL será uma União Aduaneira quando a tarifa zero for vigente para as mercadorias produzidas dentro da área e também quando a Taxa Externa for totalmente implantada.

O Mercado Comum é uma etapa mais profunda que envolve políticas macroeconômicas como a definição de metas cambiais, juros, política fiscal. Permite a livre circulação dos fatores de produção e de capitais, instituindo a igualdade entre os países membros.

A União Econômica é a última etapa da integração e estabelece uma total união econômica e monetária, garantindo a livre circulação de mercadorias através da união dos mercados nacionais, possuindo moeda única direcionada pelo Banco Central comunitário. São exemplos de blocos econômicos Alalc, Aladi, Naf-ta, União Europeia e Apec.

Desde a Segunda Guerra Mundial que o Brasil e a Argentina buscaram integrar-se economicamente. Mais precisamente, em 1941, o Brasil e a Argentina tentaram criar uma união aduaneira

de suas economias, que não se concretizou devido à diferenças diplomáticas dos países (CANDEAS, 2010).

Entretanto, essa união ocorreu com a assinatura da Declaração de Foz de Iguaçu, em dezembro de 1985, pelo então Presidente do Brasil, José Sarney e o Presidente da Argentina, Raúl Alfonsín. Segundo Stiftung (1997), a partir desse momento iniciaram-se as negociações de formação de um acordo comercial objetivando a promoção do desenvolvimento econômico desses países.

Sendo assim, foi criado, em 26 de março de 1991, através da assinatura do Tratado de Assunção⁵ pelos governantes da Argentina, Brasil, Paraguai e Uruguai, o Mercosul (Mercado Comum do Sul), assim definido, conforme BRASIL (2011,s,p):

O MERCOSUL visa à [sic] formação de um mercado comum entre seus Estados Partes. De acordo com o art. 1º do Tratado de Assunção, a criação de um mercado comum implica: a livre circulação de bens, serviços e fatores de produção entre os países do bloco; o estabelecimento de uma tarifa externa comum e a adoção de uma política comercial conjunta em relação a terceiros Estados ou agrupamentos de Estados e a coordenação de posições em foros econômico-comerciais regionais e internacionais; a coordenação de políticas macroeconômicas e setoriais entre os Estados Partes; o compromisso dos Estados Partes de harmonizar suas legislações nas áreas pertinentes, a fim de fortalecer o processo de integração.

Anos depois da formação do Mercosul, outros países tornaram-se membros do bloco, devido à sua importância na integração regional com os países membros da Aladi⁶ (Associação

.....

5 Tratado para a constituição de um mercado comum entre a República da Argentina, a República Federativa do Brasil, a República do Paraguai e a República Oriental do Uruguai (ASSUNÇÃO, 1991).

6 Instituída para dar continuidade ao processo de integração econômica iniciado em 1960 pela Associação Latino-Americana de Livre Comércio (Alalc), visa à implantação de forma gradual e progressiva de um mercado comum latino-americano, caracterizado principalmente pela adoção de preferências tarifárias e pela eliminação de restrições tarifárias (MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO, INDÚSTRIA E COMÉRCIO, 2010).

Latino-Americana de Integração), como a Bolívia (1996), o Chile (1996), o Peru (2003), a Colômbia (2004) e o Equador (2004) (BRASIL, 2011 b).

Além disso, outros países mantêm uma aproximação com o Mercosul, como é o caso da Guiana (2001), do México (2002), do Suriname (2004), de Cuba (2007), de Israel (2009) e da Índia (vigente desde 2009), todos com a expectativa de estabelecer uma relação econômica e comercial.

A criação do Mercosul facilitou as negociações dessa Região, pois permitiu a livre circulação de bens e serviços a fim de assegurar condições de concorrência entre os Estados Partes, harmonizando suas legislações para o fortalecimento do processo de integração.

Guimarães (2000, p. 6) afirma que

o MERCOSUL está inserido em um projeto de regionalismo aberto, no qual a integração econômica é tida como um veículo para que os países membros aumentem suas participações no mercado mundial.

Esse regionalismo permitiu uma interação de interesses em comum devido à aproximação dos países, promovendo o aumento do comércio interno e as diminuições tarifárias. A integração permitiu a implantação de um mercado comum, no qual são praticadas tarifas de importação e exportação comuns, a livre circulação de mercadorias, capitais e serviços. Entretanto, um dos objetivos propostos pelo Tratado de Assunção é que o bloco se torne um Mercado Comum, proporcionando a livre circulação de pessoas.

Para Maia (2004, p. 202), os objetivos do Mercosul são:

- Eliminar as tarifas aduaneiras para o comércio entre os países do bloco;
- Adotar política comercial comum com relação ao comércio com os países fora do bloco, particularmente com relação à tarifa externa comum (TEC);
- Tornar as legislações coerentes com os princípios desse mercado;

- Permitir o livre trânsito de trabalhadores, de modo que eles possam trabalhar em qualquer país do Mercosul.

O Mercado Comum tornou a comercialização dos países sul-americanos um sistema aberto e dinâmico, permitindo que se tornem um só e cooperando economicamente com o fim das barreiras alfandegárias, constituindo-se em um sistema dinâmico para os membros.

O Mercosul criou um mercado comum com livre circulação de bens, serviços e fatores produtivos, buscando uma política externa comum, representações em foros internacionais, uma política macroeconômica e o equilíbrio das legislações nacionais de integração.

Com a criação do Mercosul, as exportações brasileiras cresceram consideravelmente nos últimos anos, segundo o Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio (MDIC) (2013).

1.2 Problema

O cacau era cultivado por índios astecas e maias no México e na América Central, sendo apreciado como sagrado e utilizado em rituais.

Registros oficiais apontam que somente em 1679 o cultivo do cacau chegou ao Brasil, por meio da Carta Régia que autorizava os colonizadores a plantá-lo nas terras conquistadas pelos portugueses. A lavoura foi iniciada no Pará, mas não teve sucesso pela baixa fertilidade do solo (SETENTA, 2003).

Num ecossistema mais adequado, como o da Região Sudeste da Bahia, a cultura do cacau apresentou melhores resultados e já em 1783 era importante na economia da Região. No final do século XIX, a lavoura cacaueira tornou-se o principal sustentáculo da economia, tanto para a Região como para o estado da Bahia, e o País era o maior exportador mundial. Assim, a cultura do cacau marcou época na economia brasileira, sendo uma das principais fontes geradoras de divisas na década de 1970. Nesta época, cerca de 90% da produção nacional era destinada às exportações (BASTOS, 1987).

Entretanto, houve declínio na produção de cacau no Brasil pela introdução do patógeno causador da vassoura-de-bruxa nos cacaueiros da Bahia, em 1989, levando à redução das exportações nacionais, do emprego, da renda. Isso também acarretou a venda de propriedades, entre outros problemas.

Nos últimos anos, o Brasil perdeu posição no *ranking* dos maiores produtores e exportadores mundiais de cacau. Mas, mesmo assim, as exportações nacionais contribuem para o saldo comercial do país e também para a geração de emprego, renda e impostos, assim como a produção.

De acordo com ADVFN (2013), em 2012, o Brasil foi o quarto maior produtor de cacau do mundo, ao lado da Nigéria e Camarões e depois de Costa do Marfim (1,3 milhões de toneladas), Gana (650 mil toneladas) e Indonésia (450 mil toneladas), sendo que Bahia, Espírito Santo, Mato Grosso, Pará, Rondônia e Amazonas se destacam na produção nacional.

Tendo em vista a participação do Brasil nas exportações mundiais de cacau e a relevância dos blocos econômicos para o comércio internacional, como é o caso do Mercosul, torna-se relevante estudar o desempenho comercial do cacau brasileiro para este bloco.

Neste contexto, surge a seguinte questão: Como foi o desempenho comercial do cacau brasileiro no Mercosul, no período de 1990 a 2011?

Pesquisas nesse sentido são importantes, pois permitem uma melhor compreensão do desempenho comercial do cacau brasileiro no Mercosul, bem como contribuem para a formulação de políticas públicas visando impulsionar as exportações de cacau do País para o bloco.

Sendo assim, o presente trabalho teve como objetivo geral analisar o desempenho comercial do cacau brasileiro no Mercosul, de 1990 a 2011.

Especificamente, pretende-se analisar o crescimento das exportações e importações brasileiras de cacau para os países membros e associados ao Mercosul.

2 Referencial teórico

O comércio internacional proporcionou uma ampliação comercial através do surgimento de rotas marítimas que possibilitaram a conquista de novos territórios e a troca de matéria-prima. As nações conquistadoras expandiram suas fábricas, permitindo um avanço tecnológico; esse incremento comercial favoreceu o surgimento de teorias que explicaram como as nações teriam benefícios comerciais.

A teoria da vantagem absoluta demonstra que um país deve se especializar em produzir e negociar produtos com baixo custo, determinado pela quantidade de mão de obra, se comparando com outros países, e importar bens de alto custo de fabricação. Para Adam Smith, a abertura comercial ao exterior traz muitos ganhos para as nações, permitindo um aumento da riqueza.

Segundo Carbaugh (2004, p. 31)

[...] o comércio internacional e a especialização serão benéficos quando uma nação possuir uma vantagem de custo absoluta (isto é, utilizar menos mão de obra para fabricar uma unidade de produto) em um bem e a outra nação possuir uma vantagem de custo absoluta no outro bem.

A vantagem absoluta supõe que a produção do bem num determinado país leva à grande produtividade, pois poucos insumos são utilizados para sua fabricação. De acordo com a especialidade de produção da nação, esta deve ter vantagens absolutas em termos de custo e número de horas de trabalho exigidos para sua produção.

Conforme Salvatore (2000, p. 19), pode-se explicar essa teoria usando um exemplo:

Devido a condições climáticas, o Canadá é eficiente na produção de trigo, mas não consegue cultivar de forma eficiente bananas (seria necessário utilizar estufas). Por outro lado, a Nicarágua cultiva bananas com eficiência, porém é absolutamente ineficiente no cultivo do trigo.

Assim, o Canadá possui vantagem absoluta sobre a Nicarágua no cultivo do trigo, porém está em desvantagem absoluta quanto ao cultivo de bananas. O oposto se dá em relação à Nicarágua. Nestas circunstâncias, ambas as nações se beneficiariam se cada uma delas se especializasse na produção da commodity de sua vantagem absoluta e depois negociasse com outra nação.

Pode-se explicar essa teoria usando um exemplo envolvendo o país doméstico e o resto do mundo (RDM) e dois bens, roupas e alimentos. Com base nos dados apresentados na TABELA 1, sobre custos de produção, verifica-se que o país doméstico é mais eficiente que o RDM em ambas as produções, pois apresenta menor custo de produção para roupas e alimentos.

TABELA 1 – Custo de produção de roupas e alimentos, por unidade

Produto	Custos (horas/homem)	
	País doméstico	RDM
Roupas	2	4
Alimentos	1	3

Fonte: Krugman e Obstfeld (2009).

Assim, segundo a teoria da vantagem absoluta, não é possível haver comércio entre o país doméstico e o RDM, pois o primeiro tem menor custo na produção dos dois bens. Então, o país doméstico deve especializar-se na produção dos dois bens e exportá-los, não importando nenhum dos dois produtos.

Guimarães (2007, p. 31) discorre que:

Por intermédio do comércio internacional, um país exporta as mercadorias que consegue produzir mais barato que os demais e importa aquelas cujo custo de produção é mais elevado, produzindo, dessa forma, mais os produtos que faz, com maior eficiência, e consumindo mais produtos do que seria capaz na ausência do comércio internacional.

Para David Ricardo, a teoria da vantagem comparativa mostra que o país deve produzir e exportar o produto que apresenta menor custo de oportunidade e vice-versa (GUIMARÃES, 2007). Um exemplo pode ser observado na TABELA 2.

TABELA 2 – Vantagem comparativa na produção de roupas e alimentos

Produto	Custos (horas/homem)	
	País doméstico	RDM
Roupas	2	4
Alimentos	1	3
Custo de oportunidade (relação de preços – roupa/alimento)	2/1 = 2	4/3 = 1,33

Fonte: Krugman e Obstfeld (2009).

Tomando as informações da TABELA 2 como exemplo, o país doméstico tem vantagem absoluta nos dois bens, porque o custo do trabalho é menor para roupas e alimentos. Mas o custo de oportunidade de roupas é maior domesticamente. Então, o país doméstico deve produzir e exportar alimentos e o RDM deve produzir e exportar roupas.

Deste modo, apesar da desvantagem absoluta do país doméstico em ambos os bens, o RDM tem uma vantagem comparativa na produção de roupas e o país doméstico na produção de alimentos.

A teoria da vantagem comparativa afirma que o país deve se especializar em produzir o bem com custo de oportunidade menor e deve exportar esse bem, importando produtos com custo de oportunidade maior (SANDRONI, 1999).

O comércio livre deve garantir que cada nação produza somente aquilo que possui vantagem, relacionada à produtividade, ao custo e à competência, devendo comprar o que não tem vantagem.

Essa teoria é mais abrangente em comparação à teoria de Adam Smith, pois define as trocas internas dos fatores de produção de um país considerando-se as mais eficientes.

Baumann, Canuto e Gonçalves (2004, p. 13) definem que:

A teoria ricardiana pode ser apresentada de duas maneiras: a) como uma tentativa de isolar as variáveis relevantes para explicar os fluxos de comércio internacional, ou b) como uma tentativa de demonstrar que o comércio internacional proporciona mais benefícios que uma situação de isolamento.

Existe uma diversificação de possibilidades de produção entre os países combinada com as vantagens comparativas de produzir ao menor custo de um produto de melhor qualidade. Ao se especializar no produto de um modo eficiente, a divisão internacional do trabalho aumenta a eficiência com que os recursos disponíveis em cada nação podem ser empregados. Este aumento de eficiência é possível sempre que houver vantagens comparativas, elevando-se a produção e a renda nos países envolvidos nas trocas, que devem exportar o que sobra e importar o que falta para atender às necessidades de produção e consumo.

A especialização das produções da divisão do trabalho na área internacional e as trocas no comércio internacional contribuíram para o aumento do bem-estar das populações.

O modelo de Heckscher-Ohlin é conhecido como teoria das proporções dos fatores, sendo uma alternativa ampliada da Teoria da vantagem comparativa, de David Ricardo, que tenta explicar o comércio internacional pelas diferenças de estoque de recursos entre os países. Heckscher e Ohlin definem que um país deve ser especialista na exportação de produtos que fazem uso dos fatores de produção que ele tem em abundância de um modo intenso, ou seja, que demandem mais do fator de produção em decorrência do país.

O comércio entre as nações ocorre pela distinção dos recursos de cada país, concedida na dotação relativa de fatores e proporções dos países na utilização de um dos fatores. Para Maia (2004), as diferenças dos custos entre as nações ocorrem devido:

- a) **Custos dos insumos.** As matérias-primas não se encontram distribuídas de forma igual em todos os países do mundo. Elas serão mais baratas no país onde forem mais abundantes;

- b) **A proporção dos fatores de produção** (natureza, trabalho e capital) é diferente de uma mercadoria para outra. [...] A produção industrial exige uma proporção maior de capitais (equipamentos, maquinário etc.) [...]
- c) [...] **mão de obra**, que, praticamente, não se move de um país para outro. Em outras palavras: é possível o trabalhador mudar-se de uma região para outra, dentro do mesmo país, mas é difícil deslocar-se para outro país devido às leis de imigração [...].
- d) [...] **dificuldades na transferência dos fatores de produção** de um país para outro, mas existem menos dificuldades, por meio da importação, em se transferir um produto de um país para outro [...] (MAIA, 2004, p. 202, grifos do autor).

Esse modelo caracteriza a diferença na disponibilização de fatores naturais, suprimindo a teoria do trabalho e incluindo a escola neoclássica do preço na teoria do comércio internacional; o custo de oportunidade crescente é demonstrado na curva de possibilidades da produção côncava em relação à origem, contrariando a teoria de David Ricardo que é representada por uma reta.

Segundo Krugman e Obstfeld (2009, p. 49),

o fator de produção pode ser utilizado em produções distintas. Para haver comércio, o preço relativo deve ser intermediário do preço relativo de cada país em um país de economia fechada.

De acordo com o mencionado acima, Heckscher e Ohlin relacionaram o vínculo entre o comércio internacional e a distribuição de renda.

Cardoso (2007), em relação ao teorema de Stolper-Samuelson, afirma que o comércio beneficia o fator de produção abundante em detrimento do fator escasso de cada país. Devemos então avaliar os efeitos do comércio na distribuição funcional da renda.

O comércio internacional é caracterizado pela troca de bens e serviços entre as nações. Dentre as economias de mercado, a concorrência imperfeita é representada por um mercado monopolista de certo bem que dificulta a entrada de outras empresas; e também pode ser mercado oligopolista, em que os preços dos bens são controlados pelas empresas (cartéis).

A economia de escala é importante fator do comércio internacional. Existem as escalas interna e externa: na interna, o custo por unidade fabricada depende do tamanho de uma firma individual; na segunda, o custo por unidade produzida depende do volume produzido por uma indústria (KRUGMAN; OBSTFELD, 2009).

Michael Porter (NUNES, 2007) define que os países devem possuir um diferencial de estratégias a fim de obter uma vantagem competitiva, proporcionando ao país maiores investimentos e uma defesa comercial, sendo que os acordos comerciais entre as nações devem ser analisados de modo que possam ser um diferencial para os países interessados, favorecendo suas economias.

3 Metodologia

A análise abrangeu o período de 1990 a 2011. A amostra contou com 22 observações de valores exportados e importados de cacau para o Mercosul.

O período de análise foi escolhido com base na data de criação do Mercosul, na disponibilidade de dados e por entender que tal período capta o desempenho comercial do cacau brasileiro nesse bloco econômico.

Para estimar a taxa de crescimento das exportações brasileiras de cacau para os países membros e associados ao Mercosul, utilizou-se a equação (1) (GUJARATI, 2000).

$$TX_{xt} = ((\exp_{xt} / \exp_{xt-1}) - 1) * 100 \quad (1)$$

Em que,

TX_{xt} = taxa de crescimento das exportações brasileiras de cacau para o país x no ano t
 exp_{xt} = exportações brasileiras de cacau para o país x no ano t
 exp_{xt-1} = exportações brasileiras de cacau para o país x no ano t-1

Em seguida, obteve-se a taxa média anual de crescimento das exportações brasileiras de cacau no ano t (equação 2):

$$TXmédia_t = \frac{TX_{xt}}{n} \quad (2)$$

em que, n é o tamanho da amostra.

Raciocínio análogo foi feito para estimar a taxa de crescimento das importações brasileiras de cacau para os países membros e associados ao Mercosul (equação 3).

$$TX_{xt} = ((imp_{xt} / imp_{xt-1}) - 1) * 100 \quad (3)$$

Em que,

TX_{xt} = taxa de crescimento das importações brasileiras de cacau para o país x no ano t
 imp_{xt} = importações brasileiras de cacau do país x no ano t
 imp_{xt-1} = importações brasileiras de cacau do país x no ano t-1

Assim, como realizado com as exportações, obteve-se a taxa média anual de crescimento das importações brasileiras de cacau no ano t, conforme equação:

$$TXmédia_t = \frac{TX_{xt}}{n} \quad (2)$$

Ressalta-se que a taxa média anual de crescimento das exportações e das importações brasileiras para os países membros e associados ao Mercosul foi representada graficamente.

3.1 Fonte de dados

Os dados utilizados no presente estudo foram obtidos no banco de dados Aliceweb do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio, em 2012.

Tais dados estão em código. No caso do cacau, utilizou-se o código 18, definido como cacau e suas preparações (TABELA 3).

TABELA 3 – Descrição do código 18, cacau e suas preparações, segundo o MDIC

Código (Nomenclatura Comum do Mercosul – NCM)	Descrição
1801000100	Cacau inteiro ou partido, em bruto
1801000200	Cacau inteiro ou partido, torrado
1803100100	Pasta de cacau, refinada, n/desengordurada, em flocos/blocos
1803109900	Outras pastas de cacau não desengorduradas
1803200100	Pasta de cacau, refinada, desengordurada, em flocos/blocos
1803209900	Outras pastas de cacau, desengorduradas
18010000	Cacau inteiro ou partido, em bruto ou torrado
18031000	Pasta de cacau, não desengordurada
18032000	Pasta de cacau total ou parcialmente desengordurada
18050000	Cacau em pó, sem adição de açúcar ou outros edulcorantes
180610000	Cacau em pó, com adição de açúcar ou outros edulcorantes

Fonte: Aliceweb (2013).

4 Resultados

4.1 Exportações brasileiras de cacau para os países membros do Mercosul

No TABELA 4 pode ser observado o crescimento das exportações brasileiras para o Mercosul, de 1990 a 2011, em valores absolutos e percentuais.

TABELA 4 – Exportações brasileiras para o Mercosul, de 1990 a 2011

(Continua)

Período	US\$ FOB	Taxa de crescimento ou de decréscimo (%)
1990	341.042.982	–
1991	271.918.091	-20%
1992	258.357.923	-5%
1993	266.969.523	3%
1994	295.965.539	11%
1995	132.329.820	-55%
1996	173.698.535	31%
1997	126.895.193	-27%
1998	152.435.486	20%
1999	107.413.170	-30%
2000	101.026.205	-6%
2001	94.171.736	-7%
2002	139.391.200	48%
2003	216.600.152	55%
2004	197.591.345	-9%
2005	234.176.367	19%
2006	220.975.376	-6%
2007	237.995.486	8%
2008	266.209.895	12%

2009	235.533.875	-12%
2010	298.159.132	27%
2011	288.867.645	-3%
Média	-	3%

Fonte: Aliceweb (2013).

Com base na TABELA 4, verifica-se que as exportações brasileiras para o Mercosul cresceram em média 3% ao ano, de 1990 até 2011. Apesar desse crescimento, houve queda acentuada em alguns anos, como em 1990, 1991 e 1992 com 0%, -20% e -5%, respectivamente, e principalmente, em 1995, o que pode ser devido à ocorrência da vassoura-de-bruxa, que reduziu a produção na Bahia, assim como à valorização da moeda com o Plano Real, que prejudicou as exportações brasileiras, ocasionando reduções do cacau exportado. Por outro lado, houve aumentos consideráveis das exportações em alguns períodos, como em 2002 e 2003.

Na página seguinte, na TABELA 5, encontram-se as exportações brasileiras de cacau para os países membros do Mercosul, de 1990 a 2011, em valores absolutos e percentuais.

As exportações brasileiras de cacau para os países membros do Mercosul demonstraram maior crescimento médio para o Paraguai, com 27% ao ano.

Em 1991, as exportações de cacau do Brasil para a Argentina cresceram 98% em relação a 1990, período de maior crescimento. Raciocínio análogo pode ser feito para os outros períodos. Além disso, em 2002 decresceram -29% em relação a 2001, maior taxa de redução.

Em relação ao Paraguai, a maior taxa de crescimento ocorreu de 1991 para 1992, 278%, acompanhada de uma alta de 59% de 1992 para 1993.

Para impulsionar as exportações brasileiras de cacau, recomenda-se a definição de um padrão de qualidade do produto que

depende do processo de beneficiamento. Convém ressaltar que as exportações do País foram prejudicadas pela presença de pragas, doenças, mofo e umidade, que prejudicam a qualidade do produto nacional (MENDES; REIS, 2006).

Podem ser observadas, na TABELA 6, as exportação brasileiras de cacau para os países associados ao Mercosul, de 1990 a 2011, em valores absolutos e percentuais.

TABELA 5 – Exportações brasileiras de cacau para os países membros do Mercosul, de 1990 a 2011

(Continua)

Período	Argentina (US\$ FOB)	Taxa de crescimento ou de decréscimo (%)	Uruguai (US\$ FOB)	Taxa de crescimento ou de decréscimo (%)	Paraguai (US\$ FOB)	Taxa de crescimento ou de decréscimo (%)	Total exportado para os países membros do MERCOSUL (US\$ FOB)
1990	16.776.945	-	1.555.697	-	560.566	-	18.893.208
1991	33.156.434	98%	1.941.274	25%	1.116.935	99%	36.214.643
1992	34.024.440	3%	3.206.253	65%	4.218.153	278%	41.448.846
1993	34.723.425	2%	3.235.906	1%	6.700.448	59%	44.659.779
1994	50.605.866	46%	4.661.161	44%	6.069.651	-9%	61.336.678
1995	42.632.848	-16%	6.021.781	29%	8.180.852	35%	56.835.481
1996	51.745.379	21%	5.526.821	-8%	8.243.450	1%	65.515.650
1997	61.944.401	20%	6.990.852	26%	9.142.554	11%	78.077.807
1998	72.308.989	17%	5.730.652	-18%	8.866.484	-3%	86.906.125
1999	57.282.633	-21%	6.057.093	6%	5.772.425	-35%	69.112.151
2000	50.220.582	-12%	6.104.318	1%	7.172.413	24%	63.497.313
2001	59.230.393	18%	6.536.202	7%	7.054.544	-2%	72.821.139
2002	42.113.384	-29%	4.863.184	-26%	6.601.454	-6%	53.578.022
2003	60.154.578	43%	5.184.022	7%	7.919.010	20%	73.257.610

(Conclusão)

Período	Argentina (US\$ FOB)	Taxa de crescimento ou de decréscimo (%)	Uruguai (US\$ FOB)	Taxa de crescimento ou de decréscimo (%)	Paraguai (US\$ FOB)	Taxa de crescimento ou de decréscimo (%)	Total exportado para os países membros do MERCOSUL (US\$ FOB)
2004	59.186.493	-2%	5.613.673	8%	7.935.884	0%	72.736.050
2005	71.544.014	21%	5.995.359	7%	6.750.788	-15%	84.290.161
2006	74.687.624	4%	7.133.998	19%	6.721.583	0%	88.543.205
2007	91.760.667	23%	9.510.944	33%	9.125.523	36%	110.397.134
2008	125.865.679	37%	10.607.267	12%	11.643.921	28%	148.116.867
2009	114.778.659	-9%	11.192.030	6%	12.123.995	4%	138.094.684
2010	149.061.981	30%	14.825.274	32%	16.464.191	36%	180.351.446
2011	149.973.501	1%	16.631.641	12%	16.571.690	1%	183.176.832
Média	-	14%	-	14%	-	27%	-

Fonte: Aliceweb (2013).

TABELA 6 – Exportações brasileiras de cacau para os países associados do MERCOSUL, de 1990 a 2011

(Continua)

Período	Bolívia (US\$ FOB)	Taxa de cresci- mento ou de decréscimo (%)	Peru (US\$ FOB)	Taxa de cresci- mento ou de decréscimo (%)	Chile (US\$ FOB)	Taxa de cresci- mento ou de decréscimo (%)	Colômbia (US\$ FOB)	Taxa de cresci- mento ou de decréscimo (%)	Equador (US\$ FOB)	Taxa de cresci- mento ou de decréscimo (%)	Total ex- portado para os países as- sociados ao MERCOSUL (US\$ FOB)
1990	1.289.904	-	0	-	4.892.271	-	0	-	20.666	-	6.202.841
1991	2.274.852	76%	26.594	0%	5.961.822	22%	0	0%	79.430	284%	8.342.698
1992	2.730.247	20%	0	-100%	9.208.375	54%	0	0%	112.848	42%	12.051.470
1993	2.211.145	-19%	40.681	0%	7.617.718	-17%	149.239	0%	435.981	286%	10.454.764
1994	2.989.962	35%	70.044	72%	11.570.598	52%	106.385	-29%	740.280	70%	15.477.269
1995	4.625.630	55%	59.195	-15%	11.668.334	1%	648.239	509%	1.634.881	121%	18.636.279
1996	3.884.050	-16%	179.579	203%	12.783.434	10%	450.218	-31%	408.111	-75%	17.705.392
1997	3.232.486	-17%	230.492	28%	11.215.065	-12%	483.360	7%	980.812	140%	16.142.215
1998	4.151.227	28%	106.902	-54%	12.024.571	7%	158.607	-67%	285.481	-71%	16.726.788
1999	2.145.750	-48%	418.757	292%	9.607.135	-20%	101.509	-36%	147.019	-49%	12.420.170
2000	2.731.277	27%	280.546	-33%	10.270.605	7%	19.472	-81%	86.787	-41%	13.388.687
2001	2.365.090	-13%	295.485	5%	12.500.342	22%	395.183	1.929%	281.192	224%	15.837.292

(Conclusão)

Período	Bolívia (US\$ FOB)	Taxa de cresci- mento ou de decrés- cimo (%)	Peru (US\$ FOB)	Taxa de cresci- mento ou de decrés- cimo (%)	Chile (US\$ FOB)	Taxa de cresci- mento ou de decrés- cimo (%)	Colômbia (US\$ FOB)	Taxa de cresci- mento ou de decrés- cimo (%)	Equador (US\$ FOB)	Taxa de cresci- mento ou de decrés- cimo (%)	Total ex- portado para os países as- sociados ao MERCOSUL (US\$ FOB)
2002	2.160.936	-9%	742.024	151%	13.241.293	6%	369.437	-7%	467.016	66%	16.980.706
2003	2.338.570	8%	449.986	-39%	13.703.064	3%	289.719	-22%	1.256.499	169%	18.037.838
2004	3.001.747	28%	589.598	31%	14.698.422	7%	421.485	45%	2.424.682	93%	21.135.934
2005	3.410.305	14%	284.429	-52%	15.087.970	3%	1.552.471	268%	2.195.365	-9%	22.530.540
2006	3.798.505	11%	555.804	95%	17.152.817	14%	3.073.768	98%	2.706.892	23%	27.287.786
2007	5.635.166	48%	939.003	69%	23.097.549	35%	4.529.567	47%	4.749.967	75%	38.951.252
2008	6.811.798	21%	1.399.408	49%	25.132.732	9%	4.807.532	6%	3.204.319	-33%	41.355.789
2009	8.002.664	17%	701.169	-50%	23.236.108	-8%	6.105.482	27%	1.638.395	-49%	39.683.818
2010	9.221.355	15%	1.052.471	50%	26.978.416	16%	6.763.478	11%	2.761.594	69%	46.777.314
2011	13.741.647	49%	1.467.497	39%	30.434.510	13%	7.489.312	11%	3.566.433	29%	56.699.399
Média	-	16%	-	35%	-	11%	-	128%	-	65%	-

Fonte: Aliceweb (2013).

De acordo com a TABELA 6, o crescimento das exportações brasileiras de cacau foi maior, em média, para a Colômbia (128%), de 1990 a 2011, seguido por Equador (65%), Peru (35%), Bolívia (16%) e Chile (11%). Apesar da crise que assolou a Região Cacaueira, as exportações foram mantidas. Em 2001, o total exportado para a Colômbia chegou ao patamar de 1.929% em relação a 2000, maior crescimento das exportações dos países associados.

Ressalta-se que em 2009 houve queda das exportações nacionais para esses países, exceto para a Bolívia e a Colômbia, em relação ao ano anterior, devido à crise financeira dos Estados Unidos. Porém, no ano seguinte, as exportações nacionais se recuperaram.

4.2 Importações brasileiras de cacau para os países membros do Mercosul

Na TABELA 7 apresenta-se a taxa de crescimento das importações brasileiras do Mercosul.

TABELA 7 – Importações brasileiras do MERCOSUL, de 1990 a 2011

(Continua)

Período	Importações do Mercosul (US\$ FOB)	Taxa de crescimento ou de decréscimo (%)
1990	0	-
1991	0	-
1992	1.213.793	-
1993	1.470.359	21%
1994	905.214	-38%
1995	8.182.727	804%
1996	1.683.282	-79%
1997	25.864.927	1.437%
1998	89.550.977	246%
1999	88.055.821	-2%
2000	62.900.725	-29%
2001	34.313.381	-45%

2002	106.177.927	209%
2003	123.326.990	16%
2004	62.880.928	-49%
2005	86.585.821	38%
2006	96.422.749	11%
2007	167.070.482	73%
2008	165.470.511	-1%
2009	212.321.557	28%
2010	199.070.408	-6%
2011	160.971.849	-19%
Média	-	138%

Fonte: Aliceweb (2013).

As importações brasileiras do Mercosul apresentaram um crescimento médio de 138% ao ano, no período sob análise, e demonstraram oscilações. Em 1992 e 1993, os valores foram de US\$1.213.793 e US\$1.470.359, respectivamente, e pode-se notar que houve um crescimento da importação de 21% em 1993 em relação ao ano anterior. Entretanto, o maior destaque foi em 1997, com US\$25.864.927 e crescimento de 1.437% em relação a 1996, observando uma recuperação em relação ao ano anterior.

Até a década de 1980, o Brasil era o segundo produtor mundial de cacau. Mas, a partir da década de 1990, a produção nacional diminuiu consideravelmente devido à redução da área plantada, do padrão tecnológico adotado e do alastramento da vassoura-de-bruxa nos cacauais da Bahia, principal estado produtor (PEREIRA, 2009). Com isso, as exportações nacionais foram reduzidas e as importações cresceram consideravelmente.

Na TABELA 8 são apresentadas as importações brasileiras de cacau dos países membros do Mercosul, de 1990 a 2011, em valores absolutos e percentuais.

TABELA 8 – Importações brasileiras de cacau dos países membros do Mercosul, de 1990 a 2011

(Continua)

Período	Argentina (US\$ FOB)	Taxa de crescimento ou de decréscimo (%)	Uruguai (US\$ FOB)	Taxa de crescimento ou de decréscimo (%)	Paraguai (US\$ FOB)	Taxa de crescimento ou de decréscimo (%)	Total importado dos países membros do MERCOSUL
1990	352.857	-	2.056.773	-	0	-	2.409.630
1991	347.372	-2%	570.633	-72%	0	0%	918.005
1992	209.424	-40%	266.245	-53%	0	0%	475.669
1993	191.548	-9%	195.136	-27%	0	0%	386.684
1994	4.872.923	2.444%	3.750	-98%	0	0%	4.876.673
1995	29.508.232	506%	331.595	8.743%	98.910	0%	29.938.737
1996	29.544.517	0%	175.419	-47%	0	-100%	29.719.936
1997	43.125.100	46%	554.068	216%	0	0%	43.679.168
1998	51.289.895	19%	410.875	-26%	0	0%	51.700.770
1999	23.114.403	-55%	47.587	-88%	0	0%	23.161.990
2000	15.036.763	-35%	0	-100%	0	0%	15.036.763
2001	12.260.721	-18%	4.332	0%	0	0%	12.265.053
2002	8.382.007	-32%	1.796.034	41.360%	0	0%	10.178.041
2003	8.019.509	-4%	951.446	-47%	0	0%	8.970.955
2004	12.194.232	52%	42.862.510	4405%	0	0%	55.056.742
2005	14.452.419	19%	742.854	-98%	0	0%	15.195.273

(Conclusão)

Período	Argentina (US\$ FOB)	Taxa de crescimento ou de decréscimo (%)	Uruguai (US\$ FOB)	Taxa de crescimento ou de decréscimo (%)	Paraguai (US\$ FOB)	Taxa de crescimento ou de decréscimo (%)	Total importado dos países membros do MERCOSUL
2005	14.452.419	19%	742.854	-98%	0	0%	15.195.273
2006	16.805.582	16%	251.309	-66%	0	0%	17.056.891
2007	21.489.381	28%	123.571	-51%	0	0%	21.612.952
2008	24.673.444	15%	220.245	78%	0	0%	24.893.689
2009	28.969.706	17%	5.937.912	2.596%	0	0%	34.907.618
2010	32.882.336	14%	10.746.496	81%	0	0%	43.628.832
2011	36.409.268	11%	5.937.912	-45%	0	0%	42.347.180
Média	-	142%	-	2.698%	-	-5%	-

Fonte: Aliceweb (2013).

TABELA 9 – Importações brasileiras de cacau dos países associados do MERCOSUL, de 1990 a 2011

(Continua)

Período	Bolívia (US\$ FOB)	Taxa de cresci- mento ou de decrés- cimo (%)	Peru (US\$ FOB)	Taxa de cresci- mento ou de decrés- cimo (%)	Chile (US\$ FOB)	Taxa de cresci- mento ou de decrés- cimo (%)	Co- lômbia (US\$ FOB)	Taxa de cresci- mento ou de decrés- cimo (%)	Ecuador (US\$ FOB)	Taxa de cresci- mento ou de decrés- cimo (%)	Total
1990	2.800		0		4.709		0		26.642		34.151
1991	0	-100%	0	0%	40.084	751%	0	0%	0	-100%	40.084
1992	0	0%	0	0%	7.080	-82%	0	0%	450	0%	7.530
1993	0	0%	0	0%	51.191	623%	0	0%	0	-100%	51.191
1994	0	0%	0	0%	89.906	76%	6.092	0%	0	0%	95.998
1995	0	0%	0	0%	1.537.991	1611%	0	-100%	0	0%	1.537.991
1996	0	0%	0	0%	935.102	-39%	816	0%	68.762	0%	1.004.680
1997	0	0%	0	0%	1.168.147	25%	1.251	53%	980.812	1326%	2.150.210
1998	0	0%	0	0%	738.311	-37%	2.160	73%	285.481	-71%	1.025.952
1999	0	0%	0	0%	368.731	-50%	0	-100%	147.019	-49%	515.750
2000	0	0%	0	0%	195.239	-47%	0	0%	86.787	-41%	282.026
2001	0	0%	70.499	0%	5.542	-97%	0	0%	281.192	224%	357.233
2002	0	0%	57.600	-18%	28.473	414%	0	0%	467.016	66%	553.089
2003	0	0%	0	-100%	20.973	-26%	0	0%	1.256.499	169%	1.277.472

(Conclusão)

Período	Bolívia (US\$ FOB)	Taxa de cresci- mento ou de decrés- cimo (%)	Peru (US\$ FOB)	Taxa de cresci- mento ou de decrés- cimo (%)	Chile (US\$ FOB)	Taxa de cresci- mento ou de decrés- cimo (%)	Co- lômbia (US\$ FOB)	Taxa de cresci- mento ou de decrés- cimo (%)	Equador (US\$ FOB)	Taxa de cresci- mento ou de decrés- cimo (%)	Total
2004	0	0%	0	0%	5.624	-73%	0	0%	2.424.682	93%	2.430.306
2005	0	0%	0	0%	0	-100%	0	0%	2.195.365	-9%	2.195.365
2006	0	0%	52.701	0%	101.750	0%	90.187	0%	2.706.892	23%	2.951.530
2007	0	0%	25.723	-51%	288.288	183%	55.114	-39%	4.749.967	75%	5.119.092
2008	2.160	0%	0	-100%	1.402.740	387%	0	-100%	3.204.319	-33%	4.609.219
2009	0	-100%	382.562	0%	271.788	-81%	12.033	0%	1.638.395	-49%	2.304.778
2010	0	0%	684.085	79%	443.778	63%	0	-100%	2.761.594	69%	3.889.457
2011	0	0%	1.918.245	180%	271.788	-39%	850	0%	3.566.433	29%	5.757.316
Média	-	-10%	-	0%	-	165%	-	-15%	-	77%	-

Fonte: Aliceweb (2013).

Na TABELA 8 observam-se as importações brasileiras de cacau dos países membros do Mercosul, destacando-se o Uruguai, uma vez que as importações brasileiras de cacau deste país cresceram em média 2.698% ao ano, acompanhadas de 142% da Argentina. Já as importações brasileiras do Paraguai foram reduzidas 5% entre os anos de 1990 e 2011. Este país exportou cacau para o Brasil apenas no ano de 1995.

Na TABELA 9, estão expostas as importações brasileiras de cacau dos países associados do Mercosul, de 1990 a 2011.

Verificou-se que o Chile foi o país que mais exportou para o Brasil de 1990 a 2011, considerando os países associados ao Mercosul. As importações nacionais de cacau do Chile cresceram em média 165% ao ano naquele período, seguido pelo Equador, com média de 77% ao ano (TABELA 9).

Por outro lado, as importações brasileiras de cacau da Bolívia e da Colômbia foram reduzidas em média entre 10 e 15% ao ano, respectivamente. Para o Peru, as importações nacionais permaneceram estáveis, conforme TABELA 9.

5 Conclusão

O Mercosul, bloco econômico da América do Sul, destacou-se no mercado mundial como sendo favorável para serviços e investimentos. Embora seja um bloco composto por países que não possuem uma economia sólida, é de extrema importância para a América Latina.

O cultivo do cacau na Bahia permitiu que essa região atingisse o ápice de produtividade e de exportação do fruto. As lavouras de cacau atraíram muita mão de obra na região e permitiram um aumento de sua produção.

Com o surgimento da vassoura-de-bruxa na década de 1990, o cultivo do cacau sofreu declínio em suas exportações, o que tornou muitas lavouras de cacau improdutivas para o plantio.

Nos anos analisados, as exportações e importações brasileiras de cacau nos países membros e associados apresentaram variações, como pôde ser verificado.

As exportações e importações brasileiras apresentaram-se crescentes, tanto para os países membros como para os países associados ao Mercosul, com taxas maiores de crescimento médio para as importações, 138% ao ano, e de 3% para as exportações.

Cabe destacar que as exportações apresentaram-se menores devido à baixa produtividade da lavoura atingida pela vassoura-de-bruxa, prejudicando a produção e, conseqüentemente, as exportações do país. As exportações nacionais cresceram principalmente para o Paraguai e a Colômbia.

Devido à redução da produção, as importações de cacau no Brasil se destacaram, sendo que Uruguai e Chile foram os países que mais exportaram para o Brasil.

Sintetizando, o desempenho comercial do cacau brasileiro no Mercosul foi impactado pela crise do cacau, permitindo que a exportação fosse reduzida e aumentando a dependência de importação do cacau de outros países.

Referências

- ADVFN. **Cacau**. [S.l.: 2013]. Disponível em: <<http://br.advfn.com/commodities/cacau.html>>. Acesso em: 28 ago. 2013.
- BAUMANN, R; CANUTO, O; GONÇALVES, R. **Economia Internacional**: teoria e experiência brasileira. Rio de Janeiro: Elsevier, 2004.
- BASTOS, E. **Cacau**: a riqueza agrícola da América. São Paulo, Ícone, 1987.
- BEZERRA JÚNIOR, W, F. O comércio internacional e os blocos econômicos.
Adcontar, Belém, v. 2, n.1, p. 7-10, maio 2001.
- BRASIL. AliceWeb2. **Mercosul**. Brasília, DF. 2013 Disponível em: <<http://aliceweb2.mdic.gov.br/>>. Acesso em: 11 ago. 2013.
- _____. **Acordos dos quais o Brasil é parte**. Brasília, DF, 2011b. Disponível em: <<http://www.mdic.gov.br/sitio/interna/interna.php?area=5&menu=405>>. Acesso em: 25 ago. 2011.
- _____. Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior. **Apresentação**. Brasília, DF, 2011a. Disponível em: <<http://www.mdic.gov.br/sitio/interna/interna.php?area=5&menu=404>>. Acesso em: 20 ago. 2011.
- _____. **Objetivos do Mercosul**. Brasília, DF, 2011c. Disponível em: <<http://www.mercosul.gov.br/principais-tema-da-agenda-do-merc-sul/aspectos-gerais-do-merc-sul/objetivos-do-merc-sul/>>. Acessado em: 12 ago. 2011.
- CANDEAS, A. **A integração Brasil-Argentina**. História de uma ideia na “visão do outro”. Brasília,DF: Fundação Alexandre de Gusmão: Funag, 2010.
- CARBAUGH, R. **Economia Internacional**. São Paulo: Pioneira Thomson Learning, 2004.

CARDOSO, A. S. **Vantagens comparativas das exportações brasileiras para a Alemanha**. O modelo de Heckscher-Ohlin. 2003. Dissertação (Mestrado em Economia de Empresas)– Universidade Católica de Brasília, Brasília, DF, 2003.

CARVALHO, K. H. A. de. Competitividade do Brasil no mercado internacional de celulose, 2000 – 2006. **Revista Cerne**, Lavras, v.15, n. 4, p.383-390, out.-dez. 2009. Trimestral.

COMISSÃO EXECUTIVA DO PLANO DA LAVOURA DO CACAU (Ceplac). **Cacau história e evolução**. Ilhéus, 2013. Disponível em: <http://www.ceplac.gov.br/radar/radar_cacau.htm>. Acesso em: 28 ago. 2013.

_____. **Vassoura-de-bruxa**. Ilhéus, 2013. Disponível em: <<http://www.ceplac.gov.br/radar/vassoura-de-bruxa.htm>>. Acessado em: 28 ago. 2013.

GUIMARÃES, E. P. **Componente tecnológico comparativo das exportações ao Mercosul e ao resto do mundo**. Brasília, DF: Ipea, 2000. (Texto para Discussão, 765.).

GUIMARÃES, M. C. O Mercosul e o desempenho do comércio intra-indústria do setor brasileiro de papel e celulose. 2007. Dissertação (Mestrado em Economia Aplicada)– Universidade Federal de Viçosa, Viçosa, 2007.

GUJARATI, D. N. **Econometria Básica**. 3 ed. São Paulo: Makron Books, 2000, 846 p.

KRUGMAN, P. R.; OBSTFELD, M. **Economia Internacional: teoria e política**. 6. ed. São Paulo: Pearson Addison Wesley, 2009.

MAIA, J. M. Economia internacional e comércio exterior. São Paulo: Atlas, 2004.

MENDES, F. T.; REIS, S. M. **Comportamento dos preços do cacau em amêndoa nos estados do Pará e Bahia: uma análise das diferenças**. Disponível em: <www.sober.org.br/palestra/5/1044.pdf>. Acesso em: ago. 2014.

NUNES, P. Conceito de vantagem competitiva. [S.l.], 2008. Disponível em: <<http://www.knoow.net/cienciaeconempr/gestao/vantagemcompetitiva.htm>>. Acesso em: 29 jul. 2013.

PEREIRA, E. S. **Formação de preços e finanças comportamentais**: um estudo empírico do mercado futuro de cacau. 2009. Dissertação (Mestrado em Economia)– Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2009.

PEREIRA, J. L.; RAM, A.; FIGUEIREDO, J. M. de; ALMEIDA, L. C. C. de. First occurrence of witches' broom disease in the principal cocoa-growing region of Brazil. **Tropical Agriculture**, [S.l.], v. 67, no. 2, p. 188-189, 1990.

SALVATORE, D. Economia internacional. 6. ed. Rio de Janeiro: LTC Ed., 2000.

SETENTA W. C. **Sistema cacau-cabruca**: conservação produtiva na Mata Atlântica do sul da Bahia. 2003. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Sustentável e Meio Ambiente)– Universidade Estadual de Santa Cruz, Ilhéus, 2003.

SIMÕES, R. C. F.; MORINI, C. A ordem econômica mundial: considerações sobre a formação de blocos econômicos e o Mercosul. Piracicaba: Editora Unimep, 2002. (Impulso, 31.).

FUNDAÇÃO KONRAD ADENAUER-STIFTUNG. Agenda política e institucional do Mercosul. São Paulo: Fundação Konrad Adenauer-Stiftung, 1997.

TRATADO DE ASSUNÇÃO E SEUS PROTOCOLOS. Subscrito pela Argentina, Brasil, Uruguai e Paraguai, em 26.03.91, estabeleceu um “período de transição”, que se estendeu desde sua entrada em vigor até 31.12.94. Brasília, DF, 1991. Disponível em: <<http://www.mdic.gov.br/sitio/interna/interna.php?area=5&menu=538>>. Acesso em: 20 ago. 2011

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS (Unicamp). O modelo de Heckscher-Ohlin Samuelson. Campinas, [21--]. Disponível em: <www.webensino.unicamp.br/disciplinas/CE581-042951/.../CE581_HOS_II.ppt>. Acesso em: 29 jul. 2013.

Estado e economia: uma análise da Região Cacaueira da Bahia

Pedro Lopes Marinho¹

Resumo: Este artigo analisa a intervenção do Estado na economia cacaueira da Bahia. Contrariamente a outros estudos que vêm a criação do Instituto de Cacau da Bahia (ICB) e da Comissão Executiva do Plano da Lavoura Cacaueira (Ceplac) como resultado das reivindicações regionais e forma de incrementar as receitas do Estado da Bahia, o estudo centra-se no papel que terá o produto cacau no processo de acumulação brasileiro iniciado em 1930 e reorientado na década de 1960. A partir da compreensão da relação entre o Estado e a economia, caracteriza-se o Estado em consideração: intervencionista, direcionador do processo de acumulação, como foi o Estado brasileiro a partir dos anos 1930. As intervenções do Estado na cacaucultura baiana são abordadas sob duas perspectivas: a) intervenções de direito; b) intervenções de fato. Nesse último caso, a criação do ICB e a da Ceplac são analisadas como instrumento do governo federal visando a captação de divisas. Coube, ainda, à Ceplac, a partir de meados da década de 1960, o papel de promotora da “modernização conservadora” na Região Cacaueira da Bahia.

Palavras-chave: Estado. Economia. Intervenção. Região. Acumulação.

Abstract: This article examines the state intervention in the economy of Bahia Cocoa. Contrary to other studies that have the creation of Cacao Institute of Bahia (ICB) and the Executive Committee of Cocoa Farming (Ceplac) as a result of regional demands and a way to increase the revenue of the State of Bahia, the study focuses on the role that the product will have cocoa in Brazilian accumulation processs tarted in 1930 and reoriented in the 60s. From the understanding of the relation ship between state and economy characterized the state

¹ Economista, doutor, professor do Departamento de Ciências Econômicas da Universidade Estadual de Santa Cruz, Ilhéus, Bahia. E-mail: <pedrolopesba@hotmail.com>.

into account: interventionist, director of the accumulation process, as was the Brazilian state from 30. State interventions in the cocoa plantations of Bahia are addressed from two perspectives: a) interventions of law b) interventions fact. In the latter case the creation of the IC Band Ceplac is analyzed as an instrument of the federal government aimed at attracting foreign. It fell further to Ceplac, from the mid-60, the role of promoter of conservative modernization” in the cocoa Region of Bahia.

Keywords: State. Economy. Intervention. Region. Accumulation.

Introdução

A produção de cacau na Bahia, em meados do século XVIII, surge como alternativa, em termos de produtos exportáveis, para a economia canavieira então em crise. Apesar dos incrementos na produção e do crescimento das exportações nas décadas de 30 e 40 do século XIX, essa província continuava em posição secundária em relação a outras províncias produtoras de cacau no Brasil. Somente em 1890, quando a Bahia produziu 3.503 toneladas de cacau, fazendo com que o Brasil passasse a ocupar lugar de destaque na exportação desse produto no mercado mundial, inicia-se o ciclo de cacau para exportação no sul da Bahia (GARCEZ; FREITAS, 1975).

A primeira etapa do ciclo de cacau para exportação inicia-se em 1890, dura até 1931, e caracteriza-se pela falta de qualquer intervenção governamental ou proteção ao cacauicultor, sendo as casas de exportação e a figura do intermediário os agentes que comandam a cacauicultura baiana. A segunda etapa tem início em 1931 com a primeira “intervenção efetiva” do Estado na economia cacaueira da Bahia², com a criação do Instituto de Cacau da Bahia

2 Entende-se como “intervenção efetiva” a criação de órgão específico (por qualquer esfera de governo) para cuidar dos interesses de determinadas atividades.

(ICB). Esse segundo ciclo termina em 1957, com a segunda “intervenção efetiva” – criação da Comissão Executiva do Plano da Lavoura Cacaueira (Ceplac).

Para a maioria dos estudiosos do cacau, como Garcez e Freitas (1975), Asmar (1985) e Menezes (1993)³, a criação do ICB e da Ceplac objetivou atender as reivindicações regionais, entendase socorrer os cacaucultores em momentos de crise, bem como viabilizar e incrementar os impostos arrecadados. O Estado, ao interferir na economia cacaueira baiana, também o faz pelo papel estratégico que o cacau (assim como outros produtos agrícolas voltados para exportação) tem no modelo de acumulação deflagrado em 1930, agora centrado na dinâmica imposta pela burguesia industrial, e reorientado na década de 1960.

O artigo está estruturado em três seções, além desta introdução e das considerações finais. A primeira seção analisa a relação entre o Estado e a economia. A segunda seção trata das intervenções efetivas de direito no ICB e na Ceplac. A terceira seção demonstra as intervenções efetivas nesses dois órgãos.

2 Estado e economia

A intervenção do Estado na economia, como aborda Villarreal (1984), pode ser evidenciada em três diferentes visões:

1. O Estado liberal – A premissa básica desta visão é a de que o mercado constitui-se mecanismo autorregulador do processo econômico e autocorretor dos eventuais e transitórios desequilíbrios do capitalismo. O Estado nessa concepção tem papel de agente econômico limitado.

.....
3 Exceto o pesquisador Amílcar Baiardi que, ao tecer considerações sobre a criação da Ceplac em “Subordinação do Trabalho ao Capital na Lavoura Cacaueira da Bahia (1984)”, o faz numa perspectiva do processo de acumulação e papel que o Estado exerce sobre ele.

2. O Estado marxista – A sociedade está dividida em dois polos: de um lado, a classe dos capitalistas, proprietária dos meios de produção e detentora do poder político; e, de outro, os trabalhadores, que só têm como mercadoria a própria força de trabalho para oferecer no mercado. Nessa visão, o poder político centra-se no Estado, por conseguinte, na sociedade burguesa. O Estado aparece então como instrumento em poder dos capitalistas.
3. O Estado keynesiano – Keynes não acredita no mundo clássico do equilíbrio natural, nem no sistema de livre mercado como mecanismo para o ajuste automático e equitativo. Afirma que o Estado deve intervir na economia de mercado com o fim de diminuir o desemprego e aumentar a produção, bem como eliminar ou reduzir os efeitos dos ciclos econômicos inerentes ao capitalismo. A partir da teoria keynesiana pode-se deduzir sua concepção de Estado. Do ponto de vista da atividade do Estado na economia, surgem dois Keynes: um “reformista”, quando atribui ao Estado o papel mais de regulador, e outro “radical”, quando o Estado assume a principal responsabilidade no processo de formação de capital e principal motor do crescimento econômico.

Offe (1984), analisando a relação do Estado com a economia, o faz sob duas perspectivas: a primeira parte do princípio de que há uma relação instrumental entre a classe capitalista, por um lado, e o aparelho estatal, por outro, devendo o Estado ser compreendido como instrumento da classe dominante e por ela manipulado, de forma a realizar os interesses dos seus membros; na segunda, o Estado protege e sanciona instituições e relações sociais que, por sua vez, constituem o requisito institucional para a dominação de classe do capitalismo. O Estado não está a serviço nem é instrumento de uma classe sobre outra. Sua estrutura e atividades consistem na imposição e garantia duradoura de regras

que institucionalizam as relações de classes específicas da sociedade capitalista. O Estado não defende os interesses particulares de uma classe, mas sim os comuns a todos os membros da sociedade dividida em classes.

Nessa concepção, o poder estatal depende do processo de acumulação, sem ser ele mesmo capaz de organizar totalmente esse processo, pois o interesse supremo e mais geral dos detentores do poder do Estado consiste em manter as condições de exteriorização do poder através da constituição de condições políticas que favoreçam o processo privado de acumulação. Histórica e empiricamente observa-se que a conexão entre as condições do exercício do poder estatal e a acumulação se impõe sob as formas mais variadas e distintas na política. No entanto, essas formas têm em comum o interesse do Estado autônomo em preservar as condições para o exercício público do poder (por consequência, a continuação da acumulação).

As relações não se baseiam em quaisquer alianças entre o aparelho estatal e certas classes ou camadas, nem no acesso privilegiado dos membros da classe capitalista ao centro de decisão do Estado. Esse acesso privilegiado, quando ocorre, revela-se como reflexo institucional da dependência estrutural da atividade em relação ao processo de acumulação, afirma Offe (1984). Desse ângulo, não fundamentalmente, os agentes da acumulação estão interessados em instrumentalizar o poder estatal; ao contrário, são os agentes do poder estatal que obedecem, como mandamento mais alto, as determinações da constituição e consolidação do desenvolvimento econômico favorável.

Ianni (1989) vê o Estado como resultado das relações entre classes sociais. O Estado, ao se constituir, adquire certos contornos de individualidade; tratando das mediações nas relações entre classes hierarquizadas, ele ganha vinculações mais ou menos estreitas com a classe dominante, constituindo-se, nessa relação, como órgão da classe dirigente, sem perder o caráter de produto das relações sociais antagônicas. Nesta concepção, o Estado pode

também aparecer para manter e quebrar o equilíbrio entre os setores da produção ou decidir sobre o destino de parte do excedente econômico, estimulando ou abandonando à própria sorte uns em benefício de outros ou do todo.

O Estado, em consideração neste estudo, toma a feição intervencionista, que aglutina interesses das diversas classes e assume o papel de direcionador do processo de acumulação. Como ordenador desse processo, deve “unir” camadas sociais diversas, inclusive antagônicas, mantendo as tensões e os conflitos em limites politicamente viáveis ao padrão de acumulação vigente e dominação política.

3 As intervenções efetivas de direito

3.1 O Instituto de Cacau da Bahia

O Decreto Estadual n.º 7.430, de 8 de junho de 1931, apoiado na legislação federal específica, consubstanciada no Decreto n.º 1.607, de 5 de fevereiro de 1907⁴, cria a Sociedade Cooperativa de Responsabilidade Limitada Instituto de Cacau da Bahia, sociedade de caráter cooperativo, considerada de utilidade pública. O ICB só poderia ser dissolvido por assentimento do Governo do Estado, mediante decreto. Por outro lado, conforme consta do artigo 14 do decreto de criação, essa dissolução só seria possível mediante assentimento de dois terços dos lavradores associados.

Dois princípios básicos nortearam o ato de criação do ICB: o primeiro, de caráter emergencial, visava o urgente atendimento aos lavradores nas suas dificuldades financeiras, agravadas pela conjuntura da crise generalizada que afetou particularmente os produtores agrícolas de exportação; o segundo tinha como pro-

4 Legislação federal que disciplina a organização das cooperativas no Brasil no período.

pósito oferecer à lavoura apoio permanente. No primeiro caso, objetivou restabelecer o ritmo normal das atividades de produção e comércio, desorganizado pelos efeitos da crise, e no segundo, propõe-se a adoção de políticas econômicas capazes de garantir o desenvolvimento da cacauicultura baiana em bases mais sólidas.

Os recursos iniciais, postos à disposição do Instituto, foram: capital total de 10 mil contos de réis, obtidos por empréstimo do Banco do Brasil, sob garantia do governo baiano, sem oneração de juros; cotas de capital pagas pelos produtores associados (cerca de 700) num percentual máximo de 5% sobre o valor da propriedade agrícola; taxa de fomento, fixada em 2\$500 (dois mil e quinhentos réis) sobre cada saca de cacau exportado pela Bahia (essa foi a única fonte de recursos fixa e permanente de que dispunha o ICB); emissão de letras hipotecárias, destinadas a atender as obrigações assumidas com as operações da Carteira de Empréstimos Hipotecários, emissões essas limitadas a 80% do valor das referidas obrigações (INSTITUTO DE CACAU DA BAHIA, 1981).

Mediante o Decreto Lei n.º 11.861, de 27 de março de 1941, o governo baiano transforma o ICB em autarquia estadual, invocando como justificativa as dificuldades de caráter comercial sobrevindas com a conjuntura de guerra. O artigo 1º deste decreto determinou a reestruturação. O Instituto de Cacau da Bahia transforma-se em autarquia, tendo por finalidade a defesa sanitária e o fomento da lavoura, comércio e industrialização do cacau. Passa a ser então órgão da administração indireta do Estado, constituído pela: a) Presidência; b) Departamento Comercial; c) Departamento de Crédito; d) Departamento Administrativo. Os presidentes e diretores são nomeados pelo Governo do Estado. Cria-se também o Conselho Auxiliar, com “função opinativa”, composto de 12 membros a serem apontados pelos produtores, comerciantes e industriais do cacau, e também nomeados pelo Governo do Estado da Bahia. Acrescenta-se, também, às funções do Instituto, o estímulo à organização cooperativista da lavoura cacaueira, de acordo com a legislação federal.

3.2 A Comissão Executiva do Plano da Lavoura Cacaueira

O Decreto Federal n.º 987, de 20 de janeiro de 1957, instituiu o Plano de Recuperação da Lavoura Cacaueira, criando o fundo econômico rural correspondente, dotado de um milhão de cruzeiros, para o competente suporte financeiro das medidas emergenciais a serem adotadas. A vinculação ao Ministério da Fazenda, assim como a ausência de personalidade jurídica própria foram os fatores que descaracterizaram a Ceplac como organismo típico de amparo à lavoura e lhe conferiram dimensão eventual e quase exclusiva de órgão de crédito emergencial a serviço das dívidas da cacauicultura. Essa condição permanece praticamente inalterada nessa primeira etapa do seu funcionamento, que se prolonga até o ano de 1961, quando da criação da taxa de retenção do cacau, dando-lhe um caráter mais definitivo.

Em 18 de abril de 1974, o Decreto Federal n.º 73.960, assinado pelo Presidente Ernesto Geisel, alterou a vinculação institucional da Ceplac, transferindo-a do âmbito do Ministério da Fazenda para o Ministério da Agricultura. No artigo 1º, o Decreto assegura autonomia administrativa e financeira à Comissão Executiva do Plano de Recuperação Econômico-Rural da Lavoura Cacaueira, instituída pelo Decreto n.º 40.987, de 20 de fevereiro de 1957, que passou a denominar-se Comissão Executiva do Plano da Lavoura Cacaueira (Ceplac). No parágrafo único, o artigo determina: A Ceplac, para efeitos de supervisão ministerial, subordina-se ao Ministério da Agricultura.

O artigo 2º define as incumbências da Ceplac, confirmando a ampliação das responsabilidades, tanto nas regiões tradicionalmente produtoras – especialmente a Região Sul da Bahia, cabendo-lhe, agora, por Lei, atuar em outros setores da agroindústria regional e na área específica da cacauicultura em nível nacional, a saber:

- I) promover o aperfeiçoamento econômico-social da lavoura cacaueira;
- II) definir e criar novos polos de produção de cacau no País;
- III) incentivar a introdução e desenvolvimento de alternativas agroindustriais nas tradicionais regiões produtoras de cacau;
- IV) participar do fomento de infraestrutura das regiões produtoras de cacau.

4 As intervenções efetivas de fato

Conceber a criação do ICB e da Ceplac apenas como atendimento às reivindicações das crises regionais e para impulsionar a arrecadação de impostos estaduais e federais é desconhecer a natureza e essência do Estado na sociedade capitalista. Mais ainda, consiste em desconsiderar o caráter que tem o Estado brasileiro como agente ordenador do processo de acumulação a partir de 1930.

4.1 O Instituto de Cacau da Bahia

A criação do ICB, em 1931, reflete a situação que se configura a partir de 1930. A transferência do eixo da acumulação do setor agrícola exportador para o industrial determina a redefinição de papéis. Cabe ao setor rural exportador, através da expansão “extensiva” da produção, gerar as divisas para o processo industrial. Tal transferência é acobertada pela política cambial nitidamente favorável à indústria. Nesse novo pacto, os grandes proprietários rurais tiveram como recompensa a manutenção da estrutura fundiária e a não efetivação do emprego da política social e salarial desenvolvida para o setor urbano industrial no setor rural.

Analisando o período agrícola pós-30, Guilherme Delgado confirma esta posição:

Esse período caracteriza-se como um período de contemplação apenas das atividades monocultoras [...] Contemplação efetivada substancialmente através dos Institutos⁵ (DELGADO, 1985, p. 45).

Mesmo sendo o ICB um órgão estadual, ele cumpriu fielmente o papel delineado para os outros institutos pelo Governo Federal. Tendo inicialmente caráter cooperativo, os dez primeiros anos de atuação do ICB foram de pleno êxito: incrementou a produção em mais de 100%, através da expansão da área cultivada⁶, e resolveu, até certo ponto, os principais problemas da cacauicultura baiana: transporte, comercialização e financiamento. O ICB, portanto, atendeu às reivindicações dos produtores regionais e o incremento de impostos para o Estado da Bahia e cumpriu essencialmente o papel de viabilizar a geração de divisas no processo de acumulação do País.

Apesar dos problemas (queda dos preços internacionais, pragas e secas), o cacau gerou importante volume de divisas para o País nas três décadas seguintes à criação do ICB, dentro da política de substituição de importação. No período de 1953 a 1960, em média, as exportações de cacau da Bahia propiciaram cerca de 104 milhões de dólares de receita, constituindo a segunda maior receita de exportação (BAIARDI, 1984). Tal volume de captação, nada insignificante, especialmente no final dos anos 50, quando o Brasil necessitava cada vez mais de divisas, reafirmou a importância do cacau na pauta de exportações do País. Tendo o cacau tal importância, o Governo Federal não mais pôde deixar o destino da cacauicultura nas mãos do Estado da Bahia. O

.....
⁵ Instituto Brasileiro do Café, Instituto Brasileiro do Açúcar e do Alcool etc.

⁶ Dados da Comissão de Comércio de Cacau da Bahia para o período de 1930 a 1940, citados por Garcez e Freitas (1975).

ICB, após ser transformado em autarquia estadual (1941), e com a exitosa administração de Inácio Tosta Filho⁷, passou a ser muito mais instrumento de disputas políticas e empreguismo, tornando-se totalmente incapaz de exercer o papel de órgão direcionador da economia cacauífera da Bahia.

4.2 A Comissão Executiva do Plano da Lavoura Cacaueira

De início parece ter a Ceplac caráter emergencial, constituiu-se em plano econômico de socorro à cacauicultura. Junto com o “socorro” à cacauicultura, o Governo Federal traz para si o comando da dinamização da lavoura cacauífera baiana. Tendo como justificativa o fortalecimento do sistema comercial, industrial e financeiro, o Governo Federal determinou a intervenção direta da carteira de comércio exterior (Cacex) do Banco do Brasil nas operações de comércio de cacau⁸.

Bastante cômoda para o Governo Federal a situação verificada nos três primeiros anos após a criação da Ceplac; com a ingerência na comercialização, passa a ter o controle sobre a captação de divisas; a política cambial vigente transfere renda do cacau para o centro-sul industrial. O problema do Governo Federal consiste em manter calmos os ânimos do governo baiano e principalmente da Confederação Nacional da Agricultura, seção Bahia, inimigos declarados da Ceplac, que não aceitam a presença de órgão federal comandando o cacau. Para eles, o ICB continuava a ser o único órgão legitimamente representativo do setor. Ao manter a Ceplac durante os primeiros anos como solução emergencial, o Governo Federal, “sabidamente”, consegue neutralizar sucessivas

.....
7 Primeiro presidente do ICB, liderança incontestada e defensor da cacauicultura baiana.

8 A intervenção na comercialização dura três anos, coincidentemente, talvez, os anos mais problemáticos no que tange à geração e ao uso das divisas nacionais.

campanhas, vindas da capital do Estado e apoiadas por parte do segmento regional, contra a Ceplac.

A primeira demonstração de que a Ceplac era órgão permanente (como anteriormente evidenciado), verifica-se somente em 1961, com a criação da taxa de retenção cambial. Articula-se então um plano concreto e uma base financeira estável. A organização do quadro de pessoal efetivo, a criação do centro de pesquisa, do departamento de extensão rural e a fundação da escola técnica, respectivamente nos anos de 1963, 1964 e 1965, consolidam a Ceplac como órgão que, de fato, comanda a cacauicultura baiana. A partir de então, inicia-se a produção de tecnologia própria e a transferência para a aplicação de modernas técnicas agrícolas. Passa então a Ceplac a cumprir nova finalidade: ser o órgão de suporte para a “modernização conservadora” da cacauicultura.

Para Baiardi (1984), a criação da Ceplac reflete o processo de captura do aparelho do Estado pelo capital monopolístico que se verifica claramente a partir da metade da década de 1950, passando os órgãos de políticas agrícolas a refletir os interesses dessa facção do capital. Contudo, Ianni (1979) vê nas decisões de política agrícola de então (década de 1950) o esforço para produzir divisas para criar capacidade de importar tecnologia, insumos industriais e *know how*, para produzir, exportar e criar capacidade de exportar. Para Ianni, o apoio do poder estatal ao capital monopolista na agricultura verifica-se após 1964.

Como responsável pelo enlameamento da modernização conservadora, a Ceplac utiliza dois tipos de inovação: a) inovação físico-química, que modifica as condições naturais do solo, eleva a produtividade do trabalho aplicado a esse meio de produção básico⁹; b) inovação biológica, que afeta a velocidade de rotação do capital adiantado no processo produtivo através da redução do

9 A inovação físico-química para a plantação de cacau na Bahia deu-se pelo denominado “pacote tecnológico da Ceplac”, composto por: arboricidas, calcário, fungicidas, inseticidas e adubos.

período de trabalho e potencialização das inovações¹⁰.

A viabilidade financeira para a concretização da denominada modernização conservadora, no caso do cacau, respalda-se na política monetária do Governo Federal que, através da instituição do Sistema Nacional de Crédito Rural, em 1965, concretiza a concessão de grande volume de crédito, taxas de juros reais negativas, prazos e carências elásticas, favorecendo especialmente os médios e grandes produtores rurais. Analisando a concessão de créditos agrícolas para oito municípios da Região Cacaueira da Bahia (Ilhéus, Itabuna, Uruçuca, Itajuípe, Coaraci, Ibicarai, Floresta Azul e Almadina), Joaquim Bastos constata que do total de créditos concedidos em 1966 e 1967, 76,78% direcionavam-se para o custeio, diga-se, inovação físico-química (BASTOS, 1979).

Na década de 1970, agora dentro da política do Governo Federal direcionada à promoção das exportações, a economia cacaueira baiana continuava a criar divisas para o País. A lavoura cacaueira gerou para o País, entre 1977-79, cerca de 2,4 bilhões de dólares. Oferece às finanças nacionais, anualmente, o mínimo de 1 milhão de dólares de divisas¹¹. Ainda naquela década, a produção de cacau baiana, instrumentalizada pela Ceplac, através das inovações físico-químio-biológicas, consolida nova função: constituir mercado para produtos industrializados voltados para a agricultura.

5 Considerações finais

Neste artigo demonstrou-se que as intervenções efetivas do Estado (criação do ICB e da Ceplac) na economia cacaueira da Bahia devem ser também analisadas através do papel que desempenha o produto “cacau” como gerador de divisas para o País, não

.....
10 Com essa finalidade, cria-se o Programa de Renovação dos Cacauais Decadentes.

11 Fonte: Boletim Informativo da CEPLAC, n.º 6, 1980.

apenas como atendimento às reivindicações regionais e/ou instrumento de incremento das receitas públicas, estadual e federal. Ou seja, a criação do ICB e da Ceplac viabiliza a geração e transferência de divisas do setor cacauzeiro para o industrial. Mesmo sendo o ICB órgão estadual, cumpriu fielmente essa função. À Ceplac, a partir de meados da década de 1960, cabe o papel de viabilizar a inserção da economia cacauzeira da Bahia no novo modelo agrário brasileiro baseado no complexo agroindustrial.

Este trabalho ajuda na compreensão da crise que atinge a economia cacauzeira baiana a partir de 1980. O cacau perde sua importância como gerador de divisas e até mesmo como mercado de insumos industriais. O Governo Federal agora se volta para os chamados novos produtos de exportações (milho, soja, trigo e cítricos). Ao perder importância na pauta de exportações, o cacau não mais atrai a atenção do Governo Federal. Também o governo baiano não demonstra interesse efetivo em resolver o problema da cacauicultura. O cacau não mais constitui fonte de receita importante para a Bahia.

Referências

ASMAR, S. R. **Economia da Microrregião Cacaueira**. Ilhéus: [s.n.] 1985.

BAIARDI, A. **Subordinação do trabalho ao capital na economia cacaueira da Bahia**. São Paulo: Hucitec, 1984.

BASTOS, A. J. **Análise da distribuição de crédito rural e dos fatores que afetam e limitam seu uso na Região Cacaueira da Bahia**. 1979. Dissertação (Mestrado em Economia)– Universidade Federal de Viçosa, Viçosa, 1979.

DELGADO, G. da C. **Capital financeiro e agricultura no Brasil**. São Paulo: Icone, 1985.

GARCEZ, A. N. R. **CEPLAC de corpo e alma**. Ilhéus: Ceplac, 1985.

GARCEZ, A. N. R. ; FREITAS F. G. **Diagnóstico socioeconômico da Região Cacaueira da Bahia: história e economia social**. Rio de Janeiro: Carta Gráfica, 1975.

INSTITUTO DE CACAU DA BAHIA: MEIO SÉCULO DE HISTÓRIA. Salvador: Seagri, 1981

IANNI, O. **Estado e capitalismo**. São Paulo: Brasiliense, 1989.

_____. **Ditadura e agricultura**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1979.

MENEZES, J. A. **A modernização do agrobusiness cacau**. Campinas: Fundação Cargill, 1993.

OFFE, C. **Problemas estruturais do estado capitalista**. Rio de Janeiro: Tempo Brasileira, 1984.

SORJ, B. **Estado e classes sociais na agricultura brasileira**. Rio de Janeiro: Guanabara, 1986.

VILLARREAL, R. Economia mista e jurisdição do Estado. Para uma intervenção do Estado na economia. **Revista de Economia Política**, São Paulo, v. 4, n. 4, p.12-14, out.-dez. 1984.

WILLUMSEN, M.^a J.; AMITAVA, K. Café, cacau e crescimento econômico. **Revista de Economia Política**, São Paulo, v. 11, n. 3, p.31-34, jul.-set. 1991.



IMPrensa UNIVERSITÁRIA

IMPRESSO NA GRÁFICA DA UNIVERSIDADE ESTADUAL DE SANTA CRUZ - ILHÉUS-BA